

Revista da Extensão

Ago. 2021 / n. 22

ISSN 2238-0167

Entrevista com

Lavínia Schüller Faccini

Esta edição contém também
21 artigos abordando temas
extensionistas em
tempos de Pandemia

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul


UFRGS
PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO



Apresentação

É com muita alegria que estamos apresentando a primeira edição de 2021 da Revista da Extensão da UFRGS, disponibilizando a publicação para toda a comunidade.

A Pró-Reitoria de Extensão cumpre o seu papel sempre à frente dos desafios de ampliar e qualificar todas as ações de quem faz extensão na Universidade. Busca a interlocução entre os extensionistas, seus projetos e a comunidade.

Esta é uma edição temática sobre a pandemia, pois estamos presenciando a importância e o engajamento da extensão universitária brasileira em todas as áreas do conhecimento, não apenas da Saúde, no combate à pandemia também. Desde o início da Covid-19, a extensão da UFRGS teve que se reinventar em função do distanciamento social e das atividades predominantemente remotas. Assim foi também em todas as outras universidades, e o resultado de tanto esforço está refletido no grande número de artigos que recebemos de todo o país.

Sou professora da área da saúde, e quando se pensou em um semestre totalmente remoto, não conseguia vislumbrar um aprendizado dos meus discentes. Como “renovação” é uma palavra muito presente em nossas vidas, mais um desafio foi dado e assim, com criatividade e persistência, estamos passando por essa situação inusitada. Hoje, também como gestora, só tenho a confirmar: são nos momentos mais difíceis que aprendemos a crescer e permanecer.

Convidamos a todos(as) a uma boa e gratificante leitura nos tantos artigos de alta qualidade disponíveis nesta edição, refletindo muito bem sobre o que é a extensão universitária brasileira. Novos desafios, projetos e parcerias são sempre bem-vindos para fortalecer nossa escolha de ser extensionista, pelo nosso trabalho apaixonado, coletivo e de construção conjunta. Neste espaço, podemos mostrar o retorno tão positivo que prestamos à nossa comunidade.

Adelina Mezzari

Pró-Reitora de Extensão

Editorial

Revista
da Extensão

A UFRGS é a segunda melhor universidade federal brasileira conforme o The Center for World University Ranking (CWUR) 2021-2022. Mantém a 5ª colocação entre as universidades brasileiras, depois das estaduais paulistas (USP, UNICAMP e UNESP) e da UFRJ, e o 9º lugar entre as latino-americanas. A UFRGS está entre as 500 melhores universidades do planeta.

O CWUR faz levantamento anual em 2 mil universidades para organizar o ranking. É avaliada a qualidade da educação (número de egressos que receberam importantes distinções acadêmicas); a empregabilidade de ex-alunos (número de egressos que ocuparam cargos executivos de alto escalão em grandes empresas); a qualidade do corpo docente (número de professores que receberam prêmios de alto nível) e a performance da pesquisa (número de artigos publicados nos principais periódicos e a recepção/reprodução destes nas redes de pesquisadores).

Da nossa parte, perguntamos onde entra a extensão universitária no Ranking? Conforme o que está disponibilizado na página do CWUR a extensão não faz parte da avaliação. Embora possamos considerar a tradição eurocêntrica, reproduzida nas principais economias do planeta, que não valoriza a extensão universitária como produtora de conhecimentos e tecnologias. Também os objetivos do CWUR, a saber, “fornecer dados que possibilitem consultorias em políticas, estratégicas e serviços para governos e universidades melhorarem os resultados educacionais e de pesquisa”, não nos levam a entender a extensão ficar de fora dos principais índices de avaliação das universidades.

No atual momento, em que a humanidade sobrevive à uma pandemia que não se permite ser controlada apenas com pesquisas de vacinas e medidas públicas de controle de circulação, vemos a extensão universitária fazer a diferença em ações cotidianas, localizadas e dirigidas para os grupos mais vulnerabilizados. No nosso caso, mesmo que a luta seja diária para a extensão obter o respeito, a valorização e os recursos que merece, temos uma avalanche de informações que demonstram a sua importância em qualquer ranking de avaliação das universidades.

Nesta edição da **Revista da Extensão**, recebemos mais de 70 artigos sobre a extensão universitária no enfrentamento à pandemia da Covid-19, ações que oxigenaram o ensino e a pesquisa. A qualidade dos textos nos levou a fazer uma publicação ampliada em seu formato, dos costumados 6 ou 7, fechamos esse número com 21 artigos. Mais uma vez, a pujança e a iniciativa dos(as) extensionistas brasileiros dão respostas à situação extremamente complexa em que nos encontramos. A **Revista da Extensão** se soma a esses e outros inúmeros esforços.

José Antônio dos Santos

Editor

Sumário

Entrevista com
Lavínia Schüler Faccini

4



Extensão e Compromisso na Pandemia:
ELO de Ação e Práticas Urbanas 16

Projeto de Extensão Pela Vida: o combate à Covid-19 começa
pelo básico 22

Capacitação dos estagiários do Curso de Fisioterapia da UFVJM para o
enfrentamento da Covid-19 30

Intercâmbio virtual em tempos de pandemia: incentivo ao desenvol-
vimento de habilidades linguísticas e interculturalidade 37

Coletivo Afro Floripa: resiliência e ativismo em contexto pandêmico 42

Monitoramento de Covid-19 através de boletins técnicos na retomada
dos territórios tradicionais indígenas no Litoral Sul do RS 50

Práticas culturais e equidade em saúde:
diálogos na pandemia 58

Extensão universitária na Era Covid-19: estratégias de atenção à
mulher no ciclo gravídico-puerperal 64

Revista
da Extensão

72 Projeto de Extensão Cruzando Fronteiras: gênero e migração na
América Latina

78 Prevenção do suicídio durante a pandemia

82 Extensão universitária e enfrentamento ao capacitismo em tempos de
pandemia

90 Extensão, Direitos Humanos e pandemia: o projeto IFDH e a atuação
com a juventude

96 (Re)invenções do Ateliê de Jogos Pedagógicos na pandemia da Covid-
19: transcendendo os muros físicos e virtuais da universidade

104 Projeto COMVIDA-2020

112 Sobre navegar na contracorrente: a contação de histórias como
possibilidade narrativa

118 Prematuridade: orientar para cuidar – experiências em tempos
de pandemia

124 Reestruturando a ação de extensão no contexto de isolamento social

133 Observatório do ensino remoto: atuação do LÁPIS - Laboratório de
Alfabetização durante pandemia de Covid-19

139 Podcast “A Ideia Inspirada”: potencialidades de ferramenta digital de
áudio como extensão universitária no contexto da Covid-19

146 Microbiologando: combatendo a pandemia com informação de
qualidade

150 Informações sobre a Covid-19 na palma da mão

A photograph of Lavínia Schüller Faccini, a woman with short blonde hair and black-rimmed glasses, speaking into a microphone. She is wearing a dark blue top and a necklace. The background is a blurred blue curtain.

Entrevista com Lavínia Schüller Faccini

Entrevista: Vicente Fonseca

Transcrição: Carla Mello

Revisão: Fernanda Reis e Vicente Fonseca

Extensionista e pesquisadora de trajetória relevante dentro da Medicina, em especial da área da Genética, Lavínia Schüller Faccini é coordenadora do Sistema de Informação sobre Agentes Teratogênicos. Fundado em 1990, o SIAT, ou Gravidez Segura, como é conhecido, é um dos programas de extensão mais antigos ainda em atividade dentro da UFRGS. O projeto atende a médicos e à população em geral, em especial gestantes, e teve uma procura ainda maior a partir da pandemia de Covid-19. Nesta entrevista, Lavínia nos traz um panorama de sua trajetória de mais de três décadas como docente e extensionista da UFRGS, fala a respeito do trabalho desenvolvido pelo SIAT e, fundamentalmente, aborda temas que estão em evidência desde que a pandemia eclodiu, como a importância da saúde pública e do conhecimento científico, entre outros.

Revista da Extensão: Professora Lavínia, vamos começar falando do início da sua trajetória acadêmica. Como se deu o seu interesse pela Medicina?

Lavínia Faccini: A minha entrada na universidade é interessante, porque meu pai foi professor da UFRGS também. Ele era professor no Instituto de Letras e a minha mãe era médica, então eu sempre fiquei fascinada pelas duas carreiras. Quando eu entrei na UFRGS, pensei: “nunca mais vou sair daqui, de tão legal que é”. Desde muito cedo, na Faculdade de Medicina, eu já tinha pensado em seguir carreira acadêmica. Por outro lado, a Medicina sempre me fascinou por ser uma maneira de atender as pessoas. Eu sempre quis dar aula, mas também queria ajudar quem precisasse. Eu tinha uma ideia de Medicina que não era a Medicina privada de consultório, então a universidade se tornou uma possibilidade bem interessante.

Revista da Extensão: E a paixão pela Genética?

Lavínia Faccini: Já no segundo ano, no curso

de Medicina, nós tivemos aula de Genética e eu fiquei fascinada, porque também havia, na disciplina, a questão da pesquisa e investigação. Isso foi em 1979, a pesquisa como tradição dentro da Faculdade de Medicina não existia como hoje. Havia poucos institutos ou departamentos de pesquisa, e a Genética era um desses. Assim, inicialmente fui monitora e depois orientada pelo professor Francisco Salzano em iniciação científica. Quando eu estava no final da faculdade, o professor Roberto Giugliani fundou o Serviço de Genética Médica do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e me convidou para atuar lá também. Eu terminei a faculdade em um período em que não havia residência em Genética e como eu queria mesmo a carreira acadêmica, já entrei em um mestrado nessa área, no Departamento de Genética da UFRGS, no mesmo lugar onde eu havia feito iniciação científica. Eu ficava meio a meio no Hospital de Clínicas e no Departamento de Genética. A minha tese de doutorado foi sobre crianças com malformações congênitas. Durante o doutorado surgiu a possibilidade de ser professora na Faculdade de Medicina da USP de

Ribeirão Preto. Naquela época, não precisava nem ter finalizado o doutorado para dar aula, porque existiam pouquíssimos geneticistas médicos.

Revista da Extensão: Lá no começo a senhora menciona que não queria sair da UFRGS. Como foi essa saída para o interior paulista e o posterior retorno?

Lavinia Faccini: Eu fui para Ribeirão Preto para dar aula de Genética Clínica e permaneci por dois anos lá, até surgir um concurso para a UFRGS. Quando consegui uma vaga, vim de “mala e cuia” de volta para Porto Alegre para ser professora na UFRGS. Aqui comecei a atuar dentro do Serviço de Genética Médica, já como médica e professora. Em 1990 ainda não existiam todos os projetos e programas de extensão maravilhosos que existem agora, mas dentro do hospital e da universidade a minha preocupação sempre foi o que a gente poderia fazer para diminuir a probabilidade de

ocorrência das doenças congênitas. Genética é genética: há poucas coisas que podemos modificar, mas sabemos que existem algumas anomalias que são causadas pelo uso de medicações, por exposições ambientais e por infecções que podem ser efetivamente prevenidas.

Revista da Extensão: O início dos anos 1990 também marca a fundação do SIAT, o principal programa de extensão de sua trajetória na UFRGS. Ele coincide com o início de sua atuação como docente na Universidade, então.

Lavinia Faccini: Exatamente. Eu e minha colega Maria Teresa Sanseverino e o professor Roberto Giugliani iniciamos o programa Sistema de Informação sobre Agentes Teratogênicos (SIAT) naquele mesmo ano de 1990. O termo “agente teratogênico” significa aquilo que causa malformações, o que dá sempre uma ideia do lado negativo, e nós começamos a pensar

também no lado positivo, questionando o que poderíamos fazer para uma gestação melhor do ponto de vista materno e fetal. Nós sabemos que algumas doenças maternas são mais nocivas para os fetos do que o uso de medicações. Existem medicações que são muito danosas, mas há várias situações em que tratar a mãe é melhor e previne malformações no bebê. Partindo desse ponto, começamos a trabalhar na ideia de uma gravidez segura. A escolha do nome “Sistema de Informação sobre Agentes Teratogênicos” foi porque começamos junto com outros serviços em rede na Europa e nos Estados Unidos. Fomos os primeiros da América Latina e ainda somos o mais forte. Existem outros na América Latina, vinculados a nós, mas somos o único que funciona de maneira efetiva e constante há 31 anos. O nosso serviço é gratuito e está dentro da Universidade e do HCPA.

Revista da Extensão: E como funciona a atuação extensionista do SIAT?

Lavinia Faccini: Quando surgiu a Pró-Reitoria de Extensão, já integramos o SIAT como um projeto de extensão. O projeto é direcionado a quem quiser: à população em geral, médicos e profissionais de saúde, porém o nível de informação é diferente. Se é o médico que nos consulta, enviamos direto a informação escrita, porque são informações técnicas. Se é

uma paciente que nos procura, enviamos uma orientação para ela e mandamos o laudo escrito para o seu médico. Nesses 31 anos, já realizamos 12 mil consultas individuais. Atualmente, muitas mulheres nos procuram por orientação do próprio médico. Nosso serviço tem abrangência nacional: 60% das nossas consultas vêm do Rio Grande do Sul, 35% são do restante do Brasil e 5% de outros países. Como os países latino-americanos não têm serviços de informação teratogênica, eles nos consultam em alguns casos. Os países europeus ou norte-americanos, muitas vezes, nos contatam para falar sobre mulheres que viajaram, ou que têm uma exposição que não existe na Europa ou nos Estados Unidos. Já houve casos de mulheres que vieram para cá e tomaram vermífugos, e lá eles não estão acostumados a estas medicações, então nos pedem informações.

Revista da Extensão: Como é que funcionam as consultas, professora? Antes da pandemia, como era esse contato de fora?

Lavinia Faccini: Em 1990, bem no início, era por telefone. Nosso logo inicial era um telefonzinho e nós possuíamos fone e fax. Naquela época, a linha telefônica era muito cara, então a nossa fundação foi com o apoio do Ministério da Saúde, que pagou a nossa linha. Isso foi uma coisa fantástica. Na época, o valor era como se fosse 3 mil reais atualmente. A inauguração do SIAT



Serviço de Genética Médica foi o local onde Lavinia passou a atuar como docente na UFRGS, em 1990

Comemoração dos 10 anos do SIAT, um dos mais antigos projetos de extensão ainda em vigor na UFRGS, em 2000



foi na época do Collor (NR: Fernando Collor de Mello, Presidente da República entre 1990 e 1992), e a Rosane Collor de Mello, então esposa do presidente, veio para Porto Alegre participar da inauguração. À medida que as coisas foram evoluindo, o telefone ficou para a população em geral e o e-mail para os médicos. A pandemia nos deu o empurrãozinho que faltava para organizarmos a nossa página, onde os médicos podem entrar com a consulta. Para as pacientes, pedimos para que seja por e-mail, pois solicitamos contato do médico para enviar a resposta escrita ou fazer perguntas adicionais. Quando o médico entra no sistema, coloca o número do Conselho Regional, o que nos garante que, quando dermos a resposta escrita, será para alguém que possui um registro em um conselho. Agora nós estamos operando via telefone e pelo site.

Revista da Extensão: A senhora poderia compartilhar conosco alguns momentos marcantes desses 30 anos de atuação do projeto?

Lavínia Faccini: Em 1990, entravam consultas de mulheres que usavam, para indução de aborto, uma medicação chamada Misoprostol ou Cytotec®. O aborto era e ainda é proibido no Brasil, e uma das principais causas da mortalidade materna é o aborto mal feito. Agora, o uso do misoprostol é somente hospitalar, justamente

por essa razão. O misoprostol era uma medicação de acesso livre na farmácia, sem necessidade de receita, mas na bula desse medicamento dizia que um dos efeitos adversos eram sangramento e perda da gestação, o que ocasionou o uso dele de maneira empírica como abortivo. Em alguns casos ocorria a perda da gravidez, mas em muitos não, então as mulheres começaram a ligar para nós para saber se existia risco para o feto. Identificamos que menos de 10% das crianças expostas poderiam desenvolver anomalias congênitas. Publicamos esse estudo e mostramos que o misoprostol poderia ser teratogênico quando não interrompesse a gravidez. Como um serviço de extensão, nós também colaboramos muito com a Secretaria Estadual de Saúde. Nesse sentido, outro caso interessante ocorreu no início dos anos 2000: participamos das campanhas de vacinação contra a rubéola, que é uma infecção que causa malformações e problemas graves como microcefalia, cegueira, surdez e problemas cardíacos. As vacinas foram oferecidas desde que as mulheres grávidas não se vacinassem, mas muitas mulheres não sabem que estão grávidas no início da gravidez. Acompanhamos 400 mulheres que se vacinaram sem saber que estavam grávidas, e nenhuma dessas crianças nasceu com problemas relacionados à vacina. Isso foi uma coisa importante, por mostrar que, ainda que a vacina da rubéola não seja indicada na gravidez, se houver

uma exposição não há risco.

Revista da Extensão: E como foi a procura ao serviço de vocês nos períodos de surtos mais recentes, como H1N1 e zika vírus?

Lavínia Faccini: Na época do H1N1, colaboramos com a Secretaria para mostrar que o uso do antiviral Oseltamivir não causava problemas congênitos. Começamos a receber consultas vindas do Nordeste em 2015, relatando casos de microcefalia possivelmente relacionados ao zika vírus. No início, achamos que por ser uma infecção frequente e não tinha relação com esta anomalia, mas a coisa foi tomando corpo: começamos a receber fotografias das crianças e observar que eram casos de microcefalia diferente das que víamos em nossa prática de geneticistas. Nesse meio tempo, os neuropediatras e obstetras do Nordeste começaram a observar também este aumento de casos de microcefalia e dispararam o alarme. Fomos chamados para reuniões em Brasília e a nossa contribuição como geneticistas foi mostrar essas características físicas para dar apoio ou substância à hipótese de que o vírus zika era teratogênico. Foi um trabalho de muitos médicos e cientistas e nós demos a nossa contribuição. Temos um dos artigos publicados na revista do Centers for Disease Control, dos Estados Unidos, em que demonstramos que essas crianças com microcefalia tinham um padrão clínico tão diferente que não ocorria em outros lugares onde o vírus zika não estava presente. Atualmente, estamos acompanhando gestantes que tiveram Covid-19.

Revista da Extensão: E como tem sido o desafio de atender ao público na pior pandemia dos últimos 100 anos?

Lavínia Faccini: O Covid-19 tem risco para a mãe, mas não parece causar anomalias no bebê. Porém a gestante com um quadro grave de Covid-19 muitas vezes tem complicações obstétricas incluindo o parto prematuro. Elas terão muito mais dificuldades respiratórias,

mais chance de tromboembolismo. Muitas delas são intubadas, o que acarreta o uso de muitos anestésicos, que passam para o feto. Não é o efeito do vírus diretamente, mas a condição materna que pode causar problemas muito graves no bebê, quando não a perda da gravidez. Em mulheres em CTI com quadro grave, muitas vezes é necessária a realização de cesariana com o nascimento de uma criança prematura, sedada e com complicações. No Hospital de Clínicas há uma equipe muito qualificada e equipada, e a maioria dos bebês sobreviveu, mas sabemos que no restante do Brasil não é bem assim. No episódio do vírus zika, um grande número de pesquisadores brasileiros reuniu-se, com uma resposta rápida. Ao SIAT, coube esclarecer a questão do fenótipo ou as características clínicas diferentes da microcefalia, dando consistência para essa nova síndrome teratogênica. Atualmente, temos colaborado com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na regulamentação de portarias relativas ao uso de algumas medicações e agrotóxicos, especialmente sobre uma medicação chamada Talidomida, a primeira reconhecida como causadora de malformações congênitas, no início dos anos 1960. Ela foi retirada do mercado, mas, em alguns países, como o Brasil, continua sendo utilizada no tratamento de complicações da hanseníase, porque tem um efeito muito bom no sistema imune. Atualmente, essa medicação também é utilizada em outras condições médicas, como mieloma múltiplo. No Brasil ainda nascem crianças com síndrome de talidomida por acidentes, falhas de anti-concepção, e falhas de orientação adequada. Temos ajudado a melhorar as portarias de regulamentação, dispensação, uso e prescrição dessa medicação. Nesse sentido, o SIAT tem agido em diferentes níveis: no nível individual, realizando o atendimento de médicos e suas pacientes; em um nível de produção de conhecimento, em que fazemos e publicamos todas essas investigações para a comunidade científica; e, também, uma parte de divulgação desse



Lavínia Faccini comemora aniversário com a equipe do SIAT em 2017

conhecimento em termos de assessoria tanto para o governo, quanto para outras entidades.

Revista da Extensão: O acolhimento, orientação e difusão de conhecimento científico são, então, as principais razões de existência do SIAT? Ou existe algo mais a se destacar?

Lavínia Faccini: Acho que temos esse espectro amplo, mas eu gostaria de salientar a outra base ou vocação do SIAT, que é a formação de recursos humanos. Dentro da extensão temos treinado muitos alunos das áreas da saúde, que atendem as consultas do SIAT, elaboram os laudos e fazem a revisão bibliográfica. A maioria são alunos da UFRGS. Temos as bolsas da PROEXT, que a gente agradece muito, e, além de estudantes de Medicina, há alunos de Enfermagem, Farmácia, Biologia, Biomedicina e Odontologia. Também tivemos alunos de pós-graduação e residentes do Hospital de Clínicas trabalhando conosco. Nesses 30 anos, temos uma lista de 330 alunos que passaram conosco, com uma média de mais ou menos 10 a 13 alunos por ano.

Revista da Extensão: A senhora é formada em Medicina, mas é lotada no Instituto de

Biociências e trabalha com alunos da Enfermagem, Farmácia, Biologia e diversos outros cursos. Portanto, além de fazer ensino, pesquisa e extensão, que são as três atividades pilares básicas da universidade, ainda consegue trabalhar com uma interdisciplinaridade fantástica nesse projeto. Como é trabalhar com tanta riqueza de abordagens e diversidade.

Lavínia Faccini: Isso é importante. Temos estudantes de diferentes áreas. Sou a coordenadora do projeto, mas temos outros professores que participam e compartilham a coordenação e esses professores também são de áreas diferentes. Temos um professor que é biólogo do Instituto de Ciências Básicas da Saúde (Lucas Fraga), temos uma professora bióloga do Instituto de Biociências (Fernanda Vianna). Ambos trabalham com Teratologia Experimental e Molecular, uma área que procura entender como é que os agentes ambientais agem com o nosso genoma nos processos de desenvolvimento embrionário; o professor Alberto Abeche é da Faculdade de Medicina e é obstetra, o que é muito importante, porque trabalhamos com gestantes. O professor Júlio Cesar Leite é médico do Hospital de Clínicas e trabalha com vigilância epidemiológica de

crianças que nascem com defeitos congênitos, frequências, causas. A professora Maria Teresa Sanseverino, da PUCRS e do HCPA, é médica geneticista e neonatologista. O professor André Anjos, médico geneticista, está atualmente em duas universidades: na Univates e na Unisinos. Ele é egresso, foi aluno de doutorado orientado por mim e pela Maria Teresa, seguiu a carreira de professor de genética e continua colaborando conosco. Ele teve um papel superimportante durante a época da epidemia de H1N1, aquela “gripe A”, e seu doutorado foi com este tema.

Revista da Extensão: E para os alunos, como é receber uma formação com tanta diversidade?

Lavínia Faccini: É interessante, porque reunimos em uma única atividade ensino, pesquisa e extensão. Certamente não queremos que todos os alunos virem geneticistas, mas que aprendam e levem esse espírito de colaboração entre diversos grupos e respeito por diferentes conhecimentos. Nós, professores, aprendemos muito a partir dos alunos, então essa colaboração entre diferentes áreas do conhecimento é muito importante. Veja só, a nossa mais recente bolsista é jornalista, pois percebemos que ao conversar com a população, ao apresentar resultados e informações, tendemos a usar termos técnicos, ou pouco compreensíveis. Assim temos conosco duas pessoas muito importantes: a Rose, que trabalha com design gráfico, nos ajudou a implementar nossa página na web; e a Rosa, a jornalista com habilidade com redes sociais, fazendo divulgação no Instagram, Facebook e Twitter. A Rosa faz, por exemplo, o “clipping”: mapeia tudo o que está saindo nas mídias, como a questão da vacina de Covid-19 em mulheres grávidas. Ela trouxe para nós: “o que vocês têm pra dizer sobre isso?”. Discutimos a resposta e ela transforma isso em uma linguagem mais acessível, ajudando, também, a divulgar outros sites úteis e confiáveis.

Revista da Extensão: Essa necessidade de qualificar a parte de comunicação do projeto foi diagnosticada por vocês a partir da eclosão da pandemia?

Lavínia Faccini: No nosso trigésimo ano, é engraçado como nas crises a gente consegue dar passos adiante. Tudo isso foi forte influência da pandemia, em que tivemos que sair da nossa zona de conforto. O SIAT continua operando em modo remoto. Por outro lado, notamos como era importante que a gente se apresentasse mais claramente para a população, então a entrada do jornalismo, do design gráfico e da comunicação para nos assessorar. Temos um grupo dentro do serviço de genética com muito contato com equipes de psicologia. Muitas vezes nos defrontamos com situações em que uma mulher grávida descobre que está em risco. O manejo dessa situação, seja com o médico ou diretamente com ela, envolve essas questões de cuidado, de manejo da dor e das notícias difíceis e nisso nós temos um apoio muito grande. Outro apoio que nós temos vem da obstetrícia do Serviço de Medicina Fetal. Para mulheres encaminhadas do SUS que tenham uma criança com anomalia, suspeita ou fator de risco, a medicina fetal, junto com a genética, faz todo o processo de aconselhamento diagnóstico e possíveis terapêuticas quando necessárias. Isso é complementado com o Serviço de Neonatologia, onde nós temos outras neonatologias dentro do Hospital de Clínicas, que dão apoio para o seguimento dessas crianças. De particular interesse, o SIAT tem um ambulatório específico dedicado às crianças com microcefalia, que foi um convênio com a Secretaria de Estado para apoiar as crianças nascidas com síndrome de Zika. Este ambulatório é multiprofissional: tem eu, que sou geneticista, tem uma pediatra, que é a Dra. Luciana Friedrich, que também é professora do Departamento de Pediatria, temos uma odontóloga, que é egressa da Faculdade de Odontologia, uma neuropediatra, oriunda do Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança e do Adolescente e duas enfermeiras,



Equipe do SIAT reúne estudantes e docentes de diferentes formações na área da Saúde

uma fazendo doutorado conosco, na Genética, e a outra fazendo mestrado, também no Programa de Pós-Graduação em Saúde da Criança. Dessa forma, conseguimos oferecer um atendimento que cobre essas crianças que, de outra forma, ficam de um lado para o outro. Continuamos fazendo nosso serviço baseado no SIAT, que não ficou só na gestação.

Revista da Extensão: É praticamente uma clínica.

Lavínia Faccini: Exatamente. Às quintas-feiras de manhã a gente atende. Também realizamos consultas de forma remota nos períodos mais críticos da pandemia, mas já estamos retomando os atendimentos presenciais novamente.

Revista da Extensão: Vocês sentiram uma diferença no número de atendimentos a partir do decreto de pandemia aqui no Brasil? Como é que foi esse último ano para vocês?

Lavínia Faccini: No SIAT aumentou, e acho que é por duas razões: primeiro, a própria Covid-19, que gera muita ansiedade em mulheres grávidas. Também penso que aumentou porque consultas online, teleconsultas, começaram a existir e os próprios médicos e pacientes começaram a usar mais canais de comunicações digitais. Foi ao mesmo tempo que, por essa pressão da pandemia, inauguramos o sistema na nossa página web, em que os profissionais de saúde podem fazer as consultas só preenchendo um formulário, o que torna muito mais fácil. As nossas respostas

são sempre personalizadas. Não é apenas responder: “ah, será que uma medicação tal tem risco?”. Pelo contrário, respondemos pessoalmente. Queremos, portanto, saber a idade gestacional, se ela está usando ou não o medicamento, qual a dose, qual a idade que tem, que doença que ela está tratando, entre outras perguntas. Na resposta equacionamos os riscos e benefícios da medicação bem como outros fatores de risco que podem ser detectados neste questionário. Esse formulário que os médicos preenchem é sigiloso, garantindo a privacidade da gestante.

Revista da Extensão: A senhora mescla no seu dia a dia pesquisa, extensão e ensino. Como uma atividade contribui com a outra e o que agrega na sua formação, no seu conhecimento, a interligação dessas três faces.

Lavínia Faccini: É um ciclo virtuoso, que pode começar de qualquer ponto. Vamos imaginar que entrei como pesquisadora ou cientista, ou seja, fiz minha formação, meu mestrado e doutorado para uma carreira acadêmica de investigação. A investigação permite que, quando passe a informação para a extensão, essa informação tenha forte base da experiência científica. Os cientistas falam entre si, então trabalhamos em rede. O SIAT está conectado com outros grupos que também fazem investigação. Costumamos nos encontrar em congressos, discutir sobre outras situações, o que significa que estamos na base da informação que iremos passar. A pesquisa ajuda a extensão, no meu caso em específico, permitindo que o conhecimento gerado ajude a interpretar melhor a literatura de dados não produzidos por nós, de interação com outros pesquisadores e assim por diante. Por outro lado, pela extensão, temos a informação do que está acontecendo na comunidade. Um dos objetivos do SIAT na pesquisa foi sempre investigar teratógenos que sejam relevantes para a população brasileira ou latino-americana. Essas consultas que

chegam para nós são excelentes sensores para o que está acontecendo. Muitas vezes, a partir das consultas, fazemos projetos de investigação. Todo projeto de pesquisa, mesmo que seja a partir de consultas no SIAT, passa pelo comitê de ética. As mulheres são informadas consentem que suas informações sejam utilizadas. Sobre o ensino, o que é bom dentro da nossa experiência no SIAT é que ele é pessoal, com um mestre e um aluno ao lado aprendendo a trabalhar junto. A cada consulta, há sempre um professor supervisor, de forma que o aluno recebe a consulta, estuda e discute com o professor (agora cada um na sua casa, mas continuamos discutindo). É um tipo de formação personalizada, que vai muito além da parte técnica do conteúdo: envolve relação médico-paciente, os conteúdos técnicos de uma gama de áreas, como farmacologia, genética, obstetrícia, medicina interna e uma série de outras. É uma maneira de ensino personalizado que não é possível quando damos aula para 60 alunos em uma sala. São atividades complementares. Essa é a riqueza do SIAT. Por isso que eu digo que nós, professores, também aprendemos muito. É um “ir e vir”. Não é como um professor na cátedra dando aula para vários alunos, sem lembrar do rosto ou nome da maioria dos alunos ao longo do semestre. Ao contrário. Imagine que ainda nos encontramos com os primeiros quatro alunos de medicina que começaram conosco o SIAT, em 1990. São, todos, médicos bem estabelecidos em suas áreas, mas continuamos conversando e nos comunicando. Essa é a parte muito legal da história.

Revista da Extensão: Com relação à troca de saberes: o projeto, por sua natureza, já abrange muita gente da área da saúde e biológicas, mas também, por ser de extensão, compreende uma troca com a comunidade, certo? Esse saber da comunidade também alimenta a extensão, não é mesmo?

Lavínia Faccini: Isso! Nesse sentido, alimenta



Uma das primeiras formações do SIAT, ainda no início dos anos 1990

a extensão também. Eu enfatizei a pesquisa, mas alimenta a extensão. No nosso caso, a extensão é feita tanto para outros profissionais da saúde quanto diretamente com a população. É impressionante como as mulheres ficam felizes quando damos respostas até muito simples, como “posso pintar o cabelo?” e a resposta é tranquilizadora desde que tomados alguns cuidados, enquanto que geralmente a resposta inicial seria “grávida melhor não”. Essa “conversa de comadre”, no bom sentido, mas baseada em evidências, ajuda mesmo em questões simples. Essa “conversa com a comunidade”, para entender as principais necessidades, também auxilia a nossa atividade como extensão. Agora já nos preparamos: “isso vai preocupar as grávidas, aquilo não”, porque aprendemos muito com elas, inclusive conhecimentos populares que são benéficos ou que precisam de um melhor esclarecimento.

Revista da Extensão: Com relação a essa facilidade de atendimento para população, principalmente a mais vulnerável, será que essa pandemia deixou mais nítida para as pessoas a importância do nosso Sistema Público de Saúde?

Lavínia Faccini: Eu acho e espero que sim. Nós estamos dentro de um hospital do SUS, apoiamos o SUS, mas também somos a universidade pública. Esperamos que com a pandemia, as pessoas tenham se dado conta como é importante o Sistema Único de Saúde. No Hospital de Clínicas foi muito importante o aumento de leitos de CTI, de um atendimento de excelência que os próprios usuários se deram conta da importância. Por outro lado, também queremos e precisamos mostrar que a Universidade não ficou parada, a Universidade não fechou as portas. O SIAT, que existe há 31 anos, é uma iniciativa da UFRGS/HCPA. O tempo que dedico a isso, os recursos, são pagos pela Universidade, que não pede nada em troca. Esse papel da universidade pública

na extensão, às vezes, não fica tão claro, e procuramos transmitir esta ideia para a comunidade. Eu represento a universidade federal. Nossos alunos representam a universidade federal. Tudo isso é a UFRGS, essa é a cara da Universidade.

Revista da Extensão: Ultimamente estamos acompanhando notícias de muitas dificuldades financeiras em várias universidades, e eu queria tratar um terceiro ponto que eu acho que essa pandemia mostrou, que é a importância da ciência. Como cientista, como está sendo não apenas informar a população, mas convencê-la de que a ciência é o único caminho possível para combater uma pandemia dessa gravidade? Porque a gente se depara com frequências com informações distorcidas, contrárias, que não colaboram em nada para que isso vá adiante.

Lavínia Faccini: É muito engraçado que eu vou dizer que parece ser uma dissociação. Se por um lado nós tivemos vacinas em tempo recorde, isso foi graças à ciência. Só existe uma ciência. Não existem várias ciências. Apesar de ter havido essa amostra de quão importante é a ciência para a saúde, ao mesmo tempo existe esse grupo que se beneficia da ciência e seus produtos, mas a ataca e a menospreza. A ciência é fundamental para as tomadas de decisão de saúde pública. Esse caminho, que em outros países foi bem trilhado, aqui está ainda muito limitado. É uma pena, mas é a nossa tarefa começar a aprender a conversar, porque talvez nós, cientistas, falando muito só na nossa língua e entre nós, tenhamos descuidado de mostrar qual é o processo científico, como é que a gente chega lá. Por outro lado, também, educação: o descuido na Educação Básica, no Ensino Médio, faz com que tudo pareça igualmente verdadeiro, como se a rede social tivesse mais voz que um professor. Essa alfabetização científica é uma coisa que devemos nos envolver mais, em todas as esferas da educação, em

todos os níveis. As pessoas têm que entender o que é um vírus, uma bactéria, desde a escola, para quando houver essas mudanças de cenário, poderem entender melhor o que é científico e o que não é.

Revista da Extensão: Professora, a senhora já ocupou cargos importantes, como presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica e da Rede Latino-Americana de Genética Humana. Como é que foram essas experiências?

Lavínia Faccini: Foi superimportante. Quando fui presidente da SBGM, por dois mandatos, a ideia foi também a agregação entre diferentes profissionais, formação médica continuada e todas essas atividades. A Genética Médica ainda é uma especialidade com pequeno número de profissionais trabalhando, então essas sociedades, como a Rede Latino-Americana de Genética Humana, são muito importantes para agregar, compreender os nossos desafios em comum, compartilhar dados e informações e procurar soluções dentro do nosso meio. Muitas vezes a ideia é que um bom colaborador estrangeiro é um americano, ou europeu. Pudemos perceber como temos coisas muito boas aqui na América Latina. Vamos começar a nos relacionar mais. Às vezes temos muito mais contatos transoceânicos do que com colegas da Argentina, Uruguai, Colômbia etc. Foi uma experiência muito rica, no sentido de aprendizado e troca de experiências com relação a essa integração entre os diferentes países, especialmente o Brasil. Como nós falamos português, dá a impressão de que estamos mais isolados do que outros países que compartilham o espanhol. São as coisas que vamos crescendo e fazendo de tudo um pouco.

Revista da Extensão: E a nossa extensão é muito ligada à América Latina...

Lavínia Faccini: Eu acho fascinante! Que

cultura linda, a da América Latina! É bem isso: a nossa extensão e a nossa universidade têm essa virtude. Por um bom período, o Brasil teve mais condições econômicas e recebemos muitos bolsistas de pós-graduação de países latino-americanos. O Brasil tinha uma posição de liderança mesmo. Agora não sabemos como vai ficar. Está tudo tão confuso... Mas, nesse aspecto, esperamos que, pelo menos, seja possível continuar essas colaborações e oferecer alguma coisa.

Revista da Extensão: Professora, muito obrigado por essa conversa tão relevante. Deixamos esse espaço para uma mensagem final aos nossos leitores.

Lavínia Faccini: Em um certo período, a extensão era considerada como um pouco menor do que a pesquisa e o ensino, que pareciam ser as grandes vocações. Eu acho que, agora, estamos aprendendo que a extensão deve ter um papel tão grande quanto a pesquisa. Se as instituições de fomento também têm essa visão de que a publicação é mais importante do que a extensão, não iremos muito adiante, atados ao que temos que mostrar como produção. Em anos mais recentes, cada vez mais a CAPES tem valorizado e estimulado a inserção social dos programas e também refletidos pelos projetos de extensão em diferentes níveis, seja em educação ou assistência. A extensão, dentro de uma universidade, preenche um vazio: não significa fazer só um cuidado, uma benemerência. Não. Isso são outros papéis. A extensão é um programa: tem corpo de conhecimento, corpo de aprendizado... são propostas diferentes e inovadoras, que podem servir como piloto para implementação de maneira mais ampla em outros serviços estabelecidos. Extensão não é assistencialismo, mas uma atividade criativa importante, que gera conhecimento e que se beneficia do fato de estar dentro de uma universidade, que pode produzir inovação. ◀



Extensão e Compromisso na Pandemia: ELO de Ação e Práticas Urbanas

Bruno Cesar Euphrasio de Mello: Faculdade de Arquitetura – UFRGS; e-mail: brunocesaremello@ufrgs.br
Inês Martina Lersch: Faculdade de Arquitetura – UFRGS

Introdução

Fazer extensão é assumir compromissos: com uma universidade que dialoga com questões sociais, com comunidades populares e seus desafios, com a formação acadêmica cidadã, dentre diversos

outros. Em momentos de crise – como a colocada pela pandemia da Covid-19 – é que compromissos se fazem mais necessários e ficam mais evidentes. Este texto relata uma experiência de reafirmação dessa mútua responsabilidade

universidade-comunidade a partir da vivência do projeto de extensão Práticas Urbanas Emergentes (PUE) na campanha *ELO de ação: fundo emergencial para populações vulneráveis atingidas pela Covid-19*, realizada em 2020.

A campanha articulou diversos coletivos e grupos que buscavam auxiliar as comunidades mais pobres da capital gaúcha no enfrentamento dos impactos deletérios da Covid-19 em suas vidas. Apresentaremos a seguir o que foi a campanha ELO, sua construção e articulação, bem como a inserção do PUE nesta experiência. Além disso, pretendemos expor mais especificamente o resultado dela para duas comunidades com as quais o projeto interage: a Vila Nazaré, assentamento popular autoconstruído que está sofrendo processo de remoção para ampliação da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Internacional Salgado Filho; e a Ocupação Povo Sem Medo de Porto Alegre, coordenada pelo Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST).

O ELO de ação

Em meados de março de 2020, a pandemia mundial do novo coronavírus alcançou o Brasil. Iniciava-se, então, a incerteza sobre seus impactos em nossa cidade. Uma das primeiras orientações das autoridades de saúde era para que mantivéssemos o isolamento social, uma tentativa de reduzir o contágio. Contudo, como garantir a renda e a subsistência das populações em vulnerabilidade social -aqueles que trabalham de manhã para comer à tarde-? Diante deste quadro, era necessário formular uma proposta para abrandar os efeitos da pandemia, justamente para os mais pobres.

O ELO de ação: fundo emergencial para populações vulneráveis atingidas pela Covid-19 surgiu nesse contexto. O ELO constitui-se de uma iniciativa liderada pela Escola Livre de Arquitetura (ELA), entidade dirigida pela arquiteta e urbanista Luciana Marson Fonseca, egressa do Programa de Pós-Graduação em Planejamento

Urbano e Regional (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. O convite para integrar a campanha foi realizado a diversos grupos e agentes que já trabalhavam com comunidades e movimentos populares e sociais em diferentes territórios na cidade de Porto Alegre e em sua Região Metropolitana. Como refere Fonseca,

a intenção era unir forças na captação de recursos financeiros que, doados à campanha, seriam transformados em cestas básicas, equipamentos de proteção individual, enfim, em insumos diversos a serem distribuídos pelos parceiros àquelas populações com as quais eles já trabalhavam. FONSECA (2020, p. 5),

Alguns aspectos merecem destaque na construção dessa rede de articulação: a descentralização das decisões, a capacidade de auto-organização e a relativa autonomia entre as entidades participantes; todos esses foram aspectos que potencializaram o alcance do ELO. Um importante pressuposto da ação foi, como afirma Fonseca,

“A busca por reforçar os laços e os compromissos que os parceiros já haviam construído na cidade. Não haveria espaço, neste momento, para gestos descolados de realidades específicas, tampouco para iniciar a construção de um vínculo de confiança, algo naturalmente vagaroso”. (2020, p. 5).

Era, de fato, “tempo de agir”, como a arquiteta e urbanista mesmo reforça em seu discurso. O projeto de extensão PUE integrou esta rede de “agentes-parceiros”, que contou, ainda, com a Associação de Mães e Pais pela Democracia, o Instituto Fidedigna, o Translab Urb e a Associação Cultural Vila Flores, todos atuantes em Porto Alegre e na RMPA.

A proposta de funcionamento da campanha era simples e, por isso mesmo, muito boa: lançar uma campanha de arrecadação de fundos – uma vaquinha digital – usando a equipe e a capacidade da ELA para articular a rede de contatos dos cinco agentes-parceiros; pessoas dispersas seriam alcançadas pelo material gráfico e audiovisual



da campanha e colaborariam fazendo doações; a ELA captaria os recursos e os distribuiria em cinco partes iguais para os agentes-parceiros; os agentes-parceiros, reconhecendo o contexto e as necessidades locais, transformariam o dinheiro em objetos úteis que fortalecessem o apoio que eles já prestam às comunidades e populações com as quais já têm vínculos. A ELA, por fim, seria a articuladora do grupo e lideraria a organização da campanha; os parceiros fariam o trabalho técnico-social direto na base.

Em números gerais, o projeto ELO¹ arrecadou R\$ 31.864,00 (trinta e um mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), doados por 263 pessoas. Foram distribuídos, na cidade de Porto Alegre e na Região Metropolitana, cestas básicas, máscaras reutilizáveis e materiais de higiene pessoal e limpeza, alcançando, assim, um total de 1.860 (mil oitocentos e sessenta) pessoas.

Uma importante premissa do projeto era que a economia local ou de movimentos populares e sociais fosse beneficiada no momento da compra dos insumos. Por esta razão, era solicitado aos

parceiros que tentassem adquirir tudo o que seria doado de mercados ou produtores locais, bem como de assentamentos da reforma agrária.

Uma parte das pessoas contempladas com a ação foram aquelas com as quais o projeto de extensão PUE já interagia desde 2018. Essa foi uma oportunidade de reafirmar nosso compromisso com as populações da Vila

Nazaré e da Ocupação Povo Sem Medo. A seguir, descreveremos mais detalhadamente a realidade destas comunidades e como a campanha ELO as alcançou. Todas as ações realizadas pela campanha ELO respeitaram rigorosamente os protocolos de segurança sanitária, como o uso de luvas, máscaras e/ou *face shield*, assim como os distanciamentos necessários, garantindo, assim, a prevenção da doença e evitando a disseminação do vírus.

Ocupação PSM e remoção da Vila Nazaré: experiências durante a pandemia.

“Permaneçam em casa, em isolamento social”. Essa era a orientação das autoridades médicas, a partir do início da pandemia. Apesar dessa recomendação, a remoção das famílias da Vila Nazaré e a demolição de suas residências continuaram ocorrendo. As notícias de continuidade do processo de expropriação foram veiculadas na mesma semana em que Porto Alegre confirmou a primeira morte pela doença. Não interessava, à Prefeitura Municipal, se a orientação era permanecer em casa. Era preciso botar abaixo a Vila para manter o cronograma de ampliação da pista de pousos e decolagens do Aeroporto Salgado Filho.

O Ministério Público Estadual (MPE) entrou com Ação Civil Pública, ainda no mesmo mês de março de 2020, com pedido de interrupção dos despejos durante o período em que os casos da doença estivessem em crescimento. A transferência das famílias altera suas vidas, retira-as de seu lugar, rompe os laços de solidariedade e as redes de apoio mútuo justamente quando eles são mais necessários. As casas vinham sendo demolidas com móveis e eletrodomésticos no interior e sem alternativas habitacionais para parte das famílias. A imprensa noticiava que uma parcela de pessoas, não enquadrada no modelo de reassentamento proposto pela prefeitura, estava ficando em situação de rua. O Jornal Sul 21 publicou relatos terríveis de moradores da Vila Nazaré. Um deles dizia o seguinte:

Tentei impedir a demolição sem sucesso, riam o tempo todo do meu desespero, sem poder fazer nada assistindo a patrula demolir minha casa, foi desumano o que fizeram, mesmo falando que era minha a casa eles continuaram a demolir ignorando meu desespero e afirmação que tinha documentos que comprovavam a posse da casa, simplesmente ignoraram tudo, estou dormindo no carro, sem a mínima condição (VELLEDA, 2020).

A falta d'água, consequência do arrasamento das casas e da infraestrutura urbana, também foi um drama que passou a ser vivido ali durante a pandemia. Como realizar uma ação simples, mas absolutamente necessária, como lavar as mãos nestas condições?

Apesar dos relatos, das denúncias veiculadas pela imprensa e da ação do MPE, o Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB) informou à imprensa que seguiria removendo quatro famílias por dia, apesar das condições sanitárias. Sobre a falta d'água, o departamento da prefeitura afirmou que o local, por ser uma ocupação, não possui rede pública.

Em meio a toda essa conjuntura, nós, do projeto de extensão PUE, nos movimentamos para

prestar solidariedade aos moradores da Vila Nazaré e da Ocupação Povo Sem Medo, coordenada pelo MTST.

O PUE é um projeto de extensão sediado na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. No ano de 2020, integraram sua equipe executora os professores Bruno Cesar Euphrasio de Mello e Inês Martina Lersch (coordenadores), além dos bolsistas Hemilyn Silva, Gustavo Castro e Kaue Werk. O PUE vem construindo vínculos com o MTST desde 2018, ocasião em que tivemos o primeiro contato com a Ocupação Povo Sem Medo e com a situação vivida pelas famílias da Vila Nazaré.

A Vila Nazaré existe naquele local há aproximadamente 60 anos, segundo relatos de seus moradores mais antigos. A ocupação do MTST, por sua vez, ocorreu em setembro de 2017, como gesto de denúncia à disputa territorial estabelecida entre a Fraport Brasil/Porto Alegre, subsidiária da *Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide* (empresa sediada em Frankfurt, na Alemanha, que venceu a concessão para operar o Aeroporto Salgado Filho), e a Vila Nazaré, comunidade formada por 1.500 famílias, que estão sendo removidas para permitir a ampliação da pista de pousos e decolagens.

Esse é um processo de expulsão tardio, planejado desde a Copa do Mundo FIFA de Futebol de 2014, que só agora está sendo concluído. A região onde estão a Ocupação Povo Sem Medo e a Vila Nazaré tem recebido importantes obras, tais como extensão e duplicação de avenidas, implantação de infraestrutura urbana e construção de condomínios empresariais. Desse modo, a área se constituirá, nos próximos anos, em importante vetor de expansão urbana em um dos últimos estoques de terra disponíveis na zona norte da capital gaúcha.

Durante o ano de 2019 e os meses iniciais de 2020, a comunidade acadêmica participou do processo de desenho e construção do galpão

1. Os resultados do ELO de Ação podem ser consultados no e-book produzido com apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/RS, que está disponível gratuitamente em bit.ly/ebookELO. Através deste livro, compartilhamos o processo e os resultados do projeto, promovendo o debate sobre os potenciais da articulação profissional de arquitetos e urbanistas para o combate às desigualdades socioespaciais.



comunitário da ocupação, edifício modesto, mas que é, hoje, após concluído, um espaço de referência do movimento popular (acolhe eventos, palestras, atividades de formação etc.). No mesmo período, o PUE acompanhou o processo de transferência das famílias da Vila Nazaré e o consequente arrasamento de suas casas.

A primeira ação de solidariedade às famílias, durante a pandemia, foi uma iniciativa da Profa. Martina Lersch, que articulou com a Associação Mães e Pais pela Democracia uma campanha de arrecadação de fundos para compra de cestas básicas aos moradores da Nazaré. Poucos dias depois, recebemos as fotos da entrega dos alimentos, realizada de casa em casa pelos integrantes do MTST. Cerca de 70 famílias foram beneficiadas com a entrega de alimentos. Esta primeira doação não teve qualquer relação com a campanha ELO de Ação, mas serviu ao PUE como demonstração da necessidade e viabilidade de algo desta natureza. Afinal, quem tem fome, tem pressa.

A segunda doação, já no âmbito do ELO, foi realizada na Ocupação Povo Sem Medo. Em 1º de maio de 2020, Dia do Trabalhador, data particularmente simbólica, realizamos a doação de cestas básicas às cerca de 75 famílias que habitavam a ocupação na ocasião. Parte dos alimentos que compunham a cesta foi comprada

de assentamentos da reforma agrária e de pequenos produtores da agricultura familiar. Assim, o mesmo recurso colaborou em duas frentes: com aquelas famílias que receberam os alimentos, mas também com aquelas que os produziram.

No momento da entrega, expusemos aos ocupantes a origem do fundo que tornou possível a doação

das cestas básicas, fizemos referência ao trabalho que tínhamos realizado junto à ocupação até então (mais particularmente a atuação nos mutirões de construção do galpão comunitário) e ao compromisso ativo que temos construído com o MTST, vínculo, esse, a que dávamos continuidade por meio da doação. Inclusive, vale ressaltar, o fato da entrega dos alimentos ter sido realizada sob a cobertura do barracão, erguido por meio do esforço coletivo, também foi bastante significativo para a equipe do projeto de extensão.

Esperamos que, no futuro, terminada a urgência das ações de solidariedade, possamos construir novos ELOS. Desejamos que projetos de ação coletiva deste caráter não sejam construídos apenas com as entidades que colaboraram na construção do fundo emergencial e com as doações, mas, também, com outros parceiros e demais finalidades. A discussão de temas tais como: o ensino de Arquitetura e Urbanismo diante das demandas emergentes, o exercício profissional orientado por meio de uma perspectiva de redução das desigualdades sociais, entre outros, nos parecem ser temas que se apresentam como necessários e pertinentes.

Reflexão para além da doação

Qual o alcance das ações de doação e de ajuda às famílias desassistidas? Uma pergunta que

tem óbvia relação com a crise da Covid-19 e a consequente explosão de ações assistenciais que começaram a pulular pelo estado do Rio Grande do Sul a partir de então. Todas as campanhas de arrecadação e doação de alimentos, produtos de higiene, roupas, são inquestionáveis. São o gesto de ajuda humanitária possível no contexto de isolamento social. Cada iniciativa dessas merece aplauso. Afinal, como colaborar com quem perdeu sua renda, seu emprego e tem fome agora? É preciso criar as condições para que os pobres e vulneráveis fiquem em casa -recomendação central das autoridades da saúde-. Contudo, é preciso refletir sobre os limites e o alcance das ações filantrópicas e misericordiosas.

A armadilha do assistencialismo está na afirmação implícita de que os pobres são incapazes de protagonizar a criação de um mundo para si. Pressupõe que eles necessitam que algo lhes seja sempre “generosamente” outorgado, mas, se acreditamos que o mundo não é, mas está sendo, “solidarizar-se com estes [os oprimidos] é algo mais que prestar assistência a trinta ou a cem, mantendo-os atados, contudo, à mesma posição de dependência” (FREIRE, 1987, p. 36).

Paulo Freire chamava de “falsa generosidade” aquela que precisava da permanência da injustiça para continuar tendo oportunidade de realizar-se. Era preciso, segundo ele, combatê-la enfrentando os mecanismos de opressão e tornando-os objeto de reflexão. Isso requer a disposição de fazer *com o outro*, e não *para o outro*; de irmanar-se na incessante luta pela recuperação da humanidade, dignidade e direitos dos oprimidos.

Nada disso é doação a ser recebida pelos pobres, mas conquistas que devem ser buscadas permanentemente.

A solidariedade deixa de ser um gesto piegas, sentimental e distante quando passa a ser ato de compromisso e amor, que não se constrói verdadeiramente à distância e ocasionalmente. É preciso coragem para o diálogo com o povo, de onde emergirão ambos. Neste encontro, como refere o educador, os pobres “deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados” (FREIRE, 1987, p. 36). O caminho é o do encontro e do amor que transcenda a doação distanciada e misericordiosa.

“Porque é um ato de coragem, nunca de medo, o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam estes, oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa” (FREIRE, 1987, p. 80). São necessários vínculo, humildade e, principalmente, diálogo para refletir e agir sobre o mundo para transformá-lo. Já que ninguém liberta ninguém, e ninguém se liberta sozinho, é preciso compromisso e amor em comunhão, e isso não se faz colocando um dinheiro em uma conta, quantificando “beneficiários” abstratos. É preciso, parece-nos, que este sentimento de solidariedade extrapole o período de urgência. Que se transforme em engajamento real com as causas populares, e a extensão universitária é um espaço adequado, nos parece, para o encontro e a transformação social. ◀

Referências Bibliográficas

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ESCOLA LIVRE DE ARQUITETURA (org). ELO. **Porto Alegre**: Escola Livre de Arquitetura, 2020.

VELLEDA, Luciano. **Em tempos de coronavírus, famílias da Vila Nazaré ainda sofrem com remoções e falta d'água**. **Jornal Sul 21**. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2020/03/em-tempos-de-coronavirus-familias-da-vila-nazare-ainda-sofrem-com-remocoes-e-falta-dagua/>. Acessado em: 09 ago 2020.



Projeto de Extensão Pela Vida: o combate à Covid-19 começa pelo básico

Filipe Marchioro Pfützenreuter: Letras – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
e-mail: filipe.pfutzenreuter@ifsc.edu.br
Luciano Haverroth: Física – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)

Introdução

Caçador, na Região Catarinense do Contestado, é um município com realidade social consideravelmente adversa: possui Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,735 – é apenas o 148º melhor índice do estado (IBGE, 2010) –, além de 29,2% de sua população possuir rendimento nominal mensal per capita de 1/2 salário mínimo (IBGE, 2017).

O panorama supracitado faz com que Caçador possua um limitado poder de reação à pandemia da Covid-19, posto que muitas famílias têm dificuldade de acesso aos itens mais básicos à subsistência humana, como alimento, produtos de higiene e, até mesmo, roupas.

O pronunciamento de sua Secretaria de Saúde indicou essa fragilidade ao anunciar, em Maio

de 2020, a transmissão comunitária do vírus no município (CAÇADOR, 2020).

Como Caçador possui um dos invernos mais rigorosos do estado, é fundamental que a população mais carente esteja devidamente agasalhada, de modo a evitar que a redução da temperatura corporal, ou mesmo a hipotermia, prejudique a imunidade de seus indivíduos e, assim, deixe-os ainda mais suscetíveis à contaminação viral. Diante desse contexto, surgiu a ideia de realizar, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC (Campus Caçador), um projeto de extensão justificado, principalmente, pela necessidade de fornecer roupas de Inverno e cobertores às famílias caçadorenses de baixa renda, assim como pela necessidade de muní-las de informações pertinentes ao combate à Covid-19, incluindo instruções sobre aquecimento corporal, higienização e uso de máscaras.

Foi, portanto, com o objetivo geral de garantir o fornecimento desses itens que surgiu o projeto "Pela Vida: combate à Covid-19 através da informação e do fornecimento de roupas a famílias socialmente vulneráveis", cujo relato corresponde ao conteúdo deste texto.

O projeto em questão contou ainda com os seguintes objetivos específicos: 1) levantar dados gerais sobre a realidade social das famílias caçadorenses; 2) levantar informações relativas a estratégias de combate à Covid-19 e divulgá-las à população através do perfil do projeto no Instagram; 3) auxiliar na distribuição de máscaras e álcool em gel 70% produzidos por outros projetos de extensão do Campus Caçador; 4) proporcionar aos discentes extensionistas uma visão mais concreta da realidade social do município; 5)



Figura 1 – Dia de entrega de roupas e cobertores ao Centro de Referência e Assistência Social (CRAS)

Fonte: Dos autores

aprimorar a capacidade comunicativa e as habilidades de produção textual desses estudantes.

Fundamentação teórico-metodológica

Um dos propósitos mais nobres das universidades é converter os conhecimentos construídos em sala de aula ou laboratórios em benefícios para a comunidade, o que também se estende para o uso de sua estrutura física e humana em prol da população. É justamente com vistas a esse propósito que surge a extensão universitária, a qual, em linhas gerais, pode ser definida, conforme Santos Júnior (2013), como uma troca entre os saberes acadêmicos e populares, resultando na democratização do conhecimento acadêmico e na produção científica, tecnológica e cultural pautada na realidade.

Aqui, vale ressaltar que o propósito extensionista atribuído às universidades também se aplica às instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a qual, entre outras finalidades, prescreve para tais instituições a seguinte: “desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica” (BRASIL, 2008, Art.6º, VII). Entre as unidades dessa rede, está o Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia – IFSC, contexto do qual emergiu o projeto de extensão aqui relatado.

Em termos de demandas comunitárias, conforme apontado anteriormente, o Projeto Pela Vida (PPV) atendeu a tais necessidades considerando a existência de muitas famílias em situação de vulnerabilidade social em Caçador, as quais dependem do apoio de instituições públicas para enfrentar a atual pandemia da Covid-19. Considerando que muitas dessas famílias detêm recursos limitados, inclusive para a aquisição de roupas e cobertores, o projeto atendeu à comunidade principalmente através da distribuição desses itens indispensáveis para o bom funcionamento do sistema imunológico. Conforme sustentam Corrêa e Ferreira (2004, p. 79-80), para vertebrados como os seres humanos, a temperatura “é um fator limitante na velocidade da reação de hemólise, isto é, em temperaturas mais baixas a velocidade da resposta imunitária caracterizada pela hemólise é mais lenta”.

Além de roupas e cobertores, o PPV também arrecadou e distribuiu outros dois produtos fundamentais no combate à pandemia, máscaras e álcool em gel 70%, os quais foram produzidos e fornecidos por outros dois projetos de extensão do Campus Caçador: “Máscaras de TNT para comunidades carentes de Caçador” (coordenadores: Profa. Cristiane Bellé Gomes e William Douglas Gomes Peres) e “De mãos dadas por Caçador: álcool gel para quem precisa” (coordenadores: Profa. Samira Jamil Fayad e William D.G. Peres)

Outra característica necessária à extensão é a participação discente. Segundo Arantes e Deslandes (2017, p.181), os projetos extensionistas contribuem para aprimorar o conhecimento adquirido ao longo da graduação, além



Figura 2 – Álcool em gel 70% e máscaras em TNT fornecidos pelos projetos parceiros

Fonte: Dos autores

de melhorar a autoconfiança e viabilizar o conhecimento profissional na área escolhida. Nesse sentido, os projetos parceiros contribuíram para que seus discentes colocassem em prática conhecimentos construídos ao longo do Curso de Formação Inicial e Continuada em Costura Industrial, no caso do projeto “Máscaras de TNT para comunidades carentes de Caçador”, e do Bacharelado em Engenharia de Produção, no caso do projeto “De mãos dadas por Caçador: álcool gel para quem precisa”.

O PPV, por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento de conhecimentos e competências relacionados à educação em nível médio por parte dos discentes dele participantes, sendo estes provenientes dos cursos técnicos integrados em Informática e Plásticos. As unidades curriculares e áreas do Ensino Médio mais diretamente contempladas foram: Geopolítica, Sociologia, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (LCT). Dos conhecimentos e competências mais diretamente pertencentes às duas primeiras, os estudantes puderam conhecer as características sociais da população caçadoreense ao pesquisarem

sobre rendimento e IDH no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto às LCT, puderam desenvolver a produção textual através da elaboração de mensagens de texto, *stories* e *posts* para o perfil do projeto no Instagram, os quais continham informações sobre o *status* da pandemia, além de orientações sobre formas de prevenção. Cabe ressaltar que esses estudantes não participaram das etapas de campo do projeto, de modo a lhes assegurar o distanciamento social necessário para evitar a exposição ao Coronavírus.

Foram cinco os discentes¹ extensionistas participantes do PPV, sendo que todos trabalharam sem bolsa de extensão, disponibilizando computadores e smartphones particulares. O projeto como um todo não recebeu nem dependeu de financiamento, posto que os itens arrecadados e destinados às famílias beneficiadas vieram de doações realizadas pela comunidade (discentes, servidores, comunidade externa) e pelos projetos parceiros. Além dos recursos humanos, particulares e das doações, os demais recursos necessários foram basicamente um veículo abastecido para o transporte dos itens e computador com acesso à Internet, sendo que ambos foram fornecidos pelo próprio IFSC – Campus Caçador, ou seja, custeados diretamente pela instituição com base em seu orçamento ordinário.

1. Discentes extensionistas participantes do Projeto Pela Vida: Anna Clara dos Santos, Ciliane Alves dos Santos, Emanuel dos Santos Ringwald, Rafaela Hennig, Ruan Cardoso Veiga.



Figura 3 – Veículo institucional em dia de arrecadação e entrega de itens

Fonte: Dos autores

Em se tratando de recursos humanos, além dos cinco discentes e dos integrantes dos projetos parceiros, o Pela Vida contou com a participação de dois docentes – Filipe Marchioro Pfützenreuter (coordenador do projeto e professor de Português/Inglês) e Luciano Haverroth (professor de Física) –, além dos servidores do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Caçador, o qual se tornou parceiro do projeto para receber as doações, mapear as famílias a serem beneficiadas e dar destino final aos itens arrecadados

O PPV foi realizado de maio de 2020 a setembro de 2020, contando com as seguintes etapas de execução: 1) levantamento da realidade social das famílias caçadorenses e seleção das beneficiadas; 2) busca por parcerias para o projeto; 3) criação de perfil para ele no Instagram; 4) divulgação do projeto e de informações no perfil oficial; 5) arrecadação e distribuição de roupas, cobertores,

máscaras e álcool em gel; 6) divulgação dos resultados.

Quanto à primeira etapa, o levantamento da realidade social foi realizado através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já o mapeamento das famílias a serem beneficiadas foi feito pelo órgão público municipal que se tornou parceiro do projeto: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Caçador. Nessa parceria, o Pela Vida ficou responsável por coletar os itens a serem doados e por entregá-los na unidade central do CRAS, que, a partir de então, dava destino final às doações. Na etapa da coleta, os discentes auxiliavam na busca por doadores e os docentes iam ao encontro destes com o veículo institucional. Também foi criado um ponto de arrecadação na guarita do Campus Caçador, onde os itens ficavam em quarentena antes de serem encaminhados ao CRAS, que também ficou responsável por repassar diretamente aos beneficiados as orientações de enfrentamento à Covid-19 publicadas no perfil do PPV no Instagram, criado na terceira fase do projeto.

Na segunda etapa, além do órgão público, foram firmadas as parcerias citadas anteriormente com outros dois projetos de extensão desenvolvidos no Campus Caçador.

As contribuições foram recíprocas, pois os parceiros garantiram o fornecimento de máscaras e álcool ao PPV, ao passo que este assegurou a destinação dos itens fabricados por aqueles.

Na terceira e quarta etapas, contando com a participação ativa dos discentes extensionistas, foi criado o perfil para o Projeto Pela Vida no Instagram, o qual serviu para divulgar a campanha de arrecadação e doação de itens, além de viabilizar a publicação de informações relativas ao combate à Covid-19, o que incluiu informações relacionadas ao *status* da pandemia, lista de ambientes com maior risco de contágio, além de orientações para minimizar as possibilidades de contaminação, incluindo instruções sobre aquecimento corporal, higienização e uso de máscaras. Nestas etapas, os

discentes elaboravam os textos a serem publicados, enviavam ao coordenador para a revisão de texto e de conteúdo, por fim, o material era postado no perfil oficial para a apreciação pública.

A quinta etapa foi realizada concomitantemente às demais, sendo que os itens arrecadados, depois de ficarem em quarentena no campus, eram entregues ao CRAS quinzenal ou mensalmente. Ao todo, foram realizadas cinco viagens com tal finalidade.

A divulgação dos resultados prevista na sexta etapa ocorreu, primeiramente, através do perfil no Instagram. A cada entrega ao CRAS, os professores fotografavam os itens e a própria ocasião da entrega. Em seguida, com o auxílio dos discentes, publicavam-se no perfil *stories* e *posts* contendo imagens e texto escrito, descrevendo os itens doados, a quantidade, destacando a parceria entre IFSC e CRAS, enfatizando a importância da campanha e, principalmente, estimulando novas doações. Além dessa divulgação periódica, o projeto também foi divulgado na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) 2020 do IFSC, realizada online de 19 a 22 de Outubro de 2020.

Resultados

Como resultado quantificável relacionado ao objetivo geral do Projeto Pela Vida, foram arrecadados e doados 184,3kg entre roupas e cobertores. Esses itens foram inspecionados, porém não foram contabilizados um a um. Como o CRAS é que ficou responsável pela triagem e destinação final, a quantificação por peso deu-se para evitar a exposição dos professores ao Coronavírus em função de uma manipulação desnecessária.

Quanto ao objetivo específico de auxiliar na distribuição de máscaras e álcool em gel 70% produzidos por outros projetos desenvolvidos no IFSC – Campus Caçador, foram arrecadadas 500 unidades do primeiro desses itens e 60 vasilhames do segundo.



Figura 4 – Dia de doação completa: roupas, cobertores, máscaras e álcool

Fonte: Dos autores

Outros objetivos específicos delimitados para o projeto foram: levantar dados gerais sobre a realidade social das famílias caçadorenses e proporcionar aos discentes extensionistas uma visão mais concreta dessa realidade. Quanto ao primeiro desses objetivos, foi diagnosticado que Caçador ocupa apenas a 148ª posição no *ranking* de municípios com maior IDH do estado e que o percentual de famílias caçadorenses com rendimento nominal mensal per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo é de 29,2%. Quanto ao segundo, foi possível proporcionar aos discentes extensionistas uma visão mais concreta da realidade social local de duas maneiras: primeiramente, pelo próprio levantamento de indicadores sociais realizado no site do IBGE; em segunda instância, pelos depoimentos dos servidores do CRAS que lhes eram repassados pelos professores. Nesses depoimentos, os casos concretos de algumas famílias – com nomes devida e eticamente não revelados – vinham à tona, como o trágico caso de uma família cujo imóvel havia sido perdido em um incêndio.

Além do site do IBGE, os discentes também contribuíram com o levantamento de

informações em telejornais nacionais e estaduais, rádio local, assim como no perfil da Prefeitura de Caçador no Instagram. Desse modo, além da atualização quanto ao *status* da pandemia no Brasil, estado e município, atingiu-se o objetivo específico de levantar informações relativas a estratégias de combate à Covid-19, divulgá-las no perfil oficial do projeto e, por intermédio do CRAS, junto das

famílias assistidas. Em *post* realizado neste perfil em 17 de julho de 2020, por exemplo, divulgou-se que Caçador detinha, já naquela época, 145 casos confirmados da doença, entre os quais 4 converteram-se em óbitos. Já em *post* efetuado no dia 24 desse mesmo mês, foi divulgado que, na ocasião, Santa Catarina registrou 170% de aumento nas contaminações pelo Coronavírus. Esses *posts* eram seguidos por outros contendo orientações sobre procedimentos coletivos e individuais a serem adotados para evitar o contágio e a proliferação da doença. Nestes, além das recomendações de praxe – uso de máscara, higienização constante das mãos e objetos, distanciamento social –, também foi feita reiteradamente a orientação para se evitar a frequência a alguns ambientes específicos, como academias, igrejas e bares, tendo sido inclusive publicada uma tabela contendo o *ranking* dos ambientes com maior risco de contágio.

Ao fim do PPV, somados aos inúmeros *stories* com duração de 24 horas, foram publicados 12 *posts* somente no perfil oficial do projeto no Instagram, além de mensagens de texto enviadas pelos discentes aos seus contatos e de *posts* realizados em seus perfis particulares. Como os conteúdos dos *stories* e *posts* oficiais eram criteriosamente elaborados pela equipe do projeto

sob orientação do coordenador, como também revisados por este, considera-se que o exercício de produção textual e publicação em rede social possibilitou o alcance do último objetivo específico previsto pelo projeto: aprimorar a capacidade comunicativa e as habilidades de produção textual dos estudantes participantes.

Considerações finais

A experiência proporcionada pelo projeto "Pela Vida: combate à Covid-19 através da informação e do fornecimento de roupas a famílias socialmente vulneráveis" possibilitou confirmar a viabilidade se colocar em prática aquilo que, em teoria, define-se por extensão, com destaque para dois de seus aspectos mais elementares.

Pensando no aspecto da extensão correspondente à troca de contribuições entre instituição de ensino e comunidade, a doação de roupas, cobertores, máscaras e álcool viabilizada pelo projeto foi de grande contribuição para auxiliar as famílias caçadorenses no enfrentamento da Covid-19. Nesse sentido, o baixo rendimento nominal mensal per capita configura-se em um fator limitante para elas custearem esses itens, pois o orçamento familiar é limitado inclusive para custear outros elementos igualmente indispensáveis à subsistência, como alimentos, água, gás e energia elétrica. Em contrapartida, a comunidade, representada mais diretamente pelo CRAS e pelos doadores, trouxe contribuições significativas para os discentes extensionistas, as quais estão relacionadas com outro aspecto próprio da extensão: proporcionar a construção de conhecimentos relacionados à área ou nível de formação, preferencialmente, na articulação com a pesquisa e o ensino curricular.

Ainda que os discentes não tiveram contato direto com as famílias beneficiadas pelo projeto, os casos concretos relatados pelos servidores do CRAS permitiram que esses estudantes tivessem uma dimensão melhor do que significam os

indicadores sociais (IDH e rendimento nominal mensal per capita) pesquisados no *site* do IBGE: no caso de Caçador, a existência de famílias que passam frio e fome, que não possuem produtos para a higiene pessoal, em alguns casos, até mesmo famílias sem teto. Já o contato com os doadores, estabelecido principalmente por meio do perfil do projeto no Instagram e pelo Whatsapp, possibilitou aos discentes o desenvolvimento de suas competências comunicativas e de produção textual, principalmente, no que diz respeito ao uso das funções referencial e conativa da linguagem aplicadas aos gêneros textuais *mensagem de texto*, *stories* e *post*. O desenvolvimento dessas competências também foi proporcionado pela participação dos discentes na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) do IFSC, na qual eles apresentaram o PPV na modalidade *Relato de Extensão* e também foram introduzidos aos eventos científicos, em preparação para o Ensino Superior.

O IFSC e as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica têm pouco tempo de existência: são apenas 13 anos incompletos. Em função disso, principalmente nos municípios de interior como Caçador, onde a implantação de um campus é ainda mais recente, há um contingente considerável de pessoas que desconhecem as atividades desenvolvidas por essas instituições. Sendo assim, a parceria com o CRAS, o contato direto com os munícipes doadores e a exposição do projeto em um evento científico nacional proporcionaram também o benefício de divulgar a instituição promotora do projeto, algo importante não somente para angariar matrículas, como também para demonstrar sua produtividade e, assim, reivindicar seu espaço na comunidade.

Atendendo aos pré-requisitos da extensão, a execução do PPV trouxe à tona algumas das questões que motivaram a sua gênese: como esperar que as famílias caçadorenses

socialmente vulneráveis ingressem em um isolamento social absoluto quando precisam sair para trabalhar, procurar emprego ou pedir doações? Como esperar que higienizem as mãos quando não possuem recursos nem para comprar sabão? Como esperar que usem máscaras quando sequer possuem roupas e cobertores suficientes para não sucumbirem à hipotermia e às consequentes doenças que contagiam um sistema imunológico enfraquecido? Atentando-se a essas questões, a conclusão do projeto possibilitou confirmar a hipótese inicialmente levantada, a qual justifica o título deste artigo: que o combate à Covid-19 por parte dessas famílias inicia-se pelo básico, ou seja, pelo acesso a itens como os fornecidos pelo projeto, a começar por roupas e cobertores para enfrentar o rigoroso inverno caçadoreense.

Por fim, o PPV demonstrou que é possível desenvolver projetos de extensão com pouco recurso financeiro e de grande contribuição para a instituição promotora, para seus discentes e, principalmente, para a comunidade externa; e que um caminho para tanto é firmar

parcerias – com órgãos públicos, com outros projetos, com a própria comunidade –, juntamente com um trabalho voltado para sensibilizar os discentes quanto à relevância dos resultados previstos pelo projeto. Assim, quando se trata de atender a uma demanda urgente como a do enfrentamento à Covid-19, é possível driblar a falta de recursos para a aquisição de insumos e para a concessão de bolsas. Ao mesmo tempo, visando a projetos futuros, é igualmente importante reivindicar institucional e politicamente fomento às atividades de extensão, de modo a não eximir os governos – principalmente, o federal – da sua responsabilidade constitucional de assegurar educação pública de qualidade, o que necessariamente perpassa pela articulação entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. ◀

Referências Bibliográficas

- ARANTES, Állison R.; DESLANDES, Maria S. S. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. *Sinapse Múltipla*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-183, dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla/article/view/16489/12678>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 11892**: Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.
- CAÇADOR Online. **Caçador confirma transmissão comunitária de Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://www.cacador.net/noticias/geral/2020/05/04/atualizacao-cacador-confirma-transmissao-comunitaria-de-coronavirus-48183>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- CORRÊA, Juliana Aparecida; FERREIRA, Iara Lúcia Laporta. Aspectos comparativos da influência da temperatura dinâmica da interação antígeno-anticorpo em vertebrados. *Revista PIBIC*, Osasco, v. 1, n. 1, p. 71-80, jan. 2004. Disponível em: <http://www.unifio.br/files/0222fisjc.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice de Desenvolvimento Humano**: Caçador no estado de Santa Catarina. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cacador/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 18 mai. 2020. Acesso em: 18 mai. 2020.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama**: Caçador. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/cacador/panorama>. Acesso em: 18 mai. 2020.
- SANTOS JÚNIOR, Alcides Leão. **A extensão universitária e os entre-laços de saberes**. 2013. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/17554/1/A%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA%20E%20OS%20ENTRE-LA%C3%87OS%20DOS%20SABERES.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.



Capacitação dos estagiários do Curso de Fisioterapia da UFVJM para o enfrentamento da Covid-19

Vanessa Pereira Lima: Fisioterapia – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); e-mail: vanessa.lima@ufvjm.edu.br

Vanessa Amaral Mendonça: Fisioterapia – UFVJM

Joyce Noelly Vitor Santos: Fisioterapia PPGReab - UFVJM

Acadêmica de Fisioterapia: Ana Luíza da Silva Nunes Teixeira Rodrigues

Introdução

O vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2 (SARS-CoV-2), é um novo tipo de coronavírus, uma família de vírus que causam infecções respiratórias (SINGHAL, 2020). Esse vírus foi originado na China em dezembro de 2019 e a doença causada pelo mesmo foi denominada *Coronavirus Disease* (Covid-19) (WHO, 2020). Essa nova doença é

altamente transmissível e se propaga através da inalação de aerossóis ou contato com nariz, boca ou olhos após o toque em superfícies contaminadas pelo vírus (AYTÄ *et al.*, 2020). Pessoas infectadas pelo vírus podem manter-se com quadros assintomáticos, evoluir com síndromes gripais leves, pneumonia grave, insuficiência respiratória e, até mesmo, morte (AYTÄ *et al.*, 2020).

No atual cenário, a importância dos profissionais da saúde vem sendo evidenciada e a Fisioterapia vem ganhando destaque na linha de frente no atendimento aos pacientes acometidos (ASSO-BRAFIR, 2020), atuando nos três níveis de atenção à saúde. Destacam-se os papéis do fisioterapeuta na reabilitação e suporte ventilatório de pacientes internados em Unidades de Terapia Intensiva, reabilitação do declínio funcional e de repercussões decorrentes de períodos prolongados de internação, bem como, a reabilitação pós-Covid para restabelecer a função pulmonar, funcionalidade e qualidade de vida. Além disso, também é papel do fisioterapeuta atuar na promoção da saúde como disseminador de informações e na prevenção com orientações quanto às medidas preventivas de contágio. Diante disso, fica cada vez mais explícita a importância do fisioterapeuta na equipe multidisciplinar, com destaque no ambiente de terapia intensiva (ASSOBRAFIR, 2020).

Desde o decreto de pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, medidas de saúde pública para prevenir a disseminação da doença foram implementadas, incluindo o isolamento e distanciamento social (WHO, 2020), impactando diretamente em diversos setores, como saúde, economia e educação (ANDREZA *et al.*, 2020). Na educação, destaca-se a interrupção das atividades de ensino básico e superior por tempo indeterminado, resultando na necessidade de criação de formas alternativas que reduzissem os danos no aprendizado dos alunos e futuros profissionais (ANDREZA *et al.*, 2020). Assim, após lançada a Portaria nº 343 (Ministério da Educação, 2020), que permite a disponibilização on-line temporária de disciplinas teóricas que antes eram ministradas presencialmente, as instituições de ensino começaram a adotar a prática do ensino remoto (CAVALCANTE *et al.* 2020).

À vista disso, foi elaborado um curso on-line para os alunos dos dois últimos anos do curso de Fisioterapia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), que enfrentavam desafios da pandemia quanto aos

métodos de ensino. O objetivo principal do curso foi atender com caráter complementar o processo de aprendizado durante o período de calamidade pública. E como objetivos específicos, atualizar os alunos sobre a Covid-19 e capacitá-los para a reabilitação dos pacientes acometidos pela doença, a levarem informações para a comunidade sobre proteção e prevenção da disseminação do vírus, além de discutir brevemente sobre saúde mental em tempos de pandemia.

Fundamentação teórico-metodológica

A atividade de ensino e extensão em questão foi descritiva com análise quali-quantitativa. Os questionários de avaliação / *feedbacks* dos alunos nos garantiram dados quantitativos com resultados percentuais da avaliação do curso e do conteúdo e uma discussão qualitativa da sua efetividade por meio de questão aberta, dissertativa.

Os participantes eram alunos e alunas matriculados nos estágios curriculares da graduação (7º, 8º, 9º e 10º períodos). Tais estágios acontecem na Clínica Escola de Fisioterapia da UFVJM, nas Unidades Básicas de Saúde, na Santa Casa de Caridade e no Hospital Nossa Senhora da Saúde, respectivamente e estão localizados na cidade de Diamantina, MG.

O curso aconteceu em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da UFVJM, coordenado por duas docentes do departamento de Fisioterapia, elaborado e executado por uma aluna de mestrado e uma aluna da graduação do curso de Fisioterapia, com início no dia 1º de julho de 2020 e encerramento no dia 12 de agosto de 2020.

A equipe construiu cartazes de divulgação contendo todos os dados do curso (Figura 1), que foi compartilhado nas mídias sociais (Instagram e WhatsApp), além de e-mail enviado pela coordenação do curso de Fisioterapia para todos os discentes matriculados nos períodos

citados. Para se inscreverem, os discentes deveriam enviar o nome completo e período que estavam cursando para o e-mail divulgado.



Figura 1: Cartaz de divulgação
Fonte: Ana Luiza da Silva Nunes Teixeira Rodrigues

As aulas aconteceram em seis módulos através de vídeos explicativos, com recursos audiovisuais, pré-gravados pelas ministrantes e liberados semanalmente de forma assíncrona, utilizando a plataforma gratuita de educação à distância “Ensi- neOnline” (Figura 2) e, para aprofundamento do conteúdo, foram oferecidos materiais comple- mentares em PDF que incluíam artigos científicos e documentos atuais do Ministério da Saúde, Associação Brasileira de Fisioterapia Cardior- respiratória e Fisioterapia em Terapia Intensiva



Figura 2: Layout da plataforma "Ensi- neOnline"
Fonte: Plataforma Ensi- neOnline (ead.ensineonline.com.br)

(ASSOBRAFIR) e outras instituições atuantes no combate à Covid-19.

Os módulos contaram com uma introdução sobre a Covid-19, abordagem sobre a atuação do fisioterapeuta nos diferentes cenários (atenção primária, ambulatorial, hospitalar e no ambiente de terapia intensiva), as repercussões físicas da Covid-19, a avaliação respiratória e funcional e o tratamento com foco no resta- belecimento da função dos indivíduos acometi- dos pela doença. Também foram abordadas a definição da Covid-19, eficácia e uso de EPIs, medidas de segurança durante e após o aten- dimento e contato com pacientes e familiares. Assim como, orientações gerais sobre a Covid- 19, medidas de proteção e prevenção e indi- cação de quando e onde procurar atendimento de acordo com os sinais e sintomas apresen- tados e uma abordagem sobre “saúde mental” dos pacientes e estudantes apresentando estratégias de enfrentamento para reduzir a ansiedade e o estresse.

O aprendizado e conhecimento adquiridos pelos discentes foram avaliados por meio de dois questionários aplicados via *Google Form*, sendo um ao início do curso e outro após a sua conclusão. Esses questionários foram compostos por 38 e 40 questões respectiva- mente, dissertativas e de múltipla escolha, que avaliaram o conhecimento dos alunos sobre a Covid-19 e a atuação da Fisioterapia nesse contexto, além das condições de acesso

à internet e expectativas em relação ao retorno às atividades presenciais após o controle da pandemia, distinguindo-se apenas nas modi- ficações das perguntas 3 (“Você tem alguma dificuldade no acesso à internet nesse período de quarentena?” modificada para “Você teve alguma dificuldade no acesso à internet para a realização da capacitação?”) e 36 (“Quais as suas expectativas com a capacitação?” modi- ficada para “A capacitação atendeu as suas expectativas?”) e o acréscimo de duas outras questões finais (“Você se sente ‘mais preparado’ para lidar com os desafios acadêmicos após a realização do curso?” e “As dicas sobre saúde mental foram úteis para você?”). A avaliação da oferta do curso foi realizada através de um questionário de satisfação aplicado ao final do curso (Questionário de Satisfação), contendo nove questões de escala linear e uma questão aberta para inserir comentários e sugestões.

Resultados e discussão

O presente estudo demonstrou que o curso de capacitação oferecido aos alunos de fisioterapia melhorou o conhecimento acerca da prevenção e tratamento de pacientes acometidos pela Covid-19, além disso, após o curso os alunos se sentiram mais confiantes e seguros no atendimento ao paciente durante a pandemia.

Nossos resultados mostram que do total de inscrições recebidas, 21 (30,4%) cursavam o sétimo período, 16 (23,2%) cursavam o oitavo período, 12 (17,4%) cursavam o nono período e 20 (29%) cursavam o décimo período, totalizando 69 participantes. Dessa amostra, 45 (65,2%) cumpriram a carga horária mínima exigida de 70% e, 44 (63,8%) responderam ao questionário obrigatório final.

Os dados quantitativos (tabelas 1 e 2) e os *feedbacks* qualitativos dos questionários demonstram que os discentes obtiveram aprendizado e apreciaram o curso.

Questões	Antes do Curso		Depois do curso	
	Sim	Não	Sim	Não
Você sabe a diferença entre coronavírus e COVID-19?	75,8%	24,2%	100%	0%
Você sabe como o vírus age no corpo humano?	50%	50%	97,7%	2,3%
Você saberia descrever qual é a importância do fisioterapeuta no contexto da COVID-19?	78,8%	21,2%	93,2%	6,8%
Você sabe quais são os objetivos da fisioterapia nesse contexto?	62,1%	37,9%	90,9%	9,1%
Você sabe qual é o papel do fisioterapeuta nos diferentes níveis de atenção de saúde, no contexto da COVID-19?	39,4%	60,6%	81,8%	18,2%
Você sabe o que é teleconsulta, teleatendimento e telereabilitação?	90,9%	9,1%	93,2%	6,8%
Você sabe quais são as repercussões físicas e funcionais da COVID-19?	48,5%	51,5%	95,5%	4,5%
Você sabe o que é a <i>post intensivecare syndrome</i> (síndrome pós UTI) e a <i>ICU-acquired neuromuscular weakness</i> (fraqueza neuromuscular adquirida na UTI)?	21,2%	78,8%	88,6%	11,4%
Você se sente preparado para avaliar um paciente com COVID-19 ou pós COVID?	3%	97%	65,9%	34,1%
Você se sente preparado para realizar o tratamento de um paciente pós-COVID?	6,1%	93,9%	59,1%	40,9%
Você sabe quando usar cada tipo de EPI?	34,8%	65,2%	95,5%	4,5%
Você se sente preparado para orientar seus pacientes no retorno aos estágios?	30,3%	69,7%	88,6%	11,4%
Você sabe quais orientações oferecer?	51,5%	48,5%	100%	0%

Tabela 1: Comparação quantitativa entre respostas aos questionários I e II
Fonte: Elaboração Própria

Quesitos de avaliação	Notas				
	1	2	3	4	5
Objetivos alcançados	0%	0%	6,1%	26,5%	67,3%
Relevância dos assuntos abordados	0%	0%	6,1%	12,2%	81,6%
Importância do conteúdo na atuação profissional	0%	0%	6,1%	6,1%	87,8%
Qualidade do conteúdo	0%	2%	2%	30,6%	65,3%
Assuntos claros e de fácil entendimento	0%	0%	2%	24,5%	73,5%
Nível de domínio do assunto pela equipe	0%	2%	0%	28,6%	69,4%
Acesso ao curso (internet, plataforma e suporte)	2%	10,2%	6,1%	36,7%	44,9%
Recursos audiovisuais	0%	2%	6,1%	51%	40,8%
Avaliação geral do curso	0%	0%	2%	42,9%	55,1%

Tabela 2: Questionário de satisfação
Fonte: Elaboração Própria

O questionário de avaliação aplicado antes e após o curso contou com quatro sessões. A primeira avaliou a condição de acesso à internet pelos discentes e 15,9% deles declararam possuir alguma dificuldade (Figura 3).Sabidamente, o acesso à internet de qualidade não é privilégio de todos e, de acordo com os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia

da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018 e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma a cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet, ou seja, em média cerca de 46 milhões de brasileiros não possuem acesso (TOKARNIA, 2020). Essa questão foi um dificultador que pode estar associado à perda amostral que correspondeu a 34,8% no decorrer do curso.

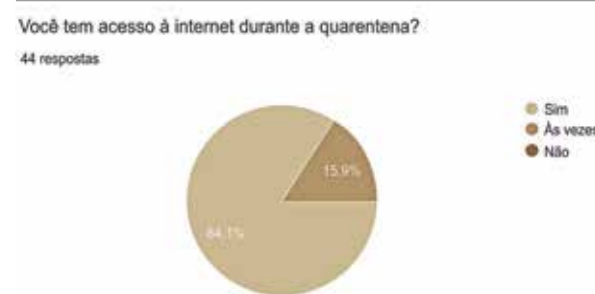


Figura 3: Condição de acesso à internet pelos alunos

Fonte: Elaboração Própria

“Por morar na zona rural, só possuímos internet 3G e nem sempre está disponível.”

“Não tenho internet em casa, utilizo dados móveis (3G). O sinal não é muito bom.”

Entre os discentes, dois procuraram o suporte por não conseguirem acessar a plataforma devido à baixa qualidade de internet que possuíam e a solução oferecida foi a publicação das aulas no YouTube, disponibilizando os links e materiais por e-mail.

Além disso, após a finalização do curso, os alunos foram acionados individualmente para que obtivéssemos informações concretas sobre as razões para a perda amostral (não conclusão do curso). Devido à quantidade considerável de relatos de problemas de rede, as aulas foram disponibilizadas no YouTube por um período de um mês, visando levar o acesso das informações ao maior número possível de discentes e

promover equidade. No entanto, não houveram alterações quanto ao número de visualizações das aulas.

Em seguida, a segunda sessão do questionário abordou questões relacionadas ao conhecimento desses alunos acerca da Covid-19 e do papel da Fisioterapia nesse cenário. Ao realizar o comparativo entre os questionários aplicados antes e após o curso, foi observada melhora nas respostas dos discentes, indicando que houve aprendizado sobre o conteúdo ministrado durante o curso de capacitação e que a mesma foi efetiva (Tabela 1). Em consonância com os resultados observados, sabendo-se que o cenário atual requer a implementação desse modelo de ensino, e de acordo com Andreza (2020), 80% dos acadêmicos referem um funcionamento adequado do ensino remoto em suas respectivas instituições educacionais, reforça-se a importância da adesão ao uso de atividades remotas mediante a atual situação de pandemia.

A terceira sessão abordou sobre saúde mental durante o período de quarentena. Os alunos classificaram sua condição de saúde mental como muito boa (0%), boa (56,8%), ruim (34,1%) e muito ruim (9,1%), caracterizando o momento como *“Frustrante”, “Muito cansativo e estressante”, “Bem complicado”,* entre outros. A condição da saúde mental durante a quarentena pode ser outro fator responsável pela perda amostral descrita acima, sabendo que o impacto da Covid-19 sobre a saúde mental de universitários é visível de acordo com Maia e Dias (2020) e eles vêm sendo mais atingidos por ansiedade, depressão e estresse quando comparado com períodos anteriores.

Quando questionados se as dicas oferecidas pelo curso sobre o tema de saúde mental foram de alguma utilidade, 97,7% dos alunos responderam positivamente (Figura 4).

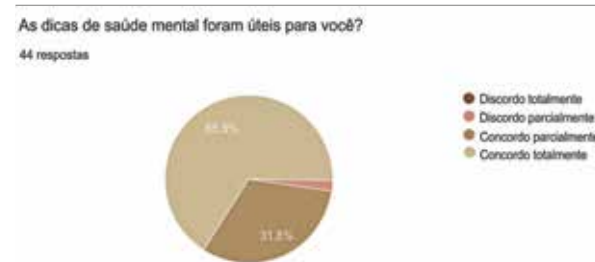


Figura 4: Utilidade das dicas sobre saúde mental

Fonte: Elaboração Própria

O período atual é de muita incerteza e, ao serem questionados na quarta sessão sobre os receios e ansios em relação ao retorno das atividades, inicialmente os alunos deixaram claro que seus maiores medos estavam relacionados ao contágio e ao preparo para lidar com as consequências desse cenário da melhor forma.

“Tenho receios sobre como será o protocolo para um retorno seguro das atividades presenciais, levando em consideração os discentes, docentes e pacientes atendidos pelos projetos e estágios da universidade.”

E, ao serem questionados novamente sobre seus receios após a conclusão do curso de capacitação, obtivemos respostas variadas que diferiram das iniciais em relação ao quanto se sentiam preparados. Percebemos uma melhora da autoconfiança, porém ainda com o temor pela infecção.

“Após a capacitação eu não tenho tanto medo como eu estava anteriormente de como lidar com esse cenário, então eu somente espero que quando for acontecer o nosso retorno, que ele seja em segurança tanto para nós estudantes quanto para os pacientes.”

“O principal receio é a contaminação, mas seria bom sentir útil nesse momento ajudar como posso os pacientes.”

As avaliações sobre a qualidade dos recursos utilizados para exposição das aulas e avaliação das ministrantes se mostraram satisfatórias, obtendo a maioria das notas entre 4 e 5, considerando 5 a nota máxima e 1 a nota mínima (Tabela 2).

Por fim, os alunos deixaram seus comentários relatando se a capacitação oferecida atendeu às expectativas, sendo 100% positivos.

“Foram além das minhas expectativas, a capacitação trouxe conhecimento enriquecedor sobre a situação atual que estamos vivendo, além de auxiliar e trazer um pouco mais de confiança para nós estudantes que provavelmente vamos ter contato com essa situação num futuro próximo.”

“Sim, a capacitação possibilitou que pudéssemos entender desde a fisiopatologia da doença até as melhores estratégias de abordagens.”

Através da análise desses dados é possível observar que a capacitação, através da sua abrangência das variadas situações presentes no contexto atual de pandemia da Covid-19, promoveu uma melhor compreensão dos discentes sobre o tema, acerca das complexidades a serem vivenciadas, e cumpriu o objetivo proposto de atender com caráter complementar ao processo de ensino / aprendizagem durante o período de pandemia. A expectativa almejada é a melhoria da atuação desses futuros profissionais junto à sociedade.

E, no que concerne às ministrantes, também houve uma aprendizagem significativa tanto ao realizar as pesquisas para se aprofundar no assunto quanto ao explorar a opção de ensino à distância e descobrir a melhor forma de prover suporte aos alunos de forma remota. Desse modo, a nova experiência se fez válida ao incluir uma nova realidade, com novos desafios.

Considerações finais

O uso da tecnologia como ferramenta de ensino vem sendo muito discutida atualmente, por ter se tornado uma alternativa para a continuidade do ensino em tempos que exigem distanciamento social. Sendo assim, a realização desse curso se mostrou de grande utilidade para

atender a população desejada de forma rápida e prática.

Sobre a capacitação, foi possível observar aproveitamento do conteúdo oferecido sobre a Covid-19 em todos os seus campos de atuação na referida área. Além da maior segurança em lidar com o cenário e com os pacientes que necessitem de orientação e tratamento, relatada pelos participantes.

Todavia, observaram-se restrições em relação à qualidade de internet e fatores psicossociais dos inscritos no que diz respeito às suas condições de participação e conclusão da carga horária do curso.

A importância de inserção dos alunos no meio prático, em convivência com o ambiente real, contribui relevantemente para o processo de formação (CAVALCANTE *et. al.* 2020). Diante da impossibilidade de realização dessas práticas durante o período de pandemia a estratégia de ensino remoto se mostrou eficaz para esse curso, no entanto, leva-nos a pensar na possibilidade de complementação prática futuramente.

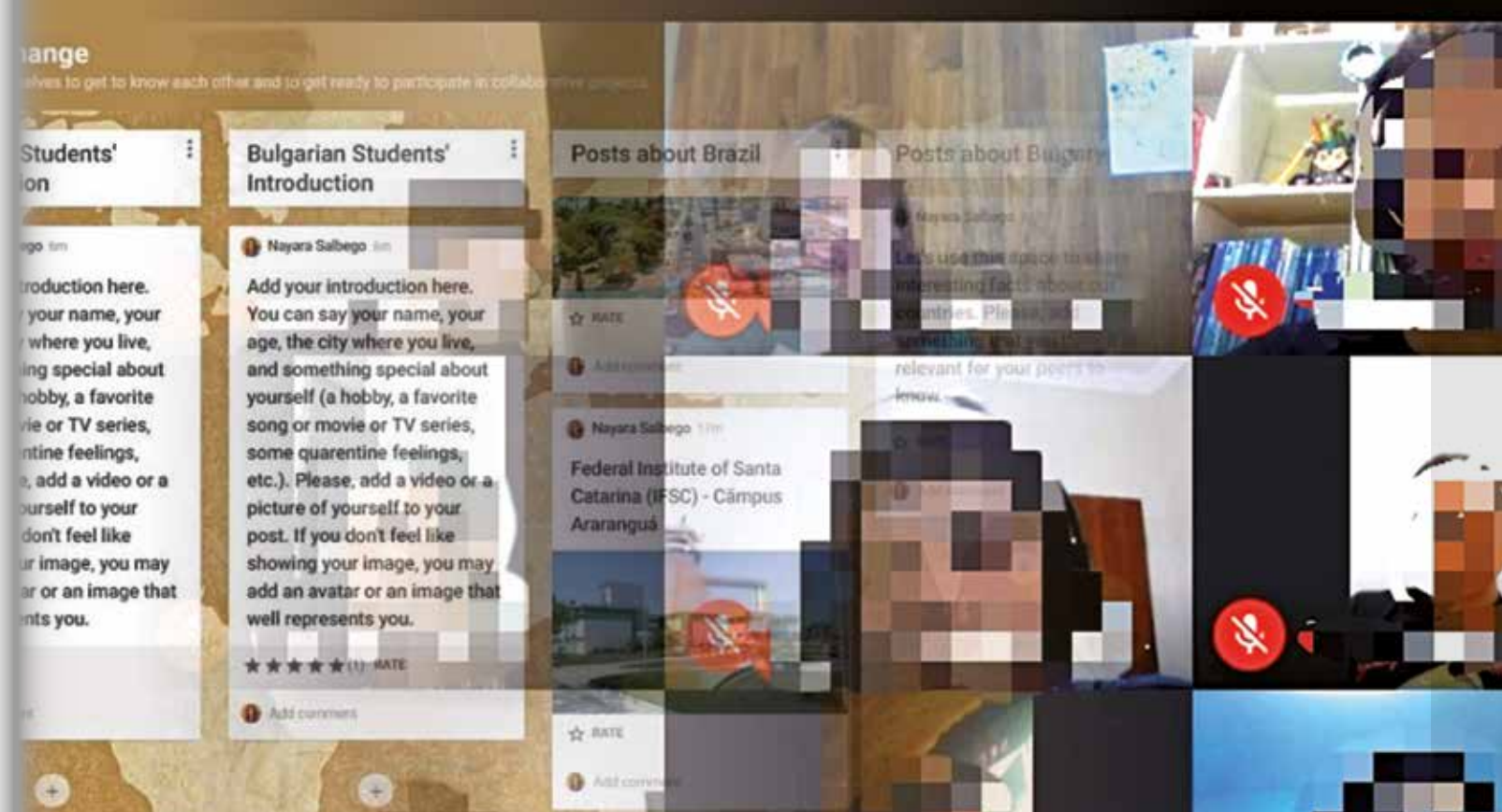
Desse modo, ao levar em consideração todos esses fatores, a execução deste curso online mostrou-se de grande importância para a capacitação dos alunos para o atendimento dos pacientes com ou pós Covid-19, bem como no contexto social de cada aluno ou aluna, a fim de disseminar informações em saúde, sendo que a partir dos resultados obtidos podemos concluir que os objetivos foram alcançados.

Agradecimentos

Agradecemos pelas contribuições das alunas Liliana Pereira Lima, Jaqueline de Paula Chaves Freitas, Vanessa Kelly da Silva Lage e Amanda Cristina Fernandes. À PROEXC/ UFVJM. Ao departamento de Fisioterapia da UFVJM pelo apoio e divulgação. Aos discentes participantes pela adesão. ◀

Referências Bibliográficas

- ANDREZA, R. S. *et al.* Os impactos da COVID-19 na educação por meio do ensino remoto. **Ver. Interfac.** v. 8, n. 3, p. 630–635, 2020.
- ASSOBRAFIR. **Comunicação Oficial COVID-19.** Aspectos éticos e legais do atendimento de fisioterapia durante a pandemia da COVID-19. 2020. Disponível em: <https://assobrafir.com.br/aspectos-eticos-e-legais-do-atendimento-de-fisioterapia-durante-a-pandemia-da-covid-19/> Acesso em 12 de novembro de 2020.
- AYTÄ, Y. K. *et al.* Pulmonary rehabilitation principles in SARS-COV-2 infection (COVID-19): A guideline for the acute and subacute rehabilitation. **Turk. Journ. of Phys. Med. and Rehab.** v. 66, n. 2, p. 104–120, 2020.
- CAVALCANTE, A. *et. al.* Educação superior em saúde: a educação a distância em meio à crise do novo coronavírus no Brasil. **Av. Enfer.** V.38, 2020.
- MAIA, B.R.; DIAS, P.C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estud. psicol.** v.37, 2020.
- SINGHAL, T. A review of Coronavirus Disease-2019 (COVID-19). **The Ind. Jour. of Ped.** v. 87, n. 4, p 281–286. 2020.
- TORKANIA, M. Um em cada 4 brasileiros não tem acesso à internet, mostra pesquisa. **Ag. Bras.** 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/um-em-cada-quatro-brasileiros-nao-tem-acesso-internet> Acesso em: 20 de novembro de 2020.
- WHO. World Health Organization: **Coronavirus disease 2019 (COVID-19) situations reports.** Disponível em: https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/situation-reports/?gclid=CjwKCAjw74b7BRA_EiwAF8yHFIkqKdOM7k9LoZ1aAWCeOD_OI9byrcIbK4la-cBKp0jK1akPzrF5uBoCNBMQAvD_BwE Acesso em: 12 de novembro de 2020.



Intercâmbio virtual em tempos de pandemia: incentivo ao desenvolvimento de habilidades linguísticas e interculturalidade

Nayara Nunes Salbego: Letras – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e-mail: nayara.salbego@ifsc.edu.br
Bolsistas Ensino Médio Integrado – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC): Aldrin Corrêa da Silva, Maria Eduarda Pazini, Victor Gabriel Correia Pereira

Introdução

Este relato de experiência apresenta o projeto de extensão "Incentivo ao desenvolvimento de habilidades linguísticas e interculturalidade", realizado no formato on-line devido a pandemia, vinculado ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC),

Campus Araranguá. O objetivo foi incentivar o desenvolvimento de habilidades linguísticas em inglês, com foco na aprendizagem de interculturalidade, através de atividades didáticas de intercâmbio virtual. O período de execução do projeto foi de março a dezembro de 2020. As ações do

projeto são apresentadas neste relato, enfatizando sua adaptação ao meio virtual.

Fundamentação Teórico-Metodológica

O projeto teve como objetivo o desenvolvimento de habilidades linguísticas e interculturalidade. Dessa forma, ações foram promovidas para a formação social do indivíduo com foco na diversidade cultural, no sentido de desenvolver habilidades linguísticas que auxiliam na comunicação com o mundo globalizado. O conceito de interculturalidade, tema central do projeto, refletiu na possível criação de consciência sobre diversidade cultural e respeito para com o outro, e também respeito a si próprio e a sua própria cultura (BYRAM, 1997; SCHAEFFER, 2019; O'DOWD, 2013).

Nesse viés, é possível entender que quando o indivíduo olha para si e para seus pares com abertura para entendimento e respeito, ele adere o

com respeito, além da possível geração de ações em cadeia no mesmo sentido.

Resultados

O projeto apresentou diversas ações sob as temáticas aprendizagem de línguas e interculturalidade. Destacam-se as atividades de intercâmbio virtual, sejam síncronas ou assíncronas. Mas também houveram outras ações que serviram de experiência para futuras edições.

Na atividade “Grupo de Conversação em Inglês”, foram feitos encontros semanais pela plataforma Google Meet, nos quais, o objetivo principal era desenvolver a aprendizagem e a prática da língua inglesa entre os participantes, por meio de conversas sobre o dia a dia, apenas em inglês. Por meio dessa atividade, incentivou-se os participantes a praticarem a habilidade oral em inglês, ampliando o domínio sobre a língua.

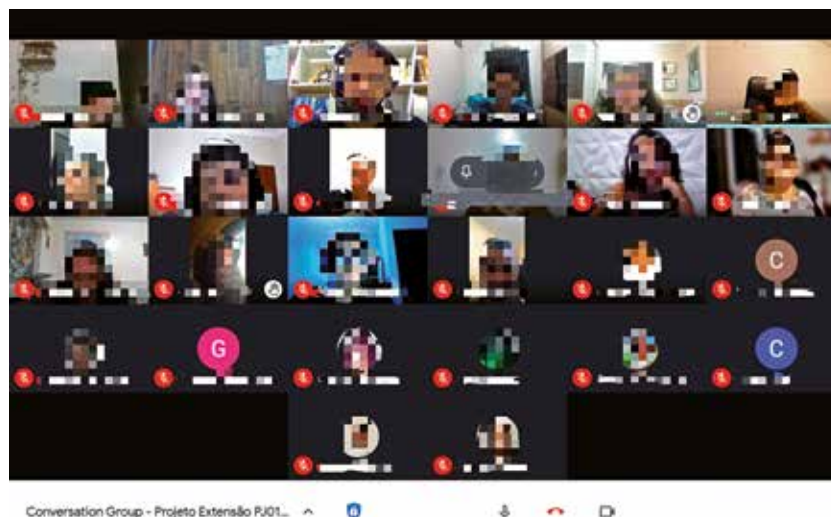


Figura 1: Grupo de Conversação em inglês

caminho de um cidadão mais consciente das suas ações pessoais, sejam elas individuais ou sociais. Assim, os indivíduos podem contemplar suas relações com o mundo de forma mais positiva e pacífica (PDI, IFSC, 2020-2024; ONU, ODS, 2015). Da mesma forma, é possível que com esse conhecimento, os participantes do projeto possam tratar os seres e o mundo ao seu redor

Além da atividade anterior, também foi realizado o “Grupo de WhatsApp da Casa da Fraternidade”, no qual, eram desenvolvidas atividades assíncronas enviadas todas as semanas para os integrantes do grupo. Essas atividades tinham como objetivo principal ajudar no desenvolvimento do vocabulário em inglês dos integrantes do grupo, que por meio de atividades simples e eficazes,

promoviam o aprendizado de palavras do dia a dia, como vocabulário relacionado a profissões, dias da semana, estações dos anos e entre outras. As atividades tinham o prazo de entrega de uma semana e eram realizadas no próprio aplicativo. As respostas eram comentadas e corrigidas pela coordenadora e bolsistas do projeto. Infelizmente, a atividade foi encerrada antes do tempo proposto por falta de participação dos integrantes, devido

comentar, perguntar ou curtir os *posts* do Padlet. Além dessa atividade, os alunos gravaram vídeos abordando alguns costumes sobre o Brasil — em grupos ou individualmente. Esses vídeos foram compartilhados com alunos de outros países como a Bulgária, por exemplo. Dessa forma, eles poderiam saber um pouco mais sobre a cultura brasileira (alimentação, vestimenta, escola, rotina escolar, costumes e pandemia).

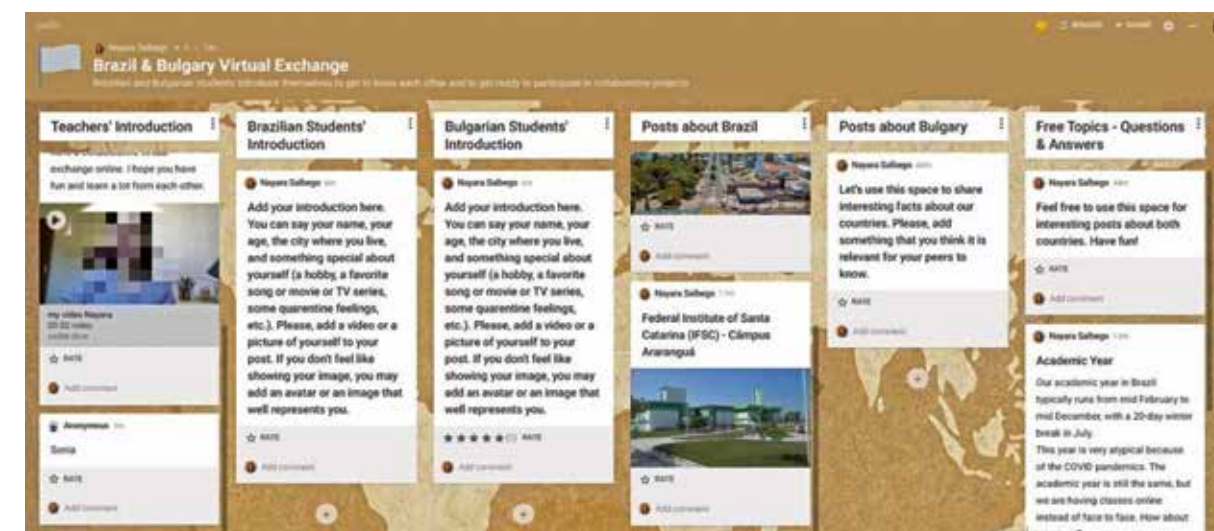


Figura 2: Padlet Brazil & Bulgaria

a pouca disponibilidade deles por sobrecarregamento de atividades online de sua escola regular. Portanto, não conseguiram realizar as atividades propostas pelo Grupo de WhatsApp da Casa da Fraternidade.

As atividades de intercâmbio virtual foram organizadas em dois grupos: (1) atividades de intercâmbio virtual envolvendo as turmas de 1º e 2º ano do ensino médio integrado do IFSC Araranguá; (2) atividades de intercâmbio virtual envolvendo a comunidade em geral. Essas atividades foram realizadas por meio da plataforma Padlet onde os alunos fizeram postagens falando um pouco sobre eles — como o seu nome, gostos, idade — além de falar alguma curiosidade ou fato sobre o seu país. Os alunos tinham acesso às postagens dos outros participantes, podendo

Nas atividades de intercâmbio virtual envolvendo a comunidade, foram feitos encontros síncronos em três diferentes programas: ESL International Teens Conversation, Encontros com Colombianos e Escrita Colaborativa Penpal com estudantes do Texas. No programa ESL International Teens Conversation foram realizados encontros virtuais semanais com países estrangeiros — Israel, Espanha, Itália, República Tcheca, Indonésia, Colômbia e Rússia — com o intuito de praticar o inglês e aprender culturas diferentes. Os encontros com os colombianos também foram realizados através de encontros virtuais, porém uma vez ao mês, para a prática de inglês e compartilhar características sobre seus países de origem.

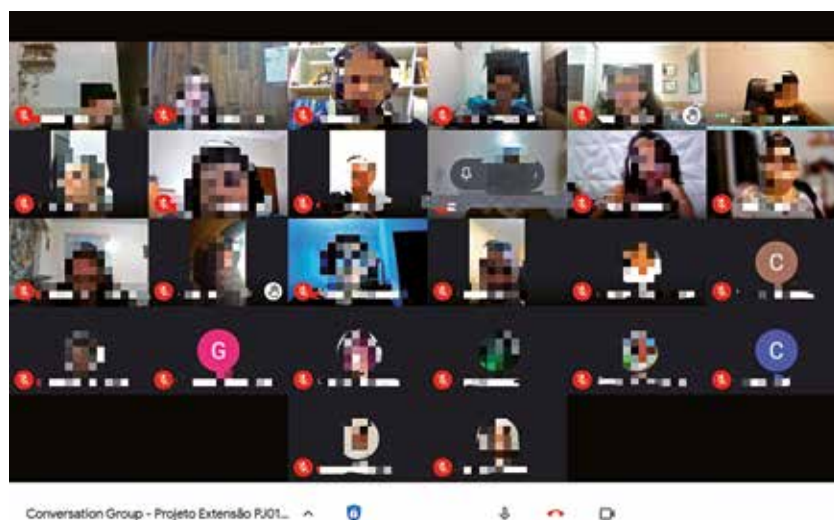


Figura 3: ESL International Teens Conversation

No programa Escrita Colaborativa Penpal com estudantes do Texas, os participantes desenvolveram narrativas em inglês, como uma forma de “amigo de correspondência”. O objetivo era que os participantes pudessem se conhecer e trocar as suas narrativas, concedendo comentários a respeito de seu texto. Além de estimular a escrita em inglês via e-mail, promoveu-se também a prática de comunicação oral via WhatsApp ou plataformas de videoconferência, a fim de se conhecerem e falarem sobre suas narrativas escritas.

Além das atividades propostas anteriormente, os bolsistas do projeto participaram de eventos acadêmicos, apresentando o trabalho intitulado “Incentivo ao Desenvolvimento de Habilidades Linguísticas e Interculturalidade” no evento SEURS e o trabalho “Extensão na área de línguas: desenvolvimento de habilidades linguísticas e interculturalidade”, no SICT Sul. O resumo expandido dos trabalhos foi publicado nos anais dos eventos¹. Também participaram da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2020 (SNCT) com a apresentação do trabalho intitulado “Incentivo ao desenvolvimento de habilidades linguísticas e interculturalidade”, por meio de vídeo².

Durante o andamento do projeto, foram produzidos vídeos com dicas de Inglês para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma contribuição para o Projeto ENEM do IFSC Campus Araranguá, sob coordenação do Técnico em Assuntos Educacionais. Tendo em vista que o projeto em questão visou o desenvolvimento de habilidades linguísticas e interculturalidade, refletir sobre o que é cobrado nas provas do ENEM na área de língua inglesa trouxe uma perspectiva crítica sobre como os conteúdos e as questões são estruturadas, sendo importante realizar atividades como essas para auxiliar muitos jovens com a área de línguas do exame³.

Finalmente, aplicamos um questionário de percepção pessoal a fim de avaliar atividades do projeto. Dentre os resultados obtidos, podemos destacar que a maioria dos participantes que responderam o questionário afirmaram que concordam totalmente com afirmações como: (a) Eu entendo que mesmo dentro do meu próprio país pode ser que cada pessoa, cada grupo, cada família tenha uma cultura diferente; (b) Eu reconheço diferenças culturais e sou capaz de adaptar meu comportamento de acordo com o contexto cultural; (c) Eu sou capaz de discutir

diferentes culturas sem julgamento; (d) Eu sou capaz de escutar ativamente as outras pessoas, sempre demonstrando respeito; (e) Eu sou capaz de me ajustar a mudanças sociais e culturais; (f) Eu me sinto confortável em lidar com uma ampla gama de situações sociais e culturais, dentre outras. Estas eram algumas das afirmações que faziam parte do questionário. Tais afirmações vão ao encontro da teorização base proposta neste projeto sobre interculturalidade (BYRAM, 1997; SCHAEFFER, 2019; O'DOWD, 2013).

Considerações Finais

Foi um desafio fazer a adaptação e replanejamento das atividades presenciais para o formato on-line devido a pandemia Covid-19. As atividades do projeto foram desenvolvidas de março a dezembro de 2020, primeiro ano de experiência com atividades on-line. A demanda de tempo de organização da logística de cada atividade foi maior do que seria no modo presencial. Todas as atividades tiveram que ser replanejadas e adaptadas ao meio virtual. O projeto tinha a maioria de suas atividades propostas para serem executadas de maneira presencial. No entanto, devido à pandemia, todas foram adaptadas ao meio virtual. O lado positivo foi a realização dos intercâmbios virtuais com diversos países, como Israel, Espanha, Itália, República Tcheca, Indonésia, Colômbia, Bulgária, EUA.

Por exemplo, o grupo de conversação em inglês que se encontrava presencialmente no Campus do IFSC Araranguá passou a se encontrar on-line pelo Google Meet, sendo assim possível receber participantes da Colômbia nestes encontros. Já as aulas presenciais de Inglês na Casa da Fraternidade passaram a ser administradas como atividades no Grupo de WhatsApp da Casa da Fraternidade. Também os eventos acadêmicos, dos quais, a coordenadora e os bolsistas do projeto participaram, foram todos realizados on-line. Da mesma forma, atividades de intercâmbio virtual que eram realizadas nas salas de aula e no auditório do IFSC, desta vez foram realizadas apenas através das plataformas Cisco Webex, Zoom, Google Meet e WhatsApp.

Dentre algumas dificuldades encontradas, podemos mencionar que algumas vezes foi difícil para participantes do projeto conseguirem dar conta das atividades curriculares demandadas pelas escolas de forma virtual, afetando assim sua participação em atividades síncronas do projeto.

Mesmo assim, a aplicação do projeto foi produtiva e trouxe resultados positivos, conforme verificado nas respostas dos participantes nos questionários de percepção. A parte mais interessante foi o intercâmbio virtual com diversos países, pois proporcionou aprendizagem autêntica através de comunicação real, além de promover aprendizagem intercultural. ◀

Referências Bibliográficas

- BYRAM, M. **Teaching and assessing intercultural communicative competence**. Clevedon: Multilingual Matters, 1997. 136p.
- IFSC, Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 - 2024**.
- O'DOWD, R. **Telecollaboration and CALL**. In: THOMAS, M.; REINDERS, H; WARSCHAUER, M. (Eds.). *Contemporary Computer-assisted Language Learning*. London: Bloomsbury Academic, 2013. p. 123-141.
- ONU. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, 2015. Acesso 10 Feb. 2021.
- SCHAEFFER, R. **The co-construction of interculturality in the project Teletandem Brasil: foreign languages for all**. 2019. 597 f. Tese (Doutorado em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários). Programa de Pós- Graduação em Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

1. Disponíveis em <http://www.uel.br/proex/seurs/> e <http://www.criciuma.ifsc.edu.br/9-sict-sul>, respectivamente.

2. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=CY_zOLHuYGg&feature=youtu.be.

3. Link para a playlist com todos os vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=fVjva38btIE&list=PL2DPoSq9Bdo1vLOQfh5SQHdL46raTalBv> e também para o site do projeto <https://sites.google.com/view/enemifscaru>.



Coletivo Afro Floripa: resiliência e ativismo em contexto pandêmico

Charles Raimundo: Coletivo Afro Floripa – Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC);
e-mail: charle.301@gmail.com

Introdução

"Herança africana no Brasil se transformou, entre povos bantos, iorubás, gegês e nagôs, capoeira candomblé, hip hop maracatu, a matriz é nossa escola um por todos ubuntu..." (Maracatu Arrasta Ilha)

Como dar continuidade às atividades que tem sua experiência centrada no encontro presencial? Como aplicar fundamentos caros relacionados à prática conjunta do tocar, dançar,

jogar corpos e vozes ao som de tambores e berimbaus? É nessa "encruza" existencial que os grupos que compõem o projeto de extensão Coletivo Afro Floripa, se viram obrigados a encarar por conta da pandemia

de Covid-19¹.

A reflexão que segue, apresenta um pouco da trajetória e ações educacionais de quatro grupos que desenvolvem seus trabalhos no Campus UFSC, bairro Trindade e para além dele. São estes grupos: Maracatu Arrasta Ilha (fundado em 2002), Capoeira Angola Angoleiro Sim Sinhô (fundado em 2003), Abayomi dança e percussão afro (fundado em 2010) e Capoeira Ginga Erê (fundado em 2017). Estes ocupam, compartilham e gestam um espaço junto ao prédio do Centro de Convivência Estudantil (CCE). Em 2016, esses coletivos se articularam para desenvolver um projeto de extensão a fins de facilitar as trocas com a Universidade. Este projeto se chama "Coletivo Afro Floripa"². É importante colocar em evidência que os grupos associados ao CAF, tem o campus universitário como local privilegiado de ações, mas não se restringe ao mesmo, atendendo outras localidades da cidade de Florianópolis e região.

Os grupos voltam suas práticas e pesquisas à cultura de matriz africana, espraçadas na diáspora (Hall, 2003) africana no Brasil, assim como outras encontradas em África. A capoeira angola, o maracatu nação de baque virado, ritmos e danças populares e a dança e percussão africana, dão lastro aos conhecimentos e ditam o ritmo dos trabalhos desenvolvidos e compartilhados pelo CAF. Sob o portfólios dos grupos integrantes, verifica-se centenas de apresentações e eventos. Entre tantas, 2017 marca um dos eventos produzidos pelo CAF, que contou com grande articulação e

visibilidade: ALAPALÁ³: *Encontro com mestres da cultura popular de matriz africana*, na UFSC e comunidades parceiras, reunindo mestres/as, estudantes, professores, comunidade e interessados/as em torno da temática da cultura negra popular.

Devemos contextualizar a importância de práticas e debates em torno da temática envolvendo cultura e população negra, particularmente em SC. Sendo o Sul do Brasil, largamente propagandeado como Europa brasileira, foco de ondas de migração europeia, com ênfase na germânica e italiana, para fins de avanço econômico e branqueamento social. Grupos indígenas, africanos e afrodescendentes, não raro, ficam colocados em situação de invisibilidade na propaganda e mérito da formação do estado catarinense. Esta negação tem uma função social, onde a invisibilidade negra é componente da branquitude (Leite, 1996). Logo questionar o jogo de privilégios e trazer a importância de saberes outros, dinamizam a forma de nos entendermos enquanto sociedade diversa e desigual (Almeida, 2019). Neste contexto, o coletivo Afro Floripa realiza suas práticas educativas, pesquisas, criações e difusões na perspectiva de valorização da arte e cultura afro-brasileira em sua potência transformadora e indispensável para uma sociedade diversa com igualdade, representação e respeito.

Neste sentido a universidade aponta alguns avanços, principalmente a partir dos anos 2000, a exemplo das políticas de ações afirmativas como a leis nº 12.711/2012; 10.639/2003 e 11.645/2008, para citar algumas. Percebe-se também, um avanço liderado por campanhas de movimentos sociais na inserção de grupos subalternizados no ensino superior. No entanto, tratando-se a educação "superior", existe a construção histórica de um espaço de poder, logo, no Brasil, esta assume o papel de formação

1. Existe informação abundante sobre a pandemia Covid-19. Basta buscar na internet através de sites referenciados como secretarias estaduais e municipais de Saúde. Apenas para exemplificar os riscos atrelados à pandemia, segundo site da Prefeitura de Florianópolis, no dia que escrevo essas linhas, estamos em alerta e restrições máximas, somando os óbitos 753, e taxa de ocupação dos leitos em 93,7%. Disponível em <https://covidometrofloripa.com.br/> acessado em 5/4/2021.

2. A abreviação ao longo do texto para este coletivo será CAF.

3. Alapalá em iorubá significa, em tradução aproximada, espírito ancestral. Quanto ao evento foram realizadas duas edições com o apoio da Secarte/UFSC (2017/2018)

elitista, acompanhando as necessidades da classe dominante no país (Aranha, 2006).

Ela, a universidade pública, gratuita e de qualidade, ainda precisa trabalhar na direção de valorização e visibilidade da diversidade, acesso e permanência à construção do saber. Lembremos que a formação elementar nunca foi prioridade, bem como a implantação tardia de sistema público de educação, iniciado pelo superior, este não sendo um lugar onde o brasileiro não enxergava como seu de direito e de opção (Aranha, 2006). Ao contrário de países, que puseram fim ao absolutismo monárquico, a educação foi colocada no centro de um debate para a construção da consciência nacional. No Brasil a escravidão crescia sob as barbas do imperador e suas jogadas políticas com a Inglaterra (Schwarcz, 2015).

Mesmo com cenário desfavorável à parcela considerável da população brasileira, terreiros de candomblé, capoeiras, maracatus, jongs, congadas, entre outros, se faziam enquanto verdadeiros territórios existenciais, educando e ensinando a comunidade negra (e não só ela), formas particulares de *Ser*. Nestes territórios existenciais, encontram um lugar de liberdade e reconhecimento ancestral, um lugar de "respiro" no sistema estruturalmente opressor. Entre as "trinças" da norma, na liberdade destes territórios, é que boa parte da população negra encontrava refúgio, conhecimentos, instrução e axé.

E é neste reconhecimento ao *modus operandi* ancestral de origem africana, que o Coletivo Afro Floripa realiza ações na Universidade e seu entorno, através de seus grupos associados e trabalhos executados, onde pessoas de diferentes procedências, acabam por terem "acesso à universidade", da mesma forma que diferentes agentes da comunidade universitária tem acesso às práticas de matriz africana desenvolvidas ali.

(R)existir na História

Vamos realizar aqui um exercício de imaginação:

a adaptação que povos escravizados tiveram de estabelecer em terras alheias às suas e que, posteriormente, seus descendentes iriam encontrar. Processo violento, a escravidão, por mais que tentasse, não conseguiu extinguir manifestações religiosas e culturais de diferentes povos africanos reunidos no Brasil. Foi preciso sagacidade para (re)inventar formas do viver em um ambiente de estrutura social tão hostil (Raimundo, 2018).

Muniz Sodré escreve uma interpelação filosófica no livro *Pensar Nagô* (2017), que, de forma monumental, reúne uma discussão complexa, profunda e hermética, através de uma filosofia ao toque de atabaques, um perspectivismo africano. "O pensamento nagô é uma provocação à reversibilidade dos tempos e à transmutação dos modos de existência, sustentada pela equivalência filosófica das enunciações [...] um desafio a que as diferenças se determinem mutuamente no processo e no encontro" (Sodré, 2017: 23).

Aprendendo com a trajetória negra no Brasil, que passou por regimes opressores - colonial, imperial, ditadura e democracia - e (re)existiu e se transformou ao longo do tempo, é permitido apreender uma cultura afro-brasileira que não é congelada no tempo, mas demonstra diferentes formas em que a tradição e criatividade se tensionam e se complementam num processo de conflito criativo (Raimundo, 2018). Algo similar ao jogo dialético, proposto por Hegel e posteriormente revisado por Marx, ambos lastreados pela crítica de Kant ao iluminismo e sua razão absoluta. Nesta trilha encontramos a dialética enquanto forma de pensar não linear evolutiva. É pelo jogo tese, antítese e síntese, que a realidade transforma e é transformada (Aranha, 2006).

A impossibilidade do encontro presencial e inspiração na trajetória de resposta às opressões, utilizando da dialética tradição/criatividade e suas enunciações, o Coletivo Afro Floripa, e os grupos que o compõem, tiveram de reinventar suas práticas de ensino/aprendizagem/extensão. Dinâmicas que exigiram dos integrantes uma

capacidade criativa para alimentar e ser alimentado por suas práticas culturais e redes.

Percursos online: ambientes virtuais de aprendizado e trocas

A opção mais "viável" então, se desenhou através dos artifícios virtuais. Salas de reunião, ambientes virtuais de aprendizado e trabalhos de edição, tornaram-se parte constitutiva da organização e práticas coletivas. Neste sentido, tal formação (a de ferramentas tecnológicas e virtuais), não era algo familiar à maioria dos integrantes dos grupos, que se viram obrigados/as a realizar uma autoformação em ferramentas disponíveis para esse propósito. Por conta própria, estes/as foram se familiarizando e arriscando nas iniciativas virtuais. Destacarei aqui, alguns trabalhos que brotaram desse aprender fazendo, comum as práticas de maracatu, capoeira e danças africanas, só que agora, virtual.

Partindo da diversidade como princípio formativo e a matriz africana como base de conhecimento, a música e dança, práticas comuns aos coletivos que compõem o Afro Floripa, despertam ações de arte engajada, formando ao se formar. Com a necessidade de não deixar de "fazer acontecer", o Coletivo Afro Floripa, através de seus associados/das/des, realizaram algumas ações virtuais, dando continuidade aos seus grupos durante a pandemia Sars Cov 2. Em diferentes graus, os grupos não ficaram "parados". Movimentar estes associativismos, é manter vivo uma cadeia de relações, em que a cultura negra popular, permite dançar as novas africanidades e suas contradições (Alencar, 2009). Dentro deste escopo, encontraremos treinos, ensaios, rodas virtuais, *lives*, entre outras conjugações do fazer de seu conjunto performático como continuidade de sua própria vida e fazeres culturais (Raimundo, 2018).

Coloco à disposição alguns exemplos do que vem sendo feito, ao menos em duas instâncias, a saber, uma que são atividades envolvendo os grupos

entre si na participação e organização de eventos comuns; e outra que é o trabalho realizado pelos grupos e suas comunidades diretas (membros, mestres/as e pessoas interessadas). Em ambas estão acomodadas estratégias de organização e manutenção. Entre as práticas conjuntas dos coletivos, é possível destacar a roda de conversas virtual de iniciativa do CAF em parceria com o mandato agroecológico do gabinete do vereador Marquito/PSOL intitulada *A cultura popular de matriz africana durante a pandemia: o que elas têm a nos ensinar?* que aconteceu em 26 de agosto de 2020. A conversa mirou temas como o trabalho cultural, cena artística, exclusão, preconceitos, resistências, sustentabilidade e ações para o setor durante a pandemia. Na conversa participaram lideranças de todos os grupos, assim como o vereador. Durante o encontro foram destacados pontos da política cultural da cidade, os coletivos reforçaram a necessidade do isolamento social, mas que continuavam suas atividades, agora de forma adaptada, assim como criações de outras, até então inexistentes, embora admitam a redução do número de encontros⁴.

Para além desta ação, o coletivo realizou uma reunião virtual entre os membros para discutir algumas questões práticas referentes ao Espaço Cultural Aruanda⁵ e as burocracias necessárias para a manutenção do próprio coletivo enquanto projeto de extensão. Foi também um fórum de partilhas do que estavam fazendo com as atividades durante a pandemia e cada representante trouxe seu relato. Através da partilha, uns apresentavam dificuldades aos outros, bem como partilhavam experiências e sugestões para aprimorar o trabalho em pandemia. Além disso, a reunião teve como momento importante e feliz, a conquista do concurso para professora

4. Disponível em : <https://www.facebook.com/marquitovereamor/videos/772584366862802> acessado em 26/03/2021.

5. Desde 2006 os grupos vêm ocupando e compartilhando espaços no campus universitário. Em 2015, conseguiram uma sala no Centro de Convivência Estudantil (arquitetura em disputa por diferentes interesses), o espaço Aruanda, onde realizam suas práticas e guardam seu patrimônio físico.

efetiva do Departamento de Antropologia da UFSC, a Rainha do Maracatu Arrasta Ilha, professora doutora Alexandra Alencar, que agora se tornava a nova coordenadora do Projeto de Extensão. Foi também conversado, sobre como o coletivo poderia contribuir com novas propostas, entre elas, a possibilidade de bolsas através do Edital Secarte/UFSC. A nova coordenadora entrou com duas propostas de bolsas para estudantes de graduação, que também são integrantes do coletivo.

Esta reunião encaminhou ainda outras decisões importantes, como revezamento de atividades entre os grupos, criando um calendário de lives – “Alapalá em rede” –, com os mestres/as de cada modalidade existente no espectro de pesquisa do CAF, ficando a cargo dos grupos realizarem quatro lives durante o período de um ano. O espaço e seus cuidados, com revezamento dos grupos, também foram pautas.

A colaboração para uma revista em formato digital enquanto forma de produção e compartilhamento da experiência existente através do CAF, ganhou vida nas páginas da Revista Aruanda (2020), editada por Catalina Delgado (integrante do grupo de Capoeira Angola Ginga Erê), que fez sua primeira edição abordando a história de cada grupo e como estes articularam os eventos 1º e 2º Alapalá, e a trajetória do Mestre de Capoeira Téo de Barros. Através de diálogos e trocas de materiais de forma remota, a revista contou com a colaboração de todos os grupos e pode ser acessada gratuitamente na internet⁶.

Agora, gostaria de fazer uma breve apresentação das reinvenções dos grupos ao encarar a pandemia. O Grupo de capoeira Ginga Erê, retomou seus treinos de maneira virtual. Estão também realizando rodas temáticas, onde

um tema é proposto e debatido. Mestre Téo, complementa renda com serviços de *delivery*, apontando desta forma a fragilidade econômica de mestres, artistas e o setor cultural em sua forma mais ampla e de base. O Coletivo Abayomi e Capoeira Angola Angoleiro Sim Sinhô, estão realizando seus treinos, mas agora de forma esporádica e remota. Os treinos do Angoleiro com o mestre do grupo que mora em São Paulo, estão sendo uma das maneiras de manter o grupo ativo, já que por se tratar de um grupo de capoeira que tem “filiais” espalhadas em diferentes cidades, os encontros passam a ser nacionais. Abayomi realizou registro áudio visual, onde seus integrantes dançavam/tocavam em suas casas e posteriormente foram sincronizados por edição. Alguns membros desses coletivos realizam trabalhos individuais, tendo assim uma agenda diversa e não necessariamente ligada à economia cultural.

Entre os grupo associados do CAF, o maracatu Arrasta Ilha⁷, desde o início da pandemia em 2020, vem fazendo uma série de ações. A primeira delas foi compartilhar memórias. Através de seu grupo de whatsapp, criou-se uma espécie de “corrente”, onde um integrante lançou uma lembrança entre tantas vivências junto ao Arrasta Ilha, destacando o lugar e as evocações que surgiam ao narrar a sua lembrança da história, para, por fim, desafiar outra/o integrante a compartilhar uma outra memória coletiva. Tal desafio envolveu as pessoas, que acompanhavam as histórias, aguardavam – algumas ansiosas – a sua vez. Foram mais de 30 vídeos, envolvendo crianças, mulheres e homens adultos de diferentes idades. O whatsapp também foi utilizado para articular uma rede de apoio que visava manter contato para ajudas mútuas, como também através de transferências do caixa do grupo no valor de cestas básicas para quem solicitava tal ajuda.

Uma das atividades desenvolvidas que visa trabalhar a parte corporal/percussiva de forma síncrona, ocupa um domingo mensal, onde os estudos de toques e danças estão ligadas e pautadas nos arquétipos dos orixás e suas potências em sua ordem no calendário da religiões de matriz africana no Brasil. Através da ferramenta de salas virtuais e plataformas de transmissão, as tardes dominicais, no horário dos ensaios -16h -, abre-se o espaço para essas trocas. Gratuita e livre a todos os públicos. Dentro deste espectro, “o tambor foi sendo construído em pleno toque”, e o maracatu Arrasta Ilha foi experimentando e aprimorando suas propostas virtuais.

Trilhar caminhos ainda inexplorados de *streaming*, desafio que veio acompanhado da produção da oficina “Na tela com Mestre”, trazendo percussão e roda de saberes com mestre de maracatu da nação Porto Rico,

Chacon Viana, em 13 e 14 de novembro de 2020. Pode-se dizer que este laboratório, se deu de ambos os lados, tendo em vista questões técnicas de captação e sincronia de áudio e vídeo. Entre avaliações negativas e positivas, o grupo ainda conseguiu contribuir financeiramente para a nação Porto Rico e o trabalho cultural de seu mestre, que por sua vez estava com as atividades em sua comunidade, paradas. Ao disponibilizar a oficina nação Porto Rico, o grupo previa tornar possível o maior número de acessos. No entanto, a diferença entre internet, e a qualidade do equipamento, assim como o som, dificultou a prática conjunta, que se mostrou inviável com todos microfones abertos, deixando apenas ao mestre o microfone guia, tendo o restante de microfones fechados, e mesmo assim, as “travações” descompensaram o toque.



Figura 1: Cartaz de divulgação do evento - A cultura popular de matriz africana durante a pandemia: o que elas têm a nos ensinar?

6. https://www.flipsnack.com/projetoeditorial/aruanda-cultura-popular-de-matriz-africana.html?fbclid=IwAR3jFmcHH2XuXtWC5hNjRlEaLxgY9kXmwKvbut5RM_Gmk7DRtnVqibsXDZ9o acessado em 15/4/2021

7. O maracatu possui considerável produção bibliográfica, que acomodam diferentes leituras sobre ele. Para maiores informações sobre o tema ler Raimundo (2018) e Alencar (2009, 2015)

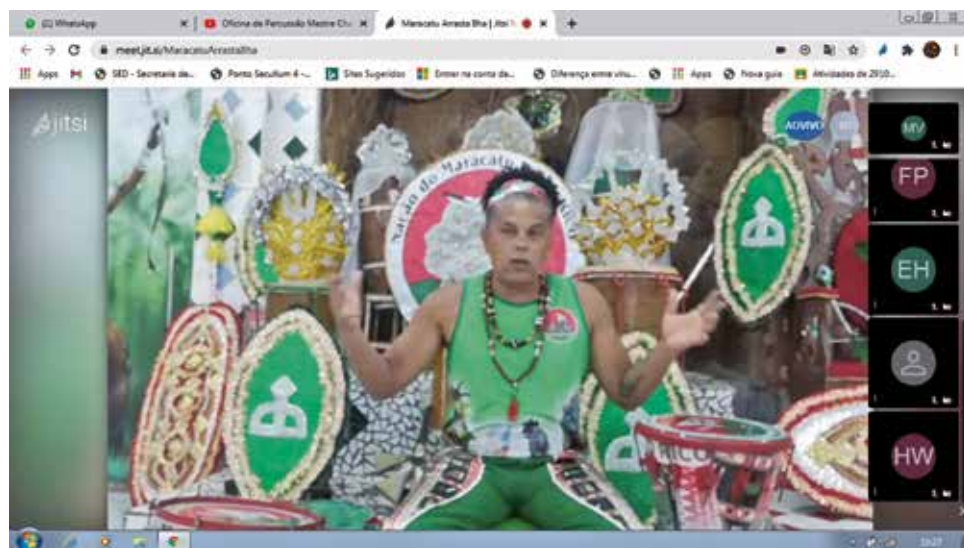


Figura 2: Oficina Mestre Chacon - Na gira com Mestre

A conexão PE/SC, agora passa por novos formatos e obstáculos, que tem em consideração as nações de maracatu e seus próprios limites, em junção com as diferentes realidades encontradas dentro do maracatu Arrasta Ilha (o que podemos ampliar ao CAF). Nem todas/os têm conhecimento e /ou acesso de qualidade a ferramentas necessárias ao sucesso de tais encontros. Mas é clara a intenção do grupo, de continuar experimentando. As lives com Mestre Maurício Soares, baiana rica da nação

Estrela Brilhante do Recife, entrevistando a Rainha, Baiana Rica e o Mestre de percussão do Arrasta Ilha, foram aprendizados no que concerne às possibilidades de estreitamento dos laços com as nações de PE e seus representantes.

Deste desenrolar de experiências adquiridas ao longo de 2020, o maracatu Arrasta Ilha idealizou e escreveu um projeto para construir um Ambiente Virtual de Aprendizagem, com foco na formação

de batuqueiros/as e dançarinas/os através do trabalho autoral do Arrasta Ilha⁸. A plataforma vem sendo construída por equipe interdisciplinar e tem lançamento previsto para julho de 2021. Podemos dizer que a necessidade de manter o maracatu em ação, por mais que diferente, aliado a experiência disjuntiva iniciada em 2020, demonstram a força que os encontros virtuais passam a ocupar em nosso cotidiano. O maracatu é essencial para muitos/as que já o praticam, bem como tantas outras pessoas que podem vir a se beneficiar com tal prática. Mesmo que não substituindo o encontro presencial, seus integrantes viam como necessário tal prática de se encontrar pelo maracatu.

A criação de um ambiente virtual de aprendizagem, contém vídeo-aulas onde integrantes/facilitadores do grupo fazem a intermediação da trajetória do Arrasta Ilha e sua linguagem de criação autoral na linha do maracatu nação de baque virado. O ambiente virtual foi desenvolvido através de código aberto, livre de encargos financeiros, que leva o/a usuário/a a materiais didáticos, canais e redes sociais, e-book com as mais de quarenta letras autorais, histórico do grupo, entre outros conteúdos.

8. Contemplado com o prêmio Elisabete Anderle de estímulo à cultura 2020

Considerações Gerais

Além da ação criativa e de formação, as práticas oferecidas pelos grupos e integrantes que compõem o projeto de extensão Coletivo Afro Floripa, tiveram que aprender a se refazer durante a pandemia. Neste contexto, integrantes colocaram em ação planos para que suas atividades não parassem, ao mesmo tempo em que se diversificava a forma e conteúdos do fazer cultural. Aspectos de dimensões da saúde, emocional e corporal, são amplamente necessários para a vida que levávamos no período pré-pandêmico, o que não se modifica na atualidade, muito pelo contrário, pois as muitas restrições impostas apontam a necessidade do autocuidado. Os lugares para prática coletiva e convivência virtual, consagram-se espaços de bem-estar e de ativismo artístico cultural. Processos que movimentam o corpo e tocam a alma.

Por essas e outras, a importância de se investir em projetos de extensão, que tenham princípios situados na diversidade de dinâmicas de ensino/aprendizagem e no bem-estar. A cultura afro-centrada traz contribuições não só para a comunidade acadêmica, especificamente, mas como para sociedade mais ampla, e de “quebra”, possibilitando de forma horizontal a empatia como lugar de exercício comum. ◀

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, A. E. V. **Dançando novas africanidades: diálogos com os praticantes de maracatu e dança afro de Florianópolis (SC)**. 2009. 134f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro- Pólen, 2019.
- ARANHA, Maria L. A. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. SP: Ed. Moderna, 2006.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. ED. UFMG/UNESCO. BH, 2003.
- LEITE, Ilka B. Descendentes Africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: _____. (Org) **Negros no sul do Brasil – invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996.
- RAIMUNDO, C. **O Mestre apitou: mestres, apitos, nações de maracatu e suas ações religiosas, culturais e políticas**. 2018. 255f. Tese (Antropologia Social) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.
- SCHWARCZ, L. **Brasil: uma biografia**. SP: Cia. das Letras, 2015.
- SODRÉ, Muniz. **Pensar Nagô**. RJ: Vozes, 2017.



Figura 3: Conversa com Mestre Mauricio Soares



Monitoramento de Covid-19 através de boletins técnicos na retomada dos territórios tradicionais indígenas no Litoral Sul do RS

Marlon Borges Pestana: Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) - Universidade Federal do Rio Grande (FURG) ; E-mail: mbpestanda@furg.br

Resumo

Sobre o monitoramento da pandemia do Covid-19 nos territórios indígenas do município de Rio Grande, houve mudanças significativas nas comunidades envolvidas e ações de saúde indígena nas comunidades. Foi observado, também, um aumento do interesse científico e sanitário sobre as comunidades indígenas. Neste meio tempo ocorreu o deslocamento de famílias e consequente desterritorialização, promovendo um aumento da dinâmica

social e consequente readaptação a novos territórios. Entre as três comunidades observadas, apenas uma (Tekoá Yyrembé) apresentou mobilidade territorial significativa neste período. As duas outras (Tekoá Pará Rokê e Aldeia Goj Tahn) não sofreram dinâmicas significativas de mobilidade.

Introdução

O município de Rio Grande enfrenta um cenário difícil na pandemia por Covid-19. Passa de doze mil casos confirmados e mais de cinquenta óbitos após aproximadamente 150 dias de regime de afastamento social, desde o mês de março. São trazidas informações sobre a situação das aldeias e famílias indígenas residentes no município dentro do cenário de pandemia, os impactos no modo de vida, tradições e cultura dos povos originários. Os dados relatados compreendem aos meses de maio, junho e julho de 2020 e foram elaborados em parceria da Prefeitura Municipal do Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande e Conselho Municipal dos Povos Indígenas.

As atividades de educação para prevenção ao contágio e as orientações para uso correto de álcool gel 70% e máscaras faciais contaram com a parceria no fornecimento dos EPI's pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Central Única dos Trabalhadores Litoral Sul. Nesse período foram registradas mobilidades sociais nas populações assentadas e identificadas as necessidades das famílias dos estudantes indígenas da universidade residentes no município. Foram realizados acompanhamentos hospitalares e articulação com os órgãos estaduais e federais. Também foram desenvolvidos projetos de geração de renda e melhoria nas moradias.

Adotou-se, como base teórica para a realização desta pesquisa, a visão de monitoramento da saúde indígena, proposta e organizada pela cientista Esther Langdon (2006), que promove um olhar diferenciado frente à cultura e do Direito originário dos povos indígenas (LANGDON; GARNELO, 2004). É importante, também, perceber a emergência de medicinas indígenas, que entram em conflito

com os discursos sanitários oficiais da sociedade nacional (FERREIRA, 2010). Nesse sentido, é útil ressaltar e aplicar um quadro teórico que priorize o significado de uma pandemia para o contingente indígena, tema já explorado em pesquisas anteriores relacionadas ao HIV (WILK, 2001).

Teoricamente, ainda não existe um panorama que aborde os impactos da pandemia do novo Covid-19 nas comunidades indígenas do país, apesar de terem sido observadas variantes da moléstia em populações amazônicas manauaras e de povos originários do cerrado. Significa que a ingerência sobre termos de saúde indígena ainda está nos moldes sugeridos pelo Ministério da Saúde, em relação aos povos indígenas (BRASIL, 2002).

Agora, mais do que nunca, se faz necessário um diálogo interdisciplinar na implantação de distritos sanitários (ATHIAS; MACHADO, 2001). Tal distrito, representado pelo Conselho Municipal de Saúde Indígena, emite, periodicamente, boletins técnicos para informar as diretrizes sanitárias. Assim, evitar-se-ia a proliferação infectante de novos agentes patológicos entre populações fisicamente vulneráveis e, ainda, não imunes aos transmissores virais externos.

Para facilitar que profissionais da saúde tenham melhor fluidez de suas políticas sanitárias direcionadas para populações indígenas, é necessário, primeiramente, ouvi-las e, posteriormente, construir modelos que foquem na cultura, para estabelecer uma dialogicidade capaz de ser respeitada e considerada com empatia. Por isso, o local da cultura é fundamental para formar o quadro teórico da emissão dos boletins (BHABHA, 2005).

Sabe-se, no entanto, que a ação externa é sempre vista com certo pessimismo escatológico, visto que o vetor transmissor é, *a priori*, o contingente não-indígena. Para isso, Marshal Sahlins (1997) orienta sobre as diferentes ciladas da experiência etnográfica, principalmente por se tratar de uma cultura dinâmica, com velocidades distintas de assimilação do “moderno”, avançando pelo campo espiritual e semântico, que gera sempre novos códigos de significação.

É provável que, desde a chegada das primeiras notícias da pandemia, na aldeia, esse fenômeno de significação semântica sobre o avanço do Covid-19 já tenha acontecido. A questão, inclusive, está gerando um aumento significativo da mobilidade dos contingentes internos e externos da população. Essa alta na mobilidade foi observada em importante estudo, frequentemente observada quando ocorre a previsão escatológica de algum xamã local (GARLET, 1997). A Organização Mundial da Saúde publicou, em 2002, suas estratégias sobre a medicina tradicional (OMS, 2002), buscando o diálogo com os “médico-feiticeiros” das comunidades envolvidas. Isso porque suas visões sobre a doença não envolvem apenas o corpo físico, mas vários outros “corpos”, que também são responsáveis pelo adoecimento da matéria orgânica.

Como quadro teórico de ação e aproximação, durante o decorrer da publicação dos boletins foram utilizados aportes teórico-metodológicos da Extensão Rural Indígena (VERDUM; ARAÚJO, 2010) desenvolvidos em nível nacional, aplicados em outros momentos de crise sanitária (H1N1, Dengue, Zica, Chikungunya), que resultaram numa das mais importantes obras sobre saúde indígena, realizada pela FIOCRUZ e que, até hoje, é o marco sobre ações de saúde pública entre povos indígenas do Brasil (SANTOS; COIMBRA, 1994). Este, portanto, foi o quadro teórico e a fundamentação científica necessária para a realização do monitoramento das comunidades tradicionais indígenas no município de Rio Grande, que se fizeram presentes e necessárias durante a publicação dos boletins técnicos.

Dialogicidade Intercultural

O método tem como ferramenta a dialogicidade intercultural e conta com agentes de saúde da Prefeitura Municipal para a coleta de dados sobre a situação sanitária de cada contingente populacional indígena assentado no território municipal (FERREIRA, 2010). Num primeiro momento, foi analisado o resultado do diálogo anterior sobre aspectos básicos dos riscos de contaminação, acompanhado de um escopo de “como” os indígenas, através do seu Direito originário, percebem a pandemia.

Esse mecanismo metodológico é importante para compreender o “quanto” as comunidades estão cerceadas por pânico, visto que, historicamente, foram dizimadas por dezenas de doenças, que levaram à morte de milhares de indígenas no Brasil, desde o período colonial (LADEIRA, 1992). Isso significa que a metodologia permitiu acesso a códigos culturais que revelaram comportamentos de fluxo (tipo cíclico) ou comportamentos de manada (todos irão se contaminar de alguma maneira). Essa exposição a um perigo externo invisível é potencialmente ampliada perante situações de pânico, já vividas em epidemias como a varíola, a catapora e o sarampo, que dizimou muito mais indígenas do que não-indígenas no passado (GARNELO; SAMPAIO, 2005). Portanto, partiu-se do pressuposto de que as populações indígenas, através da memória de suas lutas e lideranças, têm o amplo conhecimento dos riscos da pandemia para as suas populações e exigem, dos órgãos públicos, respostas rápidas e sólidas para a proteção da saúde dos seus integrantes.

Outro instrumento importante do observatório é a avaliação da capacidade de mobilidade das populações migrantes, tais como os Mbyá Guaraní. Método utilizado com sucesso em pesquisas anteriores (MENÊNDIS, 2009) é, de forma prática, observando a aplicabilidade e o resultado das ações públicas (GARLET, 1997).

Sendo assim, metodologias participativas da Extensão Rural Indígena (ATER Indígena) atentam para o todo significado da vida comunitária indígena, almejando evitar o avanço e propagação do novo Covid-19. É importante, assim, que as populações indígenas sediadas no município de Rio Grande percebam o resultado dessas ações de enfrentamento da pandemia.

Aspectos gerais de mobilidade e situação atual

Residem atualmente, no município de Rio Grande, vinte e nove famílias indígenas, distribuídas em três aldeias, além de duas famílias em meio urbano. No Tekoá Pará Rokê, da etnia Mbyá-Guarani, liderada pela Cacique Talcira Gomes, residem dezessete famílias e aproximadamente setenta pessoas, sendo vinte delas crianças (Figura 3). No Tekoá Yyrembé, da etnia Mbyá-Guarani, liderada pelo Cacique Eduardo Ortiz, o núcleo familiar é composto por seis pessoas. A Aldeia Goj Tanh, da etnia Kaingang, e liderada pelo Cacique Cláudio Ka Peni Leopoldino, conta, hoje, com nove famílias e aproximadamente vinte e quatro pessoas. As duas famílias de estudantes

indígenas da Universidade Federal do Rio Grande, que residem em meio urbano, somam o total de cinco pessoas. Assim, mais de uma centena de indígenas residem no município e sofrem diretamente os impactos da pandemia.

No Tekoá Pará Rokê foram registradas situações de trânsito e troca de materiais e saberes para a construção da Opy, casa de reza e ponto de proteção para os Mbyá-Guarani.

No território Goj Tanh, sediado no horto do Cassino, foi relatado pela liderança que muitas aldeias onde moram seus parentes se encontram em situação precária, com relatos de falta de alimentos e água. Assim justificam a mudança de residência dos familiares para a aldeia.

O censo da Secretaria Especial de Saúde Indígena, órgão ligado ao Governo Federal e responsável pelo fornecimento de dados do Censo População Indígena, é realizado semestralmente. Em janeiro de 2020, o censo indicava que vinte famílias indígenas assentadas residiam em Rio Grande. No mês julho de 2020 a Coordenadoria registra, a partir de dados fornecidos pelas



Figura 1: Máscaras com grafismos Kaingang
Fonte: Tatiana Bolbadilha Freitas



Figura 2: Segurança alimentar, lideranças do Tekoá Yyrembé recebendo alimentos no Camping Municipal
Fonte: Luiz Henrique Carvalho Silva e Eduardo Ortiz

lideranças, vinte e sete famílias, ou seja, um aumento significativo. Somando as famílias dos estudantes indígenas, o total chega a vinte e nove famílias, o que representa um aumento de 45,0% no número de famílias indígenas residentes no município. É o olhar etnográfico, desenvolvido pela equipe de Extensão Rural e Cultura do Campo (LEdoC/FURG/SLS) que permitirá o refinamento das análises do observatório de combate ao avanço da pandemia nas comunidades indígenas de Rio Grande (FUNASA, 2006).

Estratégias para a retomada territorial

A segurança alimentar para as famílias indígenas é um dos grandes desafios dos povos originários num cenário de pandemia. É sua garantia de estabilidade territorial. Com a proibição das atividades de comércio e artesanato, as famílias se distanciaram de sua principal fonte de renda e aquisição de alimentos. Através da Rede Acolher, a Prefeitura Municipal firmou convênio de doação de cestas básicas com a Refinaria Riograndense, no primeiro trimestre e, no segundo trimestre, com a empresa Graneel Química.

As Aldeias indígenas estão na lista de

instituições cadastradas no Programa Mesa Brasil SESC. Além da doação de cento e vinte quilos de leite em pó, o programa doou duzentos quilos de peixe, contemplando todas as famílias indígenas cadastradas residentes no município.

Acolhimento indígena

Os indígenas do Tekoá Yyrembé residem no município de Rio Grande desde 2016. Sua trajetória é marcada por desafios e, durante o cenário pandêmico, a população não foi poupada. Desde 2018, a comunidade indígena está instalada na Fazenda Invernada Campeira, contando com o apoio de um casal de amigos que arrendava o local. Com o falecimento do fazendeiro, em março desse ano, a situação da comunidade ficou bastante sensível. Tendo em vista a situação, o Conselho Municipal dos Povos Indígenas, o Ministério Público Federal e a Prefeitura Municipal do Rio Grande, somados a membros da sociedade civil, deram início ao Acolhimento Yyrembé, uma verdadeira operação para garantir a dignidade da vida e segurança dos indígenas em cenário de notória emergência.



Figura 3: Local de retomada dos Mbyá Guarani Pará Rokê
Fonte: Talcira Gomes

A Prefeitura disponibilizou um espaço que precisa de reformas, no Camping Municipal do Cassino. Com a emergência da situação, o cacique Eduardo decidiu fazer a mudança antes da reforma necessária no imóvel. A moradia em alvenaria tem cinco cômodos, sendo dois quartos, sala, banheiro e cozinha. Está em estado razoável e precisa de reformas, principalmente

no telhado. Em caráter emergencial, foi disponibilizado um banheiro químico (Figura 4b). Através de ação da sociedade civil em parceria com o Conselho Municipal dos Povos Indígenas, foi realizada uma arrecadação de dinheiro para a compra de poste de energia elétrica, que já está instalado com fornecimento de energia da CEEE.



Figura 4: Instalação de poste e rede de energia elétrica para abastecimento da comunidade indígena Yyrembé
Fonte: Eduardo Ortiz

A Secretaria de Município do Cassino efetuou reformas na rede elétrica da moradia, com fiação nova, instalação de chuveiro elétrico, manutenção e reforma no banheiro da residência, reparos na rede hidráulica, instalação de torneiras, apoio técnico para instalação do poste e fiação subterrânea para evitar furtos. Para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida, está em construção, no Gabinete de Programas e Projetos Especiais – GPPE-, o projeto que prevê a reforma total do telhado da moradia e, quando finalizado, será encaminhado ao Ministério Público Federal para captação de recursos.

Com a mudança das famílias Mbyá-Guarani e territorialização do Tekoá Yyrembé no Camping Municipal, foram iniciadas novas trilhas ecológicas, construção de casas tradicionais e dedicação à confecção de artesanato. O espaço é bastante propício ao isolamento social da comunidade, permitindo que exista um distanciamento da sociedade periférica do Tekoá. Essa medida é importante para a preservação da comunidade dos impactos do Covid-19.



Figura 5: Cacique Eduardo recebendo provimentos alimentares e sanitários

Fonte: Luiz Henrique Carvalho Silva



Conclusão

Com os dados disponíveis, foi possível observar a preocupação com casos suspeitos, que ficaram em resguardo e isolamento, mas que resultaram em testes negativos, pelo laboratório central de análises de Porto Alegre. Apesar da alta mobilidade observada entre os indígenas menos de 10% da população foi infectada pela Covid-19.

É importante salientar que, com a chegada do inverno, é necessário ampliar o distanciamento social e o isolamento da aldeia da população não-indígena. Atualmente, a população indígena de Rio Grande encontra-se 100% imunizada. ◀

Referências Bibliográficas

- ATHIAS, Renato; MACHADO, Marina. A saúde indígena no processo de implantação dos distritos sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.425-431. 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde. 2002.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.
- FERREIRA, Luciane Ouriques. **Entre discursos oficiais e vozes indígenas: a emergência dialógica das medicinas tradicionais indígenas no campo das políticas públicas**. Tese (Doutorado) - Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2010.
- GARLET, I. J. **Mobilidade Mbyá: História e Significado**. Dissertação (Mestrado em Iberoamericana), Porto Alegre, PUC RS, 1997.
- GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Sully. Organizações indígenas e distritalização sanitária: os riscos de "fazer ver" e "fazer crer" em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.4, p.1217-1223. 2005.
- GUASU, Aty et al. **Carta emergencial dos Conselhos Guarani e Kaiowá frente a pandemia Covid 19**. 2020.
- LADEIRA, M. I. **"O caminhar sob a luz" - O território Mbyá à beira do oceano**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Paulo, PUC-SP, 1992. 200p.
- LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (Org.). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contracapa. 2004.
- LANGDON, Esther Jean et al. A participação dos agentes indígenas de saúde nos serviços de atenção à saúde: a experiência em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.12, p.2637-2646. 2006.
- MENÉNDEZ, Eduardo. Modelo de atenção de padecimentos: exclusões ideológicas e articulações práticas. In: MENÉNDEZ, Eduardo. **Sujeitos, saberes e estruturas: uma introdução ao enfoque relacional no estudo da saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec. p.17-70. 2009.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde mental e atenção psicossocial da Pandemia COVID-19. **Povos indígenas no contexto da COVID-19**. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, 2020.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Estratégias da OMS sobre medicina tradicional 2002-2005**. Genebra: Organização Mundial da Saúde. 2002.
- PONTES, Ana Lúcia et al. **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID-19: povos indígenas no contexto da COVID-19**. 2020.
- SAHLINS, Marshal. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte 1). **Mana**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.41-73. 1997.
- SANTOS, Ricardo; COIMBRA JR, Carlos E.A. (Org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1994.
- VERDUM, Ricardo; ARAUJO, André (Orgs.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**. Brasília, DF: NEAD / SAF, 2010.
- WIIK, Flávio Braune. Contato, epidemias e corpo como agentes de transformação: um estudo sobre Aids entre os índios Xokleng de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.397-406. 2001.



Práticas culturais e equidade em saúde: diálogos na pandemia

Eloá Kátia Coelho: Saúde Coletiva – UFRGS; e-mail: eloakatiacoelho@gmail.com

Cláudia Rodrigues de Oliveira: Saúde Coletiva - UFRGS

Frederico Viana Machado: Saúde Coletiva – UFRGS

Acadêmica de Saúde Coletiva: Patricia Airolti Kolodziejki

Introdução

O grupo de estudos Diálogos na Pandemia foi criado em março de 2020, após a interrupção das aulas, no contexto da pandemia do Covid-19.

O grupo se inicia com alunos de uma turma do Bacharelado em Saúde Coletiva da UFRGS, que sentem a necessidade de seguir estudando, se encontrando e, sobretudo, entender o que

estava acontecendo neste momento histórico tão desconcertante.

O grupo foi batizado de “Diálogos na Pandemia” e se configurou como um projeto de extensão da UFRGS, intitulado “Diálogos da pandemia: conceitos analíticos e outras linguagens” que promoveu discussões públicas relacionadas à

Covid-19 e funcionou entre março e agosto de 2020. O grupo era formado por um núcleo de aproximadamente 20 discentes e dois docentes, que frequentavam regularmente os encontros do grupo, e participantes ocasionais. Algumas atividades ultrapassaram o número de 50 participantes.

A maior parte dos integrantes era vinculada ao Bacharelado de Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mas também participaram docentes e discentes de outros cursos e instituições, bem como trabalhadores e usuários do sistema de saúde. Os encontros ocorriam semanalmente, com carga horária máxima de 4 horas/aula, através da plataforma virtual Mconf/UFRGS. A definição do tema se dava de forma espontânea e por consenso entre os participantes, respeitando e valorizando a organização horizontalizada. Todos os temas se relacionaram, direta ou indiretamente, às questões de sofrimento e enfrentamento durante a pandemia de Covid-19. Temas relacionados à desigualdade social receberam grande atenção do grupo e foram centrais em grande parte dos encontros. Trabalhadores na saúde também ocuparam um lugar importante nos estudos do grupo, sobretudo na atenção básica e na vigilância em saúde.

O grupo é autônomo, mas ganhou suporte institucional de outros coletivos da Universidade, tal como o Programa de Educação Tutorial Participação e Controle Social em Saúde (PETPCSS/UFRGS) e o Laboratório de Políticas Públicas, Ações Coletivas e Saúde (LAPPACS/UFRGS), além de contar com o apoio do grupo de estudos SENEb. Além de terem membros que participam do grupo, estes parceiros contribuíram para a organização e divulgação das atividades. Importante ressaltar que todo o trabalho de organização das atividades, realização das palestras, relatoria e certificação foi feito de forma voluntária pelos membros do grupo, que não contaram com bolsas ou qualquer outro tipo de fomento.

Em publicação anterior (Burmeister, 2020), discutimos os aspectos gerais da organização do grupo, suas dinâmicas internas e os resultados gerais do projeto. Em outra publicação, analisamos nossas discussões sobre os impactos da Covid-19 na população negra brasileira (Oliveira, no prelo). Neste texto, discutiremos aprendizagens do grupo relacionadas à arte e cultura, com enfoque em um dos encontros do grupo, intitulado “Artes, Culturas e Saúde Coletiva: caminhos para a promoção da equidade e cenário Covid-19”. A escolha deste encontro se deve aos conhecimentos produzidos no encontro entre práticas culturais e a formação acadêmica, que consideramos uma experiência expressiva das possibilidades de articulação entre ensino e extensão. Essa atividade proporcionou vivências e aprendizagens significativas, mesmo no momento de distanciamento físico e isolamento das pessoas, adaptando princípios teórico-metodológicos de projetos já desenvolvidos pelo LAPPACS (MACHADO et al, 2019).

Aproximar a universidade dos cenários de intervenção, das políticas públicas e da sociedade como um todo, com vistas ao aprimoramento profissional e à educação cidadã, tem sido um dos principais desafios das reformas educacionais em curso. Cabe mencionar os esforços que têm sido feitos para efetivar a curricularização da extensão. Deste modo, ao trazer pessoas com trajetórias exemplares no campo da arte e da cultura, integrando com discussões sanitárias, nos remete à modernização da universidade e ao fortalecimento de sua função emancipadora (Santos, 2004).

Cultura e Saúde Coletiva: encontros de saberes e afetos

O encontro “Artes, Culturas e Saúde Coletiva: caminhos para a promoção da equidade e cenário Covid-19” ocorreu no dia 07 de agosto de 2020 e contou com a presença das convidadas Silvia Duarte, que é atriz e produtora cultural no município de Porto Alegre/RS

e também atua na área sindical e Serviço Social (Bacharel pela PUCRS), e Vera Lopes, também atriz, gaúcha, graduada em Direito, atualmente, mora em Salvador/BA, onde é coordenadora do “Espaço Humanidades Ossos 21” desde 2019. As duas artistas possuem uma longa carreira e fizeram parte do grupo de teatro Caixa-Preta, que atua no protagonismo negro e no teatro porto-alegrense desde 2002. Vera Lopes foi uma das idealizadoras desse grupo. Neste tópico, discutiremos as aprendizagens proporcionadas pelo encontro entre o grupo “Diálogos na Pandemia” e as duas convidadas.



Figura 1 - Folder de divulgação Diálogos na Pandemia

Com o distanciamento social, medida necessária de mitigação da propagação da Covid-19, a classe artística foi uma das primeiras a interromper suas atividades presenciais, o que causou impactos negativos para os trabalhadores do setor da arte e da cultura. As debatedoras destacaram que estes impactos foram ainda maiores para profissionais, artistas e produtores negros e negras. Silvia Duarte relata os ataques e violações de direitos na cultura e o desmonte de políticas públicas do setor ainda anteriores à pandemia, mas que com ela se intensificaram. Declara que as mobilizações da categoria, de profissionais da arte e de agentes de cultura, para pressionar os governos para a

efetivação de um plano emergencial de amparo à cultura foram determinantes para o sancionamento da Lei nº 14.017 de 29 de Junho de 2020, conhecida como Lei Aldir Blanc de emergência cultural.

No entanto, Silvia ressaltou que as conquistas foram válidas, mas não suficientes. A iniquidade racial nas instituições públicas culturais, majoritariamente ocupadas pela branquitude, reflete na disparidade da distribuição de recursos por meio das políticas públicas, uma vez que estas não projetam as especificidades históricas, sociais e econômicas da população negra, onde a produção de arte e cultura negra também se insere. A convidada destaca as articulações que ocorreram entre as redes de produção de arte e cultura negra por meio de apoio financeiro de empreendedores negros, na realização de projetos adaptados ao distanciamento social, como a produção de *lives* com valores para arrecadação aos artistas.

Silvia Duarte destacou a Campanha Nacional em Defesa das Cotas e Ações Afirmativas na execução da Lei Aldir Blanc, ação mobilizada por movimentos e grupos negros praticantes e produtores de arte e cultura, que articulou fóruns por todos os estados do país pressionando o poder público e reivindicando o acesso aos recursos destinados ao auxílio e conquistou a implementação de GT'S na execução da lei em alguns estados, como Rio Grande do Sul, Sergipe e na Bahia, onde 50% dos recursos para subsídio foram destinados à entidades negras do setor de cultura (Premiação Aldir Blanc Bahia, 2020). Porém, nem todos os estados inseriram cotas raciais e ações afirmativas na execução da lei.

Este movimento, segundo Silvia, estabelece uma rede de apoio para sobreviver e se reinventar em meio a pandemia que acentuou as estruturas de desigualdade onde o racismo se soma às demais iniquidades sociais e históricas, tendo a Covid-19

um efeito ainda mais negativo sobre a população negra. Silvia comenta que a saúde mental das pessoas negras está especialmente abalada e que os encontros promovidos pela arte tem sido uma das maneiras de resistir.

A produtora e atriz idealizou e atuou em trabalhos importantes para a cena do teatro e espetáculos musicais em Porto Alegre, como: o espetáculo "Estandarte do Samba", que homenageia e grandes compositores e compositoras do samba de Porto Alegre e do Brasil; o musical "As Vozes de Dandara", que traz as vozes de 7 cantoras negras do município de Porto Alegre e, mais recentemente, dirigiu ao lado de Thiago Pirajira o trabalho CURA - 1ª Mostra de Artes Cênicas Negras de Porto Alegre, lançada em dezembro de 2020, já no contexto da pandemia. Segundo o manifesto da mostra: "O CURA surge para o fortalecimento da dignidade negra nas disputas no setor da cultura e da arte e propõe o mapeamento de produções que são o antídoto contra a doença colonial, através da arte" (CURA, 2020).



Figura 2 - Thiago Pirajira e Silvia Duarte. CURA, entrevista com curadores. Thiago Lazeri 2020

Vera Lopes fala sobre os mecanismos de enfrentamento e de sobrevivência que a população negra vem desenvolvendo diante de uma sociedade estruturada pelo racismo. Estas iniciativas continuam no contexto da Covid-19 onde a arte é um dos instrumentos que dá forma a ações de emancipação e cuidado de/para/com

pessoas negras. A convidada inicia falando sobre o “Espaços de Humanidades Ossos 21”, localizado em Salvador/BA, onde atua como coordenadora, um lugar de referência preparando jovens negros para ingresso no Instituto Federal da Bahia e Universidade Federais. Jovens que passaram por esse espaço retornam como professores dando continuidade e vida ao projeto. O espaço é autônomo, tem 29 anos de atuação e foi idealizado pelo professor e compositor Juraci Tavares e pela professora Elizabeth Tavares. Com o passar dos anos, foi ganhando corpo, passando a ser também um espaço cultural, fomentando ações voltadas para o desenvolvimento humano por meio da educação, da arte e promoção da cultura e intelectualidade negra em Salvador. Destacam-se projetos como: Conversa com Intelectualidades Negras do Brasil, Conversa entre Juraci e Seus Parceiros na Música, falando sobre os caminhos da musicalidade negra e o CineClube Luiz Orlando, um projeto que teve sua estreia interrompida devido à pandemia.



Figura 3 - Vera Lopes à esquerda, Juraci Tavares ao centro e Elizabeth Tavares à direita. Espaço Humanidades Ossos 21, 2019. Foto: Israel Fagundes

A onvidada apresenta referências importantes para a cena da arte e cultura negra, como o TEN - Teatro Experimental do Negro, idealizado na década de 40 pelo escritor, artista e ativista pan-africanista Abdias do Nascimento. O projeto também envolvia a educação, pois havia uma escola voltada para a alfabetização de mulheres negras que trabalhavam no serviço doméstico, assim cumprindo com uma função social e de promoção da equidade para além do teatro. O TEN influenciou diversos grupos de teatro no Brasil, dentre eles o Caixa-Preta (fundado em 2002).

O Caixa Preta é um grupo de teatro negro portoalegrense que propociona início de carreira para atrizes e atores negros, como Silvia Duarte, e trabalhos muito significativos para a cena, como o espetáculo "Hamlet Sincrético" (2005), sob a direção de Jessé de Oliveira, ex diretor da Casa de Cultura Mario Quintana, e que originou a publicação do livro "Hamlet Sincrético – Em busca de um teatro negro", organizado por Jessé e Vera Lopes (Oliveira e Lopes, 2019). Este livro foi lançado no 26º Porto Alegre em Cena - Festival Internacional de Artes Cênicas em 2019. O primeiro trabalho do Caixa-Preta é "Transegun" (2003), um espetáculo dirigido pelo escritor e poeta Cuti. Vera conta que o escritor foi um dos precursores do Cadernos Negros, de 1978, e aponta a ligação entre os projetos, o que caracteriza uma rede de apoio e construção no cenário da arte e cultura negra no Brasil. O Cadernos Negros surge em São Paulo e publica ininterruptamente há 43 anos obras de escritores e escritoras negras dando visibilidade à trabalhos como os de Oliveira Silveira, Cristiane Sobral e Conceição Evaristo, que iniciou suas publicações através do projeto (Cadernos Negros, 2017).

Vera também nos lembra dos projetos Sopapo Poético e o Sopapinho, realizados em Porto Alegre, como territórios de promoção da cultura e da arte negra. Neste sentido, Vera

lembra-se da Organização de Mulheres Negras Maria Mulher, onde desenvolveu um trabalho na área da saúde, na Vila Cruzeiro em Porto Alegre. Junto às mulheres participantes, Vera usou, como ferramenta de promoção da saúde, a arte da dramatização para mapear as demandas de mulheres em vulnerabilidade social a fim de promover a compreensão da realidade circundante e estimular a busca pela implementação de políticas públicas para o cuidado integral em saúde voltado às mulheres da comunidade Vila Cruzeiro. Eloá Kátia Coelho, integrante do Diálogos na Pandemia e coautora deste artigo, comentou que, uma vez que os espaços de arte são territórios de promoção da saúde, na ausência destes, o que temos são territórios vulneráveis e que produzem iniquidade. A participante lembrou ainda que, no Brasil, os níveis de governos não promovem políticas voltadas para a possibilidade desses espaços acontecerem de forma antirracista.

Vera argumenta que, apesar da pandemia impedir a presença física, ela não interdita a população negra, pois a interdição já está posta pelo racismo. A população negra sempre precisou lutar contra às diferentes formas de interdição que são impostas criando-se estratégias que garantiram a sobrevivência e a emancipação. Vera ressalta que a branquitude precisa discutir e compreender o seu lugar na realidade racial brasileira e se colocar como parte do problema e atuante em ações e projetos antirracistas para o país.

Trazendo como referência o trabalho de mestrado da socióloga Vilma Reis, a convidada cita um dado atroz: a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Em seu trabalho, a socióloga traça um panorama no tempo: em 20 anos temos mais de 1 milhão de jovens negros assassinados (Reis, 2001). Vera questiona qual tipo de sociedade pode abrir mão de mais de 1 milhão de jovens, de vidas interrompidas? Essas perdas impactam toda a

sociedade e são projetadas para a comunidade negra trazendo experiências de sofrimento. Diante destes fatos, a atriz destaca que o racismo é crime previsto na Lei nº 7.716/1989 e a pessoa que sofre com o ato criminoso deve cobrar a execução do que é previsto em lei, e a pessoa ou instituição que o pratica sofrerá as sanções necessárias.

Considerações Finais

Nesta atividade, ao longo de quase três horas, os participantes discutiram artes, culturas e saúde coletiva, tendo como eixo a trajetória de duas grandes artistas. O encontro foi ambientado por momentos de poesia, com recitação da obra de Cristiane Sobral, Oliveira Silveira e Yzalú, como também de poemas de autoria das atrizes convidadas e dos participantes, o que expressa a dimensão afetiva, sensível e dialógica do encontro, ressaltando o aspecto gerador, crítico e transformador da arte. O tema do racismo e das desigualdades

formam o pano de fundo deste diálogo, sobre o qual a resistência e as produções de arte junto a práticas culturais da população negra produziram emancipação e transformação, que são temas centrais das discussões sobre educação popular em saúde.

Desse modo, o encontro entre práticas culturais e formação acadêmica, como circunstância de ensino e aprendizagem, constituiu um espaço de produção de conhecimento acerca das demandas evocadas sobre os temas do racismo e desigualdade como também sobre as possibilidades de resistência e intervenção por meio da arte e da cultura nos cenários de assimetria e vulnerabilidade, a exemplo da pandemia de Covid-19, abrindo caminhos para a promoção e equidade em saúde. ◀

Referências Bibliográficas

BURMEISTER, A; MELLO, B.; LIMA, C.; OLIVEIRA, C.; COELHO, E.; OLIVEIRA, F.; KOLODSIEJSKI, P.; RODRIGUES, R.; MACHADO, F. Entre a saúde, as ciências sociais e a arte: diálogos na pandemia. **Revista Saúde em Redes**, v. 6, p. 7-14, 2020.

MACHADO, F., FERLA A., SANTOS, B., POSSA, L., PEDROSO, V., CARNEIRO, I. Avaliando o uso de metodologias ativas na formação em saúde: História das Instituições e Políticas Públicas de Saúde. **Saúde em Redes**, 5(3): 93-107, 2019.

OLIVEIRA, C.; BURMEISTER, A.; LIMA, C.; COELHO, E.; KOLODSIEJSKI, P.; MACHADO, F. Diálogos na Pandemia: discutindo os impactos da COVID-19 sobre a população negra brasileira. **Revista Saúde em Redes** (no prelo).

REIS, V. Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 - 2001. **Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais**. Universidade Federal da Bahia, 2001. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/12122018_123921.pdf Acessado em maio de 2021.

SANTOS, BS. **A Universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez Editora; 2004.

CURA, **I Mostra de Artes Cênicas Negras de Porto Alegre**. Mostracura.com.br. Publicado em 2020. Disponível em: <https://mostracura.com.br/>, Acessado em maio de 2021.

OLIVEIRA J.; LOPES V. **Hamlet Sincrético, em busca de um teatro negro**. Caixa-Preta, 2019. PEREIRA, R. R. (Org.); PASSOS M.C (Org.) . **Identidade Diversidade - práticas culturais em pesquisa**. Petrópolis: DP et alii, 2009. <http://www.faperj.br/?id=1217.3.1>

PREMIAÇÃO ALDIR BLANC BAHIA. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA de CULTURA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA EDITAL de CHAMADA PÚBLICA No 04/2020 - **Prêmio de Exibição Audiovisual 2020**. Acessado em maio de 2021. http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/PABB/Premio_Exibicao_Audiovisual_2020.pdf

CADERNOS NEGROS – **Quilombhoje**. Quilombhoje.com.br. Publicação 2017. Acessado em maio de 2021. Disponível em: <https://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/>



Extensão universitária na Era Covid-19: estratégias de atenção à mulher no ciclo gravídico-puerperal

Rita de Cássia Rocha Moreira: Departamento de Saúde - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); ritahelio01@yahoo.com.br

Louise Conceição Lima: Secretaria Municipal de Saúde de Feira de Santana - Bahia
Acadêmicas de Enfermagem: Sthefane Nogueira de Azevêdo, Elizia Raiane Oliveira Fernandes

Resumo

INTRODUÇÃO: a pandemia da Covid-19 representa um dos maiores desafios para a saúde pública na atualidade. Pesquisas apontam que mulheres grávidas são mais suscetíveis a infecções graves e problemas respiratórios, devido às alterações que ocorrem durante a gravidez. Nota-se que muitos desafios têm sido enfrentados na prática assistencial e nos modos de ensino na área de saúde durante a pandemia. Nesse contexto, as ações executadas no plano de trabalho destinaram-se ao desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde, com olhar atento às gestantes e puérperas.

OBJETIVOS: relatar a experiência de ações extensionistas no atendimento à mulher no ciclo gravídico-puerperal, citar os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas no atendimento às mulheres nesse ciclo durante a pandemia da COVID-19.

METODOLOGIA: relato de experiência com abordagem qualitativa descritiva. Resulta das atividades do plano de trabalho intitulado “A importância do pré-natal na identificação de sintomas depressivos como prevenção à depressão pós-parto”, desenvolvido em uma Unidade Básica de Saúde do município de Feira de Santana - BA, no período de 23 de fevereiro a 28 de maio de 2021.

RESULTADOS: foram realizados 27 atendimentos remotos a 11 gestantes e puérperas com consultas clínico-gineco-obstétrica em pré-natal de modo remoto, com assistência humanizada, visando identificar situações de vulnerabilidade, avaliar o conhecimento e as medidas de prevenção ao coronavírus e ouvir queixas e orientar sobre o ciclo gravídico-puerperal.

CONCLUSÃO: a pandemia da Covid-19 revela a urgência de um sistema de saúde bem articulado, funcional e com recursos, que proporcione a garantia aos direitos à vida e a assistência à saúde. Portanto, as ações de extensão se agregam ao fortalecimento do ensino acadêmico e do sistema público de saúde e devem se adequar às novas demandas atuais e apontam para a possibilidade desse modo on-line de atendimento.

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 foi declarada Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em janeiro de 2020. No Brasil, a situação de Emergência em Saúde foi declarada no início de fevereiro de 2020, e no dia 26 do mesmo mês, no estado de São Paulo, teve o primeiro caso confirmado (MASCARENHAS *et al.*, 2020).

Representa um dos maiores desafios para saúde pública mundial da atualidade e tem impactado diretamente os sistemas de saúde, desencadeando colapsos responsáveis por altas taxas de morbidade e mortalidade. As repercussões negativas também podem ser observadas na economia e bem-estar social de maneira sem precedentes nas últimas décadas (HAILEMARIAM; AGEGNEHU; DERESE, 2021).

Segundo a OMS, até o dia 28 de maio de 2021, momento em que este artigo é finalizado, foram notificados cerca de 168.599.045 casos confirmados de Covid-19, com 3.507.477 óbitos no mundo. No Brasil, os números revelam 16.274.695 casos

confirmados de Covid-19, incluindo 454.429 mortes (OMS, 2021).

Levantamentos realizados por Mo *et al.* (2021), apontam que mulheres grávidas são mais suscetíveis a infecções graves e problemas respiratórios, decorrente das alterações anatomofisiológicas e do sistema imune que ocorrem durante a gravidez. As manifestações clínicas deste grupo não divergem significativamente em comparação à população geral, todavia estudos revelam que mulheres grávidas infectadas correm risco significativamente maior de cesariana, parto e nascimento prematuro e complicações maternas e neonatais no período pós-parto do que a população grávida em geral. Também pode haver ocorrência de feto natimorto, asfixia e morte neonatal, baixo peso ao nascer e sofrimento fetal.

Diante das medidas para contenção ao avanço do vírus, como o distanciamento social e fechamento de serviços não essenciais, gestantes e puérperas encararam um cenário desafiador, marcado pela falta de informações e evidências conclusivas sobre o comportamento do vírus, especialmente sobre a

transmissão vertical. Vivenciaram, também, diversas alterações nas práticas assistenciais com o cancelamento de cursos e rodas de conversas, restrições à presença do parceiro durante o parto e visitas, incluindo a interrupção de consultas presenciais, que passaram a ser substituídas por teleconsultas (MOTRICO *et al.*, 2021).

Na tentativa de garantir a continuidade da assistência, o MS lança a Nota Técnica nº7/2020 para assegurar a manutenção das consultas, garantindo, às mulheres, o direito da assistência humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério. Foi recomendada a continuidade da atenção pré-natal, destacando a prevenção de aglomerações e boas práticas de higiene, mantendo os atendimentos, ainda que com espaçamento da consulta e se possível, com o complemento de teleorientação (BRASIL, 2020).

A teleorientação tem se mostrado como ferramenta útil no enfrentamento da pandemia pelo coronavírus e consiste em uma medida de acolhimento ao usuário durante o processo saúde-doença que visa avaliar o estado do paciente, investigando possíveis sinais e sintomas, esclarecer dúvidas, orientar sobre cuidados necessários e o encaminhamento aos serviços de saúde (RECIFE, 2020).

Nessa conjuntura, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) publicou Resolução que autoriza a teleconsulta/teleorientação de enfermagem na pandemia da Covid-19, por meio de canais eletrônicos que proporcionem a interação entre profissionais e pacientes, seguindo os artigos do Código de Ética dos Profissionais da Enfermagem (COFEN, 2020).

Considerando a importância do pré-natal na qualidade da assistência prestada às mulheres no ciclo gravídico-puerperal, tais medidas têm a finalidade de garantir a manutenção dos atendimentos, visto que se configura como um importante indicador da saúde materna. O objetivo das consultas é viabilizar o parto de um recém-nascido saudável, sem impactos para a saúde dessa mulher, além de integrar atividades educativas e preventivas (BRASIL, 2013).

Nota-se que muitos desafios têm sido enfrentados na prática assistencial e nos modos de ensino durante a pandemia. Nesse contexto, as ações executadas no plano de trabalho destinaram-se ao desenvolvimento de estratégias de promoção da saúde, com olhar atento às gestantes atendidas, na perspectiva do gestar em um cenário com tantas incertezas, buscando promover um cuidado efetivo, aliado à aplicação dos conhecimentos adquiridos na academia por meio de ações firmadas nas ciências sociais e da saúde, e nos saberes populares, por meio das ações de extensão.

A elaboração desse artigo teve como motivação as experiências com os componentes curriculares Enfermagem na Saúde da Mulher, Criança e Adolescente I e II, do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana, e a atuação em projeto de extensão institucionalizado pela Portaria CONSEPE 93/2002. As vivências impulsionaram os autores a compartilhar as ações desenvolvidas para estimular a formação ativa de profissionais, a humanização da assistência e incentivar novos trabalhos com a utilização dessas estratégias.

Diante do exposto, o presente artigo objetiva relatar a experiência de ações extensionistas de promoção à saúde na assistência em pré-natal, bem como os desafios enfrentados e as estratégias utilizadas no atendimento às mulheres no ciclo gravídico-puerperal, durante a pandemia da Covid-19, por meio de projeto de extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

2. Fundamentação Teórico-Metodológica

Trata-se de um relato de experiência com abordagem qualitativa descritiva, que visa descrever as ações de extensão universitária desenvolvidas com mulheres do ciclo gravídico-puerperal na assistência à saúde. Resulta das atividades do plano de trabalho intitulado “A importância do pré-natal na identificação de sintomas depressivos como prevenção à depressão pós-parto”, que está vinculado ao projeto de Extensão “Serviço de Pré-Natal de Baixo Risco: Humanizando

a Assistência à Mulher no Ciclo Gravídico-Puerperal” – Resolução CONSEPE 93/2002 da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).



O projeto de extensão é desenvolvido por discentes e docentes membros do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Saúde da Mulher (NEPEM) da UEFS e conta com a parceria de profissionais de diferentes unidades de saúde do município de Feira de Santana, como enfermeiros, técnicos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Desde a sua implantação, o NEPEM destina seus esforços à produção de conhecimento científico e valorização da ciência, prestando serviços à comunidade e contribuindo para a formação de profissionais, além de promover descobertas e inovações na área de atenção à saúde da mulher.

Este trabalho foi desenvolvido em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Feira de Santana, que realiza ações de prevenção e promoção à saúde para o público usuário do SUS, inserido na região de cobertura desta. A UBS possui vínculo com a Universidade, o que permite a prática de componentes curriculares do curso de Enfermagem que atuam na atenção primária.

A consulta de pré-natal era realizada mensalmente com cada participante por meio de ligações telefônicas, mediante a assinatura do Termo de

Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a concessão do número para contato.

A pandemia da Covid-19 trouxe diversas limitações no desenvolvimento de atividades econômicas, laborais, sociais e educativas e, neste cenário, as atividades acadêmicas de campo foram interrompidas para a segurança de estudantes, profissionais e da comunidade geral.

Dessa forma, a manutenção do plano de trabalho foi possível com a utilização de tecnologias digitais, que permitiram a comunicação entre discente, docente, profissionais da unidade e pacientes, de modo a planejar ações e estratégias para uma assistência humanizada às gestantes, esclarecendo dúvidas sobre gestação, parto e puerpério, orientações sobre hábitos de vida diários e cuidados na gestação, salientando a importância da realização do pré-natal e as medidas de prevenção à Covid-19.

A apresentação inicial do plano de trabalho para as gestantes ocorria por uma breve explicação realizada pela enfermeira da unidade, que, posteriormente, enviava os TCLEs coletados para a discente responsável, que entrava em contato com as gestantes e as acolhia e orientava de maneira mais detalhada sobre o projeto.



Foram utilizados outros recursos, como mensagens pelo aplicativo WhatsApp, formulários on-line com questionários sociodemográficos e de avaliação do risco de depressão pós-parto com a Edinburgh Postnatal Depression Scale (EPDS), planilhas e tabelas com dados coletados e registros das atividades.

3. Resultados

Durante a execução do plano de trabalho, no período de 23 de fevereiro a 28 de maio de 2021, foram realizados 27 atendimentos remotos a 11 gestantes e puérperas cadastradas na referida unidade. As gestantes atendidas tinham entre 17 e 30 anos e eram residentes da zona urbana da região da microárea de abrangência da UBS. A categoria de ocupação foi diversificada, assim discriminadas: estudantes, comerciárias, donas de casa, dentre outras atividades, sejam estas remuneradas ou não.

Foram realizadas consultas clínico-gineco-obstétrica em pré-natal de modo remoto com assistência humanizada, visando identificar situações de vulnerabilidade entre a população, avaliar o conhecimento e as medidas de prevenção ao coronavírus, ouvir queixas e orientar sobre o ciclo gravídico-puerperal.

3.1 A extensão universitária e os desafios enfrentados com a pandemia

A extensão universitária consiste em ações socioeducativas que podem responder às demandas da comunidade e visa estabelecer vínculo entre a universidade e o corpo social com o compartilhar de conhecimento.

Esta tem como finalidade enriquecer a formação profissional e criar espaços que possibilitem o desenvolver de um pensamento crítico e questionador da realidade a qual se está inserido e, dessa maneira, colaborar para a estruturação de uma sociedade mais humanística (UEFS, 2021).

As ações de Extensão compõem o tripé universitário que agrega o Ensino e a Pesquisa de forma

indissociável. Corresponde a um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que suscita a interação transformadora entre universidade e sociedade e dispõe-se a contribuir para a superação das desigualdades, estimular a diversidade e lutar por processos mais democráticos de ensino (SILVA, 2020).

A pandemia do novo coronavírus trouxe diversas modificações para o cotidiano de bilhões de pessoas ao redor do mundo, com impactos econômicos, emocionais e de saúde na vida de muitos discentes e docentes. Nesse panorama de incertezas, o Ministério da Educação decreta a suspensão das aulas presenciais em todo o Brasil e alguns estados e municípios também adotaram medidas restritivas como forma de contenção à doença (DINIZ *et al.*, 2020).

Seguindo as normas técnicas do Governo do Estado da Bahia, a Administração Central da UEFS divulga uma nota, em 17 de março de 2020, que interrompe a realização de atividades presenciais nos cursos de graduação e pós-graduação e emprega alternativas como o home office, suspensão de atendimento ao público e incentiva o uso de canais tecnológicos de comunicação para demandas emergenciais (UEFS, 2020).

Desse modo, as ações de extensão planejadas por esse plano de trabalho enfrentaram um cenário limitador em decorrência dos inúmeros desafios impostos pela pandemia atrelado à impossibilidade de realizar determinadas atividades inerentes à prática clínica. As restrições no período geram frustrações ligadas ao impedimento de experienciar a extensão em sua plenitude.



A dificuldade de contato presencial, o baixo número de gestantes captadas e a inviabilidade da presença em campos de prática ocasionou a dependência da bolsista e orientadora dos profissionais da unidade de saúde para a oferta e divulgação do projeto de extensão. A colaboração de enfermeiros, técnicos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) é peça chave para execução e desenvolvimento dos objetivos estabelecidos em planos de trabalho de extensão universitária, porém, devido à sobrecarga do sistema de saúde e a alta demanda de solicitação dos serviços assistenciais, dificultou a propagação das ações de extensão por parte destes.

As ações preventivas e de promoção da saúde desenvolvidas pela Atenção Primária à Saúde (APS) atuam como porta de entrada para o paciente com suspeita de Covid-19 e demais afecções, de forma resolutive e acolhedora. Entretanto, o colapso dos sistemas de sistema de saúde prejudica o suporte aos pacientes e o cuidado holístico e humanizado. Como consequência, as contribuições com os programas universitários tornam-se reduzidas e menos efetivas (Savassi *et al.*, 2020).

Outras barreiras podem ser citadas no desenvolvimento das ações extensionistas, como a resistência de algumas gestantes em participar do projeto na modalidade remota, problemas com o número de contato telefônico fornecido, a dependência de tecnologias digitais e a ausência de contato físico, refletindo na redução de vínculo entre estudantes/profissionais e usuárias.

3.2 Estratégias e efetividade das ações de extensão implementadas e possibilidades para o futuro

A pandemia da Covid-19 expôs a importância de saber reinventar-se e ser resiliente. Mesmo com a interrupção do funcionamento de diversos setores da sociedade, muitas universidades brasileiras ganharam destaque no enfrentamento ao coronavírus, com ações sociais e projetos de extensão readaptados ao contexto atual, cumprindo seu

compromisso com a sociedade com evidências de grande habilidade de docentes e discentes (DINIZ *et al.*, 2020).

Nesse panorama, o plano de trabalho extensionista adotou como estratégia para a continuidade das ações, o acompanhamento pré-natal de forma remota. O uso de ferramentas como aparelho celular, computadores e notebooks, ligações telefônicas e aplicativos de comunicação e mídias sociais, como o WhatsApp, possibilitaram a articulação entre docentes, discentes, profissionais dos serviços de saúde e pacientes, de modo a disseminar informações úteis relacionadas à Covid-19, gestação, parto, puerpério, amamentação e cuidados com o recém-nascido.

Pesquisas de Santos *et al.* (2021) salientam o papel imprescindível das tecnologias na área de saúde e a importância de profissionais capacitados para a garantia de um sistema de saúde integral e resolutive às demandas da população. Exibe-se, também, a atuação universitária na produção de conhecimento científico e nas ações de educação em saúde, promovendo acesso à informação, conexão com a comunidade e entre profissionais da saúde sem estarem expostos ao risco de adoecimento pela Covid-19.

Nessa perspectiva, a teleorientação/telessaúde constitui-se em uma estratégia de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus e permite a redução da circulação de pessoas aos serviços de saúde, diminui o risco de contaminação e possibilita o acompanhamento de pacientes e a educação em saúde (CAETANO *et al.*, 2020).

As gestantes e puérperas incluídas nas atividades mostraram-se receptivas às teleconsultas, interessadas em dialogar: participavam tirando dúvidas, relatavam queixas e enviavam resultados de exames, o que tornava os momentos dinâmicos e ricos para pacientes e discentes, além de evitar idas desnecessárias à unidade. Compartilhavam suas experiências de vida, medos e anseios e mostravam-se agradecidas pelo momento de

conversa, troca e orientações, estabelecendo um vínculo importante, com base em uma relação de confiança entre discentes e gestantes.

Em sua experiência de teleorientação, Azevedo *et al.* (2021) descreve sobre a importância da escuta qualificada na criação de vínculos entre profissionais e usuários, o acolhimento, encaminhamentos de casos e a efetividade das ações com o intuito de minimizar as necessidades das mulheres em momentos de pandemia. Apresenta o desenvolvimento de competências, como a comunicação e relações interpessoais por parte dos graduandos envolvidos no projeto.

Portanto, como referendado por Diniz *et al.* (2020), há de se defender a importância da continuidade da assistência, visto que, em tempos de pandemia, a sociedade está mais exposta a situações que impactam negativamente no bem-estar social e na qualidade de vida, trazendo à tona desigualdades. A extensão universitária pode atenuar tais condições, promovendo ações e debates relacionados à educação, saúde, direitos humanos e grupos vulneráveis, visando alcançar crianças, jovens, adultos, idosos e gestantes.

4. Considerações Finais

Um relato de experiência pode trazer à tona um olhar para o papel acadêmico da extensão universitária como elo primordial na formação acadêmica e profissional, além de quebrar as barreiras do ensino e os fatores limitantes à assistência de grávidas e puérperas usuárias do Sistema Único de Saúde. Embora os serviços públicos assistenciais do país já apresentassem fragilidades, a pandemia do novo coronavírus revelou o lado mais cruel da falta de oxigênio, leitos, recursos humanos e financeiros e políticas de atenção aos grupos mais vulneráveis.

Nesse cenário de tantas perdas e incertezas, se faz necessária a habilidade de reinventar-se, ser resiliente e repensar em novas alternativas para a continuidade dos cuidados para gestantes e

puérperas. Enfrentar desafios torna a humanidade mais forte e evolui a maneira de pensar no próximo, acolher a dor do outro e exercer a empatia no atendimento pré-natal.

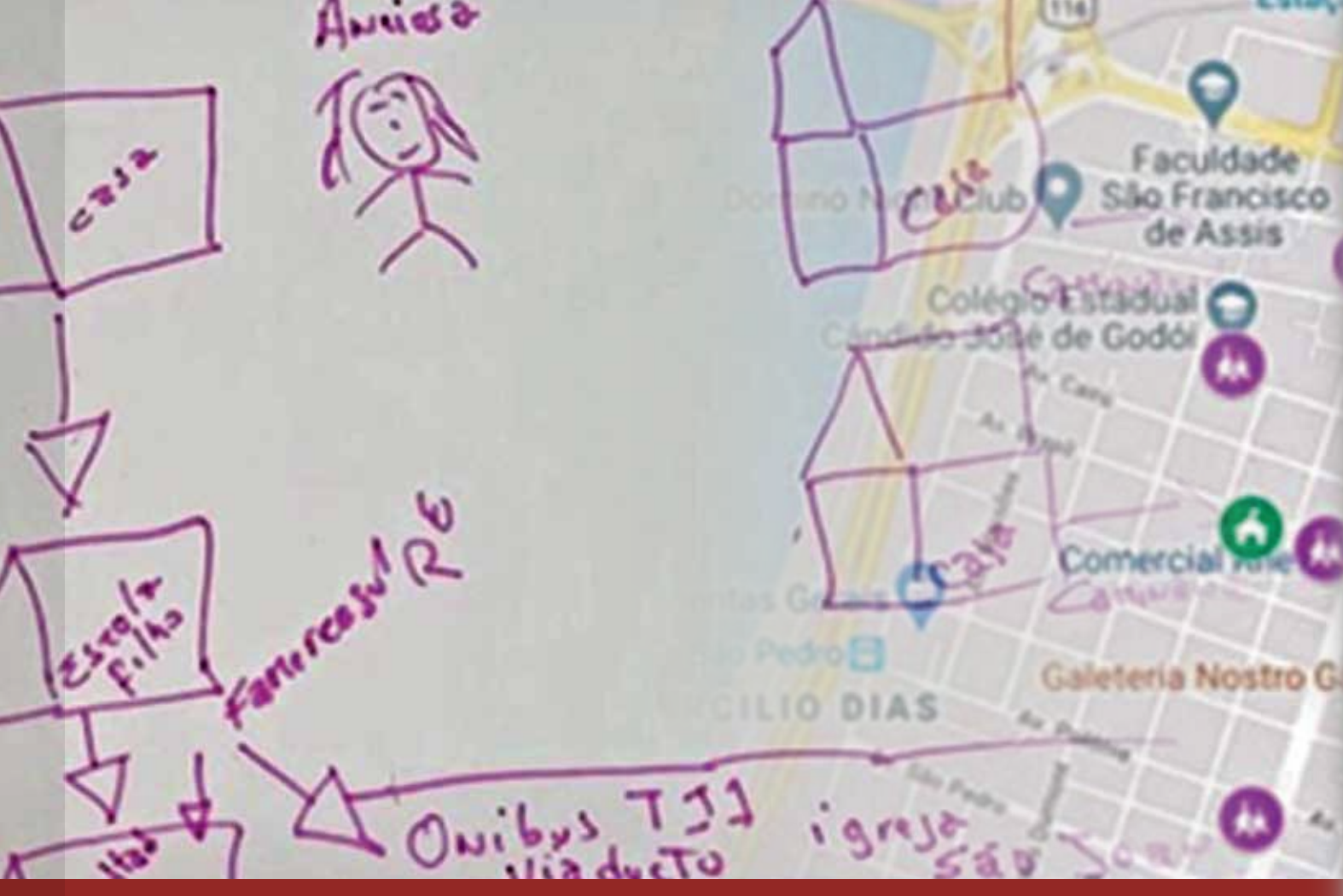
A pandemia da Covid-19 revela a urgência de um sistema de saúde bem articulado, funcional e com recursos, que proporcione a garantia aos direitos à vida e à assistência à saúde, a fim de cumprir os princípios de universalidade, equidade, integralidade e humanização estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Portanto, as ações de extensão se agregam ao fortalecimento do ensino acadêmico e do sistema público de saúde e devem se adequar às novas demandas atuais, tecendo meios de avançar em suas ações sociais com a criação de espaços entre os profissionais, estudantes e a comunidade, como pilares na formação interprofissional, humana e holística.

Observa-se uma explosão no uso das tecnologias digitais e recursos on-line, no último ano, o que possibilitou a manutenção das diversas tarefas do cotidiano. Apesar disso, as inovações surgem em um ritmo cada vez mais acelerado, o que reforça a importância da busca por cursos, capacitações e novas ferramentas, com o intuito de permitir a atualização dos profissionais e estudantes para favorecer a educação continuada com novas estratégias de alcance à população. ◀

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Sthefane Nogueira et al. **Enfrentando à COVID-19 com teleorientação de enfermagem para gestantes e puérperas: relato de experiência**. SOARES, Samira Silva Santos (Organizador). Gestão de serviços de enfermagem. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/49325>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica nº 7/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS**: trata das orientações a serem adotadas na atenção à saúde das gestantes no contexto da pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) – Abril de 2020. Disponível em: <<https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/gestantes-nota-tecnica-no-6-2020-cosmu-cgcivi-dapes-saps-ms/>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. 1. ed. rev. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_pre_natal_baixo_risco.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- CAETANO, R. et al. Desafios e oportunidades para telessaúde em tempos da pandemia pela COVID-19: uma reflexão sobre os espaços e iniciativas no contexto brasileiro. **Cad. Saúde Pública**. v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2020.v36n5/e00088920/>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- COFEN. Conselho Federal De Enfermagem. **Resolução COFEN nº 634/2020**: Autoriza e normatiza a teleconsulta de enfermagem. Brasília, 26 de março de 2020. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-0634-2020_78344.html#:~:text=Autoriza%20e%20normatiza%2C%20%E2%80%99Cad%20referendum,tecnol%C3%B3gicos%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- DINIZ, Emily Gabriele Marques et al. A extensão universitária frente ao isolamento social imposto pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 72999-73010, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/17434/14151>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- HAILEMARIAM, Shewangizaw; AGEGNEHU, Wubetu; DERESE, Misganaw. Exploring COVID-19 Related Factors Influencing Antenatal Care Services Uptake: A Qualitative Study among Women in a Rural Community in Southwest Ethiopia. **Journal of Primary Care & Community Health**, v. 12, p. 2150132721996892, 2021. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2150132721996892>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- LIRA, Ana Luisa Brandão de Carvalho et al. Educação em enfermagem: desafios e perspectivas em tempos da pandemia COVID-19. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672020001400407&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- MO, Phoenix Kit Han et al. Association of Perceived Threat, Negative Emotions, and Self-Efficacy With Mental Health and Personal Protective Behavior Among Chinese Pregnant Women During the COVID-19 Pandemic: Cross-sectional Survey Study. **Journal of Medical Internet Research**, v. 23, n. 4, p. e24053, 2021. Disponível em: <<https://www.jmir.org/2021/4/e24053>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- MOTRICO, Emma et al. Impact of the Covid-19 pandemic on perinatal mental health (Riseup-PPD-COVID-19): protocol for an international prospective cohort study. **BMC Public Health**, v. 21, n. 1, p. 1-11, 2021. Disponível em: <>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- OMS. Organização Mundial da Saúde. **Painel do Coronavírus da OMS (COVID-19)**. 2021. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- RECIFE, Prefeitura da Cidade et al. **Manual de teleassistência atende em casa: teleorientação, telemonitoramento e teleacolhimento**. Manual de teleassistência atende em casa: teleorientação, telemonitoramento e teleacolhimento. 2020. p. 103-103. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/10/1122785/manual-atende-em-casa.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- SANTOS, Emanuel Pereira et al. **Interação digital dos profissionais de enfermagem durante a pandemia de covid-19**. SILVA, André Ribeiro da (Organizador). Enfermagem e COVID-19: desafios e perspectivas. Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Atena Editora, p. 1-388-416. Disponível em: <<https://www.atenaeditora.com.br/post-artigo/51763>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- SAVASSI, Leonardo Cançado Monteiro et al. Ensaio acerca das curvas de sobrecarga da COVID-19 sobre a atenção primária. **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1-13, 2020. Disponível em: <<https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/1006/933>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- SILVA, Wagner Pires. Extensão universitária. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491/14110>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- UEFS. **Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)**. Disponível em: <<http://proex.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. **Uefs divulga comunicado sobre novas medidas de prevenção ao COVID-19**. 2020. Disponível em: <<http://www.uefs.br/2020/03/3079/Uefs-divulga-comunicado-sobre-novas-medidas-de-prevencao-ao-COVID-19.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2021.



Projeto de Extensão Cruzando Fronteiras: gênero e migração na América Latina

Maria Lúcia Moritz: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) – UFRGS; cfront.ufrgs@gmail.com
Acadêmica de História: Lília Dias Demétrio
Acadêmica de Relações Internacionais: Júlia Silveira Pereira

Resumo

Entre migrantes econômicos, portadores de visto humanitário e refugiados, o Brasil serve de lar para diferentes nacionalidades e variadas culturas. Pessoas que se deslocam do seu país de origem em busca de melhores

condições de vida, um recomeço, uma nova oportunidade. Ainda assim, sob uma agravada crise econômica, sanitária e política, os direitos fundamentais da parcela migrante da sociedade, em especial da população migrante feminina, são constantemente ameaçados.

Dessa maneira, o Projeto de Extensão Cruzando Fronteiras: Gênero e Migração na América Latina, vinculado ao PPG de Ciência Política da UFRGS, tem por objetivo trabalhar a problemática de gênero, migração e direitos humanos dentro do contexto da extensão universitária. O Cruzando Fronteiras visa o empoderamento de mulheres imigrantes e refugiadas através da aquisição de conhecimento sobre seus direitos, promovendo oficinas e atividades. Essas ações são planejadas e executadas pelas participantes do Projeto: um grupo de voluntárias e uma bolsista, oriundas de diversas áreas como Ciência Política, Direito, Educação, História, Políticas Públicas, Relações Internacionais e Sociologia. O presente artigo busca mostrar o desenvolvimento do projeto, desde a sua concepção até a sua reinvenção durante a pandemia de Covid-19, explicitando as possibilidades e dificuldades que o mundo virtual proporciona. Através das memórias do grupo - atas, fotos e publicações na sua Rede Social - busca-se mostrar a potencialidade do Projeto enquanto ferramenta de garantia dos direitos fundamentais da população feminina imigrante no Brasil.

Oficinas Presenciais

O Projeto teve início em outubro de 2019, com o objetivo central de realizar uma “ponte” entre os conhecimentos de gênero e feminismo que transitavam dentro dos espaços da Universidade e a comunidade migrante de Porto Alegre. Seria, portanto, uma forma de promover a extensão universitária instrumentalizando as mulheres migrantes a partir de um viés feminista, perspectiva norteadora do Cruzando Fronteiras. Inicialmente foi promovido um ciclo de oficinas entre novembro e dezembro de 2019. Essas atividades ocorreram em um espaço concedido pelo CIBAI (Centro Ítalo- Brasileiro de Assistência e Instrução às migrações), localizado no Centro de Porto Alegre, onde foram ministradas atividades

a partir dos eixos norteadores do Projeto: Violência Contra a Mulher, Saúde e Corpo, e Cartografia Social e Afetiva.

A primeira oficina (**Anexo A - Oficina de Acolhimento**), realizada na última semana de outubro de 2019, teve por objetivo acolher as mulheres recém chegadas ao país, criando um ambiente seguro, em que as agendas pudessem ser trabalhadas. Nesta etapa, foram observados alguns obstáculos que seriam enfrentados pelo Projeto. Em primeiro lugar, as integrantes se depararam com a barreira do idioma: algumas das migrantes se comunicavam apenas em espanhol ou em “crioulo”, não havendo familiaridade com o português. A primeira “fronteira” a ser cruzada, portanto, seria a da língua. Felizmente, o CIBAI oferece o serviço de ensino de Língua Portuguesa a migrantes, assim como outras organizações de Porto Alegre. Outro aspecto observado pelas integrantes era que as mulheres, inicialmente, mostravam-se tímidas e retraídas, mas interessadas em compreender a iniciativa e a proposta do Projeto. Com o avançar das oficinas, foi se estabelecendo uma relação de confiança entre as integrantes do Projeto e as migrantes.



Figura 1 - Oficina de acolhimento. CIBAI, Porto Alegre, RS
Fonte: Acervo do Projeto

A segunda oficina¹ (**Anexo B - Oficina sobre as Violências**) ocorreu no início de novembro e teve como escopo o tema da Violência Contra A Mulher. Nesta atividade, foram

1. A Oficina foi mediada pela voluntária e advogada Adriana Farias.

expostas as diversas formas de violência contra as mulheres - física, psicológica, moral, sexual e patrimonial - e explicado o funcionamento da Lei Maria da Penha. Foi preparado e distribuído um material impresso contendo estas informações e dado às participantes da Oficina. Além disso, foram explicados os mecanismos legais e institucionais existentes no Brasil para coibir as violências de gênero. Também foram apresentadas as organizações em que se possa recorrer em casos de violência, tais como a Delegacia da Mulher, a Defensoria Pública e o GRITAM (UFRGS). Nesta oficina, as migrantes já haviam passado pelo acolhimento e estavam mais seguras de que o projeto estava ali para lhes oferecer apoio e promover a escuta, criando um valioso espaço de troca e de experiências.



Figura 2 - Oficina de Violências. CIBAI, Porto Alegre, RS
Fonte: Acervo do Projeto

A terceira oficina² abordou o tema Corpo e Saúde e ocorreu em meados de novembro de 2019. Neste espaço foram trabalhados diversos aspectos da saúde da mulher, tais como a atenção à Saúde da Mulher LGBT, Saúde da Mulher Negra, Saúde pré e pós-natal, prevenção ao câncer de mama e do colo do útero, métodos contraceptivos, prevenção a ISTs, bem como foi explicado como acessar o Sistema Único de Saúde e a obtenção do cartão SUS.

A quarta e última oficina (**Anexos C e D - Oficina Cartografias**) foi realizada na última semana de

novembro e teve como temática a Cartografia Social e Afetiva. Foi mediada pela doutoranda em Sociologia/UFRGS Gabriela Scapini e contou com a colaboração da Turba - iniciativa porto-alegrense de estímulo à igualdade de gênero na construção de cidades inclusivas -, onde foi proposto às migrantes o exercício de expressar seus sentimentos ao caminhar pelas ruas próximas às suas moradias. A Oficina também teve como proposta que as mulheres fossem se apropriando do espaço urbano de Porto Alegre, expressando percepções ao transitar por estes e outros caminhos, estabelecendo relações pelos (des)caminhos que a cidade possui. A partir desta oficina surgiu a ideia de elaborar um mapa colaborativo, demonstrando diversos pontos importantes e de interesse às migrantes: Unidades de Saúde; atendimentos institucionais para casos de violência contra a mulher e mapeamento escolar (localização de creches comunitárias ou municipais, escolas estaduais), para que as mães possam procurar e matricular seus filho/as. Para a elaboração deste mapa foi realizado um levantamento dos locais de moradia dessas mulheres em Porto Alegre a partir do cadastro disponibilizado pelo CIBAI. Constatou-se que a população migrante se concentra nos bairros Navegantes e Humaitá. A relevância desta atividade se dá em função da necessidade de orientação mínima para as migrantes se deslocarem pela cidade em busca de ofertas de emprego, entrevistas laborais e outros deslocamentos que se façam necessários.



Figura 3 - Oficina de Cartografia Social e Afetiva. CIBAI, Porto Alegre, RS Fonte: Iniciativa Turba



Figura 4 - Oficina de Cartografia Social e Afetiva. CIBAI, Porto Alegre, RS

Fonte: Iniciativa Turba

A pandemia

Em meados de março de 2020, a UFRGS suspendeu todas as suas atividades em função da crise sanitária do Covid-19. A partir daí, o projeto de extensão não poderia continuar com seu cronograma de atividades e se viu obrigado a se reinventar. Em abril de 2020, o projeto foi contemplado com uma cota de bolsa. Ao integrar-se ao grupo, a nova bolsista de extensão ficou encarregada de criar a página do Cruzando Fronteiras no Facebook. Desde então, ela e a equipe de voluntárias, sob a coordenação da professora Maria Lúcia Moritz, passaram a produzir conteúdos a serem disponibilizados nessa rede social, tendo como foco as mulheres migrantes e refugiadas.

Um dos primeiros conteúdos produzidos foi o Mapa de Serviços Gratuitos dos Bairros Floresta/Navegantes, em Porto Alegre/RS. O Mapa³ (**Anexo E - Mapa de Serviços Gratuitos**) foi compartilhado em grupos de WhatsApp com as participantes das Oficinas presenciais e com associações de imigrantes de Porto Alegre, além de publicado na página do projeto no Facebook. O mapa, por sua vez, fornece informação a

3. Mapa elaborado pela bolsista Fabiana Cândido e pela doutoranda Gabriela Scapini.

respeito de postos de saúde, escolas, creches, delegacias e pontos de ônibus, por exemplo, em português e espanhol, visando facilitar o acesso à cidade pela população imigrante.



Figura 5 - Print do Mapa de Serviços Gratuitos dos bairros Floresta/Navegantes, em Porto Alegre, RS

Fonte: Acervo do Projeto

A outra atividade virtual foi a chamada “Inter-câmbios Culturais”, onde foram postadas semanalmente receitas fornecidas pelas migrantes, da culinária típica de seus países, buscando aproximar as culturas das migrantes e a brasileira. Foram compartilhadas receitas colombiana, haitiana, senegalesa e cubana. Seguindo o novo planejamento da inserção do Cruzando Fronteiras nas redes sociais, o próximo passo foi a elaboração de uma Cartilha a respeito das violências contra as mulheres (**Anexo F - Cartilha Violência Contra a Mulher**). A cartilha aborda e caracteriza os diversos tipos de violência e indica os locais/canais para procurar ajuda ou atendimento. Separadas em blocos, foram feitas postagens na página do projeto no Facebook (@cruzandofronteirasufrgs). Ambas as iniciativas foram compartilhadas tanto em português quanto em espanhol.

2. A Oficina foi mediada pelas voluntárias Larissa Serafim e Eduarda Borges da Silva.



Figura 6 - Cartilha sobre Violência Contra a Mulher. Porto Alegre, RS

Fonte: Acervo do Projeto

No final de 2020 foi iniciada uma nova frente de atuação: Roda de Conversa Virtual (**Anexo G - Roda de Conversa I**). Para evitar possíveis ataques e visando preservar as participantes, as rodas de conversas foram gravadas e depois de legendadas foram disponibilizadas no Facebook do Projeto, divididas em blocos. A primeira Roda teve a participação da doutoranda da UFRGS, Ana Maria Nogueira, e da mestrandia, também da UFRGS, Rebecca Bernard, ambas imigrantes e residentes em Porto Alegre. Também participaram Emily Nogueira, com experiência na pauta migratória, e a professora Maria Lúcia Moritz, como mediadora. A Roda buscou compartilhar a experiência da colombiana Ana Maria e da haitiana Rebecca, enquanto mulheres, imigrantes e alunas da UFRGS, além da experiência de Emily no acolhimento dos imigrantes venezuelanos quando atuou em Pacaraima/RR.



Figura 7 - Print da primeira Roda de Conversa realizada via Facebook. Porto Alegre, RS

Fonte: Acervo do Projeto

A nova série de posts informativos do Cruzando Fronteiras abrangeu a questão do acesso à saúde no Brasil. Em formato de *cards*, foram compartilhadas informações a respeito do funcionamento do Sistema Único de Saúde, Saúde da Mulher, Prevenção ao Câncer, Métodos Contraceptivos e Atenção a Vulnerabilidades Especiais, entre outros. O objetivo foi informar às mulheres imigrantes e refugiadas sobre o acesso ao sistema de saúde brasileiro, seus direitos e doenças recorrentes, de modo a ser facilmente replicado em grupos de WhatsApp ou demais redes sociais.

Em dezembro de 2020, visando ter contato mais direto com o público alvo, foi realizado um plantão de atendimento online para orientar no preenchimento do Currículo Lattes. Esta atividade visava esclarecer as migrantes e refugiadas interessadas na Seleção aos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política e em Sociologia da UFRGS, ambos com Ação Afirmativa contemplando vaga para refugiados/as. Na mesma época também foi disponibilizada a Segunda Roda de Conversa, abordando o funcionamento, acesso e experiência pessoal a respeito do SUS, além do compartilhamento de eventos, editais e informações a respeito da pauta migratória e acesso aos direitos das mulheres no Brasil.

O ano de 2021 inicia com um novo Plantão de atendimento on-line: dessa vez as orientações estavam focadas na elaboração do currículo profissional. A Terceira Roda de Conversa tratou do fenômeno da feminização da migração e também foi divulgada em blocos na rede social do projeto de extensão. Já em março, o Cruzando Fronteiras se mobilizou para marcar o Dia Internacional da Mulher e, durante uma semana, cada voluntária escolheu uma frase inspiradora, compartilhando a mesma num *card* nas redes sociais do Projeto. Também em março, outra iniciativa foi iniciada: às Rodas de Conversa virtuais foram agregadas lives: uma maneira de aproximar um público mais ampliado às questões da migração e de gênero. Na primeira live, a respeito da Violência de Gênero no Brasil, participaram a voluntária Adriana Dorneles

Farias (advogada) e as internacionalistas Giovana Sidney e Lara Sosa Marques, com a mediação da coordenadora Maria Lúcia Moritz (**Anexo H - Live I**). Felizmente, a live transcorreu sem interferências externas e alcançou a marca de 552 pessoas.



Figura 8 - Print da Primeira Live realizada via Facebook. Porto Alegre, RS

Fonte: Acervo do Projeto

Conclusão

Embora a pandemia tenha criado obstáculos e dificultado as ações planejadas inicialmente pelo projeto, impedindo as atividades presenciais há mais de um ano, foi possível superar e seguir atuando. Também se constata que, mesmo na situação de crise sanitária, as migrações seguem acontecendo e a cada semana migrantes

continuam chegando a Porto Alegre. Migrantes que chegam com suas histórias, seus gozos, suas dores e suas dificuldades em se estabelecer em um novo país. Migrantes que chegam à capital desconhecendo sobre o acesso universal ao Sistema Único de Saúde, já que, em seus países

de origem, em muitos deles, não são oferecidos serviços gratuitos de saúde. Migrantes que não sabem que podem ser amparadas pelo Estado em casos de violências.

O Cruzando Fronteiras segue com seu propósito nas redes sociais, compartilhando conteúdos rele-

vantes e levando informações ao seu público alvo. Dessa forma, segue se reinventando a cada semana e incorporando novas colaboradoras à equipe (nova bolsista de extensão e voluntárias). Em 2021, as lives têm sido o “carro-chefe” do Cruzando Fronteiras, buscando ouvir e trocar experiências com pesquisadoras de diferentes lugares, organizações e profissionais que trabalham com a temática. ◀

Referências Bibliográficas

- ACORVERDE e LEITE. “No 1º ano de pandemia, estado de SP tem 15% das queixas de violência contra mulheres registradas on-line”. **Globo News**, São Paulo. 19/04/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/04/19/no-1o-ano-de-pandemia-estado-de-sp-tem-15percent-das-queixas-de-violencia-contra-mulheres-registradas-online.ghtml>. Acesso em 28, jun. 2021.
- DEE/SPGG. “Igualdade de Gênero: observações iniciais sobre os efeitos da pandemia”. 2021. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pandemia-aumenta-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres-no-rs-indica-estudo>. Acesso em 18, jun. 2021.
- Gênero e Número; SOF. “Pesquisa SEM PARAR: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/>. Acesso em 18, jun. 2021.
- MARINUCCI, Roberto. “Feminização das Migrações?” **REMHU** v. 15, n. 29, 2007.
- OBMIGRA. “Imigrantes internacionais registrados.” **Registro Nacional de Estrangeiro** - RNE/ Registro Nacional Migratório - RNM. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincresmigra/>. Acesso em 18, jun. 2021.
- “Violência contra a mulher no Brasil registra um caso de agressão a cada 4 minutos” **Terra**, 26/03/2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/dino/violencia-contra-a-mulher-no-brasil-registra-um-caso-de-agressao-a-cada-4-minutos,c067ded779f085efc6417d645fddb0b6l3a8drqo.html>. Acesso em 28, jun. 2021.

Prevenção do suicídio durante a pandemia

Bruno Henrique Ribeiro: Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde- UFVJM;
e-mail: bruno.ribeiro@ufvjm.edu.br

Nádia Verônica Halboth: Faculdade de Medicina – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Acadêmicos de Medicina: Lucas Daniel Cibolli Roso, Luiza Joukhadar Regini

Resumo

O trabalho em questão retrata a experiência do projeto de extensão universitária intitulado: “Prevenção do Suicídio - tarefa para muitas mãos”, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Tendo em vista a relevância do tema, eventos foram promovidos para a discussão e abordagem da temática, de maneira efetiva na sociedade, de modo a se adequar às necessidades sociais e ao contexto

vivido em tempos de maior vulnerabilidade psicossocial.

PALAVRAS-CHAVE: Suicídio; Autolesão; Prevenção; Pandemia; Metodologia Remota.

Introdução

O suicídio é um importante problema de saúde pública global. Estima-se que cerca de 800 mil

pessoas morrem por suicídio todos os anos no mundo (OMS, 2018). A Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014) aponta que o comportamento suicida é influenciado por questões multifacetadas como aspectos biológicos, psicológicos, ambientais e culturais. No entanto, o tema ainda é tratado como tabu em muitos lugares, sendo a prática, inclusive, ilegal em alguns países, o que leva a crer que esse número seja ainda maior, considerando-se a subnotificação e a classificação errônea das mortes por suicídio como acidentais (MINAYO et al., 2006).

O Brasil está entre os dez países com os maiores números absolutos de suicídio. Entre 2002 e 2012, o total de suicídios no Brasil aumentou cerca de 33%, sendo, esse aumento, superior ao aumento da população no mesmo período, que foi de 11%. Apesar dos números expressivos, é importante deixar claro que suicídios podem ser prevenidos (WHO, 2014).

Um dos principais grupos de atuação neste contexto são os profissionais de saúde, especialmente os ligados à atenção primária, que precisam estar preparados para lidar com indivíduos em risco, posto que são acessíveis à população e podem oferecer apoio continuado. No caso de pessoas que tentam o suicídio, a maioria é atendida em serviços de emergência, o que demonstra um grande potencial de intervenção para os profissionais dessa área. Porém, por falta de treinamento, o acolhimento adequado nem sempre acontece, permitindo a manutenção e até o aumento dos casos (BOTEGA, 2014; VIDAL e GONTIJO, 2013; WHO, 2014).

A equipe envolvida no projeto de extensão “Prevenção de Suicídios - Tarefa para muitas mãos” da UFVJM - Campus Diamantina, realiza atividades de capacitação com o intuito de prevenir comportamentos suicidas, bem como autolesivos. Ela também promove estudos na área da suicidologia e prestação de atendimento à comunidade, especialmente para estudantes e profissionais das áreas da saúde, educação e

segurança pública, bem como líderes espirituais.

Além dos cursos de prevenção, ocorrem rodas de conversa e palestras breves sobre o suicídio e suas representações midiáticas e culturais, como forma de continuar o debate sobre o tema, relacionando-o à atualidade e à história.

O Grupo Vida é composto por discentes e docentes da UFVJM e inclui membros externos envolvidos na temática. Ele atua na prevenção do suicídio em Diamantina (MG) desde 2006, realizando capacitações, auxílio a sobreviventes e indivíduos em risco, além de pesquisas e debates que permeiam o tema. Há parcerias com instituições ligadas à saúde e à educação em Diamantina e região.



Figura 1 - Logo do Grupo Vida

Fonte: Acervo dos autores

No contexto atual de pandemia pelo novo coronavírus, impactos diretos ou indiretos têm sido gerados na vida dos indivíduos, principalmente quanto à saúde mental, podendo agravar os quadros relacionados a tentativas de suicídio e autolesão (CRUZ et al., 2020). Diante disso, o grupo buscou se adaptar e criar ações condizentes com a realidade vivida, de modo a dar suporte à população de uma maneira eficiente e segura, mesmo que remotamente.

Relevância do projeto

O projeto “Prevenção de suicídios - tarefa para muitas mãos”, atua como programa de extensão na comunidade da Universidade, de modo a propor a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que são pilares fundamentais para a formação profissional. Além disso, o projeto causa impacto e transformação social, já que pessoas com diferentes vulnerabilidades serão atendidas direta ou indiretamente pelos participantes, promovendo a troca de saberes, abordando o conhecimento acadêmico/científico e valorizando o conhecimento popular sobre temas da suicidologia.

Diante da gravidade da saúde pública, a atual pandemia do novo coronavírus intensificou os quadros de sofrimento psicológico, o que amplificou ainda mais a importância do projeto de extensão na promoção de ações preventivas.

A pandemia do novo coronavírus nos impõe um isolamento social e consequente dificuldade de interação entre os indivíduos. Além disso, há insegurança social e econômica aumentada durante a crise epidemiológica; maior sensação de ansiedade; maior ingestão de bebidas alcoólicas; diminuição do acesso a consultas e serviços de saúde mental; e aumento do estresse, relacionado à insegurança dos profissionais de saúde atuantes nas linhas de combate à Covid-19 (CRUZ *et al.*, 2020), os quais podem ser fatores preponderantes para desenvolvimento de comportamentos suicida e autodestrutivo.

Dessa forma, com o agravamento destas questões e tantas outras que afetam a saúde mental durante a pandemia, o projeto visa identificar e dar suporte às necessidades individuais e coletivas a partir de eventos virtuais que instruem e dão amparo aos participantes para lidarem de maneira assertiva com os temas ligados à área de prevenção do suicídio e comportamentos autolesivos.



Figura 2 - Reunião de encontro semanal do grupo
Fonte: Acervo dos autores

Ações durante a pandemia

Na pandemia do novo coronavírus, medidas sanitárias foram estabelecidas e, com isso, houve a impossibilidade de realização de eventos e encontros presenciais. Desse modo, surgiu a necessidade de adequação do projeto à nova realidade e a modalidade on-line passou a ser explorada.

Os integrantes do grupo realizam encontros semanais, através da plataforma do Google Meet, com o propósito de debater e estudar a temática do suicídio e dos comportamentos autolesivos.

Ademais, no ano de 2020 foram realizados 5 eventos pela plataforma do Google Meet, com inscrição e emissão de certificados pelo portal da Even 3, acerca do tema do suicídio, com a participação de mais de 300 pessoas. Foram alternados cursos de capacitação, rodas de conversa e saraus que relacionaram assuntos de relevância à temática suicida, como fenômenos raciais, comportamentos de risco e luto.

Já em 2021, até o fim do primeiro quadrimestre, foram oferecidos 2 cursos de prevenção, sendo o primeiro sobre comportamentos suicidas e o seguinte sobre autolesivos que contaram com 500 participantes. Ambos foram oferecidos pelo Youtube, utilizando o Stream Yard como intermediário para a transmissão da live no canal do projeto e, como via de inscrição e emissão de certificados, foi utilizado o portal do Even 3.



Figura 3 - Folder de divulgação do Curso de Prevenção do Suicídio
Fonte: Acervo dos autores

Além disso, estão sendo planejadas novas capacitações e rodas de conversa no ano de 2021, juntamente com as reuniões semanais, dando continuidade ao caráter de extensão do projeto.

Considerações finais

O grupo se adaptou à realidade imposta pela pandemia do Covid-19 de maneira que fosse possível continuar as atividades propostas pelo projeto com a utilização de ferramentas digitais. Além disso, a



Figura 4 - Segundo dia do Curso de Prevenção do Suicídio
Fonte: Acervo dos autores

modalidade virtual possibilita uma maior abrangência do público com interesse no tema, expandindo a extensão universitária para além dos limites regionais da UFVJM e abrindo possibilidade das ações on-line permanecerem no portfólio de atividades do Grupo Vida, mesmo após o período pandêmico.

Desse modo, diante do contexto apresentado, a expectativa consiste na intensificação das ações de prevenção do projeto ao longo dos próximos anos, dando continuidade às capacitações propostas e mantendo e buscando parcerias que possam agregar ao grupo e amplificar a visibilidade dos eventos propostos. Assim, o projeto atua visando a conscientização da população acerca de temas pouco discutidos, o suicídio e a autolesão, mas que requerem muita atenção. ◀

Referências Bibliográficas

- BOTEGA, Neury José. Suicidal behavior: Epidemiology. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, Dez. 2014. <https://doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>.
- CRUZ, Roberto Moraes et al. COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, Brasília, v. 20, n. 2, p. I-III, jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.17652/rpot/2020.2.editorial>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. Methodological proposal for studying suicide as a complex phenomenon. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, pág. 1587-1596, agosto de 2006. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000800007>.
- OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Organização Pan-Americana de Saúde. Agosto de 2018. **Folha informativa - Suicídio**, 2018.
- VIDAL, Carlos Eduardo Leal; GONTIJO, Eliane Dias. Tentativas de suicídio e o acolhimento nos serviços de urgência: a percepção de quem tenta. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 108-114, jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1414-462X2013000200002>.
- WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: A global imperative**. Geneva, 2014. 92 p. ISBN 978 92 4 156477 9.

Extensão universitária e enfrentamento ao capacitismo em tempos de pandemia

Raquel da Silva Silveira: Psicologia – UFRGS; e-mail: raquelsilveira43@gmail.com
Camila Pereira Alves: Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias da Educação - UFRGS
Raquel Guerreiro: Psicologia Social e Institucional - UFRGS
Josiane França: Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas e com Baixa Visão

Introdução

A extensão universitária é o espaço, por excelência, em que os problemas sociais ganham maior visibilidade dentro das Instituições de Ensino Superior. A Política Nacional de Extensão

Universitária aponta a importância das trocas com as comunidades para problematizar a produção e a reprodução dos conhecimentos instituídos na academia.

A temática das deficiências e do capacitismo explicita um problema social importante da sociedade, que precisa ser ampliado nas formações acadêmicas. Nessa direção, o objetivo deste artigo é apresentar as atividades de extensão realizadas pelo CEPAC - Coletivo de Extensão e Pesquisas Anticapacitistas do Instituto de Psicologia da UFRGS e refletir sobre as transformações operadas nas suas ações durante a pandemia, destacando a potência dos encontros virtuais. Este projeto de extensão foi gestado dentro do NEPARPSI (Núcleo de Extensão e Pesquisas Antirracistas da Psicologia). Esse programa de extensão tem como foco o combate ao racismo e a construção de ações antirracistas. A convivência de corpos brancos e negros já vinha produzindo rupturas na hegemonia da branquitude acadêmica, mas os corpos “deficientes” ainda são exceção. Em 2018, ano da inclusão das cotas para pessoas com deficiência (Cotas PCD), passou a atuar como bolsista do NEPARPSI o primeiro cotista com deficiência física do curso de Psicologia. A sua chegada produziu questionamentos sobre problemáticas que nunca havíamos pensado, como, por exemplo: o racismo opera no campo das deficiências, também?

Certamente a resposta é afirmativa, mas o nosso desassossego era o reconhecimento de que nunca havíamos imaginado isso. Nunca sequer tínhamos reconhecido a falta das pessoas com deficiência nos espaços da universidade, tampouco nas ausências teóricas. Aqui salientamos a importância das ações afirmativas para tensionar a produção dos conhecimentos instituídos. Assim, ampliamos os estudos da interseccionalidade racial para o campo das deficiências. A criação do CEPAC foi uma decisão coletiva, com intuito de dar visibilidade à temática das deficiências, mas sem negligenciar os impactos do racismo nesta população.

Em 2020, fomos assoladas pela pandemia causada pelo contágio do vírus Covid-19, que pôs em xeque os modos como aprendemos e nos conectamos. Toda a comunidade acadêmica foi forçada

a um deslocamento abrupto para os ambientes virtuais de aprendizagem, independentemente da familiaridade com as possibilidades das tecnologias digitais ou dos níveis de letramento digital. Para o CEPAC, muitos desafios estavam em jogo, pois o projeto estava dando seus primeiros passos. Além disso, as trocas com pessoas com diferentes tipos de deficiência já vinham nos ensinando que a graduação em Psicologia tinha uma lacuna nessa temática tão complexa e diversa. E agora, como se daria a consolidação de um projeto de extensão anticapacitista durante a pandemia? Sobreviveríamos?

Percursos teórico-metodológicos

Sobrevivemos, reinventamos e criamos. A caminhada deste percurso foi possível pela potência que a extensão agencia. Uma das suas diretrizes é colocar lado a lado diferentes saberes, achatando a suposta hierarquia entre os conhecimentos produzidos dentro e fora da academia. Suas e seus participantes posicionam-se simultaneamente enquanto ensinantes e aprendentes, abertos às trocas que as atividades buscam proporcionar. Em seus ensinamentos, Paulo Freire pautava a relação de mútuo aprendizado entre professor(a) e estudante e o diálogo com outras experiências enquanto pilares que sustentam uma extensão universitária democrática. Paulo Freire e Antônio Faundez (1985) desenvolveram a pedagogia da pergunta, em que duvidar, estranhar e questionar se mostram enquanto exercícios do pensamento, sendo mais importantes do que dar respostas. Nesse sentido, é interessante registrar um acontecimento de indagação trazido pelo estudante com deficiência do CEPAC numa das nossas reuniões de equipe. Estávamos discutindo racismo e sexismo, quando ele perguntou ao coletivo: “e que nome a gente daria para as opressões sofridas pelas pessoas com deficiência?”

A resposta teórica veio de uma das autoras deste artigo, mulher branca com deficiência física/mobilidade reduzida: o termo usado para “discriminação por motivo de deficiência” é capacitismo

(MELLO, 2016). Essa foi uma ótima pergunta, pois o termo capacitismo ainda é pouco conhecido no Brasil. Capacitismo segue as traduções portuguesa e espanhola do termo em inglês *ableism* e aparece enquanto categoria discriminatória que nomeia a opressão social de pessoas com deficiência com base na capacidade, colocando as pessoas com deficiência enquanto incapazes. Corpos que desviam ao padrão de funcionalidade tida como normal são inferiorizados e desvalorizados. Defendemos que a deficiência deve ser percebida principalmente como questão social e política, e não somente como questão individual e biológica.

Na década de setenta, na Inglaterra, foi proposto o Modelo Social da Deficiência em contraposição ao Modelo Biomédico (DINIZ, 2007). A novidade trazida pelo Modelo Social foi desindividualizar a deficiência, apontando-a enquanto questão social e política, pois denunciava a incapacidade da sociedade de acolher corpos com lesão, o que levava à exclusão das pessoas com deficiência do acesso a serviços e à vida coletiva. A Segunda Geração do Modelo Social ou crítica feminista emergiu na década de noventa, no intuito de ampliar a discussão, incluindo temas acerca do corpo lesado, do cuidado e da interdependência. Além disso, apontou a importância da articulação da deficiência com outros marcadores sociais, como gênero, raça, etnia, classe, sexualidade e outros.

Para evitar a reprodução de um tipo de perspectiva individual e patologizante da deficiência (MELLO, 2016), bem como para fomentar o debate, o CEPAC vem desenvolvendo diversas atividades de extensão: aulas e oficinas em disciplinas de graduação, grupo de estudos sobre deficiência e contação de histórias com personagens com deficiências. Desde 2020, passamos a colaborar com o projeto de extensão Brincar de Viver, coordenado pela professora Lenisa Brandão, do curso de Fonoaudiologia da UFRGS, que tem como objetivo a promoção da saúde de idosos(os) através da arte e da inclusão digital.

Alguns participantes do Brincar de Viver têm afasia ou demência, possibilitando a aproximação da temática das deficiências a do envelhecimento.

A metodologia utilizada embasa-se na Educação Popular, em que todas as etapas das ações são debatidas coletivamente, tanto internamente quanto com a comunidade. No modelo virtual temos utilizado a dinâmica das rodas de conversa e da contação de histórias. Para atingir um número maior de pessoas criamos um perfil no Instagram, no qual realizamos lives quinzenais e postagens informativas sobre temáticas afins ao capacitismo. Com as ferramentas teórico-metodológicas nas mãos, passamos a nos perguntar como operar com a distância e com a opacidade das telas, que, de imediato, pareciam ser ambientes de frieza e paradoxalmente de difícil conexão. Como fazer extensão sem relação presencial?

Aos poucos íamos percebendo que a nossa cultura digital estava registrada numa perspectiva que o filósofo das tecnologias Yuk Hui (2020) nomeia como monotecnológica, ou seja, uma ideia de tecnologia universal, instrumentalista e homogênea, que produz na nossa experiência acadêmica uma condição tecnofóbica no encontro com o universo digital. Gradualmente fomos abrindo as câmeras e experimentando a interface das telas com outros sentidos corporais. Num grupo diverso como o nosso, percebíamos que o uso das imagens e das vozes não era apenas uma questão de escolha individual, mas um compromisso coletivo de promoção de acessibilidade para todas(os) que se encontravam pela tela.

Do presencial ao virtual: a potência dos encontros e da reinvenção dos modos de fazer

Começamos este tópico apresentando a descrição da Figura 1, na qual aparece um grupo de pessoas com e sem deficiência, entre estudantes, professora e palestrantes. Aparecem dezesseis pessoas, todas sorridentes, fazendo pose para registrar a aula-oficina presencial, em 2018.



Figura 1 - Registro de aula-oficina no Instituto de Psicologia da UFRGS/2018

Fonte: Acervo do CEPAC

Essa foto registra uma das primeiras ações de extensão do CEPAC, ainda fisicamente, dentro da universidade, por meio de aulas teóricas e oficinas na graduação. Na disciplina de Psicologia Social II, dividíamos a aula em dois momentos: o primeiro era uma oficina de sensibilização sensorial, com a convidada Josiane França, mulher cega e ativista. A segunda parte era teórica, com a doutoranda Raquel Guerreiro e, por vezes, com a participação de um aluno de graduação, ambos (as) com deficiência.

Na oficina, Josiane França problematizava o capacitismo do ambiente universitário. A partir da perspectiva de uma mulher com deficiência visual cega adquirida, um dos pontos por ela assinalado era a pequeníssima presença de pessoas com deficiência naquele ambiente.

Em 2018, havia apenas um estudante com deficiência em todo o curso de Psicologia. Essa ausência é um analisador da sociedade capacitista que vivemos, a qual produz isolamento, falta de acesso e segregação. Desta forma, a maioria dos(as) estudantes acabam não convivendo com pessoas com deficiência e, consequentemente, podem ter dificuldades em imaginar que as pessoas com deficiência seriam capazes de ocupar o espaço acadêmico.

Para Josiane França, foi muito importante conhecer a história de vida de Helen Keller (2003), mulher surdo-cega, nascida nos EUA, que foi incentivada por sua professora particular a lutar pela inserção acadêmica. Conseguiu graduar-se em Filosofia, em 1904, e atuou como escritora, palestrante e defensora dos direitos das pessoas com deficiência. Cabe

destacar que a condição sócio-econômica, geopolítica e o pertencimento à raça branca foram facilitadores na situação específica de Helen Keller. Essa experiência de vida tem servido como inspiração para muitas pessoas com deficiência. Apesar de singular e minoritária, a vida de Helen Keller contradiz a visão de que a deficiência é apenas incapacidade e pode auxiliar estudantes universitários(as) a desconstruir os estereótipos capacitistas. Nessa direção, acreditamos que quando uma mulher cega e não universitária é convidada para conduzir uma oficina e para palestrar, produz-se um deslocamento dos lugares de saber-poder e de saber-fazer.

Durante a sensibilização, as(os) estudantes são vendadas(os) no pátio do campus e se organizam para subir três lances de escadas do Instituto de Psicologia até a sala de aula. Uma vez lá, continuam vendados, procuram um lugar para sentar e experimentam tocar em objetos com formas, tamanhos, pesos e texturas bem diferentes, que vão passando de mão em mão. Após esta experimentação, Josiane recolhia palavras que os(as) estudantes escolhiam para expressar o que sentiram e disparar as trocas com a turma. Com essa prática, ao proporcionar a experiência de deslocamento no espaço e exploração de objetos sem usar a visão, ocorre uma aprendizagem pelas sensações e afetos despertados pela experiência e um interesse pelo modo como o(a) outro(a) percebe o mundo. As palavras mais eleitas têm sido angústia, medo, desorientação e confusão, o que diz da grande importância da visão na nossa sociedade.

Josiane frisava que as pessoas com deficiência seriam, sim, capazes de realizar muitas tarefas, mas de maneira e em tempos diferentes. Isso não aponta para uma hierarquia da capacidade, mas para as multiplicidades funcionais e corporais da diversidade humana. Na parte teórica das aulas, a doutoranda abordava os diferentes discursos sobre a deficiência passando pelos modelos,

aprofundando conceitualmente e problematizando o capacitismo na formação e prática da(o) psicóloga(o). No final da exposição, era aberto um debate, em que as(os) estudantes faziam colocações e traziam dúvidas.

Quando o isolamento social se fez urgente, em março de 2020, ficamos um tanto imobilizadas na incerteza da possibilidade de realização de oficinas de sensibilização, discussões das temáticas das pessoas com deficiências e do capacitismo pelo computador. Passado o primeiro susto com tudo o que a pandemia significava, nos abrimos a pensar possibilidades de reinvenção dos modos de fazer nossas atividades e inventar outras corporeidades através do universo digital.

Quando se trabalha a partir do modelo social da deficiência e da compreensão do capacitismo como uma estrutura de dominação, há uma incorporação dessas discussões para todas as esferas da vida. Os corpos sem deficiência, que estavam acostumados a circular livremente pela cidade, agora também estavam impedidos de circular por prevenção ao adoecimento. Cabe ressaltar um dos pilares da segunda geração do modelo social da deficiência, que, com a colaboração das teóricas feministas, visibilizou os conceitos de interdependência e de cuidado. Na ilusão meritocrática, individualista e produtivista do capitalismo, passamos a acreditar no sucesso individual e na força de vontade acima de tudo. A independência e a proatividade são tomadas como virtudes da sociedade do consumo, mas, no cotidiano da vida, somos fruto do cuidado e do sustento que uma rede de pessoas proveu para a gente.

Na descrição da Figura 2, temos o registro de uma das reuniões de equipe do CEPAC, realizada em março de 2021. A equipe está reunida com as câmeras ligadas. As nove mulheres da equipe aparecem sorrindo através de janelas digitais individuais, que, juntas, compõem uma grande janela de trabalho on-line, com fundo em tons de azul, branco e preto.



Figura 2 - Reunião de equipe do CEPAC/2021

Fonte: Acervo do CEPAC

Diferente das salas de aula em que as câmeras fechadas se tornaram frequentes, produzindo tristeza e angústia aos corpos docentes em todos os níveis do ensino remoto emergencial (SANTOS, 2020), na nossa experiência de extensão universitária isso quase não aconteceu. Contudo, as tecnologias impuseram limitações. Por trabalharmos com a temática do capacitismo, tudo nos fazia refletir sobre os limites e deficiências que as relações on-line produzem: as falhas de conexão na internet; as imagens congeladas; as falas cortadas; alguém que “caía”; alguém que não podia abrir a câmera. As pessoas sem deficiência se perceberam limitadas e impotentes diante das tecnologias digitais que pareciam ter “vontade própria” e com as quais muitas de nós não estavam familiarizadas pedagogicamente.

Nesse contexto, as vivências virtuais durante a pandemia produziram aprendizagens inesperadas. A presença de uma bolsista com deficiência auditiva nos ensinou que abrir a câmera é uma questão de acessibilidade, pois a expressão do rosto é fundamental para as leituras facial e labial. Aprendemos, também, que o uso de máscaras, tão imprescindível durante a pandemia, era um empecilho para as pessoas surdas, pois dificulta a convivência delas nos ambientes com circulação de pessoas. Além dos encontros virtuais, também potencializamos o recurso tecnológico do WhatsApp para comunicação, tanto da equipe como para o público-alvo das nossas ações. Descobrimos que o envio de áudios por aplicativos

dificultava a compreensão das informações para quem tem deficiência auditiva. Desta forma, as mensagens tinham que ser digitadas ou gravadas em vídeo, para que, novamente, as expressões faciais e a leitura labial pudessem complementar a comunicação. Numa outra perspectiva da vida, a colaboradora cega do CEPAC nos ensinou a importância da audiodescrição. Assim, todos os encontros passaram a iniciar com a realização da audiodescrição de nossa própria imagem. Essas experiências e aprendizagens possibilitaram que ocupássemos afetiva e efetivamente o espaço digital, reconhecendo a necessidade de reinvenção dos modos de fazer extensão no universo digital.

Além dos espaços de trabalho coletivo do CEPAC, as ações com a comunidade também ensinaram muito. Talvez o mais interessante seja o fato de termos iniciado ações novas durante a pandemia, algo que nem sonhávamos que fosse possível, como a construção de grupos, de laços afetivos e de trocas intensas através das telas. Brincar de Viver, lives e rodas de conversa floresceram, transbordaram. O Projeto Brincar de Viver foi gestado pela professora Lenisa Brandão, para oferecer inclusão digital e equidade racial a idosos(as) com afasia, demência e vulnerabilidade social. Nessa parceria estamos vivenciando o desafio e a complexidade da inclusão digital de pessoas idosas e integrantes da equipe que não são letrados ou fluentes digitalmente. O projeto forneceu *tablets* e internet para a

conexão dos grupos, tendo em vista ações de promoção da saúde para pessoas idosas. As oficinas são semanais, com ações desenvolvidas a partir de atividades artísticas, como Contação de História e Dança.

A seguir apresentamos a Figura 3, como registro das Oficinas de um dos grupos de idosos(as) no Brincar de Viver (2021). Esta imagem retrata uma atividade on-line de Contação de História e Dança. Aparece a tela do computador com um grupo de dezesseis pessoas separadas em suas janelas digitais, mas conectadas pela atividade coletiva de fazer caretas e dar gritos com o auxílio das mãos, num fundo preto.

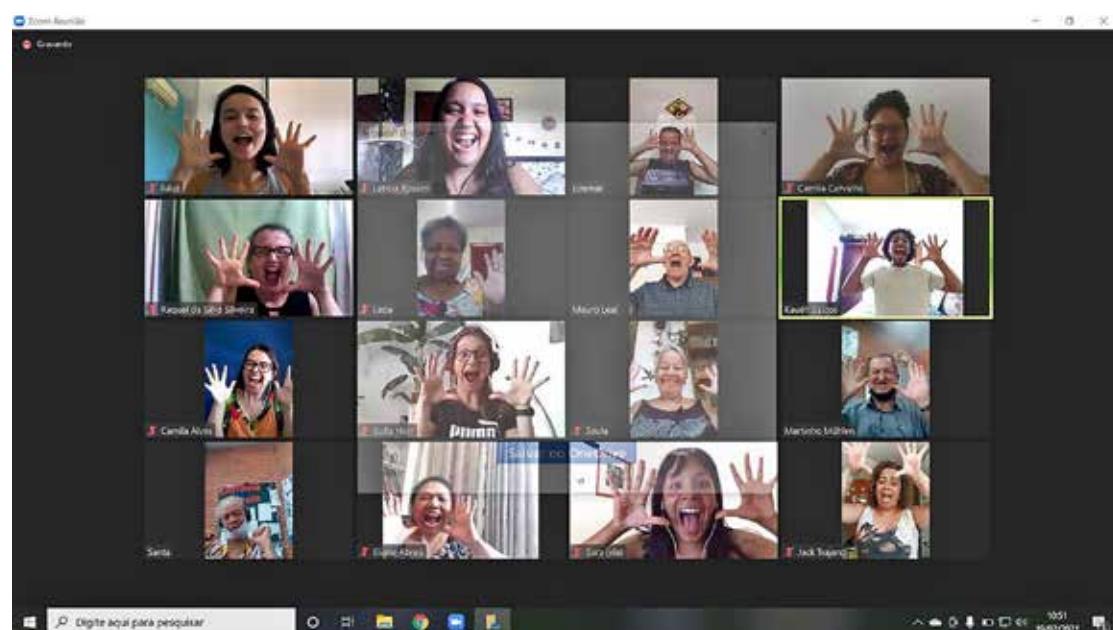


Figura 3 - Oficina do Brincar de Viver/2021

Fonte: Acervo do CEPAC

Outra atividade que nasceu durante a pandemia foi o Instagram do CEPAC e a realização de lives quinzenais. Propomos que as lives sejam compostas por três ou quatro pessoas, sendo pelo menos uma integrante do CEPAC, uma pessoa que aborde o tema teoricamente e pelo menos uma pessoa com deficiência. Desse espaço virtual das redes sociais tem surgido a possibilidade de formação de redes com outros projetos e movimentos sociais afins. Muito interessante foi a

procura de pessoas com deficiência ou com familiares com deficiência pelo CEPAC. Desta procura surgiu o grupo de rodas de conversas do coletivo, também quinzenal, o qual tem tido um caráter de trocas de experiências, saberes, angústias e acolhimento. Com quase um semestre de atividades semanais desenvolvidas, podemos afirmar que as ações de promoção de saúde através da arte e das tecnologias digitais têm potencial para vitalização dos encontros on-line e podem sustentar vínculos de trabalho e de afeto necessários às formações de grupo.

Reflexões Finais

Precisamos compartilhar as aprendizagens que estamos construindo diante dos desafios do mundo virtual. Acreditamos que nada substitui o calor da presença física: do cheiro, do toque, do vento no rosto, da risada gostosa ou do choro doído na presença de alguém em quem confiamos. Contudo, o ser humano precisa de tudo isso e, por isso, reinventamos significados. No CEPAC e no Brincar

de Viver trabalhamos com a arte, com a contação de histórias infantis, com a dança, e, assim, os limites das telinhas transbordaram em emoção, em afetos. As tecnologias digitais mediam o encontro, tornando possível que, mesmo distantes, pudéssemos nos sentir próximas(os). Foi incrível ver quantos laços de amizade se construíram entre pessoas que não se conheciam presencialmente. Nesta escrita coletiva mesmo, uma das autoras nunca esteve fisicamente presente com as outras, mas isso não impediu que criássemos uma história de cumplicidade e aposta na força da extensão universitária.

A potência dos encontros se sustenta reunião após reunião pela inclusão de todas(os) que queiram fazer parte do coletivo e pela permanente condição inventiva que sustentamos ao nos relacionar umas com as outras pelas telas. Telas, essas, que não são mais frias, mas espaços de troca afetiva e de experiências. As deficiências e diferenças nos modos como nos conectamos permitiu que um processo singular de humanização dos encontros digitais entrasse em processo. Temos muito a aprender, pois o virtual tem muitas possibilidades.

Da mesma forma, reforçamos a potência da articulação das práticas de extensão no campo das deficiências. Ressaltamos um aprendizado importante nesta escrita coletiva. Sabemos que o capacitismo

organiza e estrutura a sociedade ocidental, estando presente em todas as práticas sociais. Ao escrevermos este texto com uma das autoras sendo cega, pudemos identificar que as revistas ilustradas não são acessíveis às pessoas cegas. Desta forma, mesmo as revistas de extensão universitária, comprometidas com a transformação do *status quo*, acabam reproduzindo o capacitismo, pois a maioria delas é ilustrada e não possui descrição de imagem.

Por fim, atentas às questões apresentadas pelos estudos do Modelo Social e da Segunda Geração do Modelo Social da Deficiência, reafirmamos que a presença de mais estudantes com deficiência na universidade, devido à lei de cotas, é fundamental para o enfrentamento dos graves problemas sociais produzidos pelo capacitismo na sociedade brasileira. Da mesma forma, são imprescindíveis todos(as) os(as) cotistas, pois possibilitam a democratização da universidade e o enfrentamento ao racismo e ao capacitismo. Cabe, também, ressaltar que as aprendizagens que os(as) cotistas pessoas com deficiência produzem na universidade não são somente concernentes às demandas em acessibilidade que esses corpos colocam, mas apontam a necessidade de ampliação de estudos e de ações extensionistas que abordem o tema das deficiências de maneira crítica, isto é, em termos sociais e políticos. ◀

Referências Bibliográficas

- DINIZ, Débora. **O que é Deficiência? Primeiros Passos**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FREIRE, Paulo, FAUNDEZ, Antônio. **Por uma Pedagogia da Pergunta**. 10ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012.
- HUI, Yuk. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- KELLER, Helen. **A História da Minha Vida**. Rio de Janeiro: José Olympo, 2003. Disponível em: https://kupdf.net/download/helen-keller-a-hist-oacute-ria-da-minha-vida_58a707c76454a7a779b1e8f0_pdf
- MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016>>. Acesso em 03 de abril de 2021.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.
- SANTOS, Daniel dos. Prática docente em Língua Portuguesa no ensino médio: desafios, experimentações e o cotidiano das câmeras fechadas. **H2D|Revista de Humanidades Digitais**, [S.l.], v.2, n. 2, 2020. Disponível em: <https://revistas.uminho.pt/index.php/h2d/article/view/2894>. Acesso em: 30 mai. 2021.



Extensão, Direitos Humanos e pandemia: o projeto IFDH e a atuação com a juventude

Gabriel Terra Pereira: História - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP; e-mail: gabrieltp@ifsp.edu.br

Sandra Olades Martins Venturelli: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP Acadêmica do IFSP: Rayani Cristina Ponce
Estudante Curso Técnico em Mecatrônica: Ana Laura Romano

Introdução

O ano de 2020 trouxe inúmeros desafios à educação pública brasileira. Em especial, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) Campus Catanduva, a pandemia

de SARS-Covid-19 não apenas afastou fisicamente os integrantes da comunidade em razão da necessária proteção em nome da saúde pública: ela acentuou questões e contradições de ordem socioeconômica e pedagógicas diretamente

articuladas com o trabalho da instituição e a vida dos estudantes. Atendendo a um público do ensino básico e do superior oriundos de famílias da classe trabalhadora, a realidade imposta permitiu a reflexão sobre o que a pandemia estaria provocando em relação aos Direitos Humanos.

Nesse sentido, após cerca de três meses de paralisação das atividades regulares do Campus¹ e mediante a publicação de um edital pela Pró-Reitoria de Extensão do IFSP (nº196, de 11 de junho de 2020), houve a mobilização por parte do grupo de professores de História, Geografia, Sociologia e Filosofia do Campus, para se iniciar as discussões sobre um projeto que procurasse mitigar as questões mencionadas no parágrafo anterior. Entre os pontos consensuais discutidos pelo grupo de professores, estava o da precarização da vida de familiares dos estudantes, pois muitos e muitas estavam sendo demitidos em razão do fechamento de postos de trabalho, gerando um rápido empobrecimento. Esse panorama incidia diretamente sobre o abastecimento e a alimentação dessas famílias, ao passo que a retomada das atividades da instituição não seria possível de ser feita seguindo-se, por exemplo a rede privada, pois a demanda não era apenas por tecnologia e seus meios. Era por alimentação e sobrevivência. Muitos estudantes dependiam da alimentação oferecida pelo Instituto Federal, bem como do auxílio da Assistência Estudantil.

O edital previa, por projeto, a concessão de seis bolsas de quatrocentos reais aos estudantes selecionados, ao que era somado o valor de cem reais a serem destinados ao pagamento de dados

de internet por parte dos mesmos. O objetivo era garantir que a ação de Extensão fosse realizada exclusivamente de maneira remota. Em tempos de escassez de recursos, o grupo de professores viu com bons olhos a possibilidade de atendimento aos estudantes mais vulneráveis, dado que esse era um dos critérios de avaliação e seleção de futuros bolsistas.

As reuniões de planejamento e redação do projeto demarcaram as linhas de atuação e debate, bem como os objetivos e metodologia. Foram selecionados sete temas, ao lado dos quais estariam os professores e os extensionistas: mundo do trabalho, racismo, gênero, meio ambiente, violência, educação e acesso às artes, cultura e ciência.

Como já citado, o aumento do desemprego, que já se mostrava como uma tendência, foi acentuado com a pandemia. Em Catanduva, os índices chegavam a 12%, conforme apontavam os dados do governo local. Sendo assim, era fundamental qualificar a compreensão acerca do tema junto da comunidade e seus impactos na vida de estudantes, por isso a articulação com a educação enquanto um direito humano foi acertada. Partindo-se da compreensão de Santos (2019), tomou-se que estes temas não poderiam estar desvinculados de problemas históricos da sociedade brasileira e de Catanduva: a cidade chegou a ocupar a 3ª posição no ranking regional de violência contra a mulher (SOUZA, 2016) e o 57º lugar em uma lista de 138 municípios que relacionava a violência com a vulnerabilidade da população (ISP, 2015). Dessa forma, a violência, o racismo e a questão de gênero se consolidaram como partes das discussões a serem feitas. Somaram-se à discussão mais dois temas: o meio ambiente, fundamental para se pensar a região de Catanduva, assolada por altos níveis de poluição atmosférica, ausência de áreas verdes, saneamento básico insuficiente e ocupação desordenada do solo. E o acesso às artes, à cultura e à ciência, que já se mostravam acanhados antes da pandemia na região e foram se extinguindo com o passar das

1. As atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFSP (da qual Catanduva faz parte com seu Campus) foram profundamente afetadas pela pandemia. Elas foram suspensas, mantendo-se apenas espaços semanais de manutenção do vínculo entre professores e estudantes, sem atribuição de novos conteúdos e/ou notas. As atividades de Pesquisa, dependentes de laboratórios, também foram suspensas, bem como as de Extensão, que não puderam se desenvolver face à impossibilidade do contato entre pessoas. No IFSP a retomada on-line foi apenas em julho, após três meses de suspensão do calendário letivo. Cf. IFSP. Comitê de Crise: nota nº04, de 30 de março de 2020.

semanas após o isolamento social decretado pelas autoridades públicas.

O projeto tomava forma. Foi sugerido que o seu título envolvesse o tema dos Direitos Humanos. Assim, “IFDH” era o acrônimo para Instituto Federal e Direitos Humanos, envolvendo ainda no subtítulo “juventude e Direitos Humanos no território do IFSP Campus Catanduva”. Ressalta-se a territorialidade como um elemento fundamental para se compreender a vinculação da instituição com sua comunidade, bem como a juventude, diretamente afetada pelos efeitos da pandemia e ocupante de espaço de privilegiado no IFSP.

O período de realização da ação seria entre agosto e dezembro de 2020 e tinha como objetivo reconhecer os Direitos Humanos enquanto inalienáveis e inerentes à humanidade, em especial à juventude, promovendo a sua defesa intransigente junto à indivíduos, grupos e movimentos sociais localizados no município de Catanduva e microrregião por meio de ações formativas, de sensibilização e de mapeamento de grupos. Foram selecionados seis bolsistas e dez estudantes voluntários dentre um total de vinte oito inscritos. Entre bolsistas e voluntários haviam estudantes do curso superior de licenciatura em Química e dos Técnicos integrados ao Ensino Médio de Química, Mecatrônica e Redes de Computadores. A heterogeneidade da origem dos extensionistas do projeto é, certamente, um traço distintivo da Extensão dentro do IFSP, tanto pelas áreas do conhecimento quanto pelos diferentes níveis de ensino.

Fundamentação teórico-metodológica

David Harvey, ao refletir sobre os sentidos do capitalismo globalizado, pergunta-se no calor da pandemia acerca da duração de seus efeitos. E longe de pretender-se um futurólogo, desvela questões que hoje, em 2021 não apenas se confirmaram, mas se acentuaram:

As forças de trabalho na maioria das partes do mundo há muito que foram socializadas para se comportarem como bons sujeitos neoliberais (o que significa culpar a si mesmos ou a Deus se algo de ruim acontecer, mas nunca ousar sugerir que o capitalismo pode ser o problema). Mas mesmo os bons sujeitos neoliberais podem ver que há algo errado com a forma como esta pandemia está sendo enfrentada.

A grande questão é: quanto tempo isto vai durar? Pode ser mais de um ano e quanto mais tempo durar, mais desvalorização, inclusive da força de trabalho. Os níveis de desemprego subirão, seguramente, para níveis comparáveis aos da década de 1930, na ausência de intervenções estatais maciças que terão de ir contra o neoliberalismo. As ramificações imediatas para a economia, bem como para a vida social diária, são múltiplas. (2020, p. 22).

Essa multiplicidade de efeitos ainda está sendo sentida por todos e todas através da elaboração do cotidiano, ao que se somam o que Boaventura de Souza Santos (2020, p. 15-21) indica serem os grupos mais prejudicados com a quarentena e o isolamento social: as mulheres, os trabalhadores informais, os sem-teto, os migrantes e refugiados, os idosos e as pessoas com deficiência.

No âmbito do projeto a proposta estava ancorada nestas reflexões, bem como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na defesa do legado histórico por ela pavimentado e discutido por Marshall (1967). O século XX, em especial a sua segunda metade, não apenas viu o início da defesa dos Direitos Humanos enquanto garantias básicas universais, mas – tragicamente – a sua violação sistemática, figurando muitas vezes como retórica política, distante das populações que dependem rigorosamente da sua garantia. Os Direitos Humanos são, fundamentalmente, responsabilidade dos Estados, que através das políticas públicas formulam, valorizam e podem até serem penalizados em caso de sua omissão (TRINDADE, 1997).

Esse conjunto de reflexões contribuiu decisivamente para dar legitimidade ao projeto

apresentado por uma autarquia federal oriunda de políticas públicas – o IFSP – diante de seu território e com a juventude.

A ação previa quatro momentos. O primeiro, com duração de dois meses, foi nomeado de “formação em Direitos Humanos”. Nele os extensionistas (bolsistas e voluntários) seriam apresentados aos sete temas escolhidos pelos professores com o objetivo de acumularem reflexões sobre eles, bem como se dividirem a partir de afinidades específicas. Em seguida, num segundo momento e com idêntica duração de dois meses, seriam organizadas lives temáticas a partir dos temas, com convidados e convidadas escolhidos pelos extensionistas, estes responsáveis também por intermediar os debates. Em paralelo seria feita a divulgação de informações relativas aos Direitos Humanos na internet para a comunidade de Catanduva e região, contribuindo para o último momento do projeto, a ser finalizado no último mês de sua duração: a elaboração e publicação de um mapeamento dos Direitos Humanos em Catanduva e região, contemplando, mais uma vez, os sete temas escolhidos.

Por fim, ressaltam-se duas questões relacionadas à educação e ao projeto.

No Instituto Federal, a abertura para a vinculação de ações de Extensão, Ensino e Pesquisa é favorável, semelhante ao que universidades públicas fazem há algumas décadas. Sendo assim, o projeto almejava essa vinculação interformativa considerando que o currículo, na sua formalidade e burocracia, não consegue equilibrar a universalidade dos Direitos Humanos com a singularidade dos sujeitos e grupos sociais envolvidos, dificuldade que vez ou outra emperra a vivência do que é visto na teoria. Em outras palavras, o projeto desejava apresentar aos extensionistas a oportunidade de conhecerem efetivamente a realidade de questões e grupos sociais muitas vezes “distantes” da sala de aula.

Contudo, é fundamental destacar que o projeto

não significava a propositura de uma ação “de dentro para fora”, verticalizada, em que saberes – enganosamente – superiores da comunidade interna do IFSP Campus Catanduva iriam ser levados à comunidade externa. Conforme proposto, almejava-se o diálogo constante com grupos e movimentos sociais, instituições educacionais, poder público municipal e demais organizações da sociedade. Dessa forma, seria construída a Extensão de maneira democrática e horizontalizada, não *para a comunidade*, mas *com a comunidade* de Catanduva e região.



Figura 1 - Cartaz-convite para a participação nas lives do projeto

Fonte: Arquivo do projeto IFDH

Resultados

Com a equipe de extensionistas pronta, as atividades de formação ocorreram entre agosto e setembro de 2020 por meio do aplicativo Microsoft Teams, o mesmo adotado pelo Campus na condução do Ensino remoto emergencial. Como

previsto, estes momentos foram decisivos para que houvesse o entendimento sobre os temas e da universalidade dos Direitos Humanos junto à realidade local. O grupo se mostrou bastante participativo desde o início, promovendo a elaboração de um logo para o projeto, distribuindo entre si as tarefas e responsabilidades, como a criação e manutenção de contas em redes sociais para divulgação e exibição das lives que iriam acontecer nos momentos seguintes.



Figura 2 - Logo do Projeto IFDH
Fonte: Arquivo do projeto IFDH

Após a formação, foram realizadas as lives temáticas. Diante da disponibilidade dos extensionistas e com o objetivo de serem construídas discussões de caráter interdisciplinar, o grupo deliberou por aglutinar alguns temas nas lives. A condução foi feita pelos extensionistas e exibida em um canal criado no YouTube². Os encontros on-line foram os seguintes: Gênero e Violência no dia 28 de outubro; Mundo do Trabalho no dia 04 de novembro; Meio Ambiente no dia 20 de novembro; Educação e acesso às artes, cultura e ciência no dia 02 de dezembro e por fim, Racismo no dia 09 de dezembro. Cada evento

teve a duração média de uma hora e meia e o público que os acompanhou ao vivo foi bastante desigual em termos quantitativos, certamente face à multiplicação de atividades neste formato durante a pandemia, somada à possibilidade de as acompanhar de maneira assíncrona. Cada live teve aproximadamente duzentas visualizações, excetuando-se a sobre o meio ambiente, realizada no âmbito da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFSP Campus Catanduva e na qual a presença dos estudantes locais foi requerida.

A avaliação do grupo foi positiva diante do cenário disposto a todas e todos. O engajamento dos extensionistas os permitiu não apenas ter a desenvoltura e conhecimentos necessários para mediar as atividades de divulgação, apresentação, captação de perguntas e a técnica, de “gestão” das imagens e vídeos on-line. Destaca-se o trabalho de construção coletiva dos eventos, em que a escolha de convidados de escolas, universidades, movimentos sociais e culturais se deram por intermédio deles, os extensionistas.

Como já mencionado, o projeto previa a elaboração de um mapeamento dos temas no território de Catanduva, compreendendo também os municípios que fazem parte de sua microrregião e do qual vêm muitos dos estudantes do Campus.

O mapeamento significou buscar informações capazes de orientar a população não apenas sobre os Direitos Humanos em perspectiva teórica, mas em primeiro lugar, saber quais são os espaços em que é possível encontrar representantes e fazer a sua defesa. Em outras palavras, responder a perguntas básicas como: onde me informo sobre questões relacionadas ao mundo do trabalho em Catanduva? Quais são as instituições que fazem a prevenção da violência na minha cidade e a quem posso recorrer para me orientar? Essa foi a importância estratégica do mapeamento.

Novamente destacou-se o protagonismo dos extensionistas. Orientados pelos professores, pesquisaram dados, conversaram com

representantes de movimentos sociais (coletivo feminista, movimento negro), com o poder público e organizações não- governamentais. O produto final³ foi apresentado à comunidade por ocasião do encerramento do projeto, no dia 18 de dezembro de 2020, na última live feita no canal do grupo. É importante ressaltar que os resultados também foram apresentados na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFSP Campus Catanduva, possibilitando a ampliação da divulgação das ações realizadas.



Figura 3 - Capa do mapeamento realizado pelo IFDH
Fonte: Arquivo do projeto IFDH

Considerações finais

O projeto IFDH revelou-se um desafio para

a Extensão no âmbito do Instituto Federal de São Paulo Campus Catanduva. Os problemas decorrentes da pandemia, longe de terem sido resolvidos, foram amplamente discutidos nos momentos de formação e de troca com a comunidade externa, representada por movimentos sociais e pessoas ligadas aos Direitos Humanos.

O auxílio financeiro representado pela concessão de seis bolsas, somado ao valor para pagamento de internet foi, do mesmo modo, um alento para os estudantes, pois a situação de vulnerabilidade pré-existente aumentou com a pandemia. Complementarmente, pode-se considerar que o projeto não se resumiu à participação estudantil na Extensão em função exclusiva das bolsas, pois o alto número de estudantes voluntários durante toda a ação foi determinante para a distribuição de tarefas nos diversos momentos planejados.

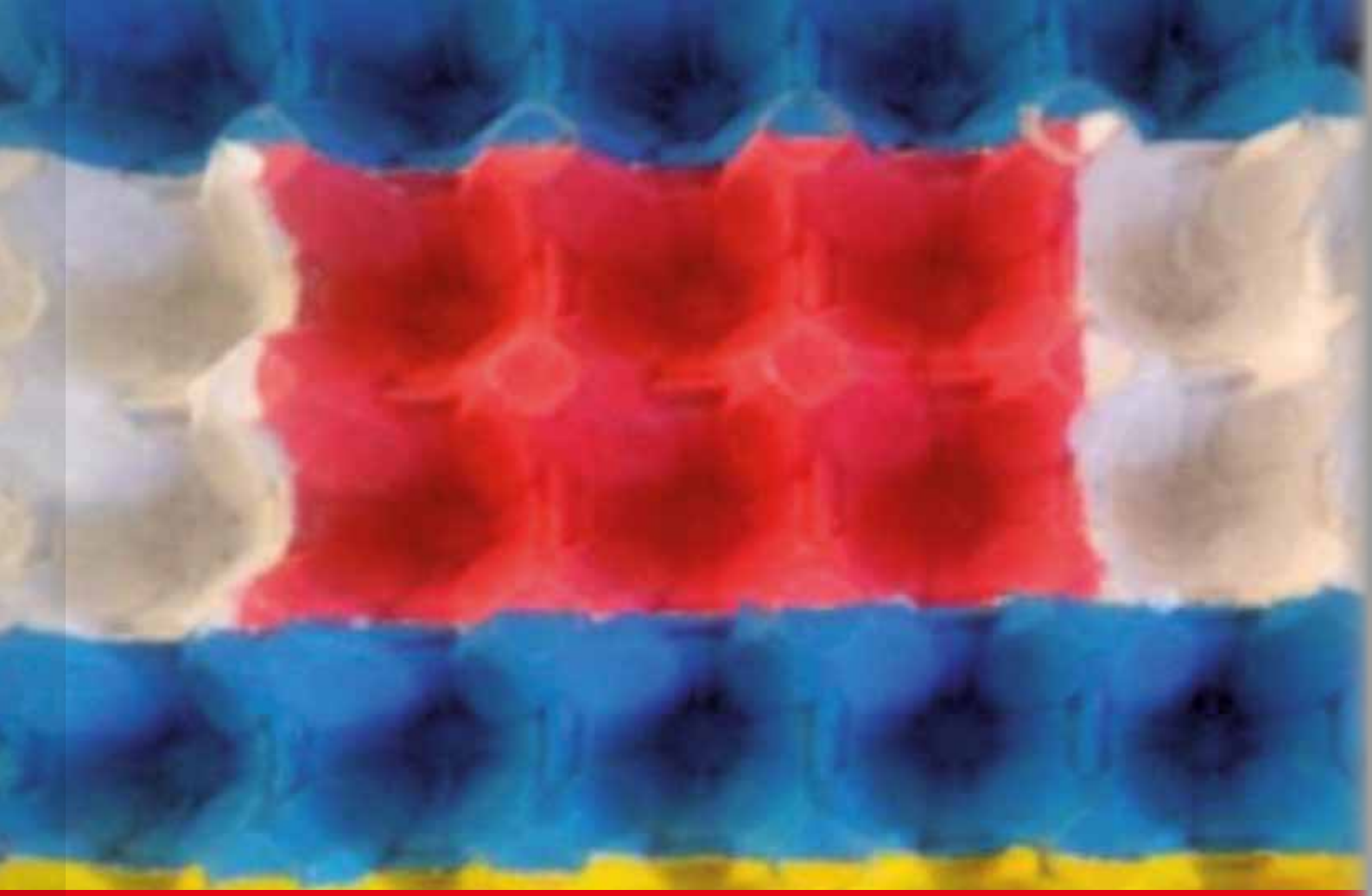
O IFSP Campus Catanduva, do mesmo modo, tem criado, ao longo dos últimos anos, um acúmulo de conhecimentos relativos à prática extensionista nas áreas da Educação, Cultura e Direitos Humanos, ao passo que tem se tornado, progressivamente, uma referência enquanto espaço receptivo de debates sobre os assuntos selecionados e apresentados pelo IFDH. ◀

3. Disponível no link: <https://drive.ifsp.edu.br/s/IL8BaKv4Vg2fY6M>

Referências Bibliográficas

- A HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de Covid-19. In: DAVIS, Mike. (et. al). **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.
- IFSP. **Comitê de Crise: nota nº04**, de 30 de março de 2020. Disponível em: <https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Comites/Covid19/Comite/nota4comite_-_Copia.pdf>. Acesso em 17 de março de 2021.
- INSTITUTO SOU DA PAZ (ISP). **Ranking de Exposição a Crimes Violentos (São Paulo)**. Disponível em: <http://soudapaz.org/noticias/ranking-de-exposicao-a-crimes-violentos-estado-de-sao-paulo-2018/>. Acesso em 03 de julho de 2020.
- MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, s/e., 1948.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.
- SOUZA, Cíntia. Catanduva é a 3ª em Ranking Regional de Violência Contra Mulher, 2016. **Jornal "O Regional"**. Disponível em: <<https://oregional.com.br/cidades/catanduva-e-a-em-ranking-regional-de-violencia/>>. Acesso em 24 jun. 2020.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Dilemas e desafios da Proteção Internacional dos Direitos Humanos no limiar do século XXI. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, v. 40, n. 1, p. 167-177, 1997.

2. Canal disponível no link: <https://www.youtube.com/channel/UCZdRDljiN9rfeSLBZs7RfQ/featured>



(Re)invenções do Ateliê de Jogos Pedagógicos na pandemia da Covid-19: transcendendo os muros físicos e virtuais da universidade

Maurício Perondi: Faculdade de Educação – UFRGS; e-mail: mauricioperondirs@gmail.com
Acadêmicas de Pedagogia: Lays Ieggle, Cibele Fagundes Capaverde

Resumo

O trabalho tem como objetivo apresentar o Ateliê de Jogos Pedagógicos, do Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação

- CIESS, da Faculdade de Educação (FACED) da UFRGS. O projeto atua na produção de jogos pedagógicos, com a participação de adolescentes que cumprem medida socioeducativa na

FACED. Em virtude da pandemia de Covid-19, as ações tiveram que ser redefinidas para serem realizadas de forma remota. Através da metodologia participativa on-line, nas plataformas Mconf e Google Meet, foram produzidos jogos e atividades pedagógicas para educadores, pais e responsáveis e para adolescentes e jovens. Como resultado, destaca-se a produção de dois cadernos pedagógicos e de um ciclo de formação com duas oficinas pedagógicas para educadores sociais de uma instituição de acolhimento institucional.

Palavras-chave: Educação Social, Socioeducação, Jogos Pedagógicos, Ludicidade, Extensão Universitária, Juventudes.

Provocações iniciais

O projeto Ateliê de Jogos Pedagógicos compõe o Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (CIESS)¹, que é um órgão auxiliar da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e visa a promoção e a realização de ações de ensino, pesquisa e extensão dentro e fora da Universidade. É oriundo da demanda do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade (PPSC), que recebe jovens para realizarem sua medida socioeducativa (MSE) de prestação de serviços à comunidade (PSC), uma vez que o PPSC - conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) - também compõe o CIESS, recebendo jovens para cumprimento dessas medidas há mais de duas décadas.

O Ateliê foi fundado em abril de 2019, por Magda Martins de Oliveira² e Lays Ieggle, com o objetivo de criar, reproduzir e confeccionar jogos de caráter lúdico-pedagógico para serem doados às escolas públicas. Sua estruturação foi

organizada para promover responsabilizações com sentido para os jovens encaminhados do PPSC. Logo, sua equipe costuma ser composta por socioeducandos de diferentes territórios do município de Porto Alegre, tal como por bolsistas e estagiárias dos cursos de Pedagogia e Psicologia da UFRGS.

No íterim do primeiro ano de atividades, seu principal desafio foi confeccionar jogos enquanto se estruturava, pois para tentativas iniciais não há receitas nem materiais pré-definidos. Aos poucos, entre diálogos e experiências, trabalho e ludicidade, sua rotina consolidou-se e foi segmentada em três momentos: o de jogar, o de criar jogos e o de doá-los, no intuito de proporcionar o crescimento pessoal mediante propostas lúdicas significativas e ampliadoras de repertórios, assim como o compromisso social por intermédio das produções e de suas doações. Tais aspectos, submersos na premissa de que para a ação ser, de fato, significativa, é necessário que haja sentido e os afete pelo afeto, o que contrasta concepções punitivistas, que, por anos, fundamentaram as formas de responsabilização para esse público.

Por conseguinte, quando um novo jovem ingressava na equipe, realizava-se uma partida do Jogo da Vida³, por ser uma ferramenta potente para desencadear debates acerca das construções sociais cisheteropatriarcais, racistas e capitalistas presentes no tabuleiro. Além disso, permitia que as educadoras observassem suas facilidades/dificuldades motoras, lógico-matemáticas e leitoras - o que corroborava maior precisão na hora de seleção dos jogos e de distribuição de tarefas, pois respeitava seus limites, mas também provocava-os a novos desafios. Tal prática contribuía para que os instrumentos desenvolvidos auxiliassem, também, em seus processos de aprendizagem, não somente nos daqueles que iriam recebê-los.

1. Link para acesso ao site: <https://www.ufrgs.br/ciess/>

2. Pedagoga, especialista em projetos sociais e culturais, mestre em educação, técnica em assuntos educacionais da UFRGS, coordenadora do PPSC e diretora do CIESS.

3. Jogo produzido pela marca Estrela desde 1970.

Ademais, a maior parte do tempo de atividades era dedicada à confecção. Só no ano de 2019 foram produzidos mais de 60 jogos, voltados para alfabetização, operações matemáticas e desenvolvimento da motricidade. Após oito meses de trabalho, foi concluída a demanda inicialmente estipulada pelo grupo e realizada a primeira doação do projeto para a Escola Estadual de Ensino Fundamental do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre. Para o ano de 2020, o Ateliê pretendia incluir em sua rotina a oportunidade dos jovens vivenciarem o papel de monitores ao ensinarem as crianças das escolas a construírem seus próprios jogos. Todavia, a partir do mês de março, com as medidas socioeducativas e os encontros presenciais suspensos devido à pandemia do coronavírus, o grupo precisou ressignificar seus planos e objetivos.

Sendo assim, adequou-se à realidade remota, adotando a metodologia colaborativa para produção de jogos e materiais on-line. Por meio de reuniões semanais nas plataformas Mconf da UFRGS e Google Meet, construiu *fanpages* nas redes sociais (Facebook e Instagram) para continuar promovendo o acesso a jogos pedagógicos de qualidade e democratizar informações referentes à Socioeducação. Em seguida, tornou-se um dos espaços de estágio obrigatório I em Educação Social para o curso de Pedagogia da UFRGS⁴ e elaborou dois cadernos pedagógicos em formato de e-book, direcionados a educadores sociais, professoras/es da Educação Básica e a mães/responsáveis, que apresentam grande demanda de materiais para trabalhar com crianças e adolescentes pelo isolamento social. Foram denominados de “Ateliê de Jogos Pedagógicos: (ins)pirando você em casa” e “Ateliê de Jogos Pedagógicos: entrelaçando ludicidade e aprendizagem”, sendo, o primeiro, um compilado dos jogos produzidos pelo projeto em 2019, e o segundo, resultado da articulação com a instituição de acolhimento Isaura Maia, de São

Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Referencial teórico: importância do jogo/do lúdico na aprendizagem e na socialização

“Diz-me, e eu esquecerei; ensina-me e eu lembrar-me-ei; envolve-me e eu aprenderei”
- Provérbio Chinês

A partir desse provérbio chinês, percebe-se que não bastam elementos racionais ou orais para desencadear o aprendizado: é preciso que haja envolvimento, implicação e relações construídas no processo de ensino-aprendizado. Para tanto, o Ateliê de Jogos Pedagógicos acredita que o jogo e a ludicidade podem contribuir significativamente. Isto posto, é possível se destacar que o jogo constitui-se como uma dimensão antropológica - o que nos leva a apontar para a importância do lúdico na constituição do ser humano -. De acordo com J. Huizinga (1999), o ser humano é um *homo ludens*, pois o jogo e o lúdico fazem parte da antropologia e de nossa cultura” (IEGGLE et al, 2020, p. 7). Essa ideia significa que,

(...) mesmo em suas formas mais simples, ao nível animal, o jogo é mais do que um fenômeno fisiológico ou um reflexo psicológico. Ultrapassa os limites da atividade puramente física ou biológica. É uma função significante, isto é, encerra um determinado sentido. No jogo existe alguma coisa “em jogo” que transcende as necessidades imediatas da vida e confere um sentido à ação. Todo jogo significa alguma coisa (HUIZINGA, 2000, p. 5).

Logo, como encerra um determinado sentido, cria possibilidades para que situações concretas das vidas dos jovens sejam problematizadas e compartilhadas. Além disso, é capaz de contribuir sendo um elemento disparador de um tema ou, até mesmo, o aspecto central da dimensão que está em discussão. Segundo Piaget (1978, p. 97), “os jogos não são apenas uma forma de desafogo ou entretenimento para gastar as energias das crianças, mas meios que contribuem e

enriquecem o desenvolvimento intelectual”. Tal concepção ajuda a superar a perspectiva de ser apenas uma atividade para gastar energia ou para ocupar os educandos.

Outrossim, muitas vezes, nos processos de aprendizagem, os jogos são concebidos como se fossem importantes apenas para crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, quanto mais se avança na escolarização, mais são deixados de lado. Dessa forma, ignora-se toda a potencialidade existente nos jogos, brincadeiras e atividades lúdicas, que poderiam contribuir nos processos de aprendizado e de socialização.

Buscando superar essa visão, o Ateliê entende que são capazes de contribuir significativamente nesses aspectos, consolidando-os enquanto uma ferramenta essencial no desenvolvimento das MSE (IEGGLE et al, 2020). Para ser possível, é necessária a consciência da importância do lúdico e a sua inserção nas práticas pedagógicas cotidianas entrelaçada ao repensar o papel do adulto na ação, seja ele professor, educador social etc., pois, conforme Piaget (1978, p.19),

para os jogos contribuírem pedagogicamente com o processo de construção do conhecimento é preciso: diminuir o autoritarismo (poder de mando) do professor, criar situações para o desenvolvimento da autonomia, incrementar as ações que favoreçam a troca de opiniões e sugestões sobre as questões surgidas durante a atividade .

Sendo assim, o educador tem papel de ser o mediador e não o centro do processo educativo que está sendo desenvolvido. Para (VIGOTSKI, 1991, p. 32), “o poder do adulto deve ser reduzido porque a criança só pode constituir regras morais e conhecimentos quando está livre para chegar às suas próprias conclusões de forma autônoma”. Isso não significa que o adulto deve ser retirado de cena, mas que o seu papel precisa ser repensado, contribuindo para que o

educando possa participar das construções que estão em curso.

Na mesma perspectiva (CASTILHO e TONUS, 2008, p. 2), afirmam que “papel do professor durante a aplicação dos jogos e atividades lúdicas deve ser o de provocar a participação coletiva e desafiar o aluno na busca de encaminhamento e resolução dos problemas”, denotando que o educador não deveria levar prontas as respostas, mas buscar provocar a reflexão. Tradicionalmente, a criança, o adolescente ou o jovem é considerada como uma “tábula rasa”, sem conhecimentos e experiências prévias e, portanto, não participa como sujeito ativo da construção do conhecimento. Todavia, no Ateliê, mediante ao jogo e a ludicidade, busca-se motivá-los para que eles sejam participativos, expressem suas opiniões e tenham condições de construir a sua autonomia.

Resultados: a extensão transcendendo os muros físicos e virtuais da universidade

Na noite de 15 de março de 2020 saiu a notícia de que a Universidade suspenderia as atividades até o mês seguinte, devido à pandemia do Covid-19. Acreditando que seriam apenas poucas semanas de isolamento, o Ateliê pausou suas ações, porém a gravidade da situação foi ficando nítida e a esperança de retorno mais distante. No mês de abril, agendou a primeira reunião on-line, que passou a ocorrer semanalmente. Oriundo da magnitude da tão ansiosônica conjuntura, a preocupação inicial foi a saúde mental dos membros do CIESS, que, gradativamente, sistematizaram (novos) trabalhos dentro do âmbito virtual de acolhimento. Sendo assim, com os planejamentos interrompidos e sem perspectiva de retomada, o Ateliê precisou se reinventar, ressignificando seus planos e objetivos.

Com isso, a essência do projeto, que se propõe a promover acesso a jogos pedagógicos de qualidade, foi adaptada para o meio remoto

4. Estágio de docência I, ofertado na 5ª etapa do curso de Pedagogia totalizando 105 horas.

mediante a criação e manutenção de *fanpages* no Facebook e no Instagram. Reconhecendo a demanda crescente de materiais educativos, fomentada pela pandemia, alterou seu público alvo para educadores sociais, professores da Educação Básica e responsáveis pelas crianças e jovens. Dessa forma, o Ateliê começou a fazer postagens semanais divulgando instrumentos pedagógicos potentes e fáceis de reproduzir, intercalando com publicações explicativas no intuito de democratizar o conhecimento referente à ludicidade nos processos de aprendizagem e a aspectos da Socioeducação, já que não são muito popularizados e sofrem com estigmas fortalecidos pelo senso comum.

Consequentemente, fez com que mais pessoas se aproximassem e conhecessem o projeto: em menos de um ano, o Instagram⁵ alcançou 229 seguidores e o Facebook⁶ 449 curtidas, conquistando um engajamento significativo em ambos. Para tanto, foi crucial o desenvolvimento e cuidado de uma identidade visual - que só foi possível graças a parceiros que também compõem o CIESS - juntamente a um movimento constante de pesquisa para o desenvolvimento dos conteúdos das publicações.

Posto isso, foram elaborados dois vídeos para apresentar o Ateliê de Jogos Pedagógicos e compartilhar suas ações, sendo, o primeiro⁷, para a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) - com o acréscimo, ao fundo, de um tutorial de como fazer um Fla-Flu - e o segundo⁸ para o 21º Salão de Extensão da UFRGS.

Devido ao aumento de pessoas atingidas e maior familiarização da equipe com o trabalho nas redes sociais, começou a traçar estratégias para proporcionar cada vez mais qualidade na seleção e organização de materiais para seu público. Inspirado por uma produção do LALU/UDESC (2020), o projeto decidiu, então, desenvolver um caderno pedagógico (Figura 1) contendo o compilado dos jogos e recursos didáticos que confeccionava antes da pandemia, explicando como reproduzi-los. Intitulado de “Ateliê de Jogos Pedagógicos: (ins) pirando você em casa”, já alcançou mais de 280 pessoas provenientes de diferentes países, como Brasil, Cazaquistão, Colômbia, Estados Unidos, França, Irlanda, Portugal e Uzbequistão.



Figura 1 - Capa e exemplo de jogos do primeiro caderno pedagógico produzido pelo Ateliê, durante a pandemia
Fonte: Lays leggle

Posteriormente, em agosto de 2020, com o início do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o Ateliê de Jogos recebeu seis estagiárias da área da Educação Social, que é oferecida como alternativa no 5º semestre do curso de Pedagogia. Elas se somaram à equipe, composta por três bolsistas e um coordenador, permitindo que o projeto tivesse condições de se aventurar em novos desafios sem abrir mão das atividades que

estavam sendo desenvolvidas. Por conseguinte, no intuito de estreitar as relações entre a Universidade e a comunidade, tal como de aproximar as futuras profissionais a uma de suas possíveis áreas de atuação, foi realizada uma articulação com a instituição de acolhimento Isaura Maia, que é composta por cinco casas com sedes nas cidades de São Leopoldo e Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul.

Por contar apenas com uma pedagoga para todas as casas, as demandas educativas foram visíveis no primeiro diálogo, que ocorreu em uma reunião na manhã do dia 1º de outubro de 2020. A partir desse contato, o Ateliê solicitou informações acerca dos nomes, das idades, dos anos escolares (ou se não estavam na escola) e demais singularidades de aprendizagem de cada criança e adolescente acolhido na instituição. Quando as recebeu, organizou-as em planilhas sob as categorias de “educação infantil”, “anos iniciais”, “anos finais” e “EJA/Acelera”, para facilitar a observação. Motivada pelo entendimento de que educadoras e educadores sociais estão precisando exercer funções para além daquelas que costumavam, para dar conta, ainda que minimamente, da educação formal/escolar das crianças e adolescentes atendidas por eles, a equipe se dividiu em quatro grupos - segundo as categorias supracitadas -, com a finalidade de pesquisar ferramentas didáticas adequadas para a faixa etária, nível de escolarização e demais especificidades.

Subsequentemente, os grupos organizaram os resultados em um novo caderno pedagógico, seguindo a ordem de escolaridade mencionada e subdividindo-a em brincadeiras, jogos e recursos didáticos. Foi construída uma ficha técnica para registrar o nome da ferramenta, a faixa etária que estava destinada, sua classificação, habilidades que são trabalhadas,

materiais necessários para construí-las, como fazê-las e como utilizá-las. Após a escrita, foi feita a diagramação e o design concomitantemente ao processo de confecção física de forma remota dos jogos e dos recursos didáticos presentes na produção. Ao final, a produção teve como título “Ateliê de Jogos Pedagógicos: entrelaçando ludicidade e aprendizagem”¹⁰, que, inclusive, já alcançou mais de 220 pessoas de diferentes países, como Brasil, Colômbia, Estados Unidos, França e Irlanda, após a sua divulgação no repositório da Universidade.

Outrossim, no dia 15 de dezembro de 2020 foi realizada a doação do caderno físico e dos materiais produzidos pela equipe para a instituição (Figura 2), respeitando todos os cuidados necessários e os protocolos de saúde exigidos. Apesar de o tempo de trabalho ter sido relativamente curto, foi uma experiência marcante para todos os envolvidos, que pulsou amorosidade e foi fundamentada no reconhecimento da potência da Educação Social. Com isso, o Ateliê conseguiu alcançar um objetivo que não esperava nesses tempos pandêmicos: a doação de jogos.



Figura 2 - Capa do caderno pedagógico, jogos confeccionados e entrega dos jogos em São Leopoldo
Fonte: Lays leggle

5. Link para acesso: <https://www.instagram.com/atelièdejogos/>

6. Link para acesso: <https://www.facebook.com/atelièdejogos/>

7. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=JreLUz2-b9s>

8. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=PgOHkVURzWE&t=3s>

9. Link para acesso: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218113>

10. Link para acesso: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/219584>

Outra atividade em que o Ateliê esteve envolvido neste período foi a II Bienal de Jogo e Educação da UFRGS. No formato de live¹¹, as bolsistas e coordenadores promoveram uma conversa com a temática “da responsabilização ao resgate da ludicidade”, no dia 3 de dezembro.

Ademais, em 2021, que, para o calendário da Universidade ainda se configura como o segundo semestre de 2020, sem perspectiva de retorno das atividades presenciais, o Ateliê segue em parceria com a Instituição Isaura Maia, agora com o objetivo de realizar ciclos virtuais de formação lúdica, voltadas para o trabalho de conteúdos mais específicos da alfabetização, matemática básica e outras áreas. Portanto, neste novo semestre estabeleceu parcerias com outras professoras da FAGED e abriu as portas para receber cinco estagiárias da Pedagogia para comporem a equipe e auxiliarem no processo de construção dessas formações. Também está nos planos realizar testagens específicas com as crianças e adolescentes das casas no primeiro semestre de 2021, visando compreender melhor suas dificuldades de aprendizagem e qualificar o alcance do trabalho que está sendo desenvolvido.

A primeira formação do ciclo foi executada no mês de maio, mediante a realização de duas oficinas, iniciando com uma delas, sobre contação de histórias (Figura 3). O livro selecionado para essa atividade foi *Sulwe*, da coleção “orgulho de ser eu”, que conta a história de vida de uma criança negra. Essa história foi escolhida visando o protagonismo desses personagens na vida de crianças negras, para que elas se sintam representadas.



Figura 3 - Oficina 1: Contação de história: leia para uma criança negra

Fonte: Greice Ramos, Mariana Aguiar e Raíssa Rosário

A segunda oficina foi desenvolvida no estilo “faça você mesmo” (Figura 4) e foi referente a jogos de tabuleiro. Os jogos apresentados foram: Mancala, um jogo africano de estratégia e que auxilia os alunos na Matemática; Duas Caras, também de estratégia e raciocínio lógico, que contribui na antecipação de pensamentos relacionados ao jogo e ao dia a dia.

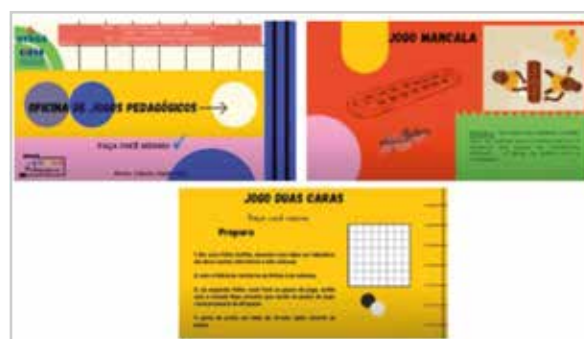


Figura 4 - Oficina 2: Faça você mesmo: jogo Mancala; jogo Duas Caras

Fonte: Cibele Fagundes Capaverde

Ambas oficinas foram elaboradas visando o trabalho do educador social, que, nesta pandemia, precisou se reinventar e se ocupar, também, do ensino formal das crianças e adolescentes, uma vez que as escolas permaneceram fechadas e o ensino à distância agrava muitas dificuldades.

Provocações para (não) finalizar

Ainda que em tempos pandêmicos, o Ateliê de Jogos Pedagógicos segue submerso na essência de promover acesso a recursos significativos que qualificam processos de aprendizagem e socialização, sobretudo para aqueles que estão à margem e comumente não são vistos. Também contribui levando a ludicidade para as juventudes, na perspectiva da Educação Social, logo, para além da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, mesmo que a área ainda não seja uma teoria tão pesquisada no âmbito acadêmico, nem uma prática corriqueira nos diferentes espaços educativos.

Apesar de todas as dores impostas pela pandemia, o Ateliê se reinventou e viveu experiências singulares, marcantes para aqueles que compõem/compuseram a equipe e para os que foram afetados por ela. Muitos não se conheciam - e ainda não se conhecem - pessoalmente, o que desencadeou uma das mais profundas aprendizagens: não é porque foi virtual que foi menos real, uma vez que a realidade pode ser acessada por muitas telas. Processos de reinvenção e de ressignificação são romantizados por terem um “quê” poético, mas isso não é sinônimo de facilidade e não requer somente esforço, mérito.

Por conseguinte, trabalhar de forma remota é muito limitado, principalmente pelo fato de os nossos principais parceiros do Ateliê, os jovens em MSE, não poderem estar confeccionando os jogos e não sendo possível a entrega desses às escolas, mas, por outro lado, tudo que foi construído até aqui, os trabalhos com a Instituição Isaura Maia, o acolhimento das estagiárias e a parceria com as professoras da FAGED/UFRGS, só foi viável em decorrência da pandemia. O Ateliê, antes, tinha um propósito, um foco, uma direção; agora tudo foi ampliado e certamente afetou pessoas que antes, provavelmente, não teriam sido. As perdas pelo trabalho remoto foram grandes, mas os ganhos foram maiores, (trans)formando todos os envolvidos e, até mesmo, o próprio projeto, afinal, tudo que aconteceu foi agregador. ◀

Referências Bibliográficas

CASTILHO, M.A.; TONUS, L. H. **O lúdico e sua importância na formação de jovens e adultos**. Synergismus Scyentyfica. Revista da UTFPR. vol. 3. n. 23. Pato Branco: UTFPR, 2008.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

IEGGLE, Lays et al. **Ateliê de jogos pedagógicos**: (ins)pirando você em casa. Porto Alegre: UFRGS, 1.ed., 2020. 41 p. - (Cadernos Pedagógicos do Ateliê; v. 1)

LALU-Laboratório de vivências e alternativas lúdicas. **Inspirações brincantes**: buscando ideias e possibilidades. Florianópolis: UDESC-Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020.

PIAGET, J. **A formação do símbolo na criança-imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Falar Editores, 1978.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

11. Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=rYfIP3xlz8&t=1s>



Projeto COMVIDA-2020

Rozilaine Redi Lago: Universidade Federal do Acre (UFAC); e-mail: rozilaine.lago@ufac.br
Acadêmicos de Medicina da UFAC: Ana Paula Sanches Matos, Gabriel Lopes Campos Ferreira e Diego Oliveira de Jesus

Introdução

Neste trabalho relatamos a experiência de estudantes, professores e servidores da Universidade Federal do Acre (UFAC), a partir do desenvolvimento do Projeto de Extensão “ComVida-2020: Ações de prevenção e promoção à saúde durante a pandemia da Covid-19”. Além destes agentes, o projeto envolveu a parceria da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino e Pesquisa e Extensão (FUNDAPE), a colaboração de diversos serviços de saúde

locais, instituições como a Central Única das Favelas (CUFA) do estado do Acre, Projeto Olhar Diferente e Máscara Para Todos, além da contribuição particular de membros da comunidade local.

O Projeto teve como objetivo geral promover, de forma coletiva, a redução da transmissão do vírus SARSCov-2 através de medidas de prevenção de contágio. Entendendo o cenário econômico que o Brasil apresenta durante a

pandemia, além das diferenças sociais que condicionam o acesso às medidas preventivas, o ComVida-2020 determinou, como público-objetivo, as pessoas em condição de vulnerabilidade social. A fim de alcançar o objetivo geral, desenvolveram-se ações como: 1) fabricação e distribuição das máscaras faciais de tecido para estas pessoas em algumas cidades do estado do Acre, incluindo a capital; 2) implantação de kits artesanais de higienização de mãos fixados em pontos estratégicos da cidade de Rio Branco- AC; e 3) produção e difusão de informações educativas relacionadas à pandemia de Covid-19 por meio de redes sociais virtuais.

A partir de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde declarou a emergência de saúde pública de importância nacional (NACIONAL, [s. d.]), seguindo a Organização Mundial da Saúde (OMS), que havia feito a declaração no fim de janeiro. Desse modo, foram estabelecidas medidas de isolamento social, campanhas de prevenção contra a doença e fechamento de estabelecimentos e serviços não essenciais.

Assim, o fechamento do comércio nacional, aliado a uma instabilidade econômica mundial, em razão do fechamento de estabelecimentos comerciais e interferência na produção industrial experimentados também em outros países assolados pela pandemia, geraram desemprego e incremento na vulnerabilidade social. Muitas famílias perderam seu poder de compra de itens de necessidade básica, como alimentos e produtos de higiene. Também, essa população é a que mais apresentou taxas de hospitalização e óbito (RUI *et al.*, 2021). Diante desse cenário, era previsível que a prevenção à doença seria afetada negativamente, pois, para tanto, é necessário o uso de máscaras de proteção individual, o isolamento social, a higienização correta das mãos com água limpa e sabão ou com álcool 70%, além de outras medidas indicadas pela OMS.

Neste sentido, o Projeto de Extensão

“ComVida-2020” justificou-se por contribuir com o acesso aos itens necessários para a prevenção contra a doença Covid-19 para pessoas em vulnerabilidade social, promovendo não somente o cuidado das pessoas diretamente alcançadas pelo projeto, mas também colaborando para prevenção coletiva contra a doença.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência organizado a partir da vivência de estudantes, professores e servidores da Universidade Federal do Acre - UFAC no desenvolvimento do Projeto de Extensão “ComVida-2020”. Inicialmente, o projeto foi submetido e aprovado pela Pró-reitoria de Extensão da UFAC, que, após a fase de aprovação, selecionou doze bolsistas dos diversos cursos da mesma instituição, além dos voluntários vindos da comunidade interna e externa da universidade.

Ademais, foi criado um ateliê (Figura 1) numa sala disponibilizada pelo Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) da UFAC. Neste ambiente foram escalados de quatro a cinco atuantes do projeto pela manhã e pela tarde, durante os dias úteis, evitando, assim, aglomerações no espaço. Ainda, com as cinco máquinas de costura emprestadas por apoiadores, estabeleceu-se um processo de linha de produção para confecção de máscaras faciais de tecido, em dupla camada, do tipo 100% algodão, de acordo com as recomendações sanitárias. Após a instituição do ateliê, foram criadas contas para o projeto em duas redes sociais virtuais, visando a divulgação dos resultados obtidos, além da difusão de materiais educativos, bem como para fomento das doações de insumos para produção das máscaras e kits de higienização das mãos. Dessa forma, quando os produtos eram finalizados, o grupo de marketing do projeto elaborava uma arte para a postagem nas redes sociais, simultaneamente.



Figura 1

O processo era iniciado com o recebimento de doações financeiras para a compra de materiais necessários para a confecção das máscaras e dos kits de higienização das mãos, tais como: tecidos, giz, canetas para marcação em tecido, tesouras, velas, elásticos, agulhas, linha, barbante, folders plastificados, sacos plásticos, dentre outros. Os materiais também foram recebidos em forma de doação direta, com atenção especial para os tecidos, pois eles deveriam vir com a nota fiscal para comprovação de que estavam nos padrões do projeto. Em seguida, iniciamos a linha de confecção e montagem das máscaras, sendo, o primeiro dos processos, o desenho dos moldes no tecido, seguido por seu corte. Esses processos eram continuados pela costura em meia-lua para a confecção da primeira camada, que era, então, unida, através da costura, a uma segunda camada. Por fim, as máscaras eram fechadas lateralmente com a costura dos elásticos. O final da produção das máscaras se constituía na queima das linhas de sobra de costura, passagem à ferro e embalagem, aos pares, em um saco plástico com dois pequenos panfletos explicativos sobre formas de uso e lavagem das máscaras (Figura 2), contendo ilustrações e textos informativos seguindo as recomendações sanitárias vigentes.



Figura 2

No que se refere à confecção dos kits para higienização das mãos, cada kit foi composto por três garrafas pet, numeradas de 1 (um) a 3 (três), sendo, as das pontas, completamente preenchidas com água limpa, e a garrafa central preenchida com sabão líquido diluído, além de dois cartazes, tamanho (297 x 210 mm), plastificados explicando como o kit deveria ser utilizado (Figura 3). As tampas das garrafas pet eram furadas em diversas partes, para que o conteúdo de cada garrafa saísse pela tampa fechada. Para orientar a correta utilização do kit, um dos cartazes, localizado superiormente, instruía sobre a composição de cada recipiente e a ordem e forma

que deveriam ser usados. Já o cartaz localizado na parte de baixo do kit orientava sobre a forma correta da lavagem das mãos, contemplando o passo a passo dos movimentos a serem realizados.



Figura 3

Adicionalmente, era necessário fazer a distribuição desses materiais confeccionados no ateliê, sendo que, principalmente as máscaras, precisavam alcançar a população-alvo, ou seja, as pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nessa etapa, as redes sociais foram cruciais, pois foi a partir delas que a equipe do projeto se conectou com as instituições e comunitários colaboradores, além de contatos individuais. Para tanto, foi criado um endereço de e-mail com domínio comvidaufac@gmail.com, pelo qual foram criadas contas nas redes sociais virtuais Facebook e Instagram, cujo usuário foi definido como "covidquelute". Todas as contas virtuais eram moderadas por integrantes selecionados do projeto, organizados como equipe de marketing. A sequência de postagem, por sua vez, seguia uma ordem junto a essa equipe, que planejava os temas ou os recebia por sugestões de outros integrantes e os sequenciavam de modo a diversificar as temáticas das publicações. A arte das postagens era, então, pensada, desenvolvida e publicada primeiramente na rede social Instagram, para depois ser compartilhada no Facebook.

Quanto à produção das máscaras faciais, todo o processo era realizado nas dependências do ateliê do ComVida-2020, desde o dimensionamento,

corte, costura, embalagem e organização dos kits de máscaras, as quais eram contabilizadas e distribuídas para a população individualmente ou para as instituições parceiras, que promoviam um alcance maior da distribuição. Já os kits de higienização, os quais também eram preparados nas dependências do ateliê do projeto, eram distribuídos e reabastecidos periodicamente pelos próprios integrantes do projeto em locais estratégicos na cidade de Rio Branco- AC.

Resultados e Discussão

O início do projeto foi desafiador, ao nos depararmos com a maioria dos participantes sem habilidades em costura, além da preocupação em como alcançar tanto a distribuição para a população-alvo quanto os financiadores das matérias-primas, mediante as medidas de isolamento social impostas no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Em nossa equipe, inicialmente, somente a professora-orientadora contava com alguma experiência em costura. Foi a partir do saber dela, usando uma máquina de costura emprestada por sua mãe, que realizamos nossos primeiros treinamentos, junto a pequenos grupos dos estudantes envolvidos no projeto. Primeiramente, a professora ensinou os elementos fundamentais de corte e costura necessários a confecção das máscaras para um grupo de alunos e, então, a partir da aprendizagem deles, esse conhecimento foi multiplicado para outros grupos de estudantes, até que todos os participantes se tornaram aptos a trabalhar em toda a sequência da linha de montagem das máscaras estabelecida. Assim, durante o período de 27 de abril a 27 de agosto de 2020, foram produzidas pelos participantes do projeto 3.493 e 236 máscaras nas cidades acreanas de Rio Branco e Mâncio Lima, respectivamente. Ainda, obtivemos 1.248 máscaras confeccionadas por meio de parcerias (utilizando materiais fornecidos pela equipe do nosso projeto), como o projeto "Máscaras Para Todos" e uma costureira que trabalhava individualmente. Ao final, foi contabilizado um total de 4.977 máscaras produzidas.

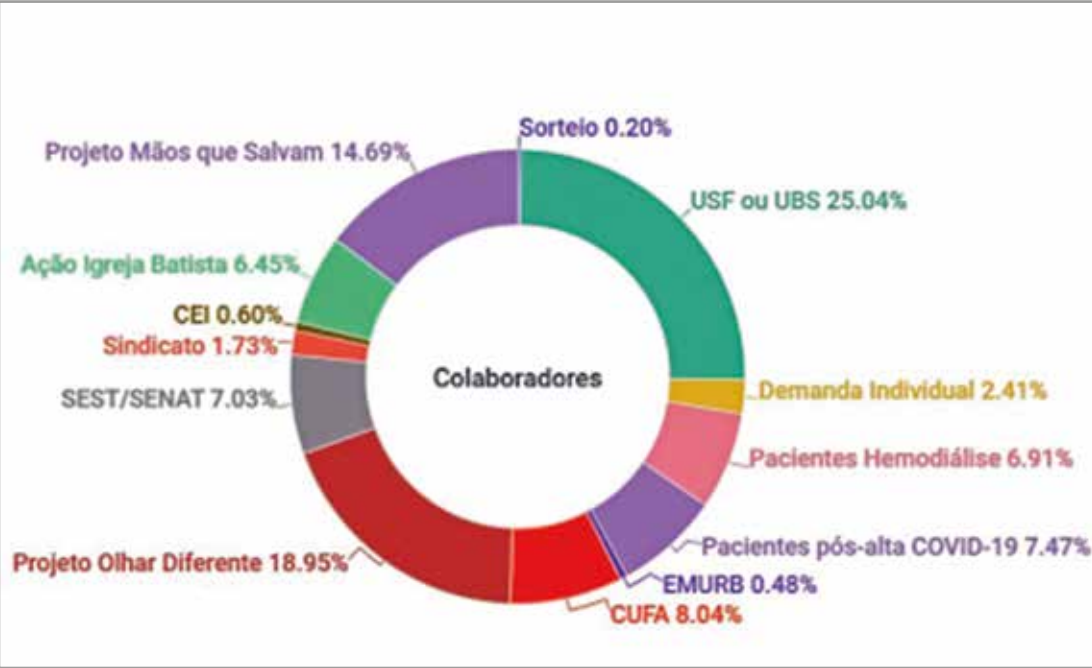
Essa etapa foi de grande valia, uma vez que empoderou e uniu o grupo e, dessa forma, fomos aprimorando as habilidades em corte e costura, até que alcançamos alta qualidade nas produções. Além disso, foi a partir desse bom desempenho que apoiadores chegaram até nós com o interesse em colaborar com a doação de matéria-prima (na qualidade exigida pelo projeto, como exemplo tecidos Percal e Tricoline 100% algodão). Ademais, o nosso manejo semanal com artesanato foi benéfico para nossa saúde mental, uma vez que os trabalhos manuais promovem bem-estar, criatividade e noção de pertencimento (quando executado em coletivo), o que contribui positivamente sobre cargas emocionais, sendo que estas se intensificaram durante o isolamento social da pandemia, uma vez que sintomas de depressão, ansiedade e pânico tornaram-se mais evidentes na população, o que corrobora a ideia de que há conexão entre arte e saúde (JENSEN, 2018; LUO *et al.*, 2020).

Ainda, sobre a distribuição das máscaras (Infográfico 1) para o público-objetivo tanto na capital

quanto no interior do estado do Acre, foram resguardadas as medidas preventivas de transmissão da Covid-19 (evitando-se, por exemplo, aglomerações). Diversos colaboradores institucionais que permeiam o território de inserção desta população estiveram envolvidos na estratégia de distribuição organizada dos kits individuais das máscaras de forma conjunta com o atendimento desenvolvido por estes serviços. Nossa articulação com esses profissionais e instituições ampliou nosso olhar sobre o território de saúde e proporcionou a continuidade da nossa aprendizagem e formação (um dos maiores desafios da educação nesse período) envolvendo as atividades de extensão universitária em um momento em que as atividades de ensino estavam paralisadas e o retorno do ensino, de forma remota, ainda estava em planejamento (MORETTI-PIRES *et al.*, 2021). Um dos centros de distribuição foi o serviço de saúde constituído por Unidades Básicas de Saúde (UBS), Unidades de Saúde da Família (USF), Hospital de Urgência e Emergência (HUEB) de Rio Branco (responsável pela distribuição para os pacientes que receberam alta

da instituição após recuperação de Covid-19), além do Hospital das Clínicas e da Clínica Renal (Figura 4), que, juntos, foram responsáveis pela distribuição para os pacientes em hemodiálise. Ainda, contamos com organizações sociais como a CUFA, o Projeto Olhar Diferente, o Projeto Mãos Que Salvam e a Igreja Batista do bairro Cadeia Velha, de Rio Branco-AC, sendo que esta última desenvolveu uma ação para doação das máscaras para a população-alvo de seu bairro. Também houve órgãos que nos comunicaram sobre suas demandas internas, como o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Acre, o Serviço Social do Transporte com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa (CEI) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). Outrossim, algumas máscaras foram distribuídas pelo ComVida-2020 diretamente ao nosso público de interesse. Assim, atendemos às demandas individuais e entregamos aos ganhadores do sorteio realizado em nosso perfil da rede social Instagram, sendo que esses dois grupos recolheram as máscaras no ateliê do projeto, situado na UFAC.

O objetivo do projeto incluía, para além da confecção das máscaras, a produção de 34 kits de higienização das mãos, distribuídos em 30 locais considerados estratégicos da cidade. Estes locais foram escolhidos por se tratar de pontos de maior circulação, como o terminal rodoviário urbano e praças do centro da cidade, ponto de maior concentração comercial. A manutenção destes kits era realizada pela equipe do projeto de forma periódica, dependendo de sua utilização. Ademais, a distribuição desses kits foi mapeada e difundida por meio das mídias sociais virtuais do projeto, a fim de favorecer seu uso. A elaboração desses kits passou por vários processos de testagens sem sucesso até se alcançar o modelo final, que cumpriu com a finalidade que imaginávamos para ele. Ocorreram, entretanto, casos de furtos dos detergentes (material que compõe o kit), algo que, de início, nos frustrou, uma vez que tínhamos que disponibilizar uma equipe em horário extra para a reposição, além da realidade de falta de materiais para reposições para além do que havíamos planejado. Com o amadurecimento da nossa visão sobre as adversidades, concluímos que, de qualquer maneira, o kit alcançou nossa



Infográfico 1



Figura 4

população-alvo, ainda que não da forma que queríamos, pois, diante da insegurança social que a pandemia promoveu, é correto imaginar que várias famílias se encontravam (e até mesmo, ainda se encontram) sem recursos para a compra de itens secundários, ou seja, os não-alimentícios. Então, seguimos com as reposições antes planejadas e com as reposições adicionais que descobrimos através de solicitações em nossas redes sociais virtuais.

Já as redes sociais do projeto obtiveram como resultado 81 publicações permanentes e 292 temporárias em cada perfil. Essas publicações tinham como principais temáticas os sintomas da Covid-19, sua prevenção e informes sobre a doença. Além da temática saúde, as publicações visavam a divulgação do projeto, como compartilhamento de fotos das máscaras confeccionadas pelos participantes, agradecimentos aos colaboradores e registros da população-alvo em uso dos kits de higienização das mãos e/ou recebendo as máscaras faciais produzidas.

O alcance dessas publicações foi contabilizado de maneira direta e indireta. A primeira forma diz respeito aos seguidores das contas virtuais, sendo 142 no Facebook e 1.866 no Instagram. Já a segunda é inestimável, pois é difícil mensurar os compartilhamentos secundários, como o exemplo da divulgação de uma tirinha educativa criada e postada pelo projeto ComVida-2020 (Figura 5) que foi compartilhada por uma conta de mídia independente de alta visibilidade, composta por 6,8 milhões de seguidores. Ademais, foram realizadas matérias jornalísticas veiculadas aos meios de telecomunicação e jornais digitais da imprensa convencional local.

Diante do exposto sobre as contas virtuais do projeto, percebemos que elas foram indispensáveis para

o funcionamento e sucesso dele, primeiramente porque houve aproximação entre os colaboradores com o projeto, o que permitiu o alcance significativo à população-alvo, o que era uma das maiores dificuldades no início da execução do projeto. Ainda, foi por meio de campanhas e divulgações nas redes sociais que os contribuintes de materiais necessários para a execução do projeto nos conheceram e apadrinharam o ComVida-2020. Ademais, foi no ambiente virtual que conseguimos desempenhar a promoção à saúde a partir das publicações que discutiam, não somente sobre os assuntos da pandemia, mas também sobre saúde mental, alimentação equilibrada e a importância de exercícios físicos durante o período de isolamento social. Certamente foi interessante, para nós, o desenvolvimento de habilidades nas artes digitais a serem postadas, que serão levadas conosco como aprendizado. Esse tipo de ferramenta movimentou a aprendizagem integradora e foi apontada como recurso potente em estudos sobre a educação de profissionais de saúde durante o período de medidas restritivas de isolamento social vigentes na pandemia de Covid-19 (FELISBERTO *et al.*, 2020).

Destacamos, ainda, alguns elementos que consideramos estratégicos no positivo



Figura 5

desenvolvimento da experiência, tais como: o formato de projeto de extensão universitária, incluindo bolsas de auxílio financeiro aos estudantes; o envolvimento de estudantes de diversas áreas da saúde, incluindo, ainda, outras áreas das ciências humanas e sociais; a articulação com instituições públicas e organizações sociais existentes nos territórios do desenvolvimento das atividades; a mobilização e integração de habilidades pessoais, técnicas e artísticas na elaboração dos produtos gerados no projeto, dentre outros. Essas estratégias favoreceram tanto a criação de redes vivas de existência no modelo de enfrentamento da epidemia quanto ampliaram o olhar da equipe do projeto para uma visão mais socioambiental do processo saúde-doença, o que servirá de legado no momento pós-pandemia (SILVA *et al.*, 2021).

Conclusão

Diante de desafios como os gastos e a necessidade

de materiais e de equipamentos, contávamos com doações para que pudéssemos alcançar os objetivos específicos do projeto, que, em sua maioria, foi presente, apesar de terem ocorrido dias em que a produção teve que ser suspensa por falta de matéria-prima. Ainda que esse e outros desafios representassem constantes preocupações, o projeto obteve um enorme sucesso, sendo um motivo de orgulho para todos os participantes dele. Outrossim, por se tratar de um projeto de extensão com alunos de diversos cursos, obtivemos enriquecimento pessoal, como o desenvolvimento de habilidades para trabalho em grupo, bem como unir a universidade com a comunidade externa, beneficiando ambas as partes (WOLFF *et al.*, 2020).

Por fim, o projeto nos proporcionou experiências únicas, desde a aprendizagem de como se utilizar uma máquina de costura, até ter a oportunidade de contribuir para o enfrentamento da Covid-19, em especial junto à população mais vulnerável. ◀

Referências Bibliográficas

- FELISBERTO, L. C. da C.; GIOVANNINI, P. E.; DIÓGENES, I. C. F.; CARLOS, L. P. N.; LINS, L. F. T. de S. O Caminho se Faz ao Caminhar: Novas Perspectivas da Educação Médica no Contexto da Pandemia. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 44, 2 out. 2020. DOI 10.1590/1981-5271v44.supl.1-20200422. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbem/a/QZGymQJXm7F5ZSLWDFdsQsG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2021.
- JENSEN, A. Mental health recovery and arts engagement. *The Journal of Mental Health Training, Education and Practice*, v. 13, n. 3, p. 157–166, 1 jan. 2018. <https://doi.org/10.1108/JMHTPE-08-2017-0048>.
- LUO, M.; GUO, L.; YU, M.; JIANG, W.; WANG, H. The psychological and mental impact of coronavirus disease 2019 (COVID-19) on medical staff and general public – A systematic review and meta-analysis. *Psychiatry Research*, v. 291, p. 113190, set. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2020.113190>.
- MORETTI-PIRES, R. O.; CAMPOS, D. A. de; TESSER, Z. C.; OLIVEIRA, J. B. de; TURATTI, B. de O.; OLIVEIRA, D. C. de. Estratégias pedagógicas na educação médica ante os desafios da Covid-19: uma revisão de escopo. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 45, 3 fev. 2021. DOI 10.1590/1981-5271v45.1-20200350.ING. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbem/a/BB9TpJf7VSSzhQRxbxxfvBh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2021.
- NACIONAL, I. PORTARIA No 188, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020 - DOU - *Imprensa Nacional*. [s. d.]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou>. Acesso em: 25 maio 2021.
- RUI, T.; FRANÇA, I. L.; MACHADO, B. F.; ROSSI, G.; ARRUTI, J. M. Antropologia e pandemia: escalas e conceitos. *Horizontes Antropológicos*, v. 27, p. 27–47, 3 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100002>.
- SILVA, P. H. dos S.; FAUSTINO, L. R.; OLIVEIRA, M. S. de; SILVA, F. B. F. Educação remota na continuidade da formação médica em tempos de pandemia: viabilidade e percepções. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 45, 15 fev. 2021. DOI 10.1590/1981-5271v45.1-20200459. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbem/a/pG6dfdC8cFW57YDKqTxNyJB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2021.
- WOLFF, C. L.; SLEIFER, P.; DE LIMA, M. S.; DOS SANTOS, T. V. R. Saúde Auditiva e Equilíbrio Corporal na Escola: Programa de Extensão Acadêmica. *Revista da Extensão*, Porto Alegre, ed. 21, p. 33–37, dez. 2020.



Sobre navegar na contracorrente: a contação de histórias como possibilidade narrativa

Amanda Cristina Costa dos Santos: Instituto de Psicologia (UFRGS); e-mail: amandaccostasantos@gmail.com
Liana Netto Dolc: Instituto de Psicologia (UFRGS)
Thais Gomes de Oliveira: Instituto de Psicologia (UFRGS)
Acadêmico de Psicologia: Gabriel Benoni Godinho Paz

Apresentação

“Os quatro, pouquinho a pouquinho, começaram a entender que aquela casa era mesmo mágica: ali, gata podia falar, cachorro podia ler livro e coelho podia sair de dentro de um chapéu de bruxa ao invés de uma cartola. Resolveram, então, aproveitar a festa: a fantasia não era só a roupa, afinal”. (Coletivo Contantes, 2021)

Contar histórias é ferramenta de atualização da memória. Por meio da oralidade acontece a transmissão da história de sujeitos e de povos inteiros, o que nos possibilita – a cada vez – a reinvenção.

Ainda que a narrativa fale de um tempo passado, sempre a contamos no presente: nesse ato reproduzimos violências de nossa época ou abrimos espaços a outros modos de ser e estar nela. Nesse cenário, se insere o coletivo Contantes, um

projeto de extensão universitária que atua desde 2019 na Clínica de Atendimento Psicológico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP)¹ e que se propõe à contação de histórias para crianças. As intervenções acontecem mensalmente nas *Oficinas do Brincar*², espaço composto por crianças com idades entre quatro e treze anos e pelas oficinas que o conduzem.

O ano de 2020 é marcado pelo imperativo do isolamento social, que intensifica a convivência on-line para aqueles que têm condições de acesso a aparelhos eletrônicos e à internet. Desse modo, nosso trabalho também passou por modificações que ampliaram nossas formas de contar histórias. Pela plataforma Google Meet, encontramos-nos nas manhãs das sextas-feiras com crianças de diferentes lugares da cidade. Nesses encontros são propostas intervenções lúdicas e inventivas que possibilitam a convivência e a ampliação narrativa por meio das histórias e do brincar.

Entre as especificidades do coletivo está a intenção de ofertar histórias de literatura infantil com perspectivas contra-hegemônicas de raça, gênero e classe. Diante do cenário de retirada de direitos, aprisionamento de singularidades e inibição das diferenças, que tem se agravado nos últimos anos no Brasil, a oferta de narrativas infantis que busquem alternativas contra-hegemônicas ampliam as possibilidades de autonomia das crianças que as escutam. Nossa aposta gira em torno das crianças se apropriarem das ferramentas que oferecemos para que possam construir outras formas de ser e estar no mundo. Além disso, a dimensão lúdica da contação de histórias dá espaço para que as crianças sejam participantes do processo de narrar. Esse movimento de abertura colabora para que elas se

apropriem das narrativas emancipatórias³: elas não são receptoras passivas de uma história, mas são parte da construção dessas outras formas possíveis de ser.

O trecho que inicia este escrito, que se propõe a apresentar nosso trabalho e falar das particularidades que despontaram em tempos de pandemia, é parte de uma história construída junto às crianças em uma de nossas intervenções. No decorrer do texto buscaremos apresentar o trabalho que o projeto desenvolve e, para tanto, convidamos as/os leitoras/es a caminhar em um campo lúdico e de contação de histórias. O próximo capítulo, por isso, é uma história que nos apresenta como autoras e autor.

Relato de experiência

Num lugar e num tempo não tão distantes daqui, três mulheres se encontraram. Uma delas gostava de escrever e de se perguntar por que e como a gente faz isso; outra se interessava por aquilo que os filmes tinham a dizer e outra queria escutar sobre o cuidado e o que isso tem a ver com as mulheres. Em meio a esses e a vários outros saberes que cada uma delas carregava, acharam um comum: as três eram psicólogas. E mais: as três tinham gosto pela psicanálise. Encontraram-se num espaço em que aquelas que trabalhavam escutando o que aqueles que chegavam tinham a dizer. Não demorou até que se aproximassem e descobrissem que não só gostavam de escutar histórias, mas também gostavam de contá-las! E pensaram: “como podemos contar histórias juntas? Quais histórias? Para quem? Por quê?”

Dali um tempo, souberam que tinha um trabalho a ser continuado: parte delas trabalhava nas Oficinas do Brincar, que aconteciam naquele mesmo espaço que todas as três frequentavam. Era ali que contariam histórias. No início, outras pessoas as acompanharam: pessoas que também

1. Clínica-escola vinculada ao Instituto de Psicologia que oferece atendimento psicológico e oficinas terapêuticas à comunidade de Porto Alegre e região metropolitana.

2. Oficinas terapêuticas que têm a proposta do livre brincar como intervenção lúdica, composta por equipe de estagiárias/os de Psicologia, extensionistas e psicólogas/os supervisoras/es.

3. Aqui, ancoramos a relação entre perspectivas contra-hegemônicas de contação de histórias e formas autorais e autônomas de contar a experiência de nós mesmas e de cada criança com quem interagimos. O que acontece na inspiração de bell hooks (2019), que situa as práticas emancipatórias no campo da educação engajada.

tinham vontade de compartilhar com as crianças as narrativas que sabiam e aquelas que iam inventar. Um ficou alguns meses ajudando a reconstruir a história de uma menina que usava laços de fita e de um coelho curioso; outra, se alongou um ano e deu roupa e corpo a muitos personagens.



Figura 1 - Print de uma das reuniões de equipe do coletivo. Na imagem, as três contadoras seguram materiais utilizados nas intervenções.

Fonte: Coletivo Contantes

Ao longo do tempo, foram a princesa Soninha e a “dragoa” que, pela amizade, inventaram saídas que não a do amor cortês; foram a vizinhança toda que presenciou a história do Barba Azul e, com isso, perceberam a potência da transmissão de uma narrativa e da construção de redes; foram a voz que narrava um poema sobre como nada na vida me assusta⁴. Fizeram essa oferta às crianças, que devolveram a elas uma festa inteira e trechos de suas próprias histórias. Também as três mulheres, instigadas por aquilo que escutavam daquelas crianças, inventaram uma história que tinha até cometa falante e um menino que, da janela, via o mundo, e, no último ano, fizeram tudo isso sem sair de casa.

Os encontros com as crianças não aconteciam mais entre as paredes de um auditório, mas nas telas. As três mulheres precisaram de mais palavras. Reinventaram-se: criaram vozes que nem podiam imaginar que tinham, descobriram que os sons que saíam da boca delas podiam ser uma porta se abrindo ou um cachorro latindo. As histórias convidavam a imaginar. As Contantes – é assim que se chamam as mulheres que decidiram contar história – foram aprendendo com as crianças que, às vezes, nem se precisa das perucas, dos cenários e dos fantoches: a palavra dá espaço a muitas brincadeiras.

Conforme foram aprendendo a contar por meio das telas, chegou um novo contante: com sua imaginação, ele transformou histórias em rimas e pôde até cantarolar. O fio que se tece pelo encontro – das Contantes e das crianças – é com o que mais contamos, desde o início até hoje. Não é à toa que o nome desse grupo lembra a palavra constância.

Por entre histórias e saberes

Dentre as especificidades do coletivo Contantes, outra delas é a composição de nossa equipe: somos profissionais que, em meio a outros saberes, encontram um comum no trabalho com a psicanálise. Intencionamos, com as leituras que fazemos de autores tomados como clássicos e de autores que ofertam uma perspectiva contra-hegemônica das infâncias e da teoria psicanalítica, produzir sentidos que deem base ao trabalho que estamos construindo.

Em psicanálise costuma-se ouvir que, sobretudo no trabalho com crianças, “temos de emprestar o corpo”. O início do trabalho do Coletivo Contantes, em 2019, foi marcado por essa concessão por parte das contadoras: interagíamos com uma série de objetos, ao contar uma história, construíamos cenários para levar até a CAP, vestíamos fantasias cuidadosamente costuradas. A experiência on-line junto às crianças, entretanto, reiterou, como bem diz a narrativa que inicia este escrito, que *fantasia não é só a roupa, afinal*. Contar histórias de modo remoto se associa à dimensão da construção da fantasia pelas palavras. Em 2019 chegávamos à CAP cheias de material: tantos objetos que mal conseguíamos carregá-los sozinhas. Quando nos propomos a contar histórias virtualmente, ocorrenos a pergunta: *como?*

Judith Butler (2005, p. 85) nos diz que “ninguém sobrevive para contar a própria história sem antes



Figura 2 - A imagem é composta de uma sobreposição de livros infantis, nacionais e internacionais

Fonte: Amanda Costa dos Santos, integrante do Coletivo Contantes

ser iniciado na linguagem quando é convocado”. Nesse sentido, pensamos a oferta de narrativas como um meio de inserção no mundo discursivo das histórias, a partir do qual o sujeito pode narrar-se. A criança que escuta a história é ativa no seu processo. Quando uma narrativa é contada, abrimos espaço para a ampliação da rede semântica do sujeito que a escuta, para que a criança, por meio da brincadeira e da palavra, interaja com ela. Juntas, brincadeira e palavra, em um ato criativo, transformam as histórias ofertadas e, assim, compõem o fazer do coletivo.

Nesse movimento de criação, a criança, ao nomear, coloca em cena o seu desejo e enuncia-se como sujeito. Freud (2018 [1908]) nos diz que, em alguma medida, toda criança que se põe a brincar cria novos mundos. Sabendo que a linguagem preservou a relação entre o brincar da criança e a criação poética/literária, pensamos nosso trabalho como um elo entre esses dois lugares subjetivos, elo, esse, que se dá pela imaginação. Lacan (1986 [1953-54]) vai nos situar diante da função criativa da palavra quando enuncia que, no momento no qual a usamos, estamos sempre lidando com o seu significado no conjunto metafórico de seu emprego. Quando, na

história, falamos sobre um menino que vê uma borboleta e sai dos muros do castelo ao seguir o voo dela, ou da casa feita de doces de uma bruxa traiçoeira, estamos operando na lógica de que “toda espécie de emprego, em certo sentido, é sempre metafórica” (p. 270). Nesse texto, Lacan pontua que a função da linguagem é a de criar símbolos e, em alguma medida, novas possibilidades de desejar e de fantasiar.

O encontro entre literatura infantil, perspectivas antirracistas e feministas e psicanálise tem nos possibilitado as

mais diversas invenções: a intersecção entre elas nos convida a reescrever algumas das histórias que escolhemos contar. Essas intervenções nos textos estão alicerçadas em posições políticas que revelam nosso cunho antifascista. Assim, por meio de personagens que navegam a contracorrente da produção discursiva normativa e hegemônica, convidamos – nós mesmas, as pessoas adultas que nos escutam e as crianças que escutam e que contam suas experiências – a um habitar de territórios novos, que propõem novas identificações e novos relatos de si.

“O que vocês mudam nas histórias?”: metodologia

Certa vez, em uma contação na qual propomos uma reedição do clássico Barba Azul, uma criança nos perguntou o que mudávamos nas histórias que contamos. Essa é uma questão chave que nos trouxe ao coletivo Contantes, que desvela para onde apontamos como direção de trabalho e também como o fazemos. Concorrendo que contar histórias nunca se faz um ato inocente (OLIVEIRA; ROCHA, 2016), situamos a contação como um dispositivo híbrido que pode servir a um projeto societário narrado a múltiplas vozes e corpos.

A principal estratégia que temos utilizado é a ampliação de sentidos que podemos alcançar

4. ANGELOU, Maya. A vida não me assusta. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018 [1993].

por meio das reedições de histórias infantis, multiplicando e diversificando as problemáticas presentes. Desse modo, tendo como premissa que a literatura infantil é marcada por epistemologias hegemônicas – como todo outro campo de saber que é atravessado por lógicas ocidentalizadas e coloniais, atravessadas pelo patriarcado capitalista de supremacia branca (hooks, 2019) – apostamos na multiculturalidade (OLIVEIRA; ROCHA, 2016) enquanto forma de criar mais maneiras de contar o mundo.

Renato Nogueira (2019) considera que, para encantar novamente um mundo em crise, faz-se necessário restabelecer radicalmente a infância em todos os seres, incluindo as pessoas adultas. Em uma de suas pesquisas encontra o termo “adulthood” para narrar um modo de vida que aniquila o mistério da vida como algo inescapável, presente; assim, convida a uma política brincante, defendendo que ela advém da infância. Essas pistas são cruciais para nossa base metodológica que busca uma intervenção lúdica: propomos intervenções em questões que envolvem diferentes políticas de exclusão, pela brincadeira e pela reescrita das narrativas que ofertamos. Contamos, portanto, histórias situadas desde uma perspectiva plural, que evidenciem a coexistência das mais diversas formas de estar no mundo para além daquelas que encontramos em, por exemplo, contos de fadas clássicos.

Nossa metodologia inclui recontar e construir coletivamente histórias que queremos escutar. Nós nos mantemos advertidas de que as formas brincantes de habitar esse território em disputa – essas que buscam produzir disrupções em narrativas hegemônicas de existência – não garantem a ausência de conflitos. Dispostas a criar, a inventar e a brincar, apostamos que “frequentamos a infância” nessa política brincante (NOGUEIRA, 2019, p. 140), de forma que ela nos ajuda a conviver com os conflitos com generosidade.

Assim, escutamos as crianças, escutamos nossas infâncias e interagimos pelo ato político de contar. A seguir colocamos uma ilustração de uma história criada pelas Contantes e pelas crianças, desenhada por uma das oficinairas, durante uma intervenção.



Figura 3 – Ilustração que mostra a personagem Maria Danila tanto em forma humana quanto em forma felina ao lado de uma fogueira e da casa em que mora.

Arte: Ilustração feita por Deise Nunes Fagundes, graduanda de Serviço Social e oficinaira nas *Oficinas do Brincar*, durante uma das contações (abril/2021)

Considerações finais

No decorrer das contações, a equipe envolvida no trabalho com as crianças percebe os efeitos da intervenção que envolve o subjetivo de cada criança na grupalidade feita on-line. Muitas das histórias que levamos e que construímos juntamente a elas envolvem temas que as colocam – em seus desafios – frente ao mundo. Como ferramenta, a contação de histórias possibilita, dentre muito, um desdobramento narrativo; uma aproximação com a literatura infantil; uma expansão de como cada criança encontra formas de contar e de *se contar*. Aqui, de acordo com Bell Hooks (2019), lembramos que a língua se recusa a estar dentro das fronteiras, e cruzamos as fronteiras da imaginação e da fantasia com as crianças, por meio da ludicidade em cada uma de

nós. Em tempos em que o distanciamento social é um imperativo de proteção, colocamos em ato a aproximação entre crianças que têm vivido um afastamento físico de seus outros pares-crianças, compondo uma proposição afetiva e de convivência.

É por meio da brincadeira e de histórias que possam destoar de lógicas normativas, em um processo que é tanto clínico quanto educativo, que produzimos com as crianças uma liberdade para a autoria de histórias que elas mesmas queiram escutar. Criar e contar histórias é poder abrir espaço subjetivo para outros mundos possíveis. Compreendemos este não sabido de antemão como potencialidade para abrir novos caminhos. Buscamos encontrar, com as crianças, autonomia narrativa, ampliação de sistemas-mundo, brincadeira, leitura e outros acessos à educação, à cultura e também à saúde mental. O encontro entre pares-crianças para escutar e reinventar narrativas promove uma experiência cidadã na medida em que se ensaia a partilha de espaços e de um comum e abre a possibilidade de um reposicionamento frente ao discurso hegemônico vigente. Fanny Abramovich (2001) remonta

as possibilidades das histórias como parte desses encontros quando nos diz que

As histórias têm como valor específico o desenvolvimento das ideias, e cada vez que elas são contadas acrescentam às crianças novos conhecimentos. O ouvir histórias pode estimular o desenhar, o musicar, o sair, o ficar, o pensar, o teatrar, o imaginar, o brincar, o ver o livro, o escrever, o querer ouvir de novo (a mesma história ou outra). Afinal, tudo pode nascer dum texto! (ABRAMOVICH, 2001, p. 23).

Rima, poesia, história, príncipes que são sensíveis, dragões que defendem suas amigas, crianças-personagens que pedem ajuda aos vizinhos quando percebem que os pais se desentendem, crianças-personagens assustadas à noite quando é escuro ou com outras angústias em tramitação, a quem Emicida (2020) lembra que o medo “só vira problema, se ao contrário de um poema, em vez de nos fazer voar, nos prende com algemas”. ◀

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. 5 ed. São Paulo: Scipione, 2001
- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Original em 2003.
- EMICIDA. **E foi assim que eu e a escuridão ficamos amigas**. Ilustrações: Aldo Fabrini. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2020.
- FREUD, Sigmund. O poeta e o fantasiar. In: FREUD, Sigmund. **Arte, literatura e os artistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 53-66. Original em 1908.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. WMF Martins Fontes, 2019. Original em 1994.
- LACAN, Jacques (1986). **O Seminário**: livro 1. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. Original em 1953-1954.
- NOGUEIRA, Renato. O poder da infância: espiritualidade e política em afroperspectiva. **Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 1, pp. 127-142, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/momento/article/view/8806>>. Acesso em: 16 abril 2021. <https://doi.org/10.14295/momento.v28i1.8806>.
- OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; ROCHA, Késia dos Anjos. Sobre cafundós, confins e fronteiras: contações de histórias sobre diversidade sexual. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 94-104, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100094&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 maio 2021. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p094>.



Prematuridade: orientar para cuidar – experiências em tempo de pandemia

Sabrina Pinheiro Tsopanoglou: Fisioterapia – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); e-mail sabrina.pinheiro@ufvjm.edu.br
Acadêmicas de Fisioterapia – UFVJM: Adriana Silva Pereira, Bárbara de Paula Dupim, Fernanda Miranda Castro, Sara Gabrielle Souza, Magna Fernanda Pinto
Acadêmica de Enfermagem – UFVJM: Júlia Gomes de Melo Almeida

Introdução

Recém-nascidos prematuros (RNPT), por definição, são aqueles nascidos antes de 37 semanas completas de gestação. Há vários fatores de risco para prematuridade, como: gravidez múltipla, tabagismo, uso de drogas, intervalo entre gestações menores do que 18 meses, além de complicações da gravidez que exigem antecipar o parto (BRASIL. Una-Sus, 2020).

O nascimento prematuro soma cerca de 15 milhões de neonatos anualmente no mundo (SILVA, R.M.M *et al.*, 2020), sendo considerado um problema de saúde pública, visto que é fator de risco para morbimortalidade infantil, representando a principal causa de mortalidade em crianças de até 5 anos (SILVA, R.M.M *et al.*, 2020; BRASIL. Una-Sus, 2020).

O acesso às práticas de saúde e a continuidade dos cuidados após a internação hospitalar tornam-se fundamentais, visto que crianças prematuras requerem cuidados individuais e singulares pelas vulnerabilidades e necessidades de atenção contínua para garantir saúde e desenvolvimento adequados. Dessa forma, os cuidadores parentais demandam preparo e apoio para exercer esses cuidados, sendo a atuação dos profissionais de saúde relevante para oferecer educação em saúde e orientar adequadamente estas famílias (SILVA, R.M.M *et al.*, 2020).

Estudos em relação ao apoio social que os pais dos RNPT recebem durante a transição da unidade de terapia intensiva neonatal (UTIN) para o domicílio revelaram que esses pais apresentam várias preocupações e necessitam de mais informações do que aquelas fornecidas pelos profissionais de saúde na UTIN (KIM, H. N, 2018).

Nesse período de pandemia, em que devemos permanecer em isolamento social, uma alternativa viável para se trabalhar a educação em saúde é através de vídeos educativos divulgados pelas mídias sociais (FIORATTI, L. *et al.*, 2020). Além disso, estudos revelam que materiais educativos enviados nestas mídias sociais potencializam as intervenções de saúde e o trabalho da equipe, pois, além de mediar de maneira lúdica o processo de empoderamento das famílias para a promoção de saúde, melhoram os cuidados, intensificam o desenvolvimento das crianças nascidas prematuras e, também, são ferramentas permanentes de cuidado, uma vez que podem ser consultadas

sempre que necessário (LEMO, R. A, 2020).

Diante do exposto, verificamos que o trabalho de educação em saúde, com orientações aos pais dos recém-nascidos prematuros, por meio de mídias digitais, é de suma importância. Dessa forma, os objetivos do presente projeto de extensão são: oferecer educação em saúde aos pais dos recém-nascidos prematuros, de maneira a proporcionar uma melhor qualidade de vida a essa população, prevenindo complicações ao longo da primeira infância; promover o conhecimento e vivência dos discentes sobre a temática prematuridade; promover aos discentes o trabalho interprofissional e interdisciplinar, além do contato com os pais dos recém-nascidos.

Fundamentação Teórico-Metodológica

O projeto de extensão, intitulado “Prematuridade: orientar para cuidar”, acontecia de forma presencial, com atividades realizadas na UTIN, unidade de cuidados intermediários (UCI) e casa da gestante, puérpera e bebê do HNSS, desde janeiro de 2019. No entanto, com a pandemia pela Covid-19, o projeto passou a ser realizado de forma remota, desde maio de 2020, sendo os dados apresentados referentes ao período de maio a novembro de 2020. São elegíveis para participar do projeto os pais dos recém-nascidos prematuros (neonatos nascidos com idade gestacional inferior a 37 semanas) nascidos no Hospital Nossa Senhora da Saúde (HNSS), em Diamantina, Minas Gerais. O projeto de extensão tem registro UO Proexc nº 316627.1753.322514.13112018.

A ferramenta estabelecida para a divulgação das atividades foi o WhatsApp, pois, baseado no estudo do Giordano, V. *et al.* (2015), esta mídia é uma ferramenta promissora de comunicação entre profissionais de saúde e o público em geral, além de servir como veículo para fornecer informações sobre cuidados de saúde aos profissionais ou à população em geral.

As intervenções realizadas de forma remota são

atividades de educação em saúde, com orientações aos pais dos RNPT referentes a diversos temas relevantes para a saúde e cuidados que devem ser tomados com esses bebês, como o vídeo “O papel e a atuação do fisioterapeuta no seguimento do prematuro” (Figura 1) e o folder com a temática “Seguimento do prematuro” (Figura 2). As orientações são realizadas através do envio, via WhatsApp, dos seguintes materiais: 12 vídeos de 3 minutos cada, produzidos no Powtoon, e 8 folders produzidos no Canva.

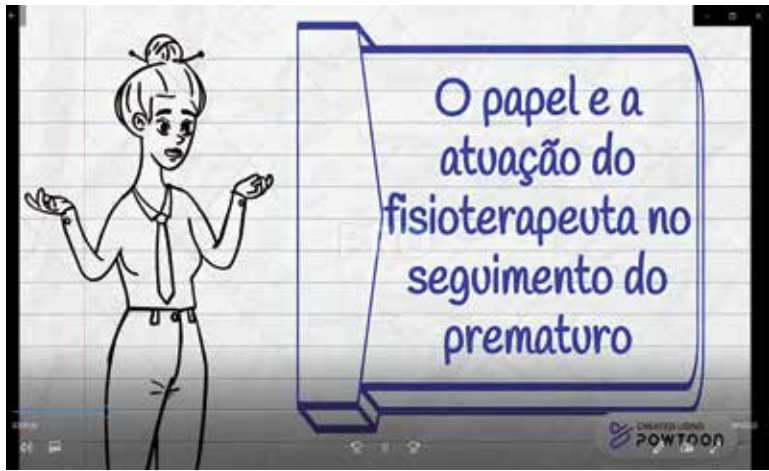


Figura 1 – Print do folder “O papel e a atuação do fisioterapeuta no seguimento do prematuro”

Fonte: Dos autores

A seleção dos pais elegíveis era realizada através de uma lista dos neonatos prematuros internados na UTIN do HNSS disponibilizada pela fisioterapeuta do hospital à coordenadora do projeto, contendo os contatos telefônicos dos pais. Para uma melhor logística do projeto e das intervenções, os pais eram divididos em grupos e a composição desses dependia do número de RNPT internados.

Os voluntários do projeto, sendo um total de 12, recebiam uma lista contendo identificação e o contato dos pais. Um voluntário realizava o primeiro contato, no qual era enviado um vídeo de apresentação do projeto, contendo os objetivos e a metodologia de execução de forma remota. Neste mesmo contato, os pais eram convidados a participar das intervenções, sendo que os mesmos tinham a liberdade de aceitar ou rejeitar o convite. Após o aceite, as atividades de educação em saúde eram enviadas duas vezes por semana.

No período de maio a novembro de 2020, as atividades aconteceram em três grupos, o primeiro grupo, contendo um total de 9 mães, teve início no dia 25 de maio de 2020, o segundo grupo, contendo um total de 7 mães, no dia 24 de julho de 2020, e o terceiro grupo, contendo um total de 7 mães, no dia 31 de agosto de 2020, totalizando em 11 semanas de intervenções, sendo enviado apenas um material por vez.

Desse modo, durante as semanas, a equipe de voluntários solicitava o *feedback* dos pais referente às atividades realizadas pelo projeto, no qual eles respondiam de forma qualitativa e descritiva, através de retorno pelo WhatsApp ou pela resposta de um formulário eletrônico (Google Forms - <https://forms.gle/Xt6Y2zXw8RFXym2t5>) enviado na última semana de atividades.

O formulário eletrônico continha 10 questões que envolviam perguntas quantitativas e qualitativas, as quais abrangiam os seguintes temas: idade da mãe/pai; questionamentos se a(o) mãe/pai achou benéficas as informações que receberam no

projeto; se achou viável fazer uso das redes sociais para receber as informações; se gostou de receber os materiais duas vezes por semana; se possuía conhecimento prévio sobre os temas abordados. Além disso, no formulário também foi questionado quanto ao nível de escolaridade da mãe/pai; nível socioeconômico da família, bem como sobre qual era o tipo de acesso à internet da mãe/pai. Por fim, a mãe/pai poderia dissertar sobre suas sugestões e críticas em relação ao projeto.

Resultados

Participaram das ações do projeto 23 pais. Destes, 13 responderam ao formulário eletrônico enviado no final das atividades. Com relação à opinião dos participantes quanto ao benefício das ações do projeto, 11 (84,6%) afirmaram ser benéfica, enquanto 2 (15,4%) afirmaram não serem benéficas as atividades.

Sobre a viabilidade do uso das redes sociais para transmitir as informações do projeto, 11 (84,6%) referiram ser viável, enquanto 2 (15,4%) referiram não ser viável o uso das redes sociais para receberem informações. A totalidade dos participantes que responderam ao formulário afirmaram gostar de receber os materiais educativos duas vezes na semana.

Observamos que a maioria dos pais que responderam ao formulário (61,5%) não possuíam conhecimento prévio sobre os temas abordados. Sobre o acesso à internet, foram obtidas apenas 4 (31%) respostas. Dessas 4 respostas, 3 (75%) participantes possuem acesso à internet banda larga (ou seja, wi-fi, no computador e notebook) e 1 (25%) participante possui acesso à internet apenas pelo celular.

O resultado qualitativo via WhatsApp foi expressivo e os pais mantiveram contato satisfatório durante o envio dos materiais, capaz de formar um vínculo entre os participantes e a equipe do projeto, como descrito:



Figura 2 – Folder explicativo sobre o Projeto Prematuridade: “Orientar para cuidar”

Fonte: Dos autores

“Eu achei muito ótimo as orientações para os nossos lindos e queridos bebês lhe agradeço muito mesmo pelas atitudes de vocês ótimo obrigado Boa Tarde”; “Vcs estão de parabéns, por essas iniciativas continuem assim, essas informações são muito valiosas e importantes...”; “O projeto é maravilhoso! Mas é uma pena que nem todas as pessoas têm acesso à internet!”; “Projeto muito importante, tira muitas dúvidas sobre o assunto, principalmente para nós que estamos vivendo essa situação, vcs estão de parabéns...” (RELATO DE PARTICIPANTE)

Nossos resultados são condizentes com o estudo de GACHAGO et al., 2013, no qual os autores relatam que as tecnologias emergentes oferecem oportunidades de aprendizagem personalizadas, sendo este aprendizado relatado pelos pais participantes do nosso projeto.

Com os resultados obtidos em resposta às ações do projeto, podemos observar a eficácia das ações realizadas de forma remota. De acordo com CARMICHAEL et al., 2019, a tecnologia de saúde móvel promete melhorar o atendimento dos profissionais de saúde da linha de frente, que prestam serviços de atenção primária relacionados à saúde, especialmente materno infantil, neonatal e nutricional.

Considerações finais

Considerando o contexto de saúde atual, a falta de informação relacionada à prematuridade é um dos fatores que mais geram insegurança nos pais, já que,



Figura 3 – Página do Instagram do Projeto Prematuridade: Orientação para cuidar, da UFVJM

Fonte: Dos autores

por muitas vezes, não contavam com o parto prematuro.

Em resposta às ações realizadas no nosso projeto, observamos que as atividades educativas com os pais de RNPT são extremamente importantes, visando a promoção da saúde do neonato, bem como o bem-estar geral da família e a prevenção de agravos.

Logo, pode-se observar que, durante o período remoto, o projeto conseguiu atingir todos os objetivos propostos, uma vez que auxiliou os pais nos cuidados com informações pertinentes ao dia a dia dos bebês.

Por fim, no intuito de expandir o conhecimento sobre a prematuridade e oferecer educação em saúde relacionada

à prematuridade para a população em geral, o projeto criou um Instagram - @orientacaoprematura (Figura 3) - onde são publicados vídeos e folders elaborados pelos voluntários e que são postados uma vez por semana. Em comemoração ao mês da prematuridade (novembro roxo), foram realizadas lives no Instagram do projeto sobre o cuidado ao prematuro, com discussões interprofissionais sobre o tema. ◀

Referências Bibliográficas

- BRASIL. **Una-Sus**. Confinamento pela pandemia de COVID-19 e diminuição acentuada da taxa de partos prematuros. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/especial/covid19/markdown/236>>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- CARMICHAEL, S. L. et al. Use of mobile technology by frontline health workers to promote reproductive, maternal, newborn and child health and nutrition: a cluster randomized controlled Trial in Bihar, India. **Journal of Health Global**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31788233/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- FIORATTI, L. et al. Estratégias para uma prática de telereabilitação segura e assertiva. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32798201/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- GACHAGO, D. et al. Towards a shared understanding of emerging technologies: Experiences in a collaborative research project in South Africa, **The African Journal of Information Systems** 5(3), Art. 4, 94–105, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250614340_Towards_a_Shared_Understanding_of_Emerging_Technologies_Experiences_in_a_Collaborative_Research_Project_in_South_Africa>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- GIORDANO, V. et al. WhatsApp messenger is useful and reproducible in the assessment of tibial plateau fractures: Inter- and intra-observer agreement study. **International Journal of Medical Informatics**, v. 84, n. 2, p. 141-148, 2015. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25468642/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- KIM, H. N. Social Support Provision: Perspective of Fathers with Preterm Infants. **Journal of Pediatric Nursing: Nursing Care of Children and Families**, v. 39, p. 44 – 48. 2018. Disponível em: <[https://www.pediatricnursing.org/article/S0882-5963\(17\)30316-0/pdf](https://www.pediatricnursing.org/article/S0882-5963(17)30316-0/pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- LEMO, R. A. Methodological strategies for the elaboration of educational material: focus on the promotion of preterm infants' development. **Ciênc. Saúde Coletiva**, vol. 25, n. 2. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000200505&lng=en&nrm=iso&tling=en>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- SILVA, R. M. M et al. Care opportunities for premature infants: home visits and telephone support. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, vol. 28, 01 junho de 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692020000100359>. Acesso em: 15 abr. 2021.



Reestruturando a ação de extensão no contexto de isolamento social¹²

Fabíola de Carvalho Leite Peres: Antropologia Social - UFRGS; e-mail: fabioladecarvalholeite@gmail.com
Marina Albugeri da Silva: História - UFRGS
Acadêmica de História: Danna Teodoro Ferreira
Acadêmica de Relações Internacionais: Isabella Martins Carpentieri

Introdução

Norteado pelo entendimento de que a política é a base para a vida em sociedade, especialmente no que representa para o desenvolvimento de um espírito de cidadania crítica, o Projeto Contraponto se situa no propósito de despertar o interesse em jovens

estudantes sobre os temas em pauta na política brasileira, além de complexificar o entendimento sobre a nossa sociedade e aproximar a universidade, através da formação política interdisciplinar, da Educação Básica. Concebemos, portanto, que a formação política se constitui em aporte substantivo

1. Artigo construído em colaboração com os integrantes: Bruno Fetter, Jenifer Ramos e Júlia Lima da Rosa.

2. Demais integrantes do Projeto de Extensão Contraponto: Debatendo política nas escolas: Artur Santana, Augusto Lopes, Eduardo Faustini, Leonardo Leite, Paola Crescencio, Rodrigo Brites, Taciana Barcellos e Thales Ramsés.

à tarefa de elaborar propostas coletivas de superação das suas contradições, sobretudo através do engajamento coletivo e da participação.

Assim como grande parte dos projetos de extensão, o Contraponto se viu, a partir da pandemia de Covid-19, inviabilizado de realizar suas principais ações. Conscientes de que o isolamento social e o contexto remoto trariam consigo o aprofundamento das desigualdades já existentes na sociedade brasileira, o projeto organizou e elaborou novas formas de atuação, de forma a atender a comunidade respeitando os protocolos de segurança e saúde. O artigo descreve o processo de reestruturação do Contraponto como Projeto de Extensão, partindo do pensamento teórico que serve de base ao projeto; passando pela construção de materiais a serem usados por professores e em eventos de divulgação científica; e chegando ao planejamento e a execução de ações para além do nosso público costumeiro em parceria com outros projetos da UFRGS e a organização do recolhimento de itens para a campanha do agasalho.

O Contraponto

O Contraponto foi criado enquanto Projeto de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) a partir da percepção de que havia, por parte dos brasileiros que participavam das manifestações políticas de 2013, a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre conceitos básicos da política. A despeito dessa demanda, um grupo de estudantes de graduação de Relações Internacionais e de Ciências Sociais da mesma Universidade (UFRGS) criou o Projeto no ano seguinte, em 2014. Na época, era observado um movimento de despolitização, fortalecido pela narrativa midiática e pela proliferação da desinformação. Com a visão de que o debate político estava radicalizado e, por vezes vazio de conteúdo, somado ao entendimento de que a politização da sociedade seria sustentada a partir da

juventude, o Projeto passou a aprofundar o debate sobre política nas escolas públicas de Porto Alegre.

Com seu objetivo primordial estruturado - debater política nas escolas -, o grupo passou a buscar capacitações e estruturou, coletivamente, um desenho de projeto a ser implementado em ciclos de oficinas nas escolas. De lá pra cá muita coisa foi modificada: hoje, os membros são graduandos, pós-graduandos e profissionais das relações internacionais, das ciências sociais, da antropologia, das políticas públicas, da medicina, da matemática, dentre outros campos do conhecimento. Tal pluralidade de visões enriquece a busca do projeto em tornar possível o debate democrático sobre política, problematizando a doxa, as notícias e opiniões veiculadas na grande mídia e nas redes sociais sobre política. Em busca da complexificação do ato de pensar e de uma maior consolidação da cidadania, o Contraponto tem como objetivo construir condições de diálogo e participação política, através de oficinas em escolas e outros espaços públicos de Porto Alegre.



Figuras 1 e 2 – Oficina do Contraponto em escolas

Fonte: Acervo do Contraponto

Nesses moldes, a implementação do projeto se dá no ambiente escolar. Para isso, o primeiro passo requer a criação de um vínculo com a escola, estabelecido a partir do contato com a direção da instituição, visando a compreensão do seu contexto e das suas situações-problema. Em seguida, em reunião com os professores, apresentamos o projeto, a fim de estabelecer uma relação de confiança para com esses importantes atores do ambiente educacional. Diante da entrega e da disponibilização de espaço/carga horária por parte das escolas e dos educadores, agendamos a implementação do nosso Ciclo Básico de Oficinas em turmas de Ensino Médio. O Ciclo Básico de Oficinas conta com quatro encontros, cada um deles possuindo uma dinâmica própria, com a intenção de estimular o debate acerca de temas como cidadania, democracia, instituições e participação política. Ao longo de quatro semanas discutimos com os alunos questões como “O que é política?”, “Quem faz política?”, “O que é política institucional?” e “Como se engajar?”, respectivamente, do primeiro ao quarto encontro.

Procuramos conhecer, de forma mais profunda, as percepções dos estudantes sobre si mesmos, sobre a escola e sobre a sociedade. Por isso, quando entramos em sala de aula, buscamos incentivar os jovens a compartilharem suas opiniões e experiências, a fim de que eles sejam os sujeitos do próprio conhecimento. Com base nos pressupostos da pedagogia de Paulo Freire, acreditamos que a construção de conhecimento só é possível por meio de trocas com o outro e com o mundo. Após a realização das oficinas, é realizada a sistematização dos conteúdos nelas trabalhados, na tentativa de auxiliar professores e direção no desenvolvimento de seus projetos pedagógicos.

Desde o final de 2018, o Projeto beneficiou seis escolas, 28 turmas e cerca de 420 alunos. Em 2019, houve o reconhecimento da eficácia do Projeto por parte da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, incentivando a ampliação de sua implementação na Escola Técnica Ernesto Dornelles, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos

e na Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Thereza. Diante do sucesso dos primeiros anos do projeto, a expectativa entre os membros era de que haveria a continuidade de implementação das oficinas, nos mesmos moldes. No entanto, com o advento da pandemia de Covid-19, essa expectativa se alterou significativamente, conforme descrevemos na próxima sessão.

A pandemia e o ensino remoto emergencial

Em março de 2020, quando houve o registro do primeiro surto de coronavírus no Brasil, uma das primeiras medidas de isolamento social foi a interrupção das aulas presenciais em níveis básico e superior. Em diferentes temporalidades, sob diferentes condições e estruturas, escolas públicas e privadas viram-se obrigadas a criar e se adaptar a novas metodologias de ensino, sob caráter emergencial - posto que não houve tempo hábil para que essa adaptação ocorresse de forma planejada. Diferentemente do “ensino à distância”, que compreende experiências que são planejadas desde o início e projetadas para estar on-line, o “ensino remoto emergencial” diz respeito a uma mudança temporária de instrução para um modo de entrega alternativo devido a circunstâncias de crise” (HODGES *et al.*, 2020, p.6, tradução nossa). Segundo HODGES *et al.* (2020),

um projeto de desenvolvimento de um curso completo pode levar meses quando feito corretamente. A necessidade de “apenas colocá-lo online” está em contradição direta com o tempo e esforço normalmente dedicados ao desenvolvimento de um curso de qualidade. Cursos on-line criados desta forma não devem ser confundidos com soluções de longo prazo, mas aceitos como uma solução temporária para um problema imediato (HODGES *et al.*, 2020, p. 7, tradução nossa).

Tanto na rede pública quanto privada, as especificidades já existentes foram potencializadas no contexto da pandemia. Enquanto a mídia tradicional cria a imagem do “professor-herói”, que investe seus próprios recursos em

equipamentos digitais e é obrigado a se inserir, do dia para a noite, em um ambiente completamente novo, com dinâmicas totalmente diferenciadas do ensino presencial e cria vídeos, áudios, arquivos multimídia, além de realizar encontros síncronos, pesquisadores retratam a realidade da vida do professor na pandemia: gastos onerosos na criação de uma estrutura digital que deveria ser proporcionada pelo Estado (escolas públicas) e pelas mantenedoras (escolas privadas), dificuldade e desespero pela falta de uma qualificação sobre a inserção neste novo universo e jornadas duplas e triplas de um profissional que precisa planejar variadas formas de apresentar um mesmo conteúdo.

Enquanto Contraponto, também fomos atravessados (ou melhor, atropelados) pela pandemia. Além dos impactos individuais (emocionais, financeiros, escolares, familiares) na vida de cada integrante, fomos afastados repentinamente da nossa principal atividade-fim: criar espaços de diálogo sobre política nas escolas públicas. A partir do momento em que as aulas presenciais foram interrompidas, nossa maior ação - aquela através da qual baseamos nossa existência enquanto coletivo -, foi abruptamente abalada. Em março de 2020, quando ainda não tínhamos ideia da proporção que a pandemia tomaria, fomos, com cautela, planejando o primeiro semestre do ano, na esperança de que, dali em diante, as atividades presenciais nas escolas fossem retomadas. Ainda sem dimensão do processo problemático que as escolas públicas enfrentariam - e continuam enfrentando um ano depois - para a adaptação ao ERE (ensino remoto emergencial), vislumbramos, nas semanas seguintes, estabelecer o contato com as direções, coordenações pedagógicas e corpo docente das escolas nas quais já realizamos ações, para construirmos uma adaptação das nossas oficinas à nova conjuntura imposta.

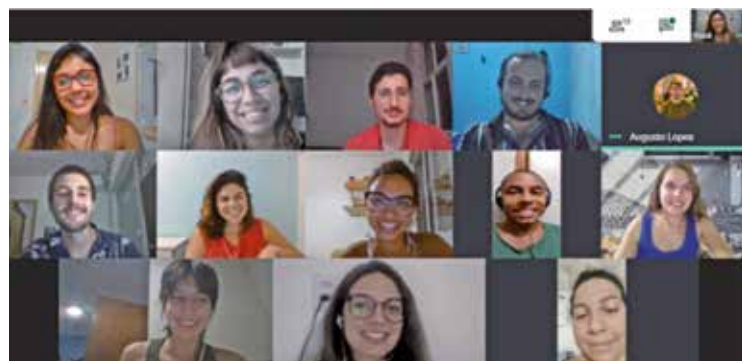
Sem sucesso neste contato, por dinâmicas complexas que entenderíamos mais adiante, nos vimos obrigados a nos reinventarmos

enquanto projeto. Isso incluiria repensar nosso desenho, instrumentos, canais e público-alvo. Após semanas de imersão em nossos propósitos, pensando nos referenciais teóricos que embasam nossas ações nas escolas em reuniões de até duas horas de duração, desenhamos estratégias de atuação voltadas para outros atores - antes não contemplados pelo projeto - que alicerçam o universo escolar. Atentamos para o fato de que, ainda mantendo nossos pilares norteadores, neste momento (e possivelmente para além dele), a melhor decisão seria ampliar nosso público-alvo e reestruturar nossa linha de ação. No que tange às ferramentas, erradicamos qualquer tipo de contato presencial e estruturamos remotamente duas frentes: uma voltada ao serviço social junto da comunidade escolar, outra voltada à produção de conhecimento e divulgação científica. O novo desenho do Contraponto teve início em março de 2020 e, até abril de 2021, viabilizou a transformação direta e indireta de diferentes comunidades da capital gaúcha, conforme veremos a seguir.

Reconstruindo estratégias e produzindo conhecimento

O primeiro passo do Contraponto, em 2020, foi olhar para sua estrutura interna, para, posteriormente, planejar ações coerentes com seus objetivos. A primeira iniciativa para essa análise interna, o “Grupo de Estudos”, ocorre quinzenalmente, de forma virtual, e tem como objetivo proporcionar momentos de discussão de uma temática (baseada na leitura de referenciais teóricos) sugerida por um ou mais integrantes do coletivo. Por meio do Grupo de Estudos foram lidas obras completas, capítulos e artigos acerca da política institucional, das técnicas de pedagogia e de temas sociais, como direitos humanos, racismo, feminismo, sexualidade e teoria *queer*. Além dos membros, alguns encontros contaram com a participação de convidadas especialistas e militantes nas áreas descritas.

Afora o Grupo de Estudos, que possui caráter de



Figuras 3 – Encontro de Grupo de Estudos

Fonte: Acervo do Contraponto

formação e de debate coletivo, o Contraponto, a partir de convite do Instituto Pichon Riviére, participou do projeto “Co-Visão”. Elaborados pelo Instituto, os oito encontros semanais, sob condução de Branca Regina Chedid e Felipe Silveira da Costa, se constituíram como um lugar de acolhimento e de análise das necessidades emocionais e afetivas eventualmente mobilizadas pelo conteúdo e situação do coletivo. A Co-Visão se constituiu em um espaço de produção de conhecimentos que se deu através da nossa inter-relação, contextualizada institucional e socialmente, buscando ampliar as possibilidades de leitura e consequentemente intervenções na realidade a partir de um processo horizontal que contou com as percepções, afecções e práticas de todos os envolvidos no processo. Em um ano turbulento, como 2020, a realização destes dois projetos, para além da reavaliação e ampliação do público-alvo do coletivo, foi de extrema importância do ponto de vista da saúde mental dos membros.

Campanha Agasalho Emergencial

Apesar do novo coronavírus não distinguir raça, gênero ou classe, as desigualdades da sociedade brasileira continuam vivas e se agigantaram

durante a pandemia. Em 2020, o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 proporcionado pelo Governo Federal não foi suficiente para proteger as famílias em situação de vulnerabilidade, principalmente no inverno de Porto Alegre. Nesse sentido, o Contraponto organizou a Campanha Agasalho Emergencial, que teve como objetivo promover a arrecadação e doação de agasalhos através de uma rede de empatia e solidariedade.

Diante das orientações da Organização Mundial da Saúde sobre isolamento e distanciamento social, o Contraponto estruturou a Campanha de forma a minimizar o contato direto entre os doadores, os coletores e os destinatários. Para isso, disponibilizamos um formulário on-line e, após o preenchimento das informações iniciais pelos doadores, membros do projeto realizaram a coleta com todos os cuidados recomendados pela Organização. As doações foram entregues para a Defesa Civil do Rio Grande do Sul e para a Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles, onde passaram por limpeza e triagem, a fim de evitar que a saúde dos destinatários finais fosse colocada em risco.



Figuras 4 – Doações da Campanha Agasalho Emergencial 2020 entregues na Escola Técnica Estadual Senador Ernesto Dornelles em Porto Alegre

Fonte: Acervo do Contraponto

Mini Guia: Eleições 2020

Diante da suspensão das atividades presenciais nas escolas, fomos obrigados a pensar em novos projetos para além da atuação em sala de aula presencial. O “Mini Guia: Eleições 2020” foi um desses projetos, o qual tratou da elaboração de um pequeno material didático sobre o processo eleitoral de 2020, contendo informações sobre as mudanças que ocorreram em virtude da pandemia, bem como uma breve introdução sobre a estrutura política do nosso país e das funções dos prefeitos e vereadores. O material também aborda tópicos como “Por que nós votamos?”, “Como funcionam as eleições?”, “Quais são os três poderes?”, além de um glossário eleitoral e sugestões de livros, vídeos e podcasts sobre o tema. O documento, em formato PDF, foi disponibilizado na internet e divulgado nas redes sociais do Projeto, em artigos e matérias jornalísticas e no contato direto com as escolas com as quais já possuímos relação. Os acessos ao Mini Guia extrapolaram as fronteiras do município de Porto Alegre e chegaram até o litoral norte, mais especificamente até a Escola Estadual de Ensino Médio Capão Novo, localizada em Capão da Canoa/RS.

Divulgação científica

A fim de disseminar nossas ações e estabelecer reflexões e diálogos mais amplos com a comunidade científica e com o grande público, publicamos uma série de artigos acadêmicos e jornalísticos e realizamos participações em transmissões de vídeo on-line (lives). O artigo inscrito no IV Congresso de Extensão Universitária da Asociación de Universidades Grupo Montevideo é um exemplo. Intitulado “Na contramão da extensão: projeto Contraponto pautando a educação política crítica na escola” (MARQUEZIN *et al.*, 2021), discutimos, nele, o conceito da extensão universitária, sustentando nossa ação como uma prática que perpassa o assistencialismo. Tais conceitos são tensionados quando entramos em um contexto em que toda a ajuda é bem-vinda, como o da pandemia. São nestes momentos que uma reflexão crítica nos permite abraçar o assistencialismo desde que entrelaçado ao objetivo maior da emancipação dos indivíduos e da construção da criticidade.

O projeto ainda publicou artigos de opinião no veículo de mídia alternativa Sul21 (FAUSTINI



Figuras 5 – Mini Guia: Eleições 2020

Fonte: Acervo do Contraponto

et al., 2020; BARCELLOS, RAMOS e DE CARVALHO, 2020) e concedeu entrevista ao Jornal da UFRGS (UFRGS, 2020) sobre a construção do Grupo Terapêutico para Professores em parceria com a Clínica de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da UFRGS. Para além disso, alguns membros, representando o Contraponto, participaram de transmissões de vídeo ao vivo (lives), como a realizada pela Câmara Municipal de Canoas (CANOAS, 2020), por meio da Escola do Legislativo, sobre mobilização política das juventudes; a elaborada em parceria com o Núcleo de Estudos de Educação, Cidadania e Política da UFRGS (NECPO, 2020), sobre saúde mental e docência em tempos de trabalho remoto e a realizada pelo coletivo Jóvenes Iberoamericanos (IBEROAMERICANOS, 2020), sobre participação política no Estado democrático. Buscamos, também, nos inserirmos no debate democrático e público das redes sociais, a partir da criação de conteúdos acerca de temáticas atuais em nossos perfis em mídias como Instagram³ e Facebook⁴.

Grupo terapêutico

Diante da realidade imposta pela pandemia, nos deparamos com a necessidade de ampliar nosso público de atuação, entendendo que o auxílio aos profissionais da educação, principalmente aos docentes da rede pública, se faz muito necessário frente às dificuldades apresentadas pelo ensino remoto. Experiências como a já citada participação na live “Saúde mental e docência em tempos de trabalho remoto”, realizada em parceria com o Núcleo de Estudos de Educação, Cidadania e Política da UFRGS (NECPO, 2020), foram enriquecedoras para compreender quais são os efeitos do isolamento social na docência, possibilitando

a construção, por parte do Contraponto, de ações voltadas para este público. Percebemos que, “do outro lado da tela”, encontramos professores sobrecarregados pelo acúmulo de tarefas profissionais, familiares e domésticas, além do descompromisso por parte dos órgãos governamentais de educação em relação a suas dificuldades técnicas e falta de preparo para se inserir ao trabalho remoto.

A partir do contato com a Clínica de Atendimento Psicológico do Instituto de Psicologia da UFRGS, formamos um projeto voltado à construção de um espaço virtual de acolhimento, trocas de experiências e alternativas para professores em contexto de ensino remoto, coordenado por dois psicólogos, Sandra Sulzbach e Gianluca Augusto de Oliveira, e uma estudante de psicologia, Rafaela Fabricio Klein. Iniciados em maio de 2020, os encontros semanais foram realizados pela plataforma Google Meet e, para além das questões políticas que cercam a estrutura escolar, o relato das professoras abarcou temas como aumento do trabalho doméstico no contexto de isolamento e a responsabilização pelo cuidado dos filhos, ressaltando a persistência da estrutura machista já existente, que se reforça em cenários como o atual.

A presença de conversas sobre questões emocionais e formas de lidar com elas atribuíram um caráter terapêutico ao grupo, compreendendo a individualidade das emoções e, ao mesmo tempo, o compartilhamento desses sentimentos pelos colegas de uma profissão que constantemente é desvalorizada e abandonada por parte dos órgãos públicos, sem perspectiva de auxílio e superação em relação ao caos causado pela Covid-19. Para ilustrar o impacto dessa ação, elencamos, de forma anônima, perante autorização, o relato de uma das professoras participantes sobre a experiência de integrar os encontros:

Perceber e ter contato com outras colegas que, mesmo distantes e até então desconhecidas, partilham as mesmas angústias, tem sido reconfortante. Dá para dimensionar melhor as nossas dores quando olhamos a dor do outro também. Estamos lidando

com os nossos medos e os medos de pais, alunos... Direção e colegas. Ufa! Posso dizer que o grupo – ainda mais agora que estou completamente sozinha em casa – tem sido um sopro de alegria e de esperança! (Professora participante, 2020).

O desenvolvimento e a execução do grupo terapêutico aprofundaram laços que o Contraponto já buscava construir com a comunidade escolar, entendendo a importância de ir além do momento da sala de aula, articulando com os diversos atores que constituem uma instituição de ensino. Em 2021, diante da permanência do ensino remoto e das dificuldades enfrentadas pelos(as) professores(as), decidimos, dando continuidade à parceria com o Instituto de Psicologia da UFRGS, realizar mais uma ação, desta vez voltada para a formação dos docentes. Sob o nome “Oficinas para Docentes no Enfrentamento à Pandemia”, a iniciativa está em andamento até o final do primeiro semestre de 2021.



Figuras 6 e 7 – Card de divulgação da ação formativa voltada aos professores e depoimento de participante, da esquerda para a direita, respectivamente

Fonte: Acervo do Contraponto

Conclusão

Acreditamos que dois elementos foram fundamentais para a reformulação bem-sucedida do projeto: a sensibilidade do grupo e a sua fundamentação

bem ancorada. A partir de uma condição externa excepcional, nos mantivemos sensíveis às demandas contextuais específicas à pandemia. Este aspecto foi essencial para que pudéssemos observar que, neste momento, outros problemas se sobrepunham, ou melhor, antecederiam o debate político com os estudantes em sala de aula. De imediato, quando constatamos o crescimento no cenário de frio e de fome, não hesitamos em alterar nossa linha de ação na criação de abordagens assistencialistas. Em paralelo - e ironicamente, a partir da consolidação do ensino remoto emergencial (e do nosso distanciamento físico da escola) -, atentamos para o fato de que existia um ator-chave na nossa aproximação com os jovens educandos: o professor, e que, neste cenário, o corpo docente de ensino público, que já convivía com adversidades, passou a travar mais uma batalha financeira, física e psicológica. Novamente, não pensamos duas vezes em ampliar nosso público-alvo.

Esse processo de reestruturação e de adoção de novas frentes de trabalho, voltadas para novos públicos-alvo, só se tornou possível a partir da condição sólida e bem definida de nossos fundamentos, valores, interesses e propósitos.

Afinal, como faríamos para nos adaptarmos a essa condição externa, que paralisou completamente nossas principais ações (já consolidadas e efetivas), sem nos desalinarmos de nossos propósitos? Para isso, tornou-se fundamental reasumirmos nossos valores

e analisarmos a estrutura interna do projeto, assim como as especificidades dos seus membros. Ao reafirmarmos nossos pilares quanto à democracia, à pluralidade, ao diálogo, à diversidade, à cidadania, à emancipação social e aos direitos humanos, não titubeamos em incorporar novas estratégias, instrumentos e públicos-alvo.

3. Instagram do Contraponto: https://www.instagram.com/contraponto_politicaescola

4. Facebook do Contraponto: <https://www.facebook.com/ContrapontoPoliticaNasEscolas>



Figura 8 – Diagrama de valores do Contraponto, construído coletivamente

Fonte: Acervo do Contraponto

Ao observarmos nossas ações neste último período, concluímos que a estruturação destas novas linhas de ação, assim como a referida ampliação de nossa abordagem, demonstrou que, quando os objetivos, os fundamentos e os propósitos estão consolidados, o desenho de atuação de um projeto pode ser alterado das mais diversas

formas e a transformação social continuará ocorrendo. Entendemos que a experiência do Contraponto pode ser utilizada como referência bem-sucedida de reformulação de projetos em contexto de pandemia, além de difundir e multiplicar iniciativas semelhantes, pontuais ou sistemáticas, em outros contextos. ◀

Referências Bibliográficas

BARCELLOS, Taciana; RAMOS, Jenifer; DE CARVALHO, Fabíola. **MiniGuia das Eleições 2020: uma ponte de diálogo**. Porto Alegre: Sul 21. 10 nov. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/11/miniguia-das-eleicoes-2020-uma-ponte-de-dialogo-por-taciana-barcellos-jenifer-ramos-e-fabiola-de-carvalho/>

CANOAS, Canal do Youtube da Câmara Municipal de. **Escola do Legislativo: Protagonismo das juventudes (LIVE)**. 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Bgbu0yTqF5M&t=472s>

FAUSTINI, Eduardo et al. **Projetos da UFRGS abordam questão da saúde mental das professoras frente ao trabalho remoto**. Porto Alegre: Sul 21. 18 dez. 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/12/projetos-da-ufrgs-abordam-questao-da-saude-mental-das-professoras-frente-ao-trabalho-remoto/>

HODGES, Charles et al. **The difference between emergency remote teaching and online learning**. Educause review. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning> Acesso em: 01 abr. 2021.

IBEROAMERICANOS, Canal Youtube Jóvenes. **Participação política no Estado democrático (LIVE)**. 25 out. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_RZvTloBR7A

MARQUEZIN, Eduardo et al. **Na contramão da extensão: projeto Contraponto pautando a educação política crítica na escola**. Chile: IV Congreso de Extensión Universitaria de AUGM. 2021, p.200-2015.

NECPO, Canal no Youtube. **Saúde mental e docência em tempos de trabalho remoto (LIVE)**. 30 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Oti6OVZf6ak&t=2234s>

UFRGS, Site da. **Projeto de Extensão presta atendimento a professoras da rede pública. Porto Alegre: site da UFRGS**. 06 jul. 2020. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/projeto-de-extensao-presta-atendimento-a-professoras-da-rede-publica?fbclid=IwAR000MNj5kRO3dVh8b2yJ6-EB1XJ3vOkxn4jRAb1w897GcW7StTN1zL4RiM%E2%80%A6>

Observatório do ensino remoto: atuação do LÁPIS – Laboratório de Alfabetização durante pandemia de Covid-19

Patrícia Camini: Faculdade de Educação – UFRGS; e-mail: pcamini1@gmail.com

Acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia: Alice Teixeira de Freitas, Kamila Petrikicz da Santos, Sofia Schander

Introdução

Este artigo é dedicado à divulgação da ação de extensão "Observatório do ensino remoto: quais são os saberes docentes para a alfabetização", desenvolvida entre os meses de julho e agosto de 2020 e organizada pelo Programa LÁPIS - Laboratório de Alfabetização, vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Desde 2018, o LÁPIS - Laboratório de Alfabetização atua como espaço de articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a construção de saberes especializados sobre a docência na alfabetização, buscando interlocuções entre a universidade e a educação básica. O LÁPIS realiza cursos de formação continuada, grupos de estudos, assessoria didático-pedagógica a redes de ensino, produções de recursos didáticos e publicações

em suas redes sociais, como compartilhamento de notícias sobre etapas das ações desenvolvidas, sugestões de literatura acadêmica, literatura infantil e recursos didáticos para a alfabetização.

Devido ao cenário mundial pandêmico, em que a população precisou se adaptar ao isolamento físico provocado pela Covid-19, o LÁPIS reorientou suas ações na direção de ampliar esforços sociais para responder ao principal problema enfrentado no campo da alfabetização naquele período: como professoras¹ poderiam seguir alfabetizando crianças sem a presencialidade? O panorama para responder a essa grande questão se mostrava desolador, principalmente para as professoras atuantes nas redes públicas de ensino. Acompanhando a rede de professoras alfabetizadoras parceiras das ações do LÁPIS, rapidamente percebemos que as práticas docentes ocorriam com raras orientações das redes públicas de ensino; as iniciativas eram muito diversas e partiam da mobilização de recursos próprios das docentes para oferecer alguma solução provisória para manter contato com suas turmas.

Logo nos primeiros meses da pandemia, a equipe do LÁPIS² delineou a proposta de um curso virtual aberto à comunidade como um convite a um observatório analítico das diferentes práticas que emergiram das ações das professoras em diferentes lugares do país. Nos primeiros dias do

mês de junho recebemos 900 inscrições. As vagas³ foram preenchidas por 61 professoras atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental e coordenadoras pedagógicas e por 09 estudantes de cursos de Licenciatura em Pedagogia, oriundas das cinco regiões brasileiras (Figura 1). Do total, 46 participantes integralizaram o curso e 16 se mantiveram vinculadas às aulas síncronas sem concluir as atividades assíncronas.

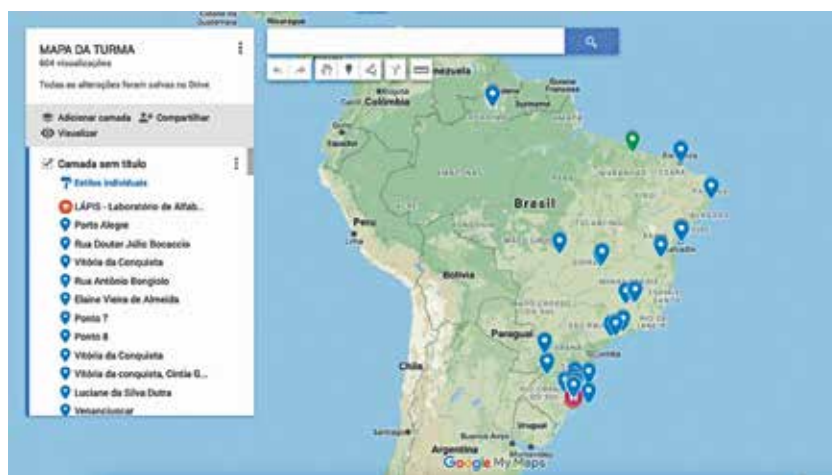


Figura 1 – Mapa de localização das participantes do curso

Fonte: acervo das autoras

Diálogos para sobreviver às escolas fechadas

A fim de propiciar reflexões e compartilhamento de saberes especializados da docência na alfabetização para o ensino remoto de crianças, o curso convidou docentes a analisarem limitações e possibilidades das práticas pedagógicas nesse formato de ensino. Totalizando a carga horária de 30 horas na modalidade a distância, o curso transcorreu a partir de quatro unidades temáticas, desenvolvidas em encontros síncronos. Após esses encontros, as discussões eram ampliadas em atividades assíncronas.

As quatro unidades temáticas foram pensadas a partir dos seguintes objetivos: 1) promover

3. Foram oferecidas 70 vagas. O número acompanhou a disponibilidade, à época, de participantes na plataforma MConf/UFRGS para encontros síncronos.

discussões sobre os saberes especializados da docência na alfabetização e como eles são acionados, ou não, em práticas pedagógicas promovidas para o ensino remoto de crianças; e 2) analisar possibilidades e limitações de práticas emergentes de ensino remoto que têm sido implementadas na alfabetização de crianças. Cada unidade foi construída a partir de um tema principal: 1) Ensino remoto: do que estamos falando; 2) A diversidade de saberes docentes e a alfabetização escolar; 3) Especificidades da alfabetização de conhecimento de conteúdos linguísticos; e 4) Saberes e criatividade emergentes da docência alfabetizadora em contexto de pandemia.

As aulas síncronas contaram com discussões organizadas pela professora Patrícia Camini, a partir dos tópicos de estudo de cada unidade estruturante do curso e com a participação de professoras alfabetizadoras convidadas, as quais compartilharam suas experiências de docência na alfabetização no contexto do ensino remoto. As convidadas foram escolhidas tendo como critério a diversidade de situações vivenciadas em redes públicas e privadas no Rio Grande do Sul, de forma que foi possível acompanhar relatos de práticas desenvolvidas sem acesso das famílias à internet, predominantemente organizadas pela entrega de atividades impressas, mas também de práticas desenvolvidas de forma síncrona, com acesso a variadas ferramentas digitais.

A partir da discussão proposta por Axel Rivas (2020), em "Pedagogía de la excepción: ¿cómo educar en la pandemia?", texto publicado logo nos primeiros meses da pandemia, analisou-se, com as cursistas, os elementos apontados pelo autor como provocadores da necessidade de uma nova ordem de transposições didáticas, devido ao desequilíbrio da velha conhecida gramática escolar vigente antes do isolamento social. A pedagogia da exceção, proposta por Rivas (2020), destaca a necessidade de: 1) recuperar os outros: conectar; 2) reclassificar o currículo e a didática: priorizar; 3) planejar com a desigualdade: multiplicar; 4) uma nova sequência: rotinizar; 5) criar

comunidade: refletir.

No diálogo com a comunidade de professoras cursistas foram analisadas práticas docentes desenvolvidas por elas e que se enquadraram nos quatro primeiros itens apontados por Rivas (2020), em sua pedagogia da exceção, de modo que foram narradas e analisadas variadas formas de "busca ativa" de alunos para que mantivessem vínculo com a escola, de revisão do currículo em direção a uma versão do que seria prioritário desenvolver ao longo do ensino remoto, de planejar utilizando ferramentas digitais e de criar rotinas que organizassem o fluxo de contato com as famílias. A oportunidade oferecida pelo curso foi compreendida como um movimento na direção do último ponto destacado por Rivas (2020), que trata da necessidade de atribuir sentidos, problematizar e buscar soluções para os modos como se está recriando as escolas no espaço virtual.

O curso também propôs o diálogo com a obra de Maurice Tardif (2014), a partir do estudo do texto "Os professores diante do saber: esboço de uma problemática do saber docente". A partir desse diálogo, procurou-se refletir sobre que saberes docentes as professoras percebiam como em transformação durante as necessidades emergentes no ensino remoto, quais eram mais demandados ou pouco demandados nas situações vivenciadas em seus territórios de atuação.

No campo dos estudos sobre alfabetização, compreendeu-se como essencial aliar a necessidade de manter as crianças em contato com práticas de usos sociais da leitura e escrita no contexto doméstico, bem como seguir aprendendo as propriedades do sistema de escrita alfabética e as correspondências grafofônicas, em diálogo com estudos de Magda Soares (2016), Artur Gomes de Moraes (2019), Alina Spinillo (2013), Luciana Piccoli e Patrícia Camini (2012).

Ao estudar esses referenciais nos módulos finais do curso, as professoras também foram

1. Neste texto, optamos por referir a professoras e professores utilizando o feminino, pois o magistério na alfabetização é exercido predominantemente por mulheres.

2. O Programa é coordenado pela Profa. Dra. Patrícia Camini, e a equipe atuante no curso apresentado neste trabalho também foi composta pelas graduandas do curso de Licenciatura em Pedagogia Alice Teixeira de Freitas e Kamila Petrikicz dos Santos, pela egressa Luiza Konzen Rodeski e pelas professoras dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental Carla Borges Costa da Silva, Driele Severo, Jaqueline Machado, Jéssica Nagel, Lorena Teixeira Gomes, Priscila Garcia da Silva Wallauer, Vitória Noer.

convidadas a experimentar ferramentas digitais⁴ compartilhadas por convidadas e criar propostas de alfabetização viáveis em seus contextos de trabalho. Alguns desses trabalhos produzidos pelas professoras foram selecionados e analisados no último encontro síncrono do curso (Figura 2), aliados à discussão de perspectivas para a escola pós-pandemia apontadas por Antonio Nóvoa e Yara Alvim (2020). Para esses autores (id., ibid.), seria fundamental que as sociedades buscassem investir na autonomia docente para que se criem, de forma colaborativa, ambientes educativos que favoreçam a participação dos alunos, a cooperação, a diferenciação pedagógica e a construção de currículos integrados e multitemáticos, por exemplo.



Figura 2 – Imagem de exposição de recurso didático digital durante aula síncrona do curso

Fonte: Ana Lúcia Wurfel

Resultados e discussões

Reunidas por ferramentas virtuais, professoras de diferentes cidades e regiões brasileiras, que provavelmente não se encontrariam presencialmente, puderam compartilhar estratégias para recriar

4. Algumas das ferramentas digitais experimentadas foram Google Jamboard, Google Slides, Google Forms, Canva, Inshot, Loom, Wordwall, Quizlet, Kahoot, Padlet e Bitmoji.

suas práticas docentes, mas também compartilharam suas legítimas angústias⁵; angústias provocadas pelas muitas incertezas, mudanças de rotinas, ampliação e sobrecarga da jornada de trabalho docente e falta de responsabilização do poder público para que a educação pública seguisse ocorrendo, agravadas pelo cenário de preocupações com mortes e adoecimentos pela Covid-19 (Figura 3).



Figura 3 – Imagem de aula síncrona do curso
Fonte: acervo das autoras

Na análise de relatos das participantes, percebeu-se que o curso oportunizou espaço para reflexão em rede para enfrentamento dos desafios da alfabetização durante o ensino remoto, o que promoveu a problematização de práticas, compartilhamento de referenciais do curso, como subsídios para redes de ensino, ampliação do repertório de possibilidades e ferramentas digitais para o trabalho remoto, bem como partilha e contraste de práticas desenvolvidas em diferentes contextos sociais no país.

5. Uma das propostas promovidas no curso foi a criação colaborativa de um vocabulário pedagógico da alfabetização em contexto de pandemia. Entre os conceitos selecionados pelo grupo, misturaram-se palavras que evocam experiências em ambientes digitais, como live, nuvem, podcast, qr code e recursos didáticos digitais, a palavras que evocam as experiências dos sujeitos ao tentar lidar com as emoções e com o vocabulário que se popularizou com as notícias sobre a pandemia, representadas por palavras como distanciamento social, empatia, incerteza, máscara, saudade, transmissão comunitária, vírus.

O curso foi muito bem avaliado pelas participantes, que destacaram a importância do espaço de reflexão coletiva oferecido pela universidade e de compartilhamento de experiências entre redes de ensino. Para Arroyo e Rocha (2010, p. 138), "[...] os programas de extensão devem buscar desconstruir o restrito aspecto assistencialista e devem estar associados a iniciativas que promovam debates acerca das questões mais melindrosas, mais difíceis da organização de nossa sociedade". Concordando com as autoras, a equipe do LÁPIS - Laboratório de Alfabetização avaliou os resultados do curso positivamente, destacando: 1) o objetivo principal alcançado, evidenciado pela repercussão do curso nas práticas das professoras e de suas escolas via compartilhamentos realizados on-line; 2) a ampliação das redes de interações do Programa LÁPIS a partir da experiência nesse primeiro curso EaD; 3) a criação coletiva de estratégias pedagógicas viáveis e com qualidade para a alfabetização em ensino remoto em contextos específicos; 4) a problematização de estratégias pedagógicas inadequadas para alfabetização em ensino remoto; e 5) a importância da sistematização do conhecimento produzido nesta experiência para divulgação.

Da iniciativa de promoção do curso derivou a ampliação de diálogos com outras universidades. No mês de julho, a UFRGS passou a integrar a pesquisa interinstitucional "Recepção da PNA e do ensino remoto junto a professores/as da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental"⁶, por meio da participação da professora Patrícia Camini. A pesquisa é desenvolvida por pesquisadoras de 29 universidades federais e coordenada pela professora Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, da Universidade Federal de São João del-Rei. A equipe do LÁPIS - Laboratório de Alfabetização mobilizou as cursistas para participação na primeira etapa

6. Notícia disponível no link: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/ufrgs-integra-pesquisa-nacional-que-estuda-ensino-remoto-e-pna-durante-a-pandemia/> Acesso em: 30 de maio de 2021.

da pesquisa, via preenchimento de formulário on-line, e posteriormente para a segunda etapa da pesquisa, de caráter local, mobilizando professoras da rede municipal de ensino de Porto Alegre.

No mês de outubro, participamos da abertura do curso de extensão "Alfabetização em tempos de pandemia: desafios e possibilidades", desenvolvido na Universidade Federal de Rio Grande (FURG) e coordenado pelas professoras Caroline Braga Michel e Patrícia Ignácio. Na ocasião, dialogamos com as cursistas e com as professoras acerca da experiência desenvolvida no nosso curso, contando, também, com a participação da professora Gabriela Nogueira (FURG).

A experiência desenvolvida no curso também teve impacto no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRGS e no Programa Residência Pedagógica - subprojeto Pedagogia -, com a participação de professoras cursistas em disciplinas, reuniões e rodas de conversa para dialogar sobre as possibilidades e limites da docência alfabetizadora no ensino remoto. Como exemplo, citamos a disciplina EDU02139 - Anos Iniciais: as práticas e seus sujeitos -, que, na impossibilidade de oferecer a realização de prática docente presencial, no primeiro semestre de ensino remoto na UFRGS, passou a oportunizar, às alunas, entrevista e observação de aula síncrona de professoras que foram cursistas na ação promovida pelo LÁPIS - Laboratório de Alfabetização. Dessa forma, foi possível estabelecer uma rede de contatos que tornou viável a aproximação das licenciandas dos problemas reais vivenciados nas escolas públicas durante a pandemia, aprofundando os estudos realizados na disciplina.

Em 2021, a experiência do curso "Observatório do ensino remoto: quais são os saberes docentes para a alfabetização?" e suas articulações com as ações de pesquisa e ensino também foram compartilhadas em formação ministrada em parceria com o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),

para professoras da rede municipal de ensino de Belo Horizonte⁷. Articulações como essa vêm demonstrando a importância da atuação das universidades em rede com as escolas no país para enfrentar e refletir sobre os muitos desafios que o ensino remoto vem impondo à sociedade.

Considerações finais

Nessas experiências acumuladas, a equipe do LÁPIS - Laboratório de Alfabetização testemunhou o trabalho incansável das professoras alfabetizadoras brasileiras na busca por alternativas para evitar a evasão escolar e seguir desempenhando o seu trabalho. Mesmo quando foram deixadas sem alternativas viabilizadas de forma nacional, muitas professoras compraram, com seus próprios recursos, equipamentos tecnológicos, mobiliário novo para trabalhar em casa, ampliaram pacote de dados de internet e passaram a pagar mensalidades de aplicativos para ter acesso a ferramentas digitais

que melhorassem a qualidade do trabalho remoto. Constitucionalmente, o poder público é quem tem o dever de se mobilizar para garantir o direito à educação de nossas crianças durante a pandemia. Seguiremos trabalhando na articulação entre universidade e escolas, esperando que sejam revertidos os muitos indícios que acompanhamos de agravamento da precarização de condições para desempenho do trabalho docente.

Embora tenhamos destacado alguns impactos visíveis da atuação do LÁPIS - Laboratório de Alfabetização durante a pandemia, há efeitos que não podemos estimar, pois cada professora cursista pode atuar na amplificação das discussões realizadas no curso ao transitar entre relações que abrangem diferentes comunidades escolares. Em 2021, o LÁPIS - Laboratório de Alfabetização oferecerá a 2ª edição do curso "Observatório do ensino remoto: quais são os saberes docentes para a alfabetização?", seguindo com sua atuação na promoção do desenvolvimento profissional docente de licenciandas, professoras e gestoras da Educação Básica, de forma articulada à formação para cidadania. ◀

7. A formação ocorreu em 28 de maio de 2021 e contava com mais de 14 mil visualizações até o dia 31 de maio do mesmo ano.

Referências Bibliográficas

- ARROYO, Daniela Munerato Piccolo; ROCHA, Maria Sílvia Pinto De Moura Librandi. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 2, p. 135-161, jul. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/KTgP6wrJ6QDbJZyBNpsxYJd/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 maio de 2021.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Consciência fonológica na educação infantil e no ciclo de alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- NÓVOA, Antonio; ALVIM, Yara. Nothing is new, but everything has changed: a viewpoint on the future school. **Prospects**, n. 49, p. 35-41, jul. 2020. Disponível em: https://link.springer.com/epdf/10.1007/s11125-020-09487-w?sharing_token=7XrHg9WB-0dG789DP5_vEPe4RwlQNchNByi7wbcMAY7NBxR4cRB3B_MXessdKgcsNtWn-ZDvJHgPQ5qolhGtMWDKS6NBi4B_xpMq1lgam8qNNxPXM4oBTigbKBhQs3Szkga4D_kqTDa_DpBGPkgxQtjE8RP9T4eCT40etVVbpFA%3D Acesso em: 30 maio de 2021.
- PICCOLI, Luciana; CAMINI, Patrícia. **Práticas pedagógicas em alfabetização**: espaço, tempo e corporeidade. Erechim-RS: Edelbra, 2012.
- RIVAS, Axel. **Pedagogía de la excepción**: cómo educar em la pandemia? Buenos Aires: Universidad de San Andrés (UDESA), 2020. [Documento de trabalho]. Disponível em: https://www.udesa.edu.ar/sites/default/files/rivas-educar_en_tiempos_de_pandemia.pdf Acesso em: 20 maio 2021.
- SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.
- SPINILLO, Alina. Alfabetização e consciência metalinguística: da leitura da palavra à leitura do texto. In: MALUF, Maria Regina; CARDOSO-MARTINS, Cláudia (Orgs.). **Alfabetização no século XXI**: como se aprende a ler e a escrever. Porto Alegre: Penso, 2013. P. 138-154.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17a ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

Podcast “A Ideia Inspirada”: potencialidades de ferramenta digital de áudio como extensão universitária no contexto da Covid-19

Valéria Goes Ferreira Pinheiro: Medicina - Universidade Federal do Ceará (UFC); e-mail: valeriagoes4223@gmail.com
Acadêmicos de Medicina: Ana Letícia Farias Barroso, Carlos Victor Brasileiro Barbosa Guimarães, Deborah Giovanna Santana Rabelo, Igor Albuquerque Nogueira, Sophia de Oliveira Martins.

Introdução

No atual contexto de pandemia, atividades presenciais foram suspensas, com o intuito de mitigar a disseminação do vírus Sars-CoV-2. Para a extensão universitária ficar

em consonância com as realidades globais, sobreveio a necessidade de inovar e criar atividades utilizando novas tecnologias.

Em meio a esse novo desafio, a Liga do

Pulmão e Medicina Intensiva da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) concebeu o podcast “A Ideia Inspirada” como ferramenta de comunicação, visando contribuir, mesmo que de forma remota, na disseminação de conhecimento médico de maneira compreensível e democrática para a população.

O papel da extensão universitária no atual cenário da pandemia

A extensão universitária na medicina é considerada um alicerce fundamental e essencial em projetos acadêmicos, pois é através dela que podemos dar nossa contribuição à sociedade e disseminar o conhecimento adquirido em nossas vivências para além dos muros das universidades, adequando-o às realidades e necessidades sociais. Entretanto, devido ao início do cenário pandêmico da Covid-19 no Brasil, desde março de 2020, a maioria das atividades de extensão, até então realizadas presencialmente, precisou ser paralisada por respeito às medidas de segurança sugeridas.

Nesse contexto nasceu a necessidade da realização de atividades remotas que pudessem parcialmente suprir essa ausência transitória das extensões tradicionais e, ainda assim, divulgar conhecimento com embasamento científico para a população. Os programas virtuais mais utilizados atualmente para compartilhamento de conteúdo (tais quais o YouTube por meio de vídeos adicionados na sua plataforma ou o Spotify, por meio de

podcasts¹⁾ possuem um enorme alcance e são facilmente acessíveis à maior parte das pessoas, seja por meio de conexões via computadores ou mesmo celulares (smartphones).

Como o intuito principal de uma extensão universitária deve ser sempre agregar algum valor à sociedade, percebemos que, através dessas plataformas virtuais, poderíamos alcançar um número maior de pessoas, levando um conteúdo gratuito e de qualidade ligado à área da saúde aos mais diversos locais do país (necessitando apenas ter acesso à internet). Somado a isso, e não menos importante, sem haver necessidade de se expor ao risco de transmissão do SARS-CoV-2, que ocorreria em um evento presencial. Portanto, seria possível, desse modo, continuar exercitando nosso compromisso social intrínseco a todo projeto de extensão, mesmo em tempos de limitações e dificuldades, como o que estamos passando atualmente durante a pandemia de Covid-19 (Figura 1).



Figura 1 – Integrantes do projeto podcast “A Ideia Inspirada” durante gravação de um dos episódios

Fonte: Projeto podcast “A Ideia Inspirada”

1. Um podcast é um programa de rádio gravado e que o ouvinte pode escutar quando quiser. Além disso, para ouvi-lo você não precisa sintonizar uma emissora: basta acessar um serviço de *streaming*, um site específico ou fazer o download do arquivo digital.

Podcast, como surgiu essa ideia?

No contexto de pandemia, devido ao isolamento social, verificou-se um aumento no uso de redes sociais, que tiveram importância crescente no compartilhamento de informações úteis a respeito das formas de prevenção de Covid-19 (XAVIER *et al.*, 2020).

Atuando nesse contexto, a Liga do Pulmão e Medicina Intensiva (LPMI) enfrentou severo impedimento no que diz respeito à atuação no braço da extensão do tripé acadêmico devido à impossibilidade de realizar atividades de forma presencial desde março de 2020, a dificuldade de implementar medidas de proteção individual para o público-alvo das extensões sem onerar financeiramente a LPMI, a incerteza de fazer atividades usando plataformas de reuniões à distância (“Zoom”, “Google Meet”, por exemplo) sem saber da capacidade de conexão de internet do público-alvo dos projetos de extensão vigentes e a crescente insegurança dos membros da LPMI em pôr em prática novos projetos, haja vista o crescimento do número de óbitos e casos de Covid-19, cenário que trazia grande apreensão para os estudantes, impedindo-os de ter perspectiva e projeção de novas ideias para a extensão da Liga.

Dessa forma, buscando agregar um valor à sociedade de forma segura, clara, ampla e assertiva, foi criado o podcast “A Ideia Inspirada”, que, primeiramente, deveria atuar no compartilhamento de informações sobre Covid-19 para o público leigo, mas teve seu conceito ampliado para permitir a promoção de informações acerca de assuntos de Medicina Intensiva e Pneumologia, que são os principais temas estudados e pesquisados na LPMI, tanto para o público leigo quanto para o público médico. Assim, através do uso de redes sociais e plataformas à distância, conseguimos gerar um projeto de extensão barato, prático, seguro (haja vista que as gravações são feitas em

plataformas de reunião on-line) e de grande acesso.

Por que um podcast?

Podcasts na área da saúde não são ideias novas. Por meio do upload de conteúdos audíveis, é possível compartilhar conteúdo curto, com linguagem simplificada, de grande acessibilidade e com possibilidade de retorno do público ao fornecedor do conteúdo (através de e-mail, ou, em nosso caso, de simples mensagem em nossa conta na rede social “Instagram”). Ao utilizar essa ferramenta, é muito importante que se garanta a acurácia e precisão das informações, o que é obtido pelo fato de a elaboração do conteúdo e a condução do diálogo ser feita sob supervisão de especialista. Além disso, por ter linguagem adaptável e ter como proposta resumir um assunto ao ouvinte, possibilita retenção eficaz do conhecimento, ideal para posteriores revisões.

Dessa forma, verifica-se que o uso de podcasts na Medicina traz, ainda, enorme potencial para o desenvolvimento da educação médica, que foge cada vez mais do chamado “método tradicional” de ensino, buscando alternativas em métodos de aprendizado ativo (BOULOS *et al.*, 2006). O formato apresenta grande potencial na Universidade Federal do Ceará, com o surgimento recente de podcasts de diversas áreas do conhecimento (A ONDA, 2021). O podcast apresenta, ainda, como ferramenta educativa, outras potencialidades, a saber: a clareza e objetividade na transmissão da informação, a possibilidade de captar a atenção para a informação transmitida, e de se poder repetir a audição desta, uma vez que se sabe que a repetição auxilia a memorização. Ademais, a tecnologia descontraída e inovadora motiva a receptividade do público-alvo, desobrigando o aprendizado de ser uma tarefa cansativa e monótona (OLIVEIRA *et al.*, 2020).

Outrossim, as plataformas de publicação dos

episódios (Spotify e Youtube), devido à grande acessibilidade, permitem a exposição do raciocínio clínico nacional a ouvintes de todo o mundo, de forma gratuita, o que aumenta a democratização da informação médica, impactando, assim, na garantia à saúde de populações carentes, onde, por vezes, não há acesso à informação e formação médica de qualidade (BERK *et al.*, 2020). A enorme acessibilidade do conteúdo permite, também, o contato da LPMI com outros públicos, abrindo portas para inúmeras oportunidades, não somente em extensão, mas, também, em ensino e pesquisa. Vale lembrar que o uso das ferramentas de publicação de podcasts também permite uma mensuração e análise do padrão de ouvintes e da quantidade de downloads, o que possibilita a produção de artigos científicos sobre o tema, fomentando atividades de pesquisa para a Liga.

Não somente os resultados e o alcance do conteúdo postado favorecem a plataforma podcast. Os custos também são extremamente favoráveis ao uso dessa metodologia para ensino e extensão. Apesar de depender da quantidade de infraestrutura utilizada nas gravações e na edição, consegue-se bons resultados tanto na produção do episódio quanto na publicação e promoção do episódio de forma gratuita, sem depender de muito tempo da equipe responsável, utilizando gravação em plataformas de reunião on-line, edição em softwares gratuitos (que requerem pouca capacitação para sua utilização efetiva em edição de áudio) e publicação em plataformas nas quais o upload (inserção do episódio na plataforma) faz-se de forma gratuita.

O potencial do formato abordado na educação médica ainda é subestimado (WILSON *et al.*, 2009). À medida que há crescimento do podcast, forma-se público ouvinte, permitindo episódios mais interativos e, conseqüentemente, mais efetivos no compartilhamento de informações úteis ao público-alvo. Assim, “A Ideia Inspirada” segue na busca dos objetivos supracitados, impactando a população com informações

acessíveis e discussões intrigantes sobre Pneumologia e Medicina Intensiva.

Objetivos

O projeto apresenta como objetivo geral ampliar a disseminação de conteúdo sobre temas de Pneumologia e Medicina Intensiva com embasamento científico para a população, inserido no contexto de extensão universitária, e de contribuir para a educação médica dos discentes envolvidos no projeto. Quanto aos objetivos específicos, tem-se a democratização do acesso a material educativo e o aperfeiçoamento de aptidões e habilidades de comunicação de professores e alunos.

Metodologia

A metodologia da produção de conteúdos digitais no formato de podcast perpassa diversas etapas, desde a concepção e roteirização do conteúdo, a comunicação com o especialista convidado, até a locução, edição e veiculação on-line do arquivo de áudio.

O ponto de partida para a execução do projeto em questão foi uma reunião on-line, estando presentes cinco estudantes. Foi eleito o aluno idealizador do projeto como representante da comissão, estando a cargo deste confeccionar e dividir entre os membros o calendário mensal de atividades, designar as pessoas responsáveis por produzir o roteiro e elaborar as gravações com rodízio dos membros da Liga e estipular prazos de entrega de tais atribuições. Ao bolsista ficou decidido que caberia intermediar relações entre a Liga e a Pró-reitoria de Extensão, realizar relatório anual do projeto e apresentar um trabalho nos Encontros Universitários.

Para definir a metodologia do projeto, primeiramente foi delimitado o público-alvo para o qual a plataforma seria voltada, os objetivos a serem atingidos e como iríamos mensurar o alcance de tais metas. Além disso, foram adquiridos

equipamentos de gravação, como microfone e gravador portátil, bem como ficaram disponíveis dispositivos móveis (aparelhos celulares e notebooks dos próprios membros). Ficou definido o custo fixo de US\$ 9,99 (nove dólares e noventa e nove cents) por mês para publicação do conteúdo no Spotify, de forma que se obtenha o acesso grátis.

Foi elaborado calendário segundo o qual os programas seriam gravados uma vez por mês, considerando quinze dias para definição do conteúdo escolhido e elaboração do roteiro sob supervisão do convidado e quinze dias para edição do material de áudio e veiculação nas plataformas virtuais de acesso.

A escolha dos temas seria feita em reuniões por meio da plataforma Google Meet, considerando a importância epidemiológica, relevância social e a facilidade em abordagem do assunto no curto período de tempo destinado à discussão. Em se tratando dos professores convidados, seria levada em consideração a familiaridade que ele apresenta com o tema, objetivando escolher assuntos sobre os quais eles se sentem mais confortáveis para discutir.

Os membros teriam um prazo de quinze dias para a elaboração do roteiro, supervisionado à distância pelo preceptor, via e-mail e redes sociais. O convidado receberia o roteiro com antecedência, para que este pudesse corrigir o enfoque da abordagem dos tópicos mais relevantes. Por fim, os membros revisariam o texto e adaptariam o conteúdo final à linguagem do público-alvo.

No momento da captação do áudio estariam presentes dois ou três membros da Liga e o convidado. Inicialmente, seria feita uma simulação da gravação do podcast, para ajuste de linguagem e tom de voz, bem como adaptação de termos médicos e uso de terminologias locais, o que estabelece um vínculo maior com o público (Figura 2).

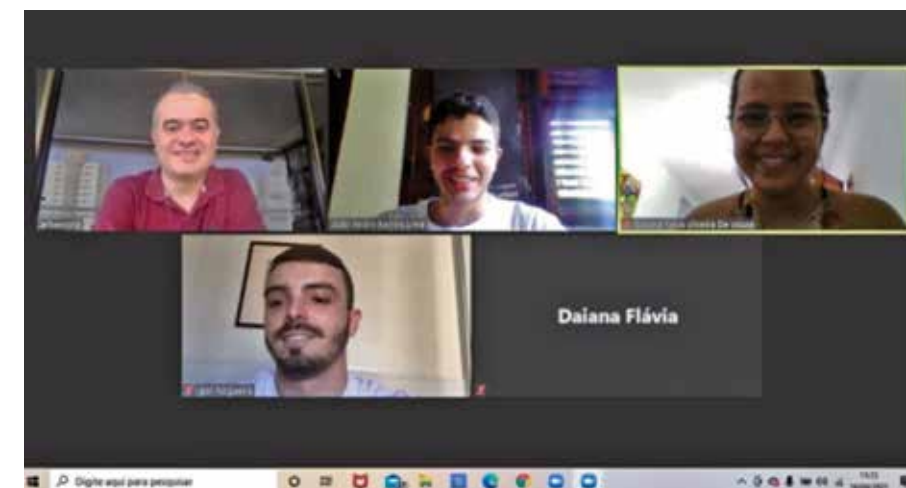


Figura 2 – Gravação de podcast “A Ideia Inspirada”
Fonte: Projeto podcast “A Ideia Inspirada”

Após a gravação, seria feita a edição do material, com o corte de erros e retirada de ruídos sonoros e de trechos desnecessários ou inapropriados, por meio da ferramenta *Audacity*. Durante essa etapa seriam também inseridos efeitos sonoros e vinhetas, a fim de tornar a experiência do ouvinte mais enriquecedora. Editados os áudios, os arquivos seriam hospedados na plataforma Spotify e Youtube, considerando que essas seriam as mídias sociais mais difundidas atualmente. A divulgação do lançamento dos episódios seria feita por meio do Instagram “A Ideia Inspirada” e do Instagram da Liga, bem como os links de acesso seriam disponibilizados nessa rede social.

Desafios enfrentados na elaboração do projeto

Elaboração e execução de projetos de extensão, de forma geral, exigem habilidades essenciais

do aluno universitário, tais como comunicação, trabalho em equipe, liderança, didática de ensino, planejamento de atividades e cumprimento de atribuições individuais nos prazos estipulados. Tais aptidões, ainda que de grande valia para os estudantes, no tocante à competência profissional e pessoal, são, em geral, pouco incentivadas e pouco se faz, no ambiente universitário, para estimular o desenvolvimento destas.

Além disso, intercalar tais tarefas no dia a dia da universidade é verdadeiramente desafiador, levando em conta a limitação de tempo e a diversificação de tarefas nas quais os alunos estão inclusos.

A gravação do episódio, ainda, é uma prática com a qual a maioria dos estudantes não está familiarizada. Isso se torna, ao mesmo tempo, desafiador e positivo, na medida em que ajuda a superar barreiras emocionais e permite desenvolver habilidades de desenvoltura na comunicação, condição essencial para o médico.

Espera-se que, superados os desafios mencionados, os estudantes possam se sentir mais seguros para elaborar os episódios e possam otimizar seu tempo de dedicação às atividades de extensão da Liga, de forma que tais fatores não prejudiquem seu rendimento acadêmico.

Resultados

No meio digital utilizam-se diversos recursos para determinar a popularidade e visibilidade de um conteúdo. A quantidade de “curtidas” e compartilhamentos nas redes sociais refletem a aprovação dos usuários: seu engajamento em relação à postagem e a sua capacidade de difusão na plataforma tecnológica (ALMEIDA

et al., 2018).

Já os downloads refletem não somente a validação dos usuários, mas também o desejo destes de adquirir o conteúdo para ser visualizado ou escutado mesmo quando sem conexão à rede. Ademais, as plataformas Instagram e Youtube oferecem uma estimativa de quantos usuários visualizaram o conteúdo, determinando seu alcance. Dessa forma, utilizamos tais parâmetros para analisar os resultados obtidos por meio da publicação do podcast “A Ideia Inspirada”.

Foram gravados e postados três episódios do podcast nas plataformas digitais Youtube e Spotify: “Atualizações em Tromboembolismo Pulmonar”, “Descomplicando a Sepsis” e “Delirium: reconhecer e intervir”. Todos contaram com a participação de integrantes do projeto de extensão e de médicos especialistas no assunto, os quais eram, respectivamente, intensivista, emergencista e geriatra. A duração de cada episódio variou entre 30 e 60 minutos.

Para a divulgação dos episódios foram utilizados dois perfis na rede social Instagram: o perfil da Liga do Pulmão e Medicina Intensiva e o do projeto A Ideia Inspirada. Os anúncios do lançamento do projeto e de cada episódio eram postados em forma de imagem promocional nos dois perfis, com um total de nove fotos,

Figura 3 – Perfil do Instagram do projeto “A Ideia Inspirada” com episódios postados

Fonte: Projeto podcast “A Ideia Inspirada”



as quais também eram utilizadas nas plataformas Youtube e Spotify (Figura 3).

Juntas, estas atingiram um total de 215 “curtidas”, 16 compartilhamentos e 25 comentários. Além disso, as fotos promocionais do início do projeto e do primeiro episódio obtiveram, respectivamente, um alcance máximo de 1.440 e de 1.641 pessoas. Na plataforma Youtube, os três episódios somaram 63 visualizações, além de 9 “curtidas”. Em relação ao Spotify, foram realizados 26 downloads do conteúdo.

Considerações finais

Percebe-se, assim, a viabilidade dessa ferramenta tecnológica no contexto atual da pandemia, sendo um meio de disseminação de conhecimento com embasamento científico para a população geral e acadêmica de forma segura, clara, ampla, assertiva e de baixo custo. O potencial de crescimento e de alcance do *podcast* torna-se, ainda, muito grande

em comparação a explicações presenciais, além de ser um método ativo de aprendizagem e uma alternativa para escapar da realidade do chamado “método tradicional”.

A expectativa é dar continuidade ao projeto nos próximos anos, visto que é extremamente útil e de fácil inserção na rotina dos indivíduos, os quais podem escutá-lo no carro, durante afazeres domésticos ou até no banho. Isso será realizado por intermédio da intensificação das gravações e postagens de episódios, bem como da maior divulgação do *podcast* em redes sociais, com o fito de expandir e tornar ainda mais compreensível o conhecimento médico para a comunidade, tido por muitos como inacessível e difícil. ◀

Referências Bibliográficas

- A ONDA dos podcasts: como essa ferramenta de comunicação tem sido utilizada na Universidade. **Portal da UFC**, 2021. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/15754-a-onda-dos-podcasts-como-essa-ferramenta-de-comunicacao-tem-sido-utilizada-na-universidade>. Acesso em 27 de mai. de 2021.
- ALMEIDA, Marcos Inácio Severo de *et al.* Quem lidera sua opinião? Influência dos formadores de opinião digitais no engajamento. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 115-137, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2018170028>>. Acesso em: 25 Maio 2021.
- BERK, Justin *et al.* Medical education podcasts: where we are and questions unanswered. **Journal of general internal medicine**, v. 35, n. 7, p. 2176-2178. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11606-019-05606-2>>. Acesso em: 25 Maio 2021.
- BOULOS, Maged Kamel *et al.* Wikis, blogs and podcasts: a new generation of Web-based tools for virtual collaborative clinical practice and education. **BMC medical education**, v. 6, n. 1, p.1-8, 2006. Disponível em: <<https://bmcmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/1472-6920-6-41>>. Acesso em: 25 Maio 2021.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Ruy Medeiros de. Elaboração de podcast como ferramenta educacional para estudantes de medicina. 2020. 84f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. **Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde**. Natal, RN, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30914>>. Acesso em : 25 Maio 2021.
- WILSON, Paul *et al.* After the gold rush? A systematic and critical review of general medical podcasts. **Journal of the Royal Society of Medicine**, v. 102, n. 2, p. 69-74, 2009. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1258/jrsm.2008.080245>>. Acesso em: 25 Maio 2021.
- XAVIER, Fernando *et al.* Análise de redes sociais como estratégia de apoio à vigilância em saúde durante a Covid-19. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 261-282, 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/ea/a/mJdn8gkLSwfqBgXNvnfnQFg/?lang=pt>>. Acesso em: 25 Maio 2021.



Figura 1 – Página inicial do blog Microbiologando hospedado no site da UFRGS

Microbiologando: combatendo a pandemia com informação de qualidade

Tiago Degani Veit: Instituto de Ciências Básicas da Saúde – UFRGS; e-mail: tiagoveit@terra.com.br
 Patrícia Valente: Instituto de Ciências Básicas da Saúde – UFRGS
 Acadêmico de Medicina: Bruno Lopes Breda
 Acadêmico de Jornalismo: João Pedro Rodrigues Gonçalves

Introdução

Blogs de divulgação científica são canais de comunicação cada vez mais utilizados para interação entre a Academia e a comunidade, cuja finalidade é disseminar o conhecimento científico/tecnológico

em uma linguagem adequada à compreensão por um público que, em sua maioria, é composto por pessoas sem cultura científica sólida. Esse público é, por conta dessa fragilidade, muito suscetível à desinformação e disseminação do que

é conhecido como Fake News.

O impacto das Fake News durante a pandemia de Covid-19 tem sido avaliado em vários países, incluindo o Brasil (Al-Zaman, 2021; Barcelos *et al.*, 2021), evidenciando as dimensões globais desse problema. Foi nesse contexto que, em março de 2020, foi criado o blog Microbiologando (www.ufrgs.br/microbiologando), cujo objetivo é divulgar informações científicas em Microbiologia e ciências correlatas (Figuras 1 e 2). O blog, idealizado pela Prof. Patrícia Valente, do Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da UFRGS, foi criado em WordPress e encontra-se hospedado no servidor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ao longo dos seus 15 meses de existência, foram realizadas 291 postagens. Como não poderia deixar de ser, a grande maioria destas (276) teve como principal tema a Covid-19. Até 26 de maio de 2021, o blog havia alcançado 2.117.544 visitas e 1.482 comentários, o que reflete o grande interesse do público leigo a respeito dos assuntos relacionados à Covid-19. O impacto do blog também pode ser percebido pela origem geográfica dos acessos. Como esperado, a maioria foi feita a partir das diversas regiões do Brasil, mas tivemos muitos acessos provenientes de outros países. Os dez principais países com acesso ao Microbiologando, no período analisado, foram, além do Brasil, os EUA, Portugal, Irlanda, Alemanha, Rússia, Angola, França, Reino Unido e Polônia.

O conteúdo das postagens acompanha a pandemia

O conteúdo publicado no Microbiologando foi sendo selecionado a partir de artigos publicados em revistas científicas e em repositórios de pré-impressão (medRxiv e bioRxiv), além de outras fontes relevantes, como a Organização Mundial da Saúde, Centers for Disease Control and Prevention dos EUA e ANVISA, entre outras. Os assuntos do blog englobaram todas as áreas de interesse acerca da pandemia, como epidemiologia, diagnóstico, fisiopatologia, desdobramentos clínicos, medidas preventivas, tratamentos e ecologia viral, entre outros (Figura 3). Esse conteúdo reflete a evolução do conhecimento sobre a Covid-19 ao longo de todo o período de atividade do blog (Figura 4). Nos primeiros meses do blog, os assuntos mais abordados foram os aspectos epidemiológicos (grupos mais afetados, influência do clima, padrão de espalhamento dos casos), fisiopatológicos (transmissibilidade, tempo de incubação, órgãos afetados, aspectos imunológicos) e medidas preventivas (uso de máscaras, distanciamento social, quarentena etc.). Já no segundo semestre de 2020, em que se presenciou o aumento significativo de casos no país, o blog começou a aumentar significativamente o número de postagens sobre o diagnóstico clínico, tratamentos e vacinas e os desdobramentos clínicos da doença em indivíduos convalescentes. No ano de 2021, marcado

pelo surgimento das novas variantes do SARS-Cov-2, o assunto predominante voltou a ser os aspectos epidemiológicos da pandemia.



Figura 2 – Resumo gráfico

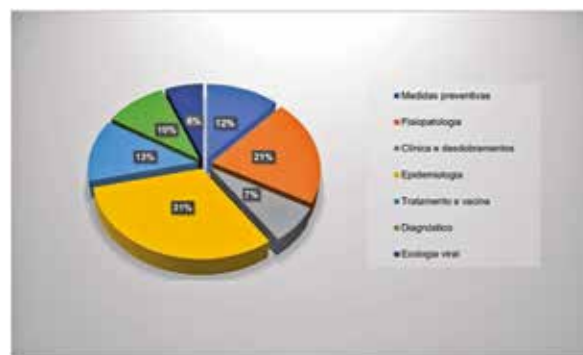


Figura 3 - Assuntos abordados nas postagens do blog



Figura 4 - Linha do tempo dos assuntos mais abordados no blog

Comentários dos leitores: refletindo a carência de informação

Quando analisados os comentários realizados pelo público nas postagens do blog, fica clara a ansiedade que uma doença nova, como a Covid-19, gera na população geral. Entre as postagens que mais geraram engajamento na seção de comentários, destacam-se “Você já se perguntou quanto tempo uma pessoa com infecção assintomática pelo SARS-CoV-2 pode carrear o vírus?” e “Peguei Covid-19 há três meses e ainda tenho sintomas” - o drama de pacientes de longa duração”. A primeira, realizada em 30/03/2020 - uma das primeiras do blog - gerou quase 200.000 visualizações e mais de 600 comentários, entre os quais se destacaram aqueles que buscavam maior informação acerca da sintomatologia e das ações a se tomar na suspeita da infecção, o que nos fornece um recorte de uma população assustada com a falta de informações sobre uma nova doença. A segunda, datada de 12/06/2020 e baseada em uma tradução de uma longa

reportagem do jornal americano *The Atlantic* sobre os pacientes com Covid-19 longa, obteve mais de 270.000 acessos e uma enxurrada de comentários - mais de 650 -, vários dos quais de pessoas relatando sequelas que se seguiram à infecção pelo coronavírus, muitas delas persistentes. O grande número de acessos, sem dúvida, se deveu à quase inexistência de publicações em português sobre este tema, na época, já que o Brasil foi um retardatário no que tange ao início da pandemia, ao passo que outros países já apresentavam muitos casos de convalescentes de longa duração.

Um tópico frequentemente abordado no blog, que recebeu grande atenção dos leitores, foi o tema dos testes diagnósticos para Covid-19. Nada menos que três entre as seis publicações mais acessadas do blog e quase metade dos acessos do blog (974 mil) estão relacionadas a este tópico específico. Nos vários comentários dos leitores foi possível observar um grande desconhecimento sobre o tema. Entre as várias dúvidas dos leitores, pudemos constatar a interpretação errônea do uso do teste rápido de anticorpos para detectar a doença ativa (o teste adequado para este fim é o RT-PCR) e a crença de estar infectado devido ao resultado positivo dos testes sorológicos (que, de maneira geral, são positivos quando a infecção já se resolveu). Outros comentários recorrentes diziam respeito ao receio de voltar ao trabalho devido à persistência na positividade dos testes de anticorpos IgM, que são classicamente usados como indicativo de infecção recente e que permaneciam positivos por meses em certos indivíduos convalescentes de Covid-19. Avaliamos que a disponibilidade precoce e a maior facilidade de obtenção dos testes sorológicos em relação aos testes moleculares, aliada à falta de informação dos órgãos governamentais competentes, contribuíram para essa corrida das pessoas às farmácias e a consequente confusão com os resultados dos testes, o que refletia no sempre grande número de visualizações e comentários toda vez que postávamos sobre o tema. Todos os comentários eram respondidos individualmente, levando em conta

as dúvidas específicas de cada leitor. A ocorrência de uma grande quantidade de dúvidas recorrentes levou-nos a pensar na possibilidade da criação de uma seção de perguntas frequentes, que está em elaboração.

Novos membros e divulgação acadêmica

A partir do início de 2021, sentindo a necessidade de ampliar o alcance do blog e de distribuir melhor as tarefas relacionadas com a produção de conteúdo, passamos a contar com as colaborações de três estudantes de graduação - o estudante de Medicina Bruno Lopes Breda, o estudante de Jornalismo, e a estudante de Enfermagem Natália Morél Cerva. Nas reuniões semanais do blog são discutidos os assuntos que serão abordados nas próximas postagens (Figura 5). Além da seção de perguntas frequentes sobre Covid-19, que está em fase final de elaboração, temos como objetivo divulgar as postagens e outras atividades do blog por plataformas digitais como Twitter, Facebook e Instagram. O blog também tem sido divulgado em eventos acadêmicos, tais como o XIII Simpósio Brasileiro de Microbiologia Aplicada e a V Mostra de Extensão do ICBS.

Considerações finais

Durante esses 15 meses de blog, nós nos

aventuramos nessa tarefa desafiadora de ajudar a sociedade a entender aquilo que também ainda não entendíamos - os perigos e as consequências de uma pandemia que foi subestimada por muitos e que continua a exercer efeitos devastadores na sociedade brasileira e mundial -. Neste cenário, em que a palavra de governos, da imprensa e de outras entidades da sociedade civil tem sido vista com grande desconfiança, acreditamos que a divulgação científica tem desempenhado um papel fundamental para o esclarecimento da população sobre a pandemia, com algumas vantagens em relação a outros veículos de comunicação, como o fato de ter, entre os seus porta-vozes, pessoas que estudam diretamente o tema ou encontram-se em áreas correlatas do conhecimento acadêmico, sem intermediários. Acreditamos no impacto do nosso trabalho e seguiremos com as nossas atividades, buscando informar, sempre, mais e melhor a comunidade. ◀



Figura 5 - Reunião online dos integrantes do Microbiologando

Referências Bibliográficas

BARCELOS, Thainá do Nascimento de; MUNIZ, Luíza Nepomuceno; DANTAS, Deborah Marinho, COTRIM JR, Dorival Fagundes; CAVALCANTE, João Roberto; FAERSTEIN, Eduardo. **Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil**. Revista Panamericana de Salud Publica. Washington, v. 45: e65 2021. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/53907/v45e652021.pdf>. Acesso em 31 mai. 2021.

AL-ZAMAN, Sayeed. **Prevalence and source analysis of COVID-19 misinformation of 138 countries**. medRxiv. Disponível em: <https://www.medrxiv.org/content/10.1101/2021.05.08.21256879v1.full-text>. Acesso em 31 mai. 2021.

VALENTE, Patricia; BRED, Bruno Lopes; GONÇALVES, João Pedro Rodrigues, VEIT, Tiago Degani. **Microbiologando, um blog de divulgação científica em Microbiologia**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE MICROBIOLOGIA APLICADA, 13., 2021, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/resumosssbma/ocs/index.php/resumosssbma/XIIISBMA/paper/view/594/553>. Acesso em: 31 mai. 2021.



Informações sobre a Covid-19 na palma da mão

Rovana Kinas Bueno: Medicina - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); e-mail: rovanabueno@unipampa.edu.br

Jeferson Rafael Bueno: Tecnologia em Aquicultura - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Ana Lupe Motta Studzinski: Medicina - Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Acadêmico de Medicina: Lincoln Sona

Introdução

A pandemia da Covid-19 já deixou no Brasil mais de 500 mil mortos e o cenário atual (considerando o início de agosto de 2021) é bastante preocupante. Diante desta realidade, constata-se ao redor do mundo diversas estratégias para tentar disseminar as informações a respeito da doença

e de como se proteger para não ser infectado ou transmitir o novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Embora os diversos noticiários tragam informações gerais sobre a situação da pandemia no Brasil e no mundo, atitudes de caráter local, em cada cidade, podem atenuar o cenário pandêmico e minimizar suas consequências. Entretanto, para

tal, é essencial o acesso a informações seguras.

Diversos municípios mantêm atualizados os dados de “casos ativos”, “número de vacinações”, entre outras informações em suas redes sociais. Porém, para isso, se faz necessário que as pessoas acessem esses locais para obter a referida informação, que muitas vezes é postada em horários diferentes, o que faz com que a pessoa tenha que buscar até encontrar o que procura, e muitas vezes acaba encontrando informações desatualizadas.

Pensando nisso, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) do Campus de Uruguai (RS), ao buscar desenvolver um aplicativo de dispositivo móvel sobre os serviços de saúde do município, resolveu adicionar ao aplicativos informações sobre a Covid-19, com o intuito de divulgar informações a respeito da doença. Assim, o objetivo geral deste artigo é apresentar o Aplicativo da Saúde de Uruguai (também chamado App SAU) como meio de divulgar informações sobre Covid-19.

Fundamentação teórico-metodológica

A utilização de tecnologias na área da saúde tem se mostrado uma forma inovadora e promissora de transmissão do conhecimento e compartilhamento de informações (MORGADO; AMES; SILVESTRE, 2019). Dentre as tecnologias, pode-se mencionar que os aplicativos de dispositivos móveis têm ganhado destaque, uma vez que se trata de uma ferramenta largamente utilizada pela maioria das pessoas para as mais diversas finalidades, ultrapassando as barreiras da mobilidade, (TIBES; DIAS; ZEM-MASCARENHAS, 2014).

O App SAU foi desenvolvido por meio de uma linguagem de programação JAVA, sendo disponibilizado de forma gratuita para dispositivos móveis da plataforma *Android*. O aplicativo conta com uma linguagem clara, de fácil compreensão, e apresenta menus com imagens que favorecem

seu caráter intuitivo e, portanto, de fácil manuseio. Todas as informações postadas no aplicativo foram obtidas de fontes oficiais, como o Ministério da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e/ou diretamente com os profissionais dos serviços de saúde de Uruguai.

A equipe que desenvolveu o aplicativo é composta por profissionais de diferentes áreas e o trabalho é interdisciplinar. Compreende-se que a promoção de saúde acontece principalmente por meio da disseminação da informação e da conscientização das pessoas em seu autocuidado. Assim, o aplicativo busca transmitir, à toda população, informações essenciais para a compreensão dos serviços de saúde de Uruguai bem como informações sobre a Covid-19. A pandemia atuou como fator incentivador e antecipador do lançamento do referido aplicativo, pois sentiu-se a urgência de divulgar informações a respeito da doença que está afligindo o mundo.

É importante ressaltar que a internet é um dos principais meios pelos quais a população obtém informações sobre a pandemia e sobre a oferta de serviços de saúde em sua cidade e que, muitas vezes, o acesso à internet é limitado, tornando as informações também limitadas (ICICT/FIOCRUZ, 2020). Sendo assim, tendo em mãos um aplicativo que oferece informações sobre a Covid-19 e sobre os serviços públicos de saúde do município sem precisar de conexão contínua à internet, a comunidade pode manter-se munida de informações de saúde no *smartphone*, recebendo atualizações regulares quando conectar-se à *web*.

O aplicativo pode ser acessado em dispositivo móvel *Android* digitando-se no campo de busca da *Google Play Store* “Saúde de Uruguai” ou “Aplicativo da Saúde de Uruguai” e baixando o aplicativo; ou pode ser acessado em qualquer dispositivo com acesso à internet digitando no navegador: https://pwa.app.vc/app_da_saude_em_uruguai/#/home.

Resultados

Logo quando o aplicativo foi lançado, em meados de 2020, foi disponibilizada uma “aba” do aplicativo intitulada “Covid-19: Saiba +” (ver Figura 1). Nesta, foram adicionadas informações como “O que é Covid-19 e Coronavírus”; “Vídeos do Ministério da Saúde”; “Quais são os sintomas?”; “Como se proteger?”; “Como acontece a transmissão?”; “Tenho sintomas, o que fazer?”; “Quando procurar atendimento?”; “Centro de triagem”; “Fui viajar, e agora?”; “Tenho Covid-19, o que faço?”;

“Quem são os mais vulneráveis?”;



FIGURA 1 - Menu principal do App SAU
Fonte: Do autor, 2021



FIGURA 2 - Menu Covid-19: Saiba + do App SAU
Fonte: Do autor, 2021

“Como espirrar ou tossir?”; “Como limpar as mãos?”; “Como usar a máscara?”; “Por que seguir as orientações?” (ver Figura 2, que mostra parte desses “menus”). Tratam-se de informações que ainda precisam ser compartilhadas com o maior número de pessoas possível a fim de disseminar a informação e reduzir o contágio pelo novo Coronavírus.

Em cada um desses menus, buscou-se explicitar as informações de forma clara, como visualizado no menu a respeito dos sintomas (ver Figura 3). O Centro de Triagem, por exemplo, toda vez que ocorre mudança do local, o aplicativo é atualizado, indicando inclusive o que é feito no centro e as orientações.



FIGURA 3 - Item "Quais são os sintomas?" do Menu Covid-19: Saiba + do App SAU
Fonte: Do autor, 2021

Outra estratégia adotada foi inserir as informações sobre o número de casos ativos, as hospitalizações em leitos clínicos e em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), óbitos e a bandeira do município (se amarela, laranja, vermelha ou preta) conforme os dados são divulgados pela Secretaria de Saúde do Município, e até mesmo o número de pessoas vacinadas na primeira e segunda dose da vacina. Essas informações aparecem na parte inferior do aplicativo, independentemente da aba que estiver aberta (ver Figura 4).



FIGURA 4 - Atualização de Covid-19 do App SAU
Fonte: Do autor, 2021

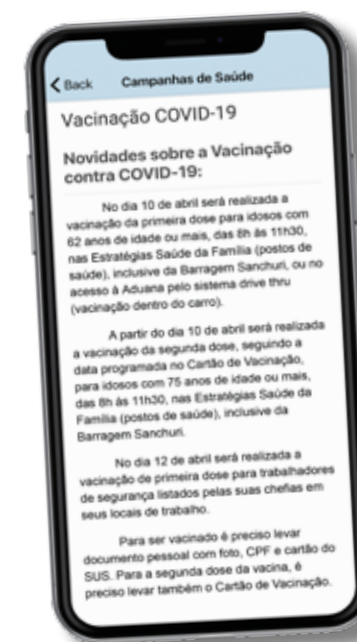


FIGURA 5 - Item "Vacinação Covid-19" no Menu Campanhas de Saúde do App SAU
Fonte: Do autor, 2021

Para que as pessoas estejam atualizadas acerca das informações sobre a Covid-19, são enviadas notificações, que geram avisos no celular do usuário, desde campanha para a vacinação (qualidade estão vacinando e onde vacinar), entre outras informações. Quando o usuário clica na notificação, o aplicativo abre direto na informação referenciada na notificação (Pode-se ver um exemplo na Figura 5).

Considerações finais

Diversas ações, sejam elas de extensão ou não, estão sendo desenvolvidas com a finalidade de combate à Covid-19 para redução de sua disseminação e de suas consequências. Consta-se que o desenvolvimento do aplicativo APP SAU se mostrou bastante útil para toda a população uruguaiana, não apenas por transmitir informações gerais acerca dos serviços públicos de saúde, sua localização, informações de campanhas de saúde, entre outros, mas sobretudo por transmitir informações acerca da Covid-19.

As atualizações acontecem diariamente com atenção e cautela para que as informações sejam fidedignas. Consta-se que este tipo de aplicativo deveria ser desenvolvido em outros locais/cidades, já que tem se mostrado uma ótima forma de divulgar informações e conhecimento sobre saúde, pela praticidade do acesso por meio do celular e a possibilidade de obter-se informações a qualquer momento. Espera-se que a pandemia termine logo, mas o aplicativo estará sempre presente! ◀

Referências Bibliográficas

- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz), Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict). Emergência da COVID-19 sinaliza importância da informação e comunicação para a saúde. **ICICT/Fiocruz**, mar. 2020. Disponível em: <https://www.icict.fiocruz.br/content/emerg%C3%A2ncia-da-covid-19-sinaliza-import%C3%A2ncia-da-informa%C3%A7%C3%A3o-e-comunica%C3%A7%C3%A3o-para-sa%C3%BAde>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- MORGADO, M. V.; AMES, R. F.; SILVESTRE, L. J. Aplicativos móveis na medicina: um estudo das tecnologias e sua relevância no processo de aprendizagem do aluno. **Revista de Teorias e Práticas Educacionais**, v. 25, n. 1, p. 10–15, 2019. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20200105_122342.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.
- TIBES, C. M.; DIAS, J. D.; ZEM-MASCARENHAS, S. H. Aplicativos Móveis desenvolvidos para a área da saúde no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Rev Min Enferm**, v. 18, n. 2, 2014. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/remee.org.br/pdf/v18n2a16.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Normas para submissão de artigos

Os artigos deverão ser encaminhados para o endereço revistadaextensao@proext.ufrgs.br no seguinte formato:

Artigos: textos inéditos resultados de atividades de extensão ou reflexões relativas à extensão universitária caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema. Os artigos devem seguir as normas da ABNT, conter título, autor e titulação, e-mail e instituição, devendo contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências que não excedam 08 publicações/citações. A ordem dos autores, com o máximo de 4, deve obedecer à hierarquia do desenvolvimento do projeto ou programa de extensão a que se vincula o artigo.

Formato: máximo de 10 páginas (fonte Times New Roman; espaço 1,5; tamanho 12; margens 2,5 cm), incluindo imagens, referências e notas.

Importante: os artigos devem conter ao menos 3 ilustrações, uma vez que a Revista é uma publicação ilustrada. O assunto do e-mail que contenha o artigo deve ser identificado com o nome do principal autor.

Figuras (fotografias, imagens e gráficos), Tabelas e Quadros: devem ser enviados com resolução mínima de 300 DPI, legendados com fonte/créditos do autor, ter espaço/local marcados no texto e ser enviados em arquivos separados como anexos.

Orientações para o envio de artigos: os artigos deverão ser encaminhados em Microsoft Word 97-2003 ou superior. Anexar arquivo em formato ZIP ou RAR, no qual serão incluídas as Figuras, Tabelas e Quadros, em JPG. Os anexos deverão ser legendados, numerados e ter identificada a sua inserção no texto, por exemplo: Figura 1; Quadro 2, Tabela 3.

Normas para avaliação de artigos

Os artigos encaminhados serão avaliados por dois integrantes da Conselho Editorial. Caso haja necessidade, também serão encaminhados para avaliadores *ad hoc*. Os processos de avaliação e seleção têm como critérios: as normas estabelecidas para a submissão de artigos; a relevância social do tema; a consistência teórica e metodológica da proposta; a originalidade e a qualidade argumentativa do texto. Os pareceres são revisados pelo Conselho Editorial da Revista e classificados em aceito, aceito com restrição e não aceito. Os trabalhos aceitos com restrição serão devolvidos aos autores para as modificações solicitadas pelos pareceristas. Os autores terão o prazo máximo de 07 dias para reenviar o texto alterado ao endereço eletrônico da Revista da Extensão.



Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br
Acesso também disponível no portal de periódicos SEER UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora

Patrícia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitora de Extensão

Adelina Mezzari

Vice-Pró-Reitor de Extensão

Eduardo Cardoso

Revista da Extensão n. 22

Porto Alegre, agosto de 2021

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editor

José Antônio dos Santos

Editor Adjunto

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Projeto gráfico e diagramação

Paulo Baldo

Revisão

Fernanda Reis

Marcos Almeida Pfeifer

Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Conselho Editorial Revista da Extensão

Adelina Mezzari

Presidente do Conselho Editorial

Eduardo Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Fernando Arthur de Freitas Neves (Universidade Federal do Pará)

Geraldo Ceni Coelho (Universidade Federal da Fronteira Sul)

Gustavo Menéndez (Universidad Nacional del Litoral - Argentina)

Luciane Noal Calil (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Monica Bussetti (Universidad Nacional de San Luis - Argentina)

Paulo Henrique Caetano (Universidade Federal de São João Del Rey)

Polliane Trevisan Nunes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Renato P. Ribas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Revista da Extensão



A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5º andar, Bairro Farroupilha
CEP 90046-900 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3379

www.prorext.ufrgs.br
www.revistadaextensao.ufrgs.br
revistadaextensao@prorext.ufrgs.br